

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA**

**JOSÉ VALDO BARROS SILVA JÚNIOR**

**O FETICHISMO:  
PARA UMA CRÍTICA RADICAL DO TRABALHO ABSTRATO-  
CONCRETO.  
INVESTIGAÇÕES SOBRE A TEORIA DO VALOR DE MARX**

**Fortaleza**

**2010**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
INSTITUTO DE CULTURA E ARTE  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA

JOSÉ VALDO BARROS SILVA JÚNIOR

O FETICHISMO:  
PARA UMA CRÍTICA RADICAL DO TRABALHO ABSTRATO-  
CONCRETO.  
INVESTIGAÇÕES SOBRE A TEORIA DO VALOR DE MARX

Fortaleza

2010

JOSÉ VALDO BARROS SILVA JÚNIOR

O FETICHISMO:  
PARA UMA CRÍTICA RADICAL AO TRABALHO ABSTRATO-  
CONCRETO.  
INVESTIGAÇÕES SOBRE A TEORIA DO VALOR DE MARX

Tese submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Filosofia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Filosofia.

Área de concentração: Conhecimento e Linguagem

Orientador: Prof. Dr. Kleber Carneiro Amora

FORTALEZA

2010

JOSÉ VALDO BARROS SILVA JÚNIOR

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Filosofia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Filosofia. Área de concentração Conhecimento e linguagem.

Aprovada em 06 / 08 / 2010.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Kleber Carneiro Amora (Orientador)

Universidade Federal do Ceará-UFC

---

Prof. Dr. Odílio Alves Aguiar

Universidade Federal do Ceará-UFC

---

Prof. Dr. Eduardo Ferreira Chagas

Universidade Federal do Ceará-UFC

---

Prof. Dr. Anselm Sebastian Jappe

Universidade de Tours

A todos os integrantes do grupo Crítica Radical, por lutarem incansavelmente pela construção de uma sociedade emancipada das relações fetichistas.

## **AGRADECIMENTOS**

Ao professor Kleber Amora, pelo papel decisivo que teve na elaboração desta dissertação de mestrado e na minha formação acadêmica.

Aos professores Eduardo Chagas e Odílio Aguiar, por terem participado da banca examinadora e fornecido importantes sugestões corretivas.

Ao professor Anselm Jappe, por ter participado da banca examinadora e estabelecido importantes discussões sobre conceitos-chave da teoria do valor de Marx.

Ao PROCAD, pelo fornecimento da bolsa de estudos na PUC-RS.

À FUNCAP, pelo financiamento da pesquisa.

„Die „*Arbeit*“ ist die lebendige Grundlage des Privateigentums, das Privateigentum als die schöpferische Quelle seiner selbst. Das Privateigentum ist nichts als die *vergegenständlichte Arbeit*. Nicht allein das Privateigentum als *sachlichen Zustand*, das Privateigentum als *Tätigkeit*, als *Arbeit*, muss man angreifen, wenn man ihm den Todesstoß versetzen will. Es ist eines der größten Missverständnisse, von freier, menschlicher, gesellschaftlicher Arbeit, von Arbeit ohne Privateigentum zu sprechen. Die „*Arbeit*“ ist ihrem Wesen nach die unfreie, unmenschliche, ungesellschaftliche, vom Privateigentum bedingte und das Privateigentum schaffende Tätigkeit. Die Aufhebung des Privateigentums wird also erst zu einer Wirklichkeit, wenn sie als Aufhebung der „*Arbeit*“ gefasst wird, eine Aufhebung, die natürlich erst durch die Arbeit selbst möglich geworden ist, d. h. durch die materielle Tätigkeit der Gesellschaft möglich geworden, und keineswegs als Vertauschung einer Kategorie mit einer andern zu fassen ist. Eine „Organisation der Arbeit“ ist daher ein Widerspruch. *Die beste Organisation, welche die Arbeit erhalten kann, ist die jetzige Organisation, die freie Konkurrenz, die Auflösung aller frühern scheinbar „gesellschaftlichen“ Organisationen derselben.*“

“O ‘*trabalho*’ é a base viva da propriedade privada, a propriedade privada enquanto a fonte criadora de si mesma. A propriedade privada não é nada mais que o trabalho *objetivado*. Tem de se atacar a propriedade privada não apenas como *estado de coisas*, mas também como *atividade*, como *trabalho*, se se quer lhe desferir o golpe mortal. É um dos maiores mal-entendidos falar de trabalho livre, humano, social, de trabalho sem propriedade privada. Em sua essência, o ‘*trabalho*’ é a atividade não-livre, não-humana, não-social, condicionada pela propriedade privada e criadora da propriedade privada. Portanto, a abolição da propriedade privada só se tornará uma realidade efetiva quando for concebida como a abolição do ‘*trabalho*’, uma abolição que, naturalmente, só se tornou possível pelo próprio trabalho, isto é, pela atividade material da sociedade, e de modo nenhum como a substituição de uma categoria por outra. Uma ‘organização do trabalho’ é, portanto, uma contradição. A melhor organização que o trabalho pode receber é a organização atual: a livre concorrência, a dissolução de todas as suas organizações anteriores aparentemente ‘sociais’.”  
(Karl Marx, *Über Friedrich Lists Buch Das nationale System der politischen Ökonomie*)

## RESUMO

O objetivo desta dissertação é desferir uma crítica radical ao trabalho abstrato-concreto enquanto princípio fetichista constitutivo da moderna sociedade produtora de mercadorias, a partir da teoria do valor de Karl Marx. Em primeiro lugar, perscrutar-se-á a estrutura da mercadoria enquanto unidade social concreta portadora intrinsecamente de uma dupla determinação, isto é, sendo ao mesmo tempo um valor de uso e um valor. A dualidade da mercadoria se deriva da dualidade do trabalho, enquanto ao mesmo tempo abstrato e concreto. Há uma relação antagônica tanto no interior da mercadoria quanto no do trabalho, visto que, por um lado, o valor se impõe destrutivamente sobre o valor de uso e, por outro, o trabalho abstrato se impõe destrutivamente sobre o seu outro, a saber, o trabalho concreto. Esta relação antagônica é marcada, pois, por uma lógica negativa, cuja tendência é gerar contradições cada vez mais insustentáveis. O cerne dessas contradições consiste no fato de toda a realidade social produtora de mercadorias da modernidade está fundada em uma abstração social real: o ser-valor. Este ser é constituído originariamente pelo trabalho abstrato enquanto substância social. Em segundo lugar, determinar-se-á que a lógica negativa que perpassa a estrutura da mercadoria possui um caráter fetichista. Este caráter torna os objetos produzidos socialmente pelo trabalho abstrato-concreto em coisas ao mesmo tempo sensíveis e suprassensíveis. O cunho fetichista das mercadorias se deriva da própria natureza dual do trabalho que as produz. O fetichismo da mercadoria consiste em um mecanismo social absurdo de engendrar a realidade da sociedade como se fosse dominada por coisas autônomas, as quais possuem poderes anônimos frente aos próprios indivíduos que as produziram. O mecanismo de fetichização social da realidade se configura e se objetiva de tal forma pelo hábito das relações sociais de produção que a mercadoria parece possuir a propriedade do ser-valor como sendo algo natural e não socialmente constituído pelo trabalho. A consolidação férrea desse mecanismo se dá porque ele é caracterizado por uma tripla dimensão: uma objetiva (realidade), uma subjetiva (pensamento) e uma intersubjetiva (linguagem). A unidade destas três dimensões constitui a moderna sociedade produtora de mercadorias como uma totalidade negativa, determinada por uma *matrix a priori* que condiciona fetichistamente o agir, o pensar, o falar, o sentir etc. de todos os seus integrantes através de um poder impessoal. Em um terceiro momento, investigar-se-á qual o horizonte histórico e lógico no qual o trabalho abstrato-concreto está circunscrito, a saber, tão-somente ao moderno sistema produtor de mercadorias. Tal limitação do horizonte histórico e lógico do trabalho será complementada com a teoria da crise final do sistema capitalista. Essa teoria acaba por

caracterizar o trabalho como uma categoria historicamente determinada e pertencente tão-só ao moderno sistema produtor de mercadorias, não sendo, pois, um princípio ontológico determinador da essência do homem enquanto ser social fundado no e pelo trabalho, nem um princípio transhistórico pertencente a todas as formas de sociabilidade. Por fim, concluir-se-á, a partir dos aspectos do conteúdo, forma e matéria que constituem a sociedade moderna produtora de mercadorias, com a determinação do conceito de história como história das relações fetichistas e não como história das lutas de classe.

Palavras-chave: Trabalho abstrato-concreto. Fetichismo da mercadoria. Valor. Crise estrutural. Crítica da moderna sociedade produtora de mercadoria.

## ABSTRACT

The aim of this dissertation is to strike a radical critique at abstract-concrete labor as a fetishist principle that constitutes the modern commodity-producing society. All this from the point of view of Karl Marx's theory of value. Firstly, it scrutinizes the structure of commodity as a concrete social unit that carries inherently a double determination, which means it is both a use-value and a value. The twofold nature of commodity is derived from the twofold nature of labor, while at same time abstract and concrete. There is an antagonistic relation both within the commodity and the labor, however, the value is imposed on the use-value of destructive form. On the other hand, the abstract-labor is imposed also on its destructively way, which is named the concrete-labor. This antagonism is characterized by a negative logic, which tends to generate increasing unsustainable contradictions. The core of these contradictions lies the fact that the whole commodity-producing social reality of modernity is based on a real social abstraction: the value-being. This being is originally constituted by the abstract-labor as social substance. Secondly, it determines that the negative logic which permeates the structure of commodity has a fetish-like character. This character becomes the socially produced objects by abstract-concrete labor in things at same time sensible and supersensible. The fetish-like character of commodities is derived from the twofold nature of labor that produced them. The fetishism is an absurd social mechanism that engenders the reality of society as if it was dominated by autonomous things, which have anonymous powers against individuals themselves who produced them. The social mechanism of fetishization of reality is formed by habit of social relations of production. This habit makes the commodities to appear having a property of value-being as something natural. But this property is merely socially constituted by labor. The strongly consolidation of this mechanism occurs because it is characterized by three dimensions: an objective (reality), a subjective (thoughts) and an intersubjective dimension. The unity of these three dimensions constitutes the commodity-producing modern society as a negative totality, since it is determined by *a priori matrix* that characterizes fetishistically to the act, speaks and fells of all its members through an impersonal power. Thirdly, it investigates the historical and logical horizon in which the abstract-concrete labor is limited: merely the commodity-producing modern system. This limitation will be complemented with the Marx's theory of final crisis of capitalism. This theory turns out to characterize the labor as a historically determined category and so it belongs only to commodity-producing modern system. It is not therefore an ontological principle that determines the man's essence as a social being founded by and

through labor, nor a transhistorical principle belonging to all forms of sociability. Finally, it concludes according to contend, form and matter of the commodity-producing modern society that history is the history of fetishists relations and not the history of class struggles.

**Keywords:** Abstract-concrete labor. The fetish-like character of the commodity. Value. Structural crisis. Critique of the commodity-producing modern society.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	14
2. CAPÍTULO I – O MÉTODO EM MARX: A CONTRADIÇÃO ORIGINÁRIA COMO VERDADE DA DIALÉTICA .....	23
2.1 – A mercadoria como unidade de opostos .....	23
2.2 – O resíduo fantasmagórico da mercadoria: a objetividade do valor .....	29
2.2.1 – A substância do valor .....	33
2.2.2 – A grandeza do valor .....	35
2.2.3 – A forma do valor .....	38
2.3 – A realidade da abstração do conceito de trabalho .....	41
2.3.1 – O caráter do conceito de trabalho ou trabalho abstrato puramente social ....	47
2.3.2 – O lado fisiológico puro do trabalho abstrato .....	48
2.3.3 – O lado fisiológico determinado da abstração do trabalho ou trabalho concreto .....	49
2.4 – O jogo dialético da forma do valor e a gênese lógica do dinheiro .....	51
2.4.1 – Forma I: forma simples, singular ou acidental do valor .....	53
2.4.2 – Forma II: forma total ou desdobrada do valor .....	60
2.4.3 – Forma III: forma geral do valor .....	62
2.4.4 – Forma IV: forma dinheiro .....	66
2.5 – Marx contra Hegel: o caráter místico tanto do pensamento dialético quanto da realidade da produção de mercadorias .....	68
2.5.1 – A dialética de Marx .....	68
2.5.2 – O núcleo racional da dialética de Hegel .....	72
2.5.3 – O verdadeiro caráter místico do pensamento de Hegel .....	77
3. CAPÍTULO II – O FETICHISMO COMO UMA TOTALIDADE NEGATIVA .....	82
3.1 – A mercadoria como coisa social sobrenatural .....	82
3.2 – As determinidades essenciais do conceito de fetichismo .....	85
3.2.1 – A projeção da abstração do ser-valor sob uma forma objetiva material .....	85
3.2.2 – A <i>reductio ad unum</i> e a <i>abstractio ad nihil</i> como o segredo do caráter fetichista da mercadoria .....	90
3.2.3 – A inversão subsumidora como efetivação da abstração absolutizada do trabalho .....	97
3.3 – A estrutura triádica da relação social total fetichista moderna .....	105

3.3.1 – Fetichismo e realidade .....	106
3.3.2 – Fetichismo e pensamento .....	108
3.3.3 – Fetichismo e linguagem .....	114
4. CAPÍTULO III – SUBSTÂNCIA-TRABALHO, SER-VALOR E SUJEITO-CAPITAL MORTOS: A NECESSIDADE DE SE ABOLIR O TRABALHO ABSTRATO-CONCRETO .....	118
4.1 – O horizonte lógico e histórico do conceito de trabalho .....	118
4.2 – Crítica do trabalho enquanto tal .....	128
4.2.1 – O trabalho abstrato-concreto como princípio de síntese social fetichista .....	128
4.2.2 – O trabalho abstrato-concreto como fator constitutivo de uma <i>matrix a priori</i> inconsciente .....	132
4.3 – A crise do limite tanto lógico quanto histórico do moderno sistema produtor de mercadorias .....	135
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	143
REFERÊNCIAS .....	146

## 1. INTRODUÇÃO

Karl Marx foi compreendido em geral como pensador materialista, pois estabeleceu o caráter do princípio articulador do todo da realidade no âmbito da matéria perceptível empiricamente. Segundo esta concepção vulgar sobre o pensamento de Marx, este pensador teria assumido tal postura teórica para se contrapor frontalmente ao pensamento do Idealismo Alemão – do qual ele foi herdeiro<sup>1</sup>. No entanto, a teoria do valor – desenvolvida por Marx na sua fase de maturidade e a ser exposta pormenorizadamente nesta dissertação –, diverge completamente deste cunho materialista atribuído ao pensamento de Marx, pois este cunho fica preso apenas ao plano da forma de aparência da coisa, sem captar criticamente o pano de fundo oculto de sua essência imaterial. Todavia, a questão central não é saber se o melhor do pensamento de Marx consiste em seu aspecto materialista, ou se em seu aspecto idealista. O mais importante é se dar conta de que a estrutura da moderna sociedade produtora de mercadorias possui um caráter conceitual e metafísico<sup>2</sup>. Os constituintes últimos desta sociedade – como a análise que faremos da mercadoria demonstrará –, tais como o trabalho abstrato e o valor, são puramente abstratos e não encerram nenhuma propriedade físico-material – embora tenham que se expressar objetivamente em um suporte material. Em *O Capital*, Marx utiliza, de fato, uma terminologia metafísica de matiz hegeliana, tais como: substância, ser, essência, aparência, sujeito, objetividade, abstração, realidade, efetividade, apresentação, representação, manifestação, expressão, conteúdo, forma, matéria, figura etc. Sob o ponto de vista do trabalho abstrato e do valor, é o aspecto ideal da coisa mesma que se sobressai. Este aspecto é o mais apropriado para se poder captar precisamente a natureza metafísica do sistema capitalista.

No entanto, Marx não foi um idealista alemão que compreendeu a estrutura ideal da sociedade produtora de mercadorias de forma acrítica. A substância-trabalho e o ser-valor não são princípios transcendentais e eternos, mas dizem respeito aos elementos abstratos que

---

<sup>1</sup> “Marx é sem dúvida herdeiro do idealismo alemão, mas ele questiona ao mesmo tempo a autonomia absoluta da razão que está na base deste.” (FAUSTO, 1993, p. 55) Quanto à relação entre materialismo e idealismo em Marx, cf. FAUSTO, 1993, pp. 49-51.

<sup>2</sup> Anselm Jappe, em *As aventuras da mercadoria*, ao demonstrar o caráter metafísico da sociedade produtora de mercadorias e das contradições reais da mesma, salienta, contra aqueles que consideram a teoria do valor de Marx como uma discussão filosófica muito obscura, o seguinte: “[...] um dos traços distintivos da sociedade capitalista reside no facto de ela ter uma natureza ‘conceptual’: a abstração incarnada no dinheiro, não deriva do concreto, antes o domina. A forma torna-se independente do conteúdo e tenta desembaraçar-se dele completamente. A análise ‘conceptual’ que Marx leva a cabo [...] é, porém, a descrição mais adequada que alguma vez foi dada dessa dominação da forma sobre o conteúdo. Deduzir todo o capitalismo a partir da estrutura da mercadoria e da necessidade que o trabalho privado tem de se representar como trabalho social não é um procedimento ‘filosófico’ que pudesse ser substituído por outros procedimentos porventura mais ‘potentes’. Trata-se antes de um procedimento que reproduz a verdadeira estrutura da sociedade mercantil desenvolvida.” (JAPPE, 2006, pp. 173-4, grifos do autor)

constituem originariamente a base de uma forma de vida social historicamente determinada: a moderna sociedade produtora de mercadorias. Uma das grandes preocupações de Marx, ao analisar o moderno sistema produtor de mercadorias, foi estabelecer os limites no interior dos quais determinadas categorias existem e têm validade. Esta preocupação se deve ao fato de ele evitar cometer o anacronismo de projetar categorias pertencentes exclusivamente a este sistema nas sociedades pré-capitalistas. Marx também se apercebeu conceitualmente de que o moderno sistema produtor de mercadorias não é o melhor dos mundos possíveis, mas que possui contradições essenciais que acabarão por conduzi-lo a uma crise final<sup>3</sup>.

O pensamento de Marx foi considerado ultrapassado várias vezes ao longo da história do século XX. Sua última sentença de morte foi decretada, sumariamente, após a queda do muro de Berlim e o desmoronamento completo do socialismo real do leste europeu. No entanto, o próprio capitalismo ocidental, ao longo das últimas três décadas, vem sofrendo sucessivas crises, cada vez com maior intensidade. A última dessas crises ocorreu em 2008, quando o sistema financeiro dos Estados Unidos entrou em colapso e levou a economia mundial a uma profunda depressão – diga-se de passagem, uma crise jamais vista em toda a história do moderno sistema produtor de mercadorias. O cenário de crise não se restringe à economia, mas é generalizado: crise política, crise ecológica, crise social, crise das relações entre os sexos etc. Vivemos em uma época em que tudo aquilo que parecia sólido está se desmanchando no ar e o futuro demonstra ser algo cada vez mais incerto e horrendo. Há uma crise de toda uma civilização.<sup>4</sup> Mas, afinal de contas, o que ainda teria a dizer sobre este atual estado de coisas um pensamento que já foi tantas vezes sepultado? Marx continua sendo ainda um dos maiores teóricos da sociedade produtora de mercadorias. Sua teoria do valor constitui a investigação mais rigorosa e correta da estrutura lógica e ontológica<sup>5</sup> desta sociedade. Essa estrutura é que determina, em última análise, as relações sociais como um todo e as causas dos horrores que vivenciamos hoje de forma insuportável, a saber, a miséria, a violência crescente, o desemprego em massa, a destruição das bases naturais de nosso planeta etc.

---

<sup>3</sup> Trataremos do problema da crise final no item 4.3 desta dissertação, tendo por texto de base os *Grundrisse*. Todavia, a crise estrutural do sistema, como a exporemos, deriva das próprias contradições essenciais do moderno sistema produtor de mercadorias. Tal crise consiste na impotência desse sistema para continuar se reproduzindo pelo processo de valorização do valor, pois a substância social capaz de efetuar esse processo está sendo substituída completamente pelas máquinas, a saber, o trabalho. De tudo isso não decorre que o capitalismo vai cair amanhã ou depois de amanhã, nem que devemos nos resignar frente a esse estado de coisas. Porém, isso significa que a socialização fundada no valor tende a se configurar em um estado de barbárie insuportável.

<sup>4</sup> Ao se constatar a situação desoladora em que a humanidade se encontra atualmente, fica a impressão de sermos apocalípticos. Porém, pode-se dizer que é o fim dos tempos para o moderno sistema produtor de mercadorias e que a humanidade tem uma oportunidade histórica para se contrapor aos ditames impostos pela lógica da valorização do valor, para suplantá-la e inaugurar uma nova relação social.

<sup>5</sup> O ontológico aí significa o modo de ser da essência constituidora da realidade da sociedade produtora de mercadorias como algo historicamente específico e determinado, não sendo, portanto, transhistórico.

O tema aqui proposto é *o fetichismo: para uma crítica radical do trabalho abstrato-concreto. Investigações sobre a teoria do valor de Marx*. O motivo de se abordar este tema é tanto de ordem metodológica – no que tange ao procedimento lógico de exame e exposição dos conceitos fundamentais da teoria do valor de Marx – quanto de ordem conteudística – concernente à natureza extremamente destrutiva e contraditória do fundamento encontrado pelo método de análise abstrativa, a saber, o trabalho abstrato-concreto. O conceito de fetichismo da mercadoria é uma chave de compreensão essencial da realidade social de produção de mercadorias. Por meio desse conceito, pode-se determinar rigorosamente em que consiste o absurdo a que todos os integrantes dessa sociedade estão submetidos ferrenhamente. O caráter fetichista da mercadoria é o cerne da crítica que Marx desfere contra o sistema capitalista e será também a base nuclear de nosso apoio para se promover uma crítica do trabalho enquanto tal.<sup>6</sup>

O trabalho sempre foi compreendido, quer pelo marxismo tradicional, quer pelo liberalismo, como um princípio ontológico do ser humano, como eterna necessidade de mediação do homem com a natureza. O próprio Marx defende esta tese tanto em passagens dos seus textos da juventude quanto nos textos da maturidade. Há, portanto, uma ambiguidade no interior de toda a obra de Marx quanto ao conceito de trabalho: ora é compreendido como categoria ontológica, pertencente transhistoricamente a todas as formas de existência social do homem, ora como categoria historicamente determinada, própria ao sistema produtor de mercadorias. A sociedade capitalista é constituída por uma dinâmica interna que impulsiona tanto seu desenvolvimento ulterior quanto mudanças consideráveis nas próprias forças produtivas e nas relações de produção. Uma mudança significativa, decorrente dessa dinâmica, consiste no fato de que, a partir da década de 70 e início da década de 80, o trabalho humano vem sendo paulatinamente substituído por máquinas. Este fenômeno inusitado se

---

<sup>6</sup> Há aqui uma distinção profunda entre o nosso modo de interpretação do pensamento de Marx, em especial sua teoria do valor, da interpretação feita pelo marxismo tradicional. Segundo esta corrente de interpretação, o fetichismo é uma consequência do processo de exploração do trabalho pelo capital, sendo um fenômeno da circulação de mercadorias onde não há uma troca de equivalentes justa, visto que capital se apropria, de forma prestidigitadora, de parte das mercadorias produzidas pela força de trabalho. Porém, consideramos, terminantemente, o fetichismo como a *causa sui* do moderno sistema produtor de mercadorias, sendo, portanto, um fator determinante da produção de mercadorias que, por sua vez, expressar-se-á e determinará todos os demais momentos que compõem esse sistema. Em contraposição ao marxismo tradicional, compreendemos como sendo o verdadeiro absurdo dessa sociedade não o fato de a distribuição de mercadorias ser feita de forma desigual entre as classes sociais, mas o fato mais originário de os próprios objetos, assim como toda a realidade, tornarem-se mercadorias, isto é, coisas sensíveis e suprassensíveis. Mesmo que fosse possível no interior desse sistema um processo de distribuição equitativa de mercadorias e o fim da exploração de uma determinada classe por outra, ainda assim o absurdo que constitui essa sociedade permaneceria, a saber, as relações sociais serem mediadas por coisas sensíveis e suprassensíveis. Contudo, a perspectiva crítica que assumiremos aqui não é criticar o sistema do capital do ponto de vista do trabalho, mas criticar profundamente tanto o capital quanto o trabalho do ponto de vista do fetichismo.

espraiou por todo o modo de produção capitalista em escala mundial e vem criando um desemprego estrutural dos trabalhadores por meio da automação da produção. Este fato histórico é também um dos motivos para se resgatar a teoria do valor de Marx: fornecer explicações sobre esse novo estado de coisas, bem como estabelecer o estatuto do trabalho, se ontológico, ou histórico<sup>7</sup>.

Marx é tido apressadamente pela maioria dos pensadores contemporâneos como um cão morto que não tem mais nada a dizer sobre problemas filosóficos sérios, como, por exemplo, o problema de saber como uma abstração se torna real – que tem sido debatido pela tradição filosófica sob a denominação de argumento ontológico. Isto se deve, em parte, à tradição marxista que interpretou o pensamento de Marx sob uma perspectiva sociológica, baseando sua investigação superficialmente nas categorias de luta de classes, propriedade privada, mais-valia, exploração etc. No entanto, é possível conceber uma interpretação mais profunda desse pensador, valendo-se, para tanto, dos conceitos de trabalho abstrato-concreto, valor, fetichismo e abstração real, dos quais o marxismo tradicional sempre passou ao largo. Segundo a teoria do valor, pode-se compreender que há uma interconexão necessária entre trabalho, mercadoria e dinheiro. A necessidade dessa conexão se deve ao fato de ela consistir em um processo que lhe é subjacente, a saber, a efetivação concreta de uma abstração no domínio da realidade. Tal processo de busca de existência social de uma abstração ocorre originariamente no interior do processo de produção, mas que precisa ser complementado pelo processo de troca de mercadorias. Isto tem sua razão de ser na contradição intrínseca ao conceito de trabalho abstrato-concreto. O conceito de trabalho é, inicialmente, uma universalidade abstrata que se encontra em unidade antagônica com o aspecto concreto do trabalho e que, para poder efetivar o seu caráter, precisa, necessariamente, objetivá-se em uma realidade concreta. A concreção material do trabalho ocorre na mercadoria singular, no interior do processo de produção. A forma sob a qual a abstração do trabalho se objetiva na

---

<sup>7</sup> Para o marxismo tradicional, o fundamento ontológico das relações sociais dos seres humanos entre si e com a natureza na história é o trabalho. Embora conceba o trabalho como princípio ontológico imanente à história enquanto um fator positivo do ser humano, no interior da moderna sociedade produtora de mercadorias, o trabalho é compreendido como trabalho alienado submetido à lógica da exploração de uma classe por outra. Segundo essa forma de interpretação, o trabalho enquanto tal serve de base ontológica positiva para se criticar o trabalho alienado historicamente determinado no capitalismo. Segundo nossa interpretação, o fundamento constitutivo dessas relações sociais não é o trabalho, mas o fetichismo enquanto tal, enquanto um princípio absolutamente negativo imanente a toda a história humana. O trabalho, por sua vez, é compreendido como um princípio fetichista determinado, ou seja, pertencente exclusivamente ao moderno sistema produtor de mercadorias. O fetichismo, portanto, serve de base negativa para se criticar radicalmente tanto o trabalho enquanto tal quanto o capital. Para nós, não há uma ontológica positiva, mas tão-somente uma ontologia negativa. Portanto, ao contrário do marxismo tradicional, a relação que nós estabelecemos entre ontologia e história possui um caráter negativo. Concebemos que só a partir de uma base negativa se pode promover uma ruptura ontológica com toda a história das relações fetichistas. Para uma boa compreensão da relação entre ontologia e história de uma perspectiva crítica das relações fetichistas, cf. KURZ, 2010, pp.119-22 e pp. 170-80.

mercadoria é a forma do ser-valor. Porém a mercadoria é apenas uma realidade particular que não corresponde, a contento, à natureza universal do trabalho. As limitações estruturais da mercadoria promovem um processo de duplicação de sua própria forma de mercadoria, qual seja, deixa de ser mercadoria particular para se tornar mercadoria universal enquanto equivalente geral. Sob a forma de equivalente geral, a mercadoria se torna dinheiro. O dinheiro é a forma por meio da qual o ser-valor se torna um indivíduo social ou um universal concreto. Enquanto dinheiro, a universalidade abstrata do conceito de trabalho adquire existência social total. Esta existência social consiste no domínio da realidade efetiva do conceito de trabalho, agora enquanto universalidade concreta representante de toda a riqueza social produzida.

Esta dissertação de mestrado tem por objetivo promover uma crítica categórica ao conceito de trabalho enquanto tal<sup>8</sup>. Tal objetivo não se baseará apenas na constatação do fato histórico do desemprego estrutural, nem apenas em algumas citações de textos – que realmente existem, embora o marxismo tradicional se mantenha relutante em admiti-las –, onde Marx se refere criticamente ao conceito de trabalho. Mas, essencialmente, em uma construção teoricamente articulada e fundamentada. O horizonte no interior do qual esse empreendimento crítico se situará é a teoria do valor de Marx. Ou seja, é do interior desta teoria que se coletarão elementos imprescindíveis para se construir a crítica radical do trabalho. O ponto de partida será *O Capital*, mais precisamente a compreensão do caráter dual da mercadoria, ou seja, como uma coisa é útil e, ao mesmo tempo, uma coisa de valor. Deduzir-se-á a dualidade característica da mercadoria como sendo o resultado de uma dualidade mais originária, a saber, a dualidade do conceito de trabalho enquanto uma atividade abstrata e concreta. Determinar-se-á que tanto a dualidade da mercadoria quanto a dualidade do trabalho constituem uma contradição. Buscar-se-á as razões da contradição da mercadoria e do trabalho no conceito de fetichismo. Por sua vez, o conceito de fetichismo servirá de fundamento para o desenvolvimento da crítica ao trabalho abstrato-concreto, visto que ele evidenciará que as determinações antagônicas e contraditórias do conceito de tal

---

<sup>8</sup> Entende-se por crítica do trabalho enquanto tal a crítica tanto do trabalho abstrato quanto do trabalho concreto. Isto tem sérias implicações na concepção do marxismo tradicional que compreende o homem como um ser ontologicamente fundado no e pelo trabalho. Compreenderemos o homem como originariamente um animal fetichista e que a condição do homem como ser social fundado no e pelo trabalho é algo próprio ao moderno sistema produtor de mercadorias. Portanto, que a ontológica do ser social no e pelo trabalho é uma forma específica e historicamente determinada do modo de existência da forma mais geral e abrangente de sua existência como animal fetichista. Todavia, o processo de emancipação do homem só pode ser pensado como uma dupla superação radical: tanto do caráter fetichista geral que constitui toda a sua existência histórica até aqui quanto da forma fetichista específica enquanto ser fundado no e pelo trabalho, forma esta própria ao moderno sistema produtor de mercadorias.

trabalho o tornam um total absurdo. Por fim, perscrutar-se-á, a partir dos *Grundrisse*, como o mecanismo de fetichização próprio à estrutura lógico-ontológica da mercadoria conduzirá à aniquilação da substância-trabalho, do ser-valor e do sujeito-capital. Portanto, a crítica do trabalho enquanto tal será uma dedução resultante da conexão interna que se estabelecerá entre a teoria do valor, a teoria do fetichismo da mercadoria e a teoria da crise final do sistema produtor de mercadorias. Será da concatenação lógica destas três teorias que se legitimará uma crítica radical do trabalho abstrato-concreto.

No primeiro capítulo, *o método em Marx: a contradição originária como verdade da dialética*, apresentar-se-á a teoria do valor de Marx mediante uma análise minuciosa da mercadoria. Examinar-se-á as determinações abstratas essenciais da mercadoria, a saber, o ser-valor enquanto objetividade abstrata e a substância-trabalho enquanto atividade fantasmagórica socialmente constituída. A partir destas determinações, estabelecer-se-á a conexão interna necessária entre as categorias basilares do moderno sistema produtor de mercadorias: o trabalho, a mercadoria e o dinheiro. Pois é a partir da interconexão dialética entre essas três categorias que Marx estabelece a base lógica para a construção de toda a arquitetura de *O Capital*. Em função disso, promover-se-á um diálogo entre Marx e Hegel sobre o problema do conteúdo e da forma da dialética para se determinar precisamente o caráter da dialética marxiana<sup>9</sup>.

No segundo capítulo, *o fetichismo como uma totalidade negativa*, investigar-se-á a teoria do fetichismo da mercadoria em Marx mediante uma investigação sobre a estrutura mesma constituidora das sociedades modernas. O conceito de sociedade moderna que se assumirá é a moderna sociedade produtora de mercadorias. Essa sociedade está originariamente fundada em um princípio fetichista universalizante que perpassa todas as formas de relações sociais entre os indivíduos nas mais variadas esferas da sociedade: econômica, política, cultural, da família etc.<sup>10</sup> Determinar-se-á as três características fundamentais do conceito de fetichismo em Marx a partir do exame da mercadoria como uma coisa social, sensível e suprassensível. Estas características constituem o caráter absurdo do moderno sistema produtor de mercadorias. Expor-se-á que esse caráter fetichista do mundo da mercadoria possui uma dimensão trinitária, visto que perpassa os domínios da realidade, do pensamento e da linguagem. A dimensão trinitária, por meio da qual as três características do

---

<sup>9</sup> O termo 'marxiano' consistirá nesta dissertação em um termo técnico para servir de contraposição ao termo 'marxista', sendo este último termo sinônimo de marxismo tradicional.

<sup>10</sup> Portanto, que o princípio fetichista do valor não é considerado aqui como algo puro e simplesmente econômico, mas, fundamentalmente, como constitutivo de uma relação social total. Não sendo passível, pois, de ser compreendido de forma reducionista como economicismo.

fetichismo da mercadoria se determinam, constitui esta forma de sociedade como uma totalidade negativa.

No terceiro capítulo, *substância-trabalho, ser-valor e sujeito-capital mortos: a necessidade de se abolir o trabalho abstrato-concreto*, precisar-se-á, a partir de um diálogo entre Marx e Aristóteles, o horizonte lógico e histórico ao qual o trabalho está inscrito. Estabelecer-se-á o trabalho abstrato como um *a priori* social<sup>11</sup> que engendra toda a realidade da sociedade produtora de mercadorias, isto é, como princípio ativo de síntese em torno do qual gravita toda esta sociedade; mostrar-se-á ainda que tal princípio sintetizador da vida social não é natural, nem ontológico, nem transhistórico, mas tão-somente social e historicamente determinado, bem como, que ele não é algo positivo, mas negativo e destrutivo. Apresentar-se-á a teoria da crise final do sistema capitalista desenvolvida por Marx nos *Grundrisse* como uma consequência necessária da própria lógica autodestrutiva dessa sociedade e como promotora da aniquilação do próprio trabalho abstrato-concreto.

Há alguns elementos fundamentais que podem ser destacados para se determinar a importância do conteúdo desta dissertação. O primeiro elemento concerne à questão da dialética. Sob o prisma da teoria do valor de Marx, a dialética ganha um sentido muito peculiar, pois se trata do método mais apropriado para se penetrar no âmago mesmo da realidade social de produção de mercadorias, apreender o seu caráter extremamente contraditório e destrutivo e lhe desferir uma crítica radical. O sentido dessa crítica não consiste em mera superação dessa forma de sociedade, conservando-lhe o essencial em um nível de realidade social mais elevado. Antes tem a ver com uma ruptura ontológica<sup>12</sup> que suprima a própria essência constituidora da mesma. A negação não significa mais a força propulsora do desenvolvimento completo das determinidades essenciais da sociedade produtora de mercadorias, mas, ao contrário, a força destruidora de seu caráter fetichista.<sup>13</sup>

O segundo elemento diz respeito à forma como o conceito de fetichismo da mercadoria de Marx, enquanto estruturado de forma trinitária, é exposto nesta dissertação. Houve todo um cuidado especial para se apresentar este conceito da maneira mais rigorosa

---

<sup>11</sup> O caráter *a priori* do trabalho abstrato não o constitui como uma abstração pura e simples, completamente separada do aspecto concreto do trabalho, nem como uma coisa meramente do pensamento que existe independentemente da realidade, mas como uma abstração real, uma abstração que se objetiva na realidade e tende a dominá-la inteiramente. O *a priori* social do trabalho abstrato é uma contradição em processo, pois, mesmo sendo o fundamento essencial determinante da natureza fetichista do mundo mercantil, possui uma propensão necessária a suplantar sua própria condição de existência, a saber, a realidade concreta.

<sup>12</sup> R. Kurz, no texto *Tabula Rasa*, utiliza-se do termo “ruptura ontológica” para caracterizar a negatividade constitutiva das relações sociais fetichistas do homem na história que precisa ser radicalmente suplantada por um processo de desfetichização fundamental. Cf. KURZ, 2010, pp. 170-3.

<sup>13</sup> Para se ter uma boa noção dessa dialética negativa a partir do prisma da história da constituição fetichista dos seres humanos, cf. KURZ, 2010, pp. 119-22.

possível – embora a apresentação do mesmo não seja de fácil compreensão e, por vezes, seja até muito mecânica. O fetichismo da mercadoria enquanto relação social objetiva, subjetiva e intersubjetiva propicia lançar as bases para se travar um diálogo inovador com outras correntes de pensamento, como, por exemplo, a filosofia da linguagem pragmática.

O terceiro elemento concerne ao problema filosófico por excelência da liberdade humana. Consideramos que até aqui os seres humanos se constituíram, fundamentalmente, como animais fetichistas. A constituição fetichista do homem o caracteriza como um ser não-livre e inconsciente de sua própria forma de configuração social. Até agora ele sempre se situou no mundo determinado por algum *medium* fetichista. Para superarmos essa condição humana, precisamos, primeiramente, apreendê-la teoricamente em todas as suas determinações de forma crítica. E, em seguida, construirmos praticamente uma forma de relação social desfetichizada. O homem só se tornará um ser livre quando suplantar sua constituição fetichista e instituir uma sociedade emancipada.

## ABREVIACÕES

*K – Das Kapital: Kritik der politische Ökonomie. Erster Buch: Der Produktionsprozess des Kapitals, erste Auflage.* Hamburg: Verlag von Otto Meissner, 1867.)

*W – Anhang zu Kapitel I, 1. In. Karl Marx, Das Kapital: Kritik der politische Ökonomie. Erster Buch: Der Produktionsprozess des Kapitals, erste Auflage.* Hamburg: Verlag von Otto Meissner 1867, pp. 764-84.)

*MEW 23 – Das Kapital: Kritik der politische Ökonomie. Erster Buch: Der Produktionsprozess des Kapitals, zweite Auflage, MEW 23.* Berlin: Dietz Verlag, 1975.)

*LC – Le Capital: Critique de l'économie politique. Livre premier: Développement de la production capitaliste, troisième édition.* Trad. Joseph Roy. Paris: Éditions Sociales, 1969.)

*C – O Capital: crítica da economia política.* Livros I, II e III. 3ª Edição. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe São Paulo: Nova Cultural, 1996.)

*MEW 42 – Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie, MEW 42.* Berlin: Dietz Verlag, 1983.)

*G – Manuscrit de 1857-1858.* Tomes I et II. Paris: Editions Sociales, 1980.)

*Z – Contribuição à crítica da economia política.* 3ª Edição. Trad. Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 2003.)

*I – Introdução à crítica da economia política.* 3ª Edição. Trad. Maria Helena Barreiro Alves. In. K. Marx, *Contribuição à crítica da economia política.* São Paulo: Martins Fontes, pp. 223-63, 2003.)

*F – Fragmento da versão primitiva da 'Contribuição à crítica da economia política'.* 3ª Edição. Trad. Maria Helena Barreiro Alves. In. K. Marx, *Contribuição à crítica da economia política.* São Paulo: Martins Fontes, pp. 265-82, 2003.)

*NW – Glosas marginales al 'Tratado de economia política' de Adolph Wagner.* Trad. Wenceslao Roces. In: K. Marx y F. Engels, *Escritos económicos menores.* México: Fondo de Cultura Económica, pp. 403-30, 1987.)

## 2. CAPÍTULO I – O MÉTODO EM MARX: A CONTRADIÇÃO ORIGINÁRIA COMO VERDADE DA DIALÉTICA

### 2.1 – A mercadoria como unidade de opostos

A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista é constituída originariamente por um princípio fetichista abstrato e geral. Mas como Marx não começa por um princípio abstrato e sim por um resultado concreto, seguiremos o ponto de partida de sua análise.<sup>14</sup> Visto que, inicialmente, apenas nos é *dado* algo, à primeira vista, concreto, a saber, a mercadoria singular enquanto “forma elementar” desta riqueza, então “nossa investigação começa, portanto, com a análise da mercadoria”. (Cf. *MEW* 23, p. 49; *C*, I-1, p. 165)

De início, uma dada mercadoria, por exemplo, 20m de tecido aparece imediatamente – antes de passar pelo processo de reflexão – como um objeto externo, uma coisa que, segundo suas múltiplas propriedades corpóreas, satisfaz necessidades humanas, ou seja, é algo útil à vida humana. Ela também, por sua vez, pode ser tratada sob um duplo ponto de vista, qual seja, o da qualidade e o da quantidade. Enquanto um objeto determinado qualitativamente, essa mercadoria é “um todo de muitas propriedades e pode, portanto, ser útil, sob diversos aspectos” (*MEW* 23, p. 49; *C*, I-1, p. 165), é também algo de natureza completamente distinta de qualquer outra coisa particular, por exemplo, 1 casaco. O tecido pode também ser determinado quantitativamente, como, pois, 1 metro, 2 metros, 3 metros, 20

---

<sup>14</sup> Marx não começa sua exposição por conceitos abstratos, tais como o trabalho abstrato e o valor, mas por algo concreto, a saber, a mercadoria enquanto a forma social mais elementar que o produto do trabalho assume. Há uma distinção entre aparência e essência. Marx parte da aparência imediata da coisa concreta, para, aos poucos, ir penetrando especulativamente no próprio interior da coisa e para descobrir sua essência abstrata. Como ele salienta neste texto das *Notas sobre Wagner*: “*De prime abord* [De início], não parto nunca de ‘conceitos’, nem, portanto, do ‘conceito de valor’, razão pela qual não tenho porque dividi-lo de modo algum. Parto da forma social mais simples em que se apresenta o produto do trabalho na sociedade atual e esta forma é a ‘mercadoria’. Analiso-a, inicialmente, na *forma em que aparece*. Aí descubro que a mercadoria, por um lado, em sua forma natural, é uma *coisa útil* ou, aliás, *valor de uso*; e, por outro lado, é *portadora do valor de troca*, e, sob este ponto de vista, valor de troca mesmo. A análise ulterior deste último me mostra que o valor de troca é apenas a *forma* de manifestação, modo de apresentação independente do *valor* contido na mercadoria. E, então, parto para a análise do valor” (*NW*, 415-6, grifos do autor).

Robert Kurz, em uma polêmica contra Michael Heinrich, salienta a importância metodológica da investigação para a validade científica da reflexão teórica que há em se fazer a distinção entre essência e aparência, neste texto de *A substância do capital*: “Marx, pelo contrário, estabelece a diferença entre a essência e a aparência, na qual ele vê fundamentada, antes de mais, a necessidade da reflexão teórica: ‘[...] toda a ciência seria supérflua se a forma de aparência e a essência das coisas fossem imediatamente coincidentes’ (Karl Marx, *Das Kapital*, vol. III, Berlim 1965, *MEW* 25, 825). Por isso, Marx volta sempre a fazer referência à diferença decisiva ‘entre todas as formas de aparência e o seu pano de fundo oculto. As primeiras se reproduzem de modo imediatamente espontâneo, como formas do pensamento usuais, o outro tem de ser primeiro descoberto pela ciência’ (*Das Kapital*, vol. I, *MEW* 23, p. 564)” (KURZ, 2004, pp. 94-5).

metros etc. Os 20m de tecido, enquanto unidade qualitativa e quantitativamente determinável e, por conseguinte, por conta de suas propriedades naturais, podem, por fim, também ser determinados por uma dada medida social, como, por exemplo, uma trena ou um metro de madeira. A descoberta tanto da forma com que os 20m de tecido podem ser úteis aos seres humanos quanto de sua respectiva medida social não paira no ar, mas tem um lastro histórico do qual não se pode abstrair completamente:

Descobrir esses diversos aspectos e, portanto, os múltiplos modos de usar as coisas é um ato histórico. Assim como também o é a descoberta de *medidas* sociais para a *quantidade* das coisas úteis. A diversidade das medidas de mercadorias origina-se em parte da natureza diversa dos objetos a serem medidos, em parte da convenção. (MEW 23, pp. 49-50; C, I-1, p. 165, grifos do autor)

O caráter dos 20m de tecido, bem como de toda mercadoria analisada segundo sua forma de aparência imediata, é a sua utilidade. Esse caráter constitui nossa mercadoria aqui investigada como um valor de uso. O modo de ser empírico da mercadoria enquanto valor de uso se identifica com sua existência natural palpável. A utilidade de uma dada mercadoria não pode existir independentemente de seu corpo próprio, pois, do ponto de vista da qualidade, são as diversas propriedades corpóreas da mesma que a torna um objeto possuidor de alguma utilidade. É o conjunto das múltiplas qualidades naturais dos 20m de tecido que constitui o seu caráter útil e o transforma em valor de uso para o homem.

Tal como aparecem, os valores de uso formam o conteúdo material da riqueza socialmente constituída para qualquer forma social historicamente determinada. Ainda que as necessidades humanas estejam sempre inseridas em um determinado contexto social e, por conta disso, os valores de uso possam servir de diferentes maneiras – os 20m de tecido podem servir para forrar a mesa de jantar da vovó, com a finalidade de higiene; ou para vestir a modelo que desfila na passarela de moda, com uma finalidade estética; ou para servir de “escada” para a fuga do detento que esteja na prisão, com um objetivo tático-estratégico etc. – , eles não exprimem ainda, a rigor, nenhuma relação social de produção. O caráter útil das mais variadas maneiras de se apropriar dos valores de uso das coisas independe de se elas são produzidas ou não pelo trabalho do homem. Os 20m de tecido continuam sendo úteis ao ser humano quer sejam produzidos pelo tecelão ou pela máquina de tear automatizada, quer, por hipótese, caiam já prontos do céu ou brotem integralmente da terra. Não há identidade entre a utilidade de um dado objeto e a atividade ou processo que o produz.<sup>15</sup> A utilidade “contida”

---

<sup>15</sup> Mesmo que um determinado produto seja elaborado de maneira completamente automatizada, sem a intervenção da força de trabalho humano, ainda assim ele continua sendo algo útil ao homem. Marx diz o

na mercadoria sob a forma de valor de uso não se realiza de súbito ou de maneira imediata, mas em devir, ou seja, tão-somente mediante seu uso efetivo, através do seu processo relacional de consumo pelo ser humano. É na relação de apropriação das qualidades úteis das mercadorias pelo homem que ocorre a realização do caráter útil de seus valores de uso.

No entanto, a mercadoria 20m de tecido não nos aparece só como um objeto útil, mas também como uma coisa passível de ser trocada por outra espécie de mercadoria diferente, por exemplo, 1 casaco. A partir do corpo ou sob a forma de valor de uso, pois, a mercadoria 20m de tecido foi analisada segundo os aspectos qualitativo e quantitativo. Agora ela se apresenta sob outro duplo ponto de vista, enquanto valor de uso e enquanto valor de troca. Só que, nesse momento, este último duplo ponto de vista é unicamente considerável com referência a mercadorias diferentes entre si que estabelecem uma relação mútua de proporção quantitativa e não apenas com uma mercadoria singular. Pode-se dizer, portanto, que a mercadoria 20m de tecido é tanto um objeto útil quanto constitui, ao mesmo tempo, a portadora material do valor de troca – mas *cum grano salis*, visto que a análise não explicitou ainda todo o conteúdo do objeto da investigação.

Do ponto de vista da qualidade, por que se troca 20m de tecido por 1 casaco? Do ponto de vista da quantidade, por que se troca 20m de tecido por 1 casaco e não, ao invés disso, por 100 casacos? Será “a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie” “algo casual e puramente relativo”? Será que existe algo “intrínseco à mercadoria”, uma espécie de alma para além de seu corpo físico que determina, de maneira objetiva e necessária, a proporção exata em que esta relação precisa ocorrer? (Cf. *MEW* 23, pp. 50-1; *C*, I-1, p. 166)

O fato de a mercadoria ser passível de troca por outra nos fornece uma brecha para penetrarmos no interior da mesma e tentar descobrir os seus mistérios. Investiguemos, pois, a coisa mais de perto. Se se estabelece a seguinte equação de igualdade, a saber, 20m de tecido = 1 casaco, então o que ela nos revela? Que em coisas completamente diferentes entre si, tanto do ponto de vista qualitativo quanto quantitativo do seu valor de uso, precisa haver algo comum, da mesma forma tanto qualitativa quanto quantitativamente. Expressa, portanto, que existe algo igual entre elas e que o mesmo é totalmente diverso de suas respectivas figuras visíveis e propriedades corpóreas. Entre os dois termos dessa equação há um terceiro termo idêntico.

---

seguinte na *Contribuição à crítica da economia política*: “O que nos interessa no pão como valor de uso são suas propriedades alimentares, e nunca os trabalhos do rendeiro, do moleiro, do padeiro etc. Se qualquer invenção suprimisse dezenove vigésimos desses trabalhos, o pedaço de pão prestaria os mesmos serviços que antes.” (Z, pp. 21-2)

Fazendo-se abstração de todas as determinações empíricas das mercadorias, de todas as suas propriedades corpóreas que lhes conferem *status* de valor de uso, chega-se, por conseguinte, a “algo comum” a ambas. É este algo comum que, por sua vez, torna as mercadorias cambiáveis entre si, mas “que em si não é nem uma nem outra” (Cf. *MEW* 23, p. 51; *C*, I-1, p. 167):

Esse algo comum não pode ser uma propriedade geométrica, física, química ou qualquer *propriedade natural* das mercadorias. Suas propriedades corpóreas só entram em consideração à medida que elas lhes conferem utilidade, isto é, tornam-nas valor de uso. Por outro lado, porém, *é precisamente a abstração de seu valor de uso que caracteriza evidentemente a relação de troca das mercadorias.* (*MEW* 23, pp. 51-2; *C*, I-1, p. 167, grifos nossos)

Não fiquemos presos apenas às determinações particulares das mercadorias e comecemos a penetrar mais profundamente na coisa mesma, para tentar descobrir o que é o seu âmago constitutivo. Mas, afinal de contas, o que torna possível o intercâmbio destas mercadorias? Qual é, então, o terceiro termo comum que se exprime nesta relação de troca? É o valor das mercadorias. O valor de troca se apresenta agora como a forma de manifestação [*Erscheinungsform*] de um conteúdo dele distinto, a saber, o valor. O valor das mercadorias tem um significado diferente de seu valor de troca. Este último é a forma de aparência empírica daquele primeiro. O valor é a determinação da essência suprassensível que não possui nenhuma propriedade material; é o conteúdo fundamental que faz com que a relação de troca se dê de maneira necessária. É, portanto, o valor que torna as mercadorias completamente distintas entre si, sob o ponto de vista da qualidade do valor de uso, suscetíveis de serem trocadas:

*O que há de comum, que se revela na relação de troca ou valor de troca da mercadoria, é, portanto, seu valor.* O prosseguimento da investigação nos trará de volta ao *valor de troca, como maneira necessária de expressão ou forma de manifestação do valor.* (*MEW* 23, p. 53; *C*, I-1, p. 168, grifos nossos)

Com isso, a análise abstrativa reduz o valor de troca ao valor das mercadorias, sendo este último o que está na base da relação de troca tanto de um dado valor de uso, 20m de tecido, por outro, 1 casaco, como também na de todas as relações de troca da sociedade produtora de mercadorias inteira. No entanto, o que importa, em última análise, nessa relação, não é “o quê”, o valor de uso das mercadorias, mas tão-somente “o como”, a forma-valor [*Wertform*] sob a qual essa conexão ocorre: o valor puro e simples subjacente a ambos os pólos da equação. Por conta disso, enquanto valores, não há nenhuma diferença ou distinção

entre uma dada mercadoria e outra. Já não importa o que está situado nessa relação de equivalência, porque sob o prisma do valor é indiferente se se trata de linho, casaco, bombas atômicas etc.:

À primeira vista, a relação de troca mostra que a substância do valor de troca é completamente diferente e independente da existência fisicamente palpável da mercadoria ou do seu ser-aí como *valor de uso*. Ela se caracteriza precisamente pela *abstração do valor de uso*. Com efeito, considerada segundo seu valor de troca, uma mercadoria é exatamente tão boa quanto qualquer outra, desde que esteja apresentada na proporção correta. (K, pp. 3-4, grifos do autor)

Vale agora salientar que é errôneo conceber a mercadoria individualmente como unidade de valor de uso e valor de troca. Toda mercadoria singular é a unidade de valor de uso e valor<sup>16</sup>:

Em outras palavras: *o valor de uma mercadoria tem expressão autônoma por meio de sua representação como 'valor de troca'*. Quando no início deste capítulo, para seguir a maneira ordinária de falar, havíamos dito: A mercadoria é valor de uso e valor de troca, isso era, a rigor, *falso*. A mercadoria é valor de uso ou objeto de uso e 'valor'. Ela se apresenta como esse duplo que ela é tão logo seu valor possua uma forma rápida de manifestação, diferente da sua forma natural, a do valor de troca, e ela jamais possui essa forma quando considerada isoladamente, porém sempre apenas na relação de valor ou de troca com uma segunda mercadoria de tipo diferente. No entanto, uma vez conhecido isso, aquela maneira de falar não causa prejuízo, mas serve como abreviação. (MEW 23, pp. 74-5; C, I-1, p. 188, grifos nossos)

Pode-se dizer, portanto, que a mercadoria é um ente concreto exterior ou um ser-aí [*Dasein*] que porta internamente um ser-valor [*Wertsein*] abstrato.<sup>17</sup> Por sua vez, este ser só se revela sob uma determinada forma de aparência, a saber, o valor de troca no interior de uma

<sup>16</sup> Vale salientar que o próprio Marx só pouco a pouco foi delineando precisamente essa distinção entre valor de troca e valor. Na *Contribuição* e nos *Grundrisse*, ele utiliza indistintamente o termo valor de troca, quanto na verdade deveria utilizar, em alguns contextos, o termo valor. Porém, nas *Notas sobre Wagner*, Marx diz o seguinte: “Portanto, não divido o valor em valor de uso e valor de troca como opostos, nos quais se cinde o abstrato, o ‘valor’, mas a *figura social concreta* [*die konkrete gesellschaftliche Gestalt*] do produto do trabalho: a ‘mercadoria’. Esta última é, por um lado, valor de uso e, por outro, ‘valor’, não valor de troca, visto que a mera forma de manifestação não é seu próprio conteúdo” (NW, p. 416, grifos do autor). Isaak Rubin notou este problema terminológico em Marx e, na *Teoria marxista do valor*, diz o seguinte: “Em [*Contribuição*] *Para a Crítica da Economia Política*, Marx ainda não distinguia nitidamente entre valor de troca e valor. Na *Crítica*, Marx iniciou sua análise pelo valor de uso, indo a seguir para o valor de troca, e daí passou diretamente para o valor (que ele ainda chamava *Tauschwert*). Esta transição é suave e imperceptível, na obra de Marx, como se fosse algo óbvio. Mas essa transição é feita por Marx de maneira bastante diferente em *O Capital* e é muito interessante comparar as duas primeiras páginas de *Crítica* e de *O Capital*” (RUBIN, 1987, p. 121, grifos do autor). Quanto à evolução da precisão terminológica das categorias da teoria do valor de Marx, cf. JAPPE, 2006, pp. 75-6, nota 40.

<sup>17</sup> Uma acurada análise da mercadoria, por vezes fazendo alusões importantes à doutrina do ser da *Lógica* de Hegel, foi feita por Enrique Dussel. Cf. DUSSEL, 1988, pp. 27-39; e 1990, pp. 178-97.

relação entre mercadorias com valores de uso distintos entre si. O valor de troca é a forma de representação pela qual o valor se serve para se expressar autonomamente no domínio do mundo mercantil. Pode-se dizer que no interior da particularidade do valor de uso dos 20m de tecido há, de maneira velada, a universalidade abstrata do valor. Esta universalidade, por sua vez, precisa se manifestar de maneira independente sob a forma da universalidade concreta do valor de troca de outra mercadoria, 1 casaco. Segundo uma hierarquia lógica de explicação, os modos de ser da mercadoria se sucedem segundo o seguinte esquema: inicialmente como universalidade abstrata do valor que depois se materializa na particularidade do valor de uso e, por fim, desdobra-se na universalidade concreta do valor de troca, ao se relacionar com outra mercadoria de espécie diferente.

A unidade da mercadoria, enquanto valor de uso e valor simultâneo, não é pacífica, mas constitui uma oposição que tende a destruir a própria mercadoria no seu todo. Há uma contradição inerente<sup>18</sup> à mercadoria entre o seu corpo de valor de uso empírico e a sua alma de valor imaterial. A alma da mercadoria, por ser um princípio puro e simplesmente não-sensível, tem uma propensão a dominar e destruir completamente as qualidades sensíveis do corpo da mesma. Ela reduz realmente estas qualidades à abstração pura e simples do valor, visto que “é precisamente a abstração de seus valores de uso que caracteriza evidentemente a relação de troca das mercadorias”. (Cf. *MEW* 23, pp. 51-2; *C*, I-1, p. 167)

*A oposição interna* entre valor de uso e valor, *oculta* na mercadoria, é, portanto, representada por meio de uma *oposição externa*, isto é, por meio da relação de duas mercadorias, na qual uma delas, cujo valor deve ser expresso, funciona diretamente apenas como valor de uso; a outra, ao contrário, na qual o valor é expresso vale diretamente apenas como valor de troca. *A forma simples do valor é, por conseguinte, a forma simples de manifestação da oposição entre valor de uso e valor contida na mercadoria.* (*MEW* 23, pp. 75-6; *C*, I-1, p. 189, grifos nossos)

Porém, a mercadoria só é mercadoria enquanto unidade de valor de uso e valor. Para protelar a aniquilação de si mesma de modo imediato, a mercadoria estabelece uma

---

<sup>18</sup> “Cada mercadoria individual já contém em si a contradição interna entre o valor de uso e o valor, mas esta apenas pode ser ‘representada’ pela contradição externa da relação entre a forma do valor relativa e a forma equivalente, na relação de troca. [...] O valor é a objetividade social da mercadoria, também da mercadoria individual, da mercadoria antes e independentemente da relação de troca secundária, na qual, sob condições capitalistas, o fenômeno do valor de troca na forma equivalente geral do dinheiro é idêntico à realização da mais-valia, isto é, ao regresso do capital à sua forma de dinheiro quantitativamente acrescida. O valor e a mais-valia, porém, já são determinações da essência da mercadoria como objetividade do valor antes desta ‘realização’ (na medida em que a mercadoria está desde sempre determinada como a forma específica da riqueza das sociedades capitalistas), realidade que em nada se altera quando essa realização não ocorre – o caráter de valor da mercadoria, nesse caso, manifesta-se em que seja escusamente tratada como lixo em vez de consumida, o que só é possível precisamente pelo fato de a sua essência social consistir *a priori* na objetividade do valor, e não na objetividade da necessidade.” (KURZ, 2004, p. 96)

relação de troca com outra mercadoria de tipo diferente. A contradição intrínseca à mercadoria se desdobra agora em uma contradição extrínseca em outra mercadoria que lhe serve de valor de troca. Como objetos úteis ou bens, as mercadorias são coisas fisicamente diferentes. Todavia, “dentro da mesma [da relação de troca – V.B.] um valor de uso vale exatamente tanto quanto outro qualquer, desde que esteja disponível em proporção adequada”. (MEW 23, p. 52; C, I-1, p. 167) Por sua vez, seu ser-valor as constitui como unidades idênticas e contraditórias entre si. A unidade contraditória da mercadoria não se origina da natureza, mas da sociedade:

De início, as mercadorias têm que ser consideradas, portanto, como *valores* pura e simplesmente, independentemente de sua relação de troca ou *forma* na qual *aparecem* como *valores de troca*. Enquanto objetos úteis ou bens, as mercadorias são coisas *corporeamente diferentes*. Por sua vez, seu *ser-valor* constitui sua *unidade*. Esta unidade não se origina da natureza, mas da *sociedade*. (K, p. 4, grifos do autor)

A unidade no interior da diversidade dos valores de uso sensíveis das mercadorias consiste, pois, no caráter de valor que lhes é comum. A unidade do valor das mercadorias é uma qualidade fantasmagórica<sup>19</sup> constituída no interior de uma determinada forma de sociedade, não sendo, portanto, algo natural. Porém, investiguemos mais de perto esta fantasmagoria que reduz todas as qualidades sensíveis próprias aos valores de uso das mercadorias a uma pura e simples propriedade abstrata, para tentarmos, com isso, descobrir em que consiste o seu caráter e qual a sua gênese.

## 2.2 – O resíduo fantasmagórico da mercadoria: a objetividade do valor

Através da análise abstrativa da mercadoria, chegamos ao valor como propriedade imaterial encarnada no seu corpo físico que lhe serve de *conditio sine qua non* para a relação de troca proporcional com outra mercadoria de maneira necessária e objetiva. Mas se o valor é uma qualidade abstrata e puramente social<sup>20</sup>, não se originando, portanto, da natureza, o que

---

<sup>19</sup> O valor fantasmagórico da mercadoria não é meramente uma forma imaginária, ilusória, irreal, mas constitui também a verdade efetiva das coisas mercantis, embora essa verdade não se revele de maneira imediata. O valor é uma abstração real que existe socialmente no interior do mundo mercantil e que determina as relações sociais dos indivíduos. No entanto, sua existência real é obnubilada pela forma concreta da mercadoria. A relação entre a forma abstrata e a forma concreta é marcada tanto por um jogo de ocultação e revelação quanto de subordinação dessa última forma àquela primeira forma.

<sup>20</sup> Neste contexto específico, ‘social’ é sinônimo de não-natural. Porém, haverá contextos em que ele significará algo pertencendo à esfera pública, em oposição à esfera privada. Segundo o primeiro sentido, pode-se dizer que a substância-trabalho é algo puramente social, não-natural. De acordo com o segundo sentido, pode-se dizer que o trabalho do tecelão é um trabalho privado que se torna um trabalho social pela troca generalizada de mercadorias, isto é, adquire uma dimensão pública. O primeiro sentido tem a ver com o caráter do trabalho. Já o segundo sentido tem a ver com a sua extensão espacial no interior da realidade social mercantil.

é que cria o valor? Se anteriormente investigamos o valor de uso dos 20m de tecido em termos das determinações da qualidade, da quantidade e da medida, poder-se-ia determinar mais precisamente o que é a abstração do valor também em termos qualitativo, quantitativo e da medida social? Sim.

Se abstrairmos de todas as propriedades concretas da mercadoria enquanto objeto externo útil, resta-nos uma única propriedade, a saber, a de ela ser produto do trabalho<sup>21</sup>. “A *substância social comum*, que se representa somente em valores de uso diferentes, é o *trabalho*.” (K, p. 4, grifos do autor) Portanto, o valor contido nos 20m de tecido é uma objetividade abstrata<sup>22</sup> constituída durante o processo de trabalho do tecelão. O valor não é uma qualidade perceptível empiricamente – como, por exemplo, a cor vermelha aplicada ao corpo dos 20m de tecido no seu processo de produção, com o seu tingimento com um corante –, mas uma pura forma fantasmagórica posta na realidade pela atividade de trabalho concreta do tecelão. Todavia, a posição<sup>23</sup> da objetividade do valor se realiza materialmente através ou durante o processo de produção do tecelão, mas não é criada por sua atividade concreta

<sup>21</sup> Nesse momento analítico da investigação de Marx, para se descobrir o valor como a base comum da relação de troca de mercadorias diferentes entre si, chega-se à categoria do trabalho como substância do valor. Há um processo de redução metodológica também das propriedades concretas dos trabalhadores produtores de mercadorias a uma pura abstração. Como bem diz Ruy Fausto, nesse momento a abstração não é uma generalização, mas uma redução: “Se a mercadoria é valor de uso, ela é igualmente valor de troca. E o valor de troca é uma determinação que supõe que uma relação se estabeleça entre pelo menos duas mercadorias. Para que a expressão de valor de uma mercadoria em outras mercadorias seja possível, é necessário que sua forma sensível seja reduzida a algo comum. Esse movimento que conduz ao valor como fundamento do valor de troca e ao trabalho como substância do valor não é uma generalização, mas uma *redução*” (FAUSTO, 1987a, p. 150, grifo do autor). Porém, a redução é o primeiro momento da análise metodológica, correspondente ao movimento inicial da abstração que se separa do todo das determinações concretas para se constituir como universalidade abstrata pura e simples. O segundo momento metodológico é sintético, onde se expõe o movimento em que essa universalidade abstrata se põe concretamente na realidade da sociedade de produção de mercadorias de maneira generalizada, subsumindo todas as propriedades concretas sob uma unidade abstrata. Portanto, o movimento que vai do concreto ao abstrato é uma redução, e o que vai do abstrato ao concreto é uma generalização. Há uma interconexão necessária entre esses dois momentos.

<sup>22</sup> É preciso ter sempre em mente o par de categorias antagônicas, a saber, subjetividade/objetividade, para se poder compreender a relação que há entre a substância-trabalho e o ser-valor. A relação que os envolve é de geração e não de identidade, visto que é o trabalho abstrato (subjetividade) que cria o valor (objetividade), mas que não é valor. Tanto a subjetividade ativa do trabalho abstrato quanto a objetividade passiva do valor são abstrações que pertencem, inicialmente, a um nível de realidade fantasmagórica, mas que, por sua vez, objetivam-se em um nível de realidade concreta.

<sup>23</sup> A “posição” é um termo muito caro tanto a Fichte quanto a Hegel. Em Fichte, tem um significado dialético de afirmação imediata (intuição intelectual) do Eu absoluto como ser real. Em Hegel, tem um sentido de realização do que é pura e simplesmente em si (pressuposição), mas que por mediações necessárias se determina até construir sua realidade efetiva para si (posição). Em Marx, o sentido desse termo é o de processo de realização de uma abstração social (não-natural) em momentos que se sucedem entre si progressivamente, tais como: 1) a posição imediata da substância-trabalho enquanto ser-valor abstrato, 2) a exteriorização desse ser enquanto um ente-mercadoria concreto, 3) a sua manifestação no corpo útil de outro ente-mercadoria que lhe serve de corpo de valor, enquanto processo de desdobramento ou duplicação de si memos e 4) a sua autonomização enquanto sujeito-capital.

O jogo dialético entre pressuposição e posição é também essencial ao pensamento de Ruy Fausto sobre o sentido da dialética em Marx. Porém, apesar de alguns méritos desse pensamento, apresentaremos nesta dissertação algumas de suas limitações. Para a compreensão faustiana desse jogo dialético, cf. FAUSTO, 1987b, pp. 149-79.

particular. A objetividade fantasmagórica do valor é constituída originariamente pela atividade fantasmagórica do trabalho humano abstrato geral. Ou seja, é no devir da atividade do trabalho particular do tecelão produtor do valor de uso que a objetividade abstrata do valor criada pelo trabalho abstrato se materializa nos 20m de tecido e aí se oculta:

*A objetividade do valor das mercadorias se diferencia de Wittib Hurtig, pois não se sabe onde ela está. Em direta oposição à palpável e rude objetividade dos seus corpos, não se encerra nenhum átomo de matéria natural na objetividade do valor das mercadorias. Podemos virar e revirar uma mercadoria singular, como queiramos, como coisa de valor ela permanece imperceptível. Recordemo-nos, entretanto, que as mercadorias apenas possuem objetividade de valor na medida em que elas sejam expressões da mesma unidade social de trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, então, é evidente que ela pode aparecer apenas numa relação social de mercadoria para mercadoria. Partimos, de fato, do valor de troca ou da relação de troca das mercadorias para chegar à pista de seu valor aí oculto. (MEW 23, p. 62; C, I-1, p. 176, grifos nossos)*

Para melhor precisar o que é trabalho abstrato e trabalho concreto produtor de mercadorias, em que ambas as formas encerram um duplo aspecto, a saber, valor de uso e valor, façamos inicialmente uma distinção analítica entre os mesmos. Por um lado, pode-se dizer que é a atividade particular do trabalho concreto do tecelão que produz o valor de uso da mercadoria 20m tecido. Por outro lado, pode-se dizer que é a atividade fantasmagórica geral do trabalho abstrato que constitui a objetividade também abstrata do valor, a qual está encarnada implicitamente no corpo do valor de uso do mesmo tecido. No entanto, o processo de produção dos 20m de tecido não ocorre separadamente em dois momentos distintos entre si. Não se pode dizer que durante um determinado momento da produção se executou uma atividade concreta e, em outro momento, uma atividade abstrata; nem, por conseguinte, que apenas em 10m de tecido se trabalhou sob uma forma concreta e nos 10m restantes, sob uma forma abstrata. Assim como a mercadoria 20m de tecido é uma unidade indivisa de termos opostos, ou seja, ao mesmo tempo valor de uso e valor, também o é o trabalho que confeccionou tal mercadoria. Façamos agora, para expor sobre o conteúdo do conceito de trabalho, uma unificação sintética, estabelecendo que o único e o mesmo trabalho do tecelão é, ao mesmo tempo, abstrato e concreto. Não há aí dois trabalhos diferentes entre si, mas só um único trabalho sob um duplo aspecto distinto. Ou seja, é o mesmo trabalho que tem um duplo carácter. Este carácter bifacético da atividade do tecelão é a gênese constituidora do duplo carácter da mercadoria 20m de tecido. Evidencia-se, com isso, que a natureza contraditória e antagônica da mercadoria, tomada enquanto valor de uso e valor, tem sua razão de ser no

caráter contraditório do trabalho que a produz, visto simultaneamente como trabalho abstrato e trabalho concreto.<sup>24</sup>

Vimos anteriormente que o caráter de uma dada mercadoria sob a forma de valor de uso é a sua utilidade em satisfazer alguma necessidade humana. Mas afinal de contas, qual o caráter da mesma mercadoria sob a forma de valor? Visto que o valor é uma pura forma abstrata ou uma objetividade residual fantasmagórica, sem consideração por nenhum conteúdo sensível, pode-se, então, assumir que o caráter do mesmo consiste em “uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida” (Cf. *MEW* 23, p. 52; *C*, I-1, p. 168).

Em termos de processo de representação e de expressão, o valor é o “produto” do trabalho abstrato. Porém, não é um objeto mesmo, perceptível empiricamente, mas apenas uma forma objetiva fantasmagórica ou uma objetividade em geral que representa a atividade de trabalho abstrato que, por sua vez, adquirirá paulatinamente colorações sensíveis na objetividade concreta particular dos valores de uso das coisas físicas mediante o aspecto concreto do trabalho. É a expressão do trabalho abstrato do tecelão que, sob uma forma de objetividade, assume, por assim dizer, uma forma objetiva real na matéria particular dos 20m de tecido.

Em termos de determinidades, o valor é a unidade de três propriedades abstratas específicas que se interseccionam reciprocamente entre si, a saber, substância, grandeza e forma<sup>25</sup>:

Conhecemos agora a *substância* do valor. É o *trabalho*. Conhecemos a sua *medida de grandeza*. É o *tempo de trabalho*. Sua *forma*, que cunha o *valor* ao *valor de troca*, resta por analisar. Antes, porém, precisamos examinar mais de perto as determinações já encontradas. (*K*, p. 6, grifos do próprio Marx)<sup>26</sup>

Penetremos, então, mais profundamente o interior da coisa mesma, isto é, as determinidades do valor para caracterizar especificamente suas peculiaridades. Para tanto, faz-se necessário dissecar analiticamente o conceito de valor. O ser-valor, por ser uma abstração pura, não é um conceito tão fácil de ser apreendido. Para melhor compreender o que

<sup>24</sup> Quanto ao caráter dual do trabalho produtor de mercadorias, cf. JAPPE, 2006, pp. 26-8 e FAUSTO, 1987a, pp. 150-3.

<sup>25</sup> Um bom exame sobre essas três determinidades do valor foi feito por I. Rubin, em *Teoria marxista do valor*, e R. Fausto, em *Dialética marxista, dialética hegeliana*. Cf. RUBIN, 1987, pp. 121-38 e FAUSTO, 1997, p. 33-48.

<sup>26</sup> Vale salientar que a substância do valor não é o tempo de trabalho, mas o trabalho puro e simples. Esse tempo é apenas a medida da grandeza do valor. Visto que o valor não é uma propriedade material, mas uma objetividade suprassensível, sua substância é o trabalho abstrato. Essa substância constitui o caráter do valor, ou seja, é o fator essencial do valor. É a substância-trabalho que confere realidade ao ser-valor. Mas não uma realidade concreta, e sim uma realidade abstrata – por mais paradoxal e estranho que isso possa parecer.

é este ser, estabeleçamos, pois, três categorias: 1) a categoria da qualidade, que Marx associa esta forma a determinados termos que são próprios ao seu âmbito, a saber, “substância social comum”, “propriedade comum”, “espécie de atividade produtiva”, “mesmo tipo de trabalho”, “mesma unidade”, “coisas da mesma natureza”, “caráter de valor” etc.; 2) categoria da quantidade: “grandeza”, “*quantum* de tempo socialmente necessário”, “duração”, “média necessária”, “grau social médio” etc.; e 3) categoria da relação: “forma de relação”, “equivalência”, “comensurabilidade”, “condição de permutabilidade”, “trocabilidade direta”, “função social”, “relação entre forma ativa e forma passiva” etc. Passemos, então, a analisar estas três formas de categorias.

### 2.2.1 – A substância do valor

A substância do ser-valor é o trabalho, enquanto pura imediatidade carente completamente de qualquer determinação, isto é, enquanto abstração pura é o nada.<sup>27</sup> É o puramente simples que não é composto de nada e existe apenas em si mesmo. A substância puramente social (não-natural e não-ontológica), produtora do valor é, enquanto qualidade abstrata, o trabalho humano abstrato. Portanto, segundo sua substância, o valor pode ser considerado como:

[...] a mesma *objetividade fantasmagórica*, uma *simples gelatina de trabalho humano indiferenciado*, isto é, do *dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida*. O que essas coisas ainda representam é apenas que em sua produção foi despendida força de trabalho humano, foi acumulado trabalho humano. Como cristais dessa *substância social comum* a todas elas, são elas valores — valores de mercadoria. (MEW 23, p. 52; C, I-1, p. 168, grifos nossos)

Pode-se dizer, pois, no concernente à substância do conceito de valor, que, “enquanto *valores*, as mercadorias nada mais são do que *trabalho cristalizado*” (K, p. 4, grifos do autor). A determinidade qualitativa abstrata do valor também tem as características da

<sup>27</sup> “Suponha-se que uma onça de ouro, uma tonelada de ferro, uma quarta de trigo e vinte varas de seda sejam valores de troca de igual grandeza. Como equivalentes, em que a diferença qualitativa dos seus valores de uso é apagada, esses produtos representam um volume igual do mesmo trabalho. O trabalho que se objetivou uniformemente neles precisa ser ele próprio uniforme, sem diferenças, trabalho simples, ao qual é tão indiferente se manifestar no ouro, no ferro, no trigo ou na seda, como ao oxigênio é indiferente encontrar-se na ferrugem, na atmosfera, no sumo de uva ou no sangue humano. Mas extrair o ouro, retirar o ferro da mina, cultivar o trigo e tecer a seda são espécies de trabalho qualitativamente diferentes entre si. De fato, o que aparece em forma de coisa como diversidade de valores de uso aparece em processo como diversidade da atividade que produz os valores de uso. Sendo indiferente frente à matéria particular dos valores de uso, o trabalho que põe o valor de troca é, portanto, indiferente frente à forma particular do próprio trabalho. Além disso, os diferentes valores de uso são produtos da atividade de indivíduos diferentes, portanto o resultado de trabalhos diferentes individualmente. Mas, como valores de troca, apresentam trabalho igual, sem diferenças, isto é, trabalho no qual a individualidade dos trabalhadores é apagada. Portanto, o trabalho que põe valor de troca é trabalho *universal abstrato*.” (Z, pp. 13-4, grifos do autor)

igualdade e da identidade. “O trabalho, entretanto, o qual constitui a substância dos valores, é trabalho humano igual, dispêndio da mesma força de trabalho do homem”. (MEW 23, p. 53; C, I-1, p. 168) As mercadorias são permutáveis entre si porque comportam no interior de seu corpo útil algo social idêntico que lhes é comum, ou seja, representam o mesmo valor. “Enquanto valores, casaco e linho são coisas de igual substância, expressões objetivas do mesmo tipo de trabalho.” (MEW 23, p. 58; C, I-1, p. 173)

Por isso, o que está em jogo neste momento da exposição de *O Capital* são todos aqueles termos da categoria da qualidade arrolados anteriormente:

Alfaiataria e tecelagem são elementos formadores dos valores de uso, casaco e linho, graças às suas diferentes qualidades; elas são *substâncias do valor* do casaco e do valor do linho na medida em que *se abstrai sua qualidade específica e ambos possuem a mesma qualidade, a qualidade de trabalho humano*. (MEW 23, pp. 59-60; C, I-1, p. 174, grifos nossos)

Enquanto substância social constituidora da abstração do valor, o trabalho abstrato é paradoxalmente uma qualidade<sup>28</sup>, a partir da qual posteriormente se poderá estabelecer uma grandeza quantitativa, ou seja, determinar quantitativamente um mais e menos de algo. É o *prius* a partir do qual se derivará à determinidade da grandeza do valor. A substância do valor constitui as mercadorias como coisas idênticas em essência, ou seja, como cristais homogêneos de uma mesma qualidade substancial.

Ao contrário de Kant e à semelhança de Hegel<sup>29</sup>, Marx assume que anterior a uma quantidade deve haver uma qualidade. A raiz do problema do primado da categoria da quantidade em detrimento da categoria da qualidade em Kant reside no seu conceito de coisa em si enquanto objetividade fantasmagórica ou objeto transcendental que não pode ser

---

<sup>28</sup> “Por trás do *quantum* de tempo de trabalho, é necessário evidentemente pensar uma qualidade, e essa qualidade é preciso tomá-la em sentido forte. O que permite pensar os agentes como *suportes* da relação de valor e do trabalho abstrato, que são logicamente os verdadeiros pontos de partida. A incapacidade de pensar o trabalho abstrato como ‘coisa social’ (como substância) impede que os clássicos se liberem de todo antropologismo na sua visada dos agentes. E mais do que isso, como já vimos, há uma relação entre a concepção do trabalho abstrato enquanto substância e a do capital enquanto sujeito (valor que se valoriza, movimento-sujeito). Incapazes de pensar o trabalho abstrato como substância, os clássicos também não chegam a pensar o capital como movimento-sujeito, a substância que se tornou sujeito e caem numa representação naturalizante e portanto misticante do capital. É necessário fazer do trabalho abstrato uma coisa-social substância – porque o valor não é um *quantum* que os agentes estabelecem subjetivamente (esta perspectiva subjetiva está também, de resto, na descrição de Castoriadis), mas algo que se impõe socialmente, e que é ao mesmo tempo qualidade e quantidade, para chegar a uma definição do capital em termos movimento-sujeito.” (FAUSTO, 1987a, p. 100, grifos do autor)

<sup>29</sup> Inserir-se-á alguns diálogos e analogias com os pensamentos de Kant, Fichte, Hegel e Aristóteles com o intuito tanto de facilitar a compreensão – na medida do possível – do interlocutor quanto de situar o cunho não puramente econômico, mas filosófico do pensamento de Marx. Temos consciência de que esses paralelos necessitariam de um diálogo mais extenso e profundo com esses pensadores, mas que isso não é possível devido às limitações do objetivo dessa dissertação. No entanto, isso pode servir de estímulo para o interlocutor pesquisar e tentar fazer as devidas conexões entre esses pensadores.

conhecido, mas tão-somente pensado enquanto postulado da razão que funciona como correlato da sensibilidade e como qualidade negativa limitadora do emprego do entendimento para o conhecimento de fenômenos da experiência possível. Este conceito serve para demarcar o limite que separa dois domínios da realidade completamente distintos: o fenomênico, que consiste na experiência possível de atuação do entendimento sobre os dados intuídos pela formas *a priori* da sensibilidade, e o numênico, enquanto um domínio que não podemos preencher, nem pela experiência possível, nem pelo entendimento puro. Ora, no item 3.3.2, estabeleceremos que “objeto transcendental” do valor não é nem independente do sujeito produtor de mercadorias – visto que é um resultado do “sujeito transcendental” do trabalho abstrato –, nem é independente dos objetos empíricos enquanto valores de uso – visto que é uma objetividade ínsita na própria mercadoria. Portanto, a mercadoria é uma coisa sensível e suprassensível que encerra em si mesma tanto o domínio fenomênico, enquanto valor de uso, quanto o domínio numênico do valor.

O trabalho abstrato constitui o fundamento do conceito de valor, seu caráter interior. Sem o fundo substancial abstrato do trabalho, o ser-valor deixaria de ser:

[...] a equiparação com a tecelagem reduz a alfaiataria realmente àquilo em que ambos são iguais, ao seu *caráter comum de trabalho humano*. Indiretamente é então dito que também a tecelagem, contanto que ela teça valor, não possui nenhuma característica que a diferencie da alfaiataria, e é, portanto, *trabalho humano abstrato*. Somente a expressão de equivalência de diferentes espécies de mercadoria revela o *caráter específico do trabalho gerador de valor*, ao reduzir, de fato, os diversos trabalhos contidos nas mercadorias diferentes a *algo comum* neles, ao *trabalho humano em geral*. (MEW 23, p. 65; C, I-1, p. 179, grifos nossos)

Portanto, o que torna possível as mercadorias serem coisas de valor essencialmente idênticas é a abstração do trabalho. Mas, afinal de contas, o que torna possível as mesmas serem proporcionalmente equivalentes? Consideremos, então, a segunda determinidade do valor.<sup>30</sup>

### 2.2.2 – A grandeza do valor

A categoria da grandeza quantitativamente determinável deriva-se, como explicitamos, de uma qualidade substancial abstrata: o trabalho abstrato enquanto constituidor social originário da objetividade do valor. A objetividade abstrata do valor não é constituída

---

<sup>30</sup> Vale salientar que a investigação das determinidades do valor, a saber, a substância, a grandeza e a forma, de maneira separada consiste em um procedimento metodológico para se analisar precisamente as especificidades de cada uma dessas determinidades. No entanto, não se pode perder de vista que o valor consiste em uma unidade indivisa na qual elas são sintetizadas.

apenas por uma determinidade qualitativa, mas é também de natureza quantitativa. O ser-valor é uma objetividade composta agora de substância-trabalho e grandeza de trabalho. Após se ter determinado a substância do valor, a saber, o trabalho abstrato que concerne ao “o que” da questão, está-se habilitado a passar à segunda determinidade do valor, a saber, a grandeza:

[...] as grandezas de coisas diferentes se tornam quantitativamente comparáveis só depois de reduzidas à mesma unidade. Somente como expressões da mesma unidade, são elas homônimas, por conseguinte, grandezas comensuráveis. Se 20 varas de linho = 1 casaco ou = 20 ou = x casacos, isto é, se dado *quantum* de linho vale muitos ou poucos casacos, cada uma dessas proporções implica sempre que linho e casaco, como grandezas de valor, sejam expressões da mesma unidade, coisas da mesma natureza. (MEW 23, p. 64; C, I-1, p. 178)

Se, antes, o valor das mercadorias, enquanto substância pura, era indeterminado, agora, sob a categoria da quantidade, sua grandeza já pode determiná-lo mais particularmente. “Casaco e linho não são apenas valores em geral, mas valores de determinada grandeza [...]” (MEW 23, pp. 59-60; C, I-1, p. 174) É a quantidade de trabalho despendida durante a sua produção que determina a grandeza de valor de uma dada mercadoria. Tal quantidade é medida pelo tempo de trabalho que, por sua vez, tem, como padrão de medida, as unidades de tempo, tais como dias, horas, minutos etc. Portanto, o tempo<sup>31</sup> de trabalho é que determina a medida da grandeza do valor. Pode-se dizer, então, do ponto de vista da grandeza, que “enquanto valores todas as mercadorias são apenas medidas determinadas de tempo de trabalho coagulado” (MEW 23, p. 54; C, I-1, p. 169). Trata-se agora do “quanto” da questão, isto é, como aquela substância qualitativa social abstrata pode ser medida quantitativamente. Neste momento, o que está em jogo é o conjunto de termos concernentes à categoria da quantidade.

---

<sup>31</sup> A substância-trabalho criadora do ser-valor é um universal abstrato puro e simples que, para se objetivar na realidade, precisa de que o seu modo de ser quantitativo, a saber, o tempo de trabalho enquanto fluxo homogêneo, condense-se concretamente como um ente-mercadoria determinado qualitativa e quantitativamente. Ora, se a primeira forma de representação da substância-trabalho (subjetividade) é o ser-valor (objetividade), sua segunda forma é o ente-mercadoria (realidade). O tempo de trabalho não é nem a substância-trabalho, nem o ser-valor, mas a condição subjetiva necessária para que todos os objetos mercantis (efetividade) sejam considerados como coisas de valor determinado quantitativamente. A condição objetiva necessária para isso é a divisão social do trabalho no espaço. Da unidade da condição subjetiva desse tempo e da condição objetiva desse espaço se obtém toda a realidade funcionando conforme a lei do valor. Na *Contribuição*, Marx diz o seguinte sobre o tempo de trabalho: “O tempo de trabalho é o modo de ser vivo do trabalho, indiferente frente à sua forma, ao seu conteúdo, à sua individualidade; é o seu modo de ser vivo como quantidade, e ao mesmo tempo sua medida imanente. O tempo de trabalho objetivado nos valores de uso das mercadorias é tanto a substância que os torna valores de troca e, portanto, mercadorias; como o padrão que mede a grandeza determinada do valor delas. As quantidades correlativas de valores de uso diferentes, nos quais se objetivou o mesmo tempo de trabalho, são equivalentes; ou ainda, todos os valores de uso são equivalentes nas proporções em que contêm o mesmo tempo de trabalho despendido, objetivado. Como valores de troca, todas as mercadorias são apenas medidas determinadas de *tempo de trabalho coagulado*” (Z, pp.14-5, grifos do autor).

O conteúdo do valor das mercadorias consiste, agora, não mais em uma pura imediatidade, mas em sua substância constituidora e em sua quantidade de grandeza determinada unificadas pela medida de tempo do trabalho. As mercadorias são, por isso, não apenas essencialmente idênticas, mas, sob a determinidade da grandeza, valores de grandeza igual, isto é, são coisas equivalentes. Não são somente coisas de uma mesma qualidade substancial, ou seja, o mesmo, mas também de um mesmo tanto.<sup>32</sup> Após terem sido constituídas como coisas de essência idêntica e de igual grandeza, agora as mercadorias podem se diferenciar como valores de grandeza completamente distintos entre si. Por exemplo, 20m de tecido vale  $x$ , enquanto 1 casaco vale  $2x$ . “Segundo nosso suposto, o casaco tem o dobro do valor do linho.” (MEW 23, p. 58; C, I-1, p. 173) Isto se deve porque foi necessário duas vezes mais tempo de trabalho para se produzir 1 casaco do que 20m de tecido.

Se o valor de uma mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho despendido durante a sua produção, poderia parecer que quanto mais preguiçoso ou inábil seja um homem, tanto maior o valor de sua mercadoria, pois mais tempo ele necessita para terminá-la. (MEW 23, p. 53; C, I-1, p. 168)

Todavia, o tempo de trabalho para produzir 20m de tecidos não é determinado apenas de maneira individual e particular, mas por uma média geral socialmente estabelecida. Se outro tecelão, com o auxílio de uma máquina de tear mais sofisticada, não produzir 20m de tecido, por exemplo, em 12hs, como o outro tecelão o faz sem esta máquina, mas em 8hs, então o valor dos 20m de tecido cai de  $x$  para  $2/3 x$ . Por conta disso, os 20m de tecido do tecelão, produzidos sem esta máquina, não contarão mais do que 8hs de trabalho, mesmo que ele ainda continue conseguindo produzi-los em apenas 12hs. Isto ocorre porque o valor das mercadorias é determinado por um padrão geral de tempo de trabalho socialmente necessário. Porém, para se produzir 20m de tecido, não é necessário, segundo o padrão estabelecido pela sociedade em geral, mais do que 8hs. Caso surja uma máquina ainda mais sofisticada, com uma capacidade produtiva ou produtividade maior, que produza os 20m de tecido em 4hs, então o padrão socialmente necessário de valor desta mercadoria específica, tomando-se por referência o tempo de trabalho de 12hs inicial, é  $1/3 x$ .

---

<sup>32</sup> “Se uma onça de outro, um tonelada de ferro, uma quarta de trigo e vinte varas de seda são valores de troca de igual grandeza, ou equivalentes, então uma onça de ouro, meia tonelada de ferro, três alqueires de trigo e cinco varas de seda são valores de troca de grandezas inteiramente diferentes, e esta diferença quantitativa é a única de que eles são suscetíveis enquanto valores de troca em geral. Como valores de troca de grandezas diferentes, apresentam um mais ou menos, maiores ou menores *quanta* daquele trabalho universal abstrato, uniforme, simples, que constitui a substância do valor de troca.” (Z, p. 14, grifo do autor)

Cada uma dessas forças de trabalho individuais é a mesma força de trabalho do homem como a outra, à medida que possui o caráter de uma *força média de trabalho social*, e opera como tal *força de trabalho socialmente média*, contanto que na produção de uma mercadoria não consuma mais que o trabalho em *média necessário* ou *tempo de trabalho socialmente necessário*. *Tempo de trabalho socialmente necessário é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer, nas condições dadas de produção socialmente normais, e com o grau social médio de habilidade e de intensidade de trabalho*. Na Inglaterra, por exemplo, depois da introdução do tear a vapor, bastava talvez somente metade do trabalho de antes para transformar certa quantidade de fio em tecido. O tecelão manual inglês precisava para essa transformação, de fato, do mesmo tempo de trabalho que antes, porém agora o produto de sua hora de trabalho individual somente representava meia hora de trabalho social e caiu, portanto, à metade do valor anterior. (MEW 23, p. 53; C, I-1, pp. 168-9, grifos nossos)

### 2.2.3 – A forma do valor

Porém, até agora, determinamos somente o conteúdo do valor, ou seja, sua unidade de substância e de grandeza; ainda resta analisar sua forma, a saber, a forma do valor, para que apreendamos o conceito do valor de maneira mais precisa e completa. O trabalho abstrato constitui o caráter do valor, enquanto que o tempo de trabalho socialmente necessário concerne ao seu *quantum*. A objetividade do valor não é um todo de múltiplas propriedades concretas perceptíveis empiricamente pelos sentidos, mas um todo de determinidades abstratas inteligíveis apenas pelo pensamento especulativo<sup>33</sup>. O valor é a unidade fantasmagórica de conteúdo e de forma completamente abstratos.

De início, vale salientar que a forma do valor, uma forma absolutamente abstrata, não se restringe à categoria do valor de troca, que é uma forma perceptível concretamente.<sup>34</sup> A

<sup>33</sup> O ser-valor é um ser de caráter suprassensível que não pode ser visto ou conhecido diretamente, mas apenas nos produtos resultantes da atividade do trabalho enquanto “espelhos” sensíveis nos quais tal ser se revela. Esse ser reside oculto no interior da mercadoria e pode ser captado conceitualmente através de relações entre categorias. Ao contrário do que Kant pensava sobre a coisa em si, o ser-valor só pode ser dado pela experiência possível ao pensamento porque é posto, de fato, na realidade de produção de mercadorias pelo trabalho dos indivíduos. Essa realidade não está cindida entre um mundo sensível (aquém) e um mundo suprassensível (além), mas é a unidade desses domínios completamente opostos. Portanto, dessa perspectiva, o pensamento especulativo significa a reflexão através da qual se compreende a natureza metafísica da sociedade produtora de mercadorias enquanto simultaneamente uma realidade sensível e suprassensível. Essa concepção do pensamento especulativo se assemelha bastante à de Hegel, embora o conteúdo a que este pensamento se aplique de forma válida, ao contrário de Hegel, seja apenas ao moderno sistema produtor de mercadorias. Quanto à concepção hegeliana de pensamento especulativo, cf. INWOOD, 1997, pp. 114-7.

<sup>34</sup> “[...] Marx analisa a ‘forma-valor’ (*Wertform*) separadamente do valor de troca (*Tauschwert*). Para incluir a forma social do produto do trabalho no conceito de valor, temos de dividir a forma social do produto em duas formas: *Wertform* e *Tauschwert*. Pela primeira, entendemos a forma social dos produtos que ainda não está concretizada em coisas determinadas, mas representa uma propriedade abstrata das mercadorias. Para incluir no conceito de valor as propriedades da forma social do produto do trabalho e mostrar, assim, a inadmissibilidade da identificação do conceito de valor com o conceito de trabalho – identificação frequentemente abordada pelas apresentações populares de Marx –, temos de provar que o valor deve ser examinado não apenas quanto ao aspecto da substância do valor (isto é, o trabalho), mas também quanto ao aspecto da ‘forma-valor’. Para incluir a forma-valor no conceito de valor, temos de separá-la do valor de troca, que é tratado separadamente do valor por Marx. Dividimos assim a forma social do produto em duas partes: a forma social, que ainda não adquiriu

forma do valor é a forma da essência, enquanto o valor de troca é a forma da aparência.<sup>35</sup> A forma essencial do valor é a forma mediante a qual o conteúdo do valor se desdobra na realidade, aparecendo, com isso, sob uma determinada forma, a saber, o valor de troca. A forma do valor é a condição de possibilidade necessária para que a substância e a grandeza abstratas do conceito do valor se apresentem em pessoa na figura do valor de troca.

Porém, não nos limitemos a tratar desse processo de realização do abstrato no concreto apenas com formas e conteúdo. Traguemos, portanto, a matéria também para dentro da investigação. Uma mercadoria particular, por exemplo, 20m de tecido, contém no seu conceito em-si conteúdo e forma essencial de valor, que entram em oposição radical com sua matéria de valor de uso, gerando, por conta disso, uma tensão insuportável no interior da própria mercadoria que, devido a essa contradição liminar, tende a se autodestruir. Para evitar a sua própria aniquilação, a mercadoria individual de natureza dupla estabelece uma relação com outro tipo de mercadoria, 1 casaco, de caráter também dual. Esta relação é uma relação de valor ou de troca entre as mesmas, mediante a qual o conteúdo etéreo de valor dos 20m de tecido se expressa no corpo útil ou valor de uso do casaco, sob a forma de valor de troca. Nesta relação de valor, a sua forma essencial serve de *medium* para que a alma conteudística gêmea comum a ambas as mercadorias se reconheça frente ao seu outro. O casaco, enquanto corpo natural útil, figura no interior desta relação como espelho de valor. A relação de valor é a relação de posição efetiva daquilo que estava em-si, mas que, agora, se tornou para-si. A tarefa já está resolvida.

---

uma forma concreta (ou seja, ‘forma-valor’), e a forma que já possui uma forma concreta e independente (ou seja, valor de troca).” (RUBIN, 1987, p. 130)

<sup>35</sup> R. Kurz, em *Trabalho abstrato e socialismo*, estabelece dois níveis de abstração reflexiva, ao tratar do conceito de forma do valor: o nível da aparência e o nível da essência. O nível da essência consiste na objetividade abstrata do valor da mercadoria individual, enquanto forma essencial que representa o conteúdo abstrato do trabalho no próprio processo de produção. O nível da aparência consiste no valor de troca, enquanto forma de manifestação sensível da objetividade do valor, na relação de troca entre duas mercadorias diferentes: “Se uma *distinção* entre o trabalho e o valor deve ser estabelecida, então o *valor* seria a *forma do trabalho*, e, portanto, o *valor de troca* seria a *forma de uma forma*’, em uma segunda potência. Em outras palavras: comparado ao conteúdo do trabalho vivo, *o valor é uma forma*; comparado à forma de manifestação do valor de troca ou da relação de troca entre duas mercadorias, *o valor é ele próprio o conteúdo*. Estamos tratando de um *duplo conceito de forma do valor*, que não foi explicitado enquanto tal por Marx. No primeiro nível, o conceito de forma do valor reflete o *transpassamento* do trabalho (vivo, em processo) ao valor, ou à objetividade do valor da mercadoria singular. Neste nível, o conteúdo consiste no próprio trabalho vivo, em seu caráter processual, que se expressa na medida de tempo do trabalho” (KURZ, 1987, p. 63, grifos nossos).

R. Fausto, em *Marx, lógica e política*, utiliza o termo “forma no interior da forma” para caracterizar a distinção entre essência e aparência do valor: “Por outro lado, em direção progressiva, mas aqui a *diferença* é antes entre *forma e conteúdo* (*Gehalt* ou *Inhalt*), seria preciso dizer ainda que a forma, em sentido estrito, isto é, *a forma no interior da forma, se desdobra ela própria em forma (forma fenomenal, aparência) e conteúdo, isto é, essência ou fundamento*. Assim, após as distinções já efetuadas, será preciso distinguir o valor de troca, forma fenomenal (*Erscheinungsform*) do valor, do valor seu conteúdo (*Gehalt*)” (FAUSTO, 1987a, p. 147, grifos nossos).

Embora haja distinção entre a forma da essência e a forma da aparência, elas estão em conexão estutural e necessária.

[...] a equiparação da mercadoria *B* com *A* é a própria expressão de valor da mercadoria *A*. *Paris vaut bien une messe*. Por meio da relação de valor, a forma natural da mercadoria *B* se torna a forma de valor da mercadoria *A* ou o corpo da mercadoria *B* o espelho do valor da mercadoria *A*. Ao se relacionar com a mercadoria *B* como corpo de valor, como materialização de trabalho humano, a mercadoria *A* torna o valor de uso de *B* material de sua própria expressão de valor. O valor da mercadoria *A*, assim expresso no valor de uso da mercadoria *B*, possui a forma do valor relativo. (MEW 23, p.67; C, I-1, pp. 180-1, grifos do autor)

Pode-se dizer, agora, do ponto de vista da categoria da relação, que:

*Enquanto valores*, todas as mercadorias são *equivalentes substituíveis e trocáveis umas pelas outras*, porque são *expressões da mesma unidade*, do trabalho humano. Uma mercadoria é, portanto, *permutável* em geral por outra mercadoria desde que possua uma forma em que *apareça como valor*. Um corpo de mercadoria é *imediatamente trocável* por outra mercadoria na medida em que *sua forma imediata*, isto é, sua própria *forma natural* ou *corpórea represente valor*, ou *conte como figura de valor* contraposta a outra mercadoria. (W, p. 768, grifos do autor)

Se, contudo, a substância do valor consiste no “o que” da questão e a grandeza do valor, no “quanto” da questão, o problema da forma do valor concerne ao “como” da questão, isto é, ao como uma abstração pura se metamorfoseia em algo concreto. Então, neste momento da exposição, o que tem que se levar em conta são os termos arrolados anteriormente sobre a categoria da relação – mas isto não é ainda tudo, falta tratarmos do “porquê” da questão, quando investigarmos o caráter fetichista da mercadoria.

Voltemos, então, sem nos perdermos pelo meio deste escarpado caminho, para o elemento constituidor do valor. Portanto, é correto dizer que o valor de uma dada mercadoria, por exemplo, 20m de tecido, não é “produto” de um *quantum* de trabalho, mas que é produzido por um *qualia* substancial abstrato, a saber, a abstração trabalho. Pretender-se-á, em seguida, medir tal qualidade substancial redutora na forma de grandeza quantitativa por unidades de tempo, enquanto a forma do valor essencial fará com que aquilo que se encontrava implícito em uma mercadoria se explicita no corpo de outra mercadoria sob a figura fenomenal do valor de troca.

Marx faz questão de chamar atenção para o modo de proceder equivocado de alguns economistas, como S. Bailey, por exemplo, que confunde forma de valor e valor, achando que o que constitui o valor é a quantidade:

Os poucos economista que, como S. Bailey, ocuparam-se com a análise da forma de valor não podiam chegar a nenhum resultado, primeiro porque *confundem a forma de valor e o valor mesmo*, de início, *consideram*

*exclusivamente a determinação quantitativa. ‘A disposição sobre a quantidade (...) constitui o valor’.* (MEW 23, p. 64; C, I-1, p. 178, nota 17, grifos nossos)

Seremos mais rigorosos ainda e pediremos para que não se confunda substância, grandeza e forma do valor que, por um lado, têm suas especificidades analíticas, mas, por outro, não são determinidades separadas do valor. As determinidades do valor constituem entre si uma síntese triádica, na qual mantêm uma conexão estrutural e necessária.<sup>36</sup> Ainda que o conteúdo do conceito do valor consista na unidade de substância e grandeza, seu caráter é constituído pelo trabalho abstrato, enquanto *actum* puro e geral, que, por sua vez, precisa ser determinado mais precisamente por unidades de tempo. A determinação desse *actum* concerne ao processo de objetivação ou materialização de sua objetividade fantasmagórica em um *factum* concreto particular, qual seja, uma dada mercadoria singular. Enquanto coisa portadora de valor, uma mercadoria é um todo de propriedades abstratas. O resultado a que se chega, após todo esse processo de reflexão, portanto, é à mercadoria como coisa na qual um princípio abstrato se materializou sob a representação de uma forma de objetividade fantasmagórica em um suporte material de valor de uso. Investiguemos, então, mais profundamente o conceito de trabalho.

### 2.3 – A realidade da abstração do conceito de trabalho

Ora, se se faz abstração das propriedades particulares dos diversos valores de uso das mercadorias, é porque as várias formas concretas dos trabalhos que produzem tais valores também foram abstraídas e reduzidas ao puro e simples “dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos” (MEW 23, pp. 58-9; C, I-1, p. 173). Já não são mais produtos do trabalho do tecelão, do alfaiate, de Albert Einstein, ou de algum outro trabalho determinado. Os diversos trabalhos particulares perdem as qualidades concretas que lhes são próprias para se tornarem uma homogeneidade geral, isto é, trabalho humano abstrato:

---

<sup>36</sup> O valor é inicialmente um ser abstrato e geral constituído pela substância-trabalho que se objetiva em um determinado ente-mercadoria sob a forma da grandeza de tempo de trabalho determinado. A substância do trabalho e a grandeza de tempo compõem o conteúdo do valor. Porém, este conteúdo só se manifesta sob uma determinada relação de valor, enquanto forma do valor. Cornelius Castoriadis estabelece no texto *Valor, igualdade, justiça, política* a seguinte conexão entre substância, grandeza e forma do valor: “Não se pode evidentemente falar de quantidade sem perguntar: quantidade *de quê?* Só há quantidade de substância. E não se poderia confundir a forma do valor das mercadorias e o Valor das mercadorias. A forma do valor é uma ‘expressão do Valor’ (*Wertausdruck*) – por meio da qual o Valor da mercadoria aparece ou se manifesta, não *in persona* (nenhuma substância metafísica digna deste nome jamais o fez e não poderia fazê-lo), mas em e por uma relação ou ligação; essa ligação, essa forma é o valor de troca que se manifesta lógico-historicamente como ‘forma simples ou acidental’, ‘forma total ou desenvolvida’, ‘forma geral’ e enfim ‘forma moeda’. Todas essas ‘formas’ são apenas manifestações, expressões, apresentações, formas de aparecimento – do que afinal? Toda expressão é expressão de alguma coisa. Aqui: *do* Valor. Começamos, necessariamente, pelos fenômenos; mas procuramos neles a essência”. (CASTORIADIS, 1997, pp. 337-8, grifos do autor)

Deixando de lado então o valor de uso dos corpos das mercadorias, *resta a elas apenas uma propriedade*, que é a de serem produtos do trabalho. Entretanto, o produto do trabalho também já se transformou em nossas mãos. *Se abstrairmos o seu valor de uso, abstraímos também os componentes e formas corpóreas que fazem dele valor de uso*. Deixa já de ser mesa ou casa ou fio ou qualquer outra coisa útil. *Todas as suas qualidades sensoriais se apagaram*. Também já não é o produto do trabalho do marceneiro ou do pedreiro ou do fiandeiro ou de qualquer outro trabalho produtivo determinado. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, desaparece o caráter útil dos trabalhos neles representados, e *desaparecem também, portanto, as diferentes formas concretas desses trabalhos, que deixam de diferenciar-se um do outro para reduzir-se em sua totalidade a igual trabalho humano, a trabalho humano abstrato*. Consideremos agora o *resíduo* dos produtos do trabalho. *Não restou deles a não ser a mesma objetividade fantasmagórica, uma mera gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida*. O que essas coisas ainda representam é apenas que em sua produção foi despendida força de trabalho humano, foi acumulado trabalho humano. Como cristais dessa substância social comum a todas elas, são elas valores — valores de mercadoria. (MEW 23, p. 52; C, I-1, pp. 167-8, grifos nossos)<sup>37</sup>

Marx não está aí pintando de róseo<sup>38</sup> o moderno sistema produtor de mercadorias fundado no trabalho abstrato-concreto, mas a sua análise lógica abstrativa demonstra que ocorre, realmente, um processo de redução abstrativa, não apenas ao nível da reflexão especulativa, mas também no próprio seio da vida social.<sup>39</sup>

---

<sup>37</sup> R. Kurz cita exatamente esse texto, em *A substância do capital*, salientando que esse é o começo da crítica severa que Marx desfere contra a moderna sociedade produtora de mercadorias, cujo fundamento é a abstração real do trabalho, enquanto substância social negativa e destrutiva: “Não se pode deixar de observar que aqui o conceito de trabalho abstrato não configura uma árida definição positivista, mas sim o *começo da crítica conceitual de uma realidade francamente negativa*. O ‘abstrair do valor de uso’, de modo que ‘todas as [...] qualidades sensíveis lhe escaparam’, a fim de se alcançar uma ‘objetividade fantasmagórica’, ‘uma mera massa do dispêndio de trabalho humano’ já *significa uma tendência francamente destrutiva do mundo sensível e social*. *Pois se trata aqui do lado prático, ativo de uma abstração real social, e não de uma abstração meramente lingüística, que exprima coisas existentes no pensamento, sem com isso imediatamente atingir praticamente o mundo físico e social*. A abstração ‘trabalho’ representa aqui antes de mais uma referência imediata à ação, nomeadamente como um a priori da reprodução social, com conseqüências imprevisíveis” (KURZ, 2004, p. 58, grifos nossos).

<sup>38</sup> É no primeiro capítulo de *O Capital* que Marx inicia a construção de sua crítica ao moderno sistema produtor de mercadorias. Ele o faz não em referência ao processo de exploração do trabalho pelo capital, mas ao processo de abstração de todo o conteúdo sensível da realidade ao princípio abstrato do trabalho. Marx já esboça sua teoria crítica do fetichismo, ou seja, do princípio fetichista do trabalho como o caráter negativo da realidade de produção de mercadorias.

<sup>39</sup> “Esta redução aparece como uma abstração, mas é *uma abstração que se faz diariamente no processo da produção social*. A redução de todas as mercadorias a tempo de trabalho não é uma abstração maior nem menos real que a redução a ar de todos os corpos orgânicos. De fato, o trabalho assim medido pelo tempo não aparece como trabalho de indivíduos diferentes, antes os diferentes indivíduos que trabalham aparecem normalmente como simples órgãos do trabalho. Aliás, o trabalho, tal como se apresenta nos valores de troca, poderia ser qualificado como trabalho humano geral. *Essa abstração do trabalho humano geral existe no trabalho médio que qualquer indivíduo médio de uma dada sociedade pode efetuar, é um determinado dispêndio produtivo de músculos, nervos, cérebro etc. humanos.*” (Z, p. 15, grifos nossos)

De início, após se ter apreendido o conteúdo lógico autocontraditório da mercadoria, pode-se dizer que o duplo caráter do trabalho, isto é, de ele ser ao mesmo tempo abstrato e concreto, é, realmente, o fundamento de todo *O Capital* e da sociedade produtora de mercadorias inteira. O trabalho abstrato-concreto é: 1) a condição mediante a qual algo ideal se torna real, 2) o dinamismo alucinado da sociedade capitalista, e 3) a contradição originária desta sociedade, a qual conduzirá necessariamente ao seu colapso.

A abstração do trabalho é, inicialmente, imediatidade pura e simples, sem nenhuma propriedade empírica, uma forma pura e indiferente em relação a qualquer conteúdo sensível, puro “dispêndio de força de trabalho humano sem consideração pela forma como foi despendida” e na qual “todas as suas qualidades sensoriais se apagaram”. No entanto, esta abstração pura precisa necessariamente se exteriorizar no real, por força maior da contradição imanente ao seu próprio conceito, a saber, a unidade estrutural explosiva entre abstrato e concreto. Entretanto, o trabalho abstrato ou geral não é o resultado de uma reunião concreta de diferentes tipos particulares de trabalho, mas o princípio geral apriorístico de síntese esterilizadora de todos os diferentes tipos particulares de trabalho. Poder-se-ia falar que a sociedade produtora de mercadorias é uma fenomenologia do conceito do trabalho abstrato-concreto em processo de realização de si, que, por conseguinte, implica a aniquilação total do mundo. O trabalho abstrato é a pura atividade de dispêndio da força de energia humana que constitui o valor, o qual, por sua vez, exprime-se em um suporte material, o valor de uso dos 20m de tecido que, por fim, estabelecerá necessariamente uma relação de troca com outro valor de uso, 1 casaco. Esta atividade pura é uma abstração real<sup>40</sup> que se autodetermina,

---

<sup>40</sup> “Porém, a essência da abstração da mercadoria consiste em que ela não é um produto mental, nem tem sua origem na mente do homem, mas em suas ações. Contudo, isso não confere à ‘abstração’ uma significação meramente metafórica. Ela é abstração em seu sentido preciso e literal. O conceito econômico de valor, que daí resulta, caracteriza-se pela ausência completa de qualidade e por uma diferenciação puramente quantitativa, por sua aplicabilidade a qualquer espécie de mercadoria e prestação de serviços que possam ser apresentados no mercado. Essas propriedades da abstração econômica do valor, de fato, revelam uma semelhança estreita com as categorias fundamentais das ciências da natureza, sem que se manifeste a mínima relação interna entre dois planos completamente heterônomos. Enquanto os conceitos das ciências da natureza são abstrações do pensamento, *o conceito econômico do valor é uma abstração real*. Embora ele não exista em nenhum lugar senão na mente humana, ele não se origina do pensamento. Ele é de caráter puramente social e surge na esfera espaço-temporal das inter-relações humanas. Não são as pessoas que originam esta abstração, mas suas ações. ‘Não o sabem, mas o fazem’.” (SOHN-RETHEL, 1977, p. 22) “A sociedade é essencialmente conceito, tal como o é o espírito. Na sociedade, enquanto unidade dos sujeitos humanos que reproduzem a vida da espécie através de seu trabalho, as coisas se tornam seres objetivos, independentes da reflexão, sem se considerar as qualidades específicas dos trabalhadores e dos produtos do trabalho. *O princípio de equivalência do trabalho social torna a sociedade, no sentido burguês moderno, tanto em algo abstrato quanto na mais real de todas as coisas, exatamente como Hegel diz sobre o conceito enfático de conceito*.” (ADORNO, 1993, p. 20, grifos nossos) “A abstração do trabalho é para Marx uma abstração real [...]. Dizer que a abstração do trabalho não se confunde com a simples generalidade ‘trabalho’ não que dizer que a primeira exclua toda generalidade. Na realidade, as abstrações reais ‘trabalho’ e ‘valor’ põem a generalidade. Ou antes, elas põem a universalidade, mas esta universalidade é generalidade *posta*. O ‘geral’ se torna universal singular, universal concreto.” (FAUSTO,

passando de sua condição de pura forma social (não-natural) para obter existência social (não-privada, mas pública) real, ao se encarnar na carcaça material das mercadorias:

*A força de trabalho do homem em estado líquido ou trabalho humano cria valor, porém não é valor. O trabalho humano se torna valor em estado coagulado [geronnenem Zustand], em forma objetivada [gegenständlicher Form]. Para expressar o valor do tecido como gelatina de trabalho humano, ele deve ser expresso como uma ‘objetividade’ [gegenständlichkeit], uma coisa objetiva [dinglich] diferente do tecido mesmo e simultaneamente comum ao tecido e a outra mercadoria. (MEW 23, pp. 65-6; C, I-1, p. 179, grifos nossos)*

No entanto, o trabalho objetivado nas mercadorias é ao mesmo tempo abstrato e concreto. E Marx salienta que “esse é o ponto crucial em torno do qual gira a compreensão da Economia Política” (MEW 23, p. 56; C, I-1, p. 171) e que foi o primeiro a descobrir isso.<sup>41</sup> Por tanto, põe esse trabalho de caráter duplo na base do desenvolvimento de todo *O Capital* e como fonte originária da contradição radical que implicará na destruição da própria lógica do capital.

A natureza bifacética do trabalho caracterizará a relação conflitual que lhe é imanente entre, por um lado, sua forma ideal pura e simplesmente social, como princípio ativo abstrato com tendência à infinitude e, por outro lado, seu conteúdo material, enquanto substrato concreto com limites bem determinados. Esta relação tensa entre infinito e finito será a força motriz que conferirá dinamismo tanto ao desenvolvimento das categorias de *O Capital* quanto à realidade capitalista produtora de mercadorias, já que a abstração torna-se real. Mas também ocasionará uma crise estrutural insolúvel, pois a forma acabará por triunfar sobre o conteúdo. Entretanto, forma e conteúdo só podem ser concebidos em unidade e, por

---

1987a, pp. 90-1, primeiros grifos nossos) “Entretanto, não se pode duvidar de que Marx tratou exatamente desse problema da abstração real na sua teoria do valor, ou seja, da *coisa* que se efetua independentemente do pensamento: o trabalho universal abstrato, enquanto pressuposto social, torna-se real [*Realwerden*]. Analisou a manifestação do trabalho abstrato em forma de coisa real [*dinglich-realen*] separada da sua utilidade. E perseguiu todas as metamorfoses por meio das quais a abstração se torna dinheiro. *As abstrações do trabalho e do valor são categorias reais do modo de produção capitalista, portanto, abstrações sociais reais*; e a investigação delas pertence principalmente ao âmbito da crítica da economia política, e não da teoria do conhecimento.” (KURZ, 1987, p. 82, estes últimos grifos são nossos) “*O trabalho abstrato, cujo conceito Marx estabelece, não é a generalização mental de que falávamos há pouco, mas sim uma realidade social, uma abstração que se torna realidade. [...] O dinheiro representa algo de abstrato – o valor –, e o representa enquanto algo de abstrato. [...] Onde a circulação de bens for mediada pelo dinheiro, a abstração se tornou algo de bastante real. Podemos então falar de uma ‘abstração real’.*” (JAPPE, 2006, p. 39, grifos nossos)

<sup>41</sup> Em *Notas sobre Wagner*, Marx diz o seguinte: “Sobre o ‘trabalho’ [...], o sr. Wagner não distingue entre o caráter concreto de todo trabalho e o dispêndio de força de trabalho, comum a todas estas espécies de trabalho concreto.” (NW, p. 403, grifos do autor) “Por outro lado, o *vir obscurus* não percebe que, já na minha análise da mercadoria, não me detenho no modo dual como esta última se apresenta, mas passo imediatamente a demonstrar que nesse ser duplo da mercadoria se apresenta o caráter bifacético do trabalho, do qual ela é produto: o trabalho útil, isto é, o *modi* concreto dos trabalhos que criam valores de uso; e o trabalho abstrato, o trabalho como dispêndio de força de trabalho, indiferente a qualquer modo útil em que ocorra esse dispêndio (sobre o qual se baseia a apresentação do modo de produção) [...]” (NW, p. 417, grifos do autor).

isso, só podem sucumbir em conjunto. Toda a realidade concreta limitada, a sociedade e a natureza, não é capaz de dar cabo ao processo compulsivo de autodeterminação da abstração trabalho. Tal aspecto ocasionará um entrave intransponível que porá em xeque a própria unidade negativa do trabalho e apontará o seu fim.

Para compreender melhor as nuances do conceito do valor, utilizamos as categorias da qualidade, da quantidade e da relação, mediante as quais conseguimos determinar a substância, a grandeza e a forma do valor. Poderemos, nesse sentido, também lançar mão de um expediente esquemático para tratar rigorosamente sobre o conceito do trabalho produtor de mercadorias? Sim. Mas agora vamos nos servir das categorias formais da identidade, diferença e totalidade. Logicamente falando, no nível da base essencial, investigamos as determinações do ser-valor. Agora, passaremos para o nível do fundamento originário, investigando a substância-trabalho segundo estas últimas categorias.

O procedimento metodológico de Marx se assemelha bastante ao de Fichte – na *Doutrina da ciência* de 1794-95. Este último toma por ponto de partida de sua investigação um determinado fato [*Tatsache*] da consciência. Em seguida, através de um processo de abstração de todas as determinações empíricas que não pertencem efetivamente a tal fato, ele chega ao *eu sou* enquanto fato supremo de todos os fatos particulares da consciência. O *eu sou* enquanto fato supremo consiste na essência basilar de determinação dos fatos empíricos. Todavia, Fichte passa do nível da essência basilar para o nível do fundamento originário. Neste último nível o *eu sou* não se apresenta mais como fato supremo, mas como ato [*Tathandlung*] supremo. Este ato é o princípio pura e simplesmente incondicionado de todo o sistema da *Doutrina da ciência*. Portanto, há, para Fichte, três níveis de abstração reflexiva tal como o há para Marx: 1) o da aparência imediata que consiste no fato empírico – para Marx é a mercadoria singular –; 2) o da essência basilar que consiste no fato supremo abstraído de todas as determinações particulares do fato empírico – para Marx é o valor –; e 3) o do fundamento originário que concerne ao ato supremo do Eu absoluto – para Marx é o trabalho abstrato.

O caráter deste Eu é ação ou atividade pura pela qual põe seu próprio ser. Porém, o ser do Eu não pode ser compreendido como algo fixo ou imóvel, mas como processo ou devir, visto que ele só é enquanto sendo. É a atividade de autoposição do Eu que constitui sua essência mesma. Em suma, há uma relação intrínseca entre atividade, pôr e ser. Para Fichte, a determinidade originária do Eu é o agir. O pensar e o representar são meras determinações particulares do Eu que não dão conta do princípio de identidade único do *eu sou*, enquanto identidade simultânea entre o agente e o produto da ação, o ativo e aquilo que é produzido

pela atividade, ação e feito são um e o mesmo.<sup>42</sup>

O processo de absolutização do sujeito transcendental promovido por Fichte enquanto *matrix a priori* a partir da qual tudo é estruturado e deduzido metodologicamente consiste, fundamentalmente, na superação de uma suposta coisa em si. Assumir o não-Eu como algo produzido por uma dada representação (idealismo) é tão unilateral ou dogmático quanto fazer da representação um produto do não-Eu (realismo) completamente independente do Eu. Na *Doutrina da ciência*, o não-Eu será produzido efetivamente, não pelas representações do entendimento, mas pela faculdade da imaginação transcendental. O *eu sou* é uma posição pura e simples, ou seja, é um estado de pura imediatidade do Eu consigo mesmo. Esta estrutura reflexiva é a intuição intelectual. Para Fichte, o *eu sou* constitui a estrutura reflexiva essencial a partir da qual todas as determinações particulares da consciência e da realidade são deduzidas. Há uma dimensão da consciência em que sujeito e objeto se coincidem imediatamente. Tal dimensão é onde reside a autoconsciência da intuição intelectual enquanto condição de possibilidade de consciência do mundo. Portanto, todo olhar sobre um dado objeto, implica necessariamente a atividade subjetiva pura do Eu de se voltar sobre si mesmo. Neste momento genético da exposição da *Doutrina da ciência*, o Eu é posição imediata e autoreferente de seu próprio ser. É precisamente nesta intuição que reside o princípio supremo que supera o dualismo kantiano entre coisa em si e fenômeno, com o estabelecimento de um fundamento mais originário que unifica os pólos contrapostos em uma totalidade.

Contudo, podemos perceber que as determinações do ato supremo do Eu absoluto também se assemelham bastante às do trabalho abstrato. O *eu sou* enquanto ato supremo da consciência tem por caráter a pura atividade em si.<sup>43</sup> A atividade pura do Eu absoluto é a sua autoposição como ser em si mesmo. O Eu absoluto de Fichte é também a unidade de opostos, é ao mesmo tempo sujeito e objeto, é a identidade (Eu absoluto) da identidade (eu) e da diferença (não-eu). A natureza bifacética do Eu constitui uma contradição no interior do seu conceito e o impulsionará a buscar, através de sínteses dialéticas, formas sob as quais o Eu e o não-Eu possam coexistir sem que se suprimam completamente. O Eu absoluto é uma totalidade na qual estão contidos o seu si mesmo (princípio de identidade), o seu outro

---

<sup>42</sup> Cf. FICHTE, 1984, p. 96 ss.

<sup>43</sup> “É indispensável, aqui, *pensar o conceito de atividade inteiramente puro*. Por ele não pode ser designado nada que não esteja contido no *pôr absoluto do eu por si mesmo*; nada que não esteja imediatamente na proposição ‘eu sou’. É claro, portanto, que *deve ser feita total abstração não só de todas as condições de tempo, mas também de todo objeto da atividade*. O estado-de-ação [*Tathandlung*] do eu, *ao pôr ele seu próprio ser*, não se dirige a nenhum objeto, e sim *retorna a si mesmo*. *Só quando o eu representa a si mesmo, torna-se objeto*.” (FICHTE, 1984, p. 69, grifos nossos)

(princípio de diferença ou de contraposição) e o comum ao si mesmo e ao outro (princípio de razão suficiente).<sup>44</sup> Isso posto, passemos, então, à investigação do conceito de trabalho segundo as categorias da identidade, diferença e totalidade, visto que elas representam as determinações do conceito de trabalho enquanto princípio originário do moderno sistema produtor de mercadorias.

### **2.3.1 – O caráter do conceito de trabalho ou trabalho abstrato puramente social**

Sob o prisma da categoria da identidade, o conceito de trabalho é assumido enquanto imediatidade pura e simples, enquanto puro ato idêntico a si mesmo. Nesta sua interioridade fechada em si mesma, a abstração do trabalho não constitui nenhum objeto concreto, mas a objetividade fantasmagórica do valor. Todavia, na posição imediata da substância-trabalho enquanto seu próprio ser-valor ocorre uma contradição entre atividade abstrata do conceito de trabalho e a objetividade do valor, a qual precisa, por isso, ser posta na exterioridade.

Portanto, pode-se dizer que o caráter do trabalho é sua pura expressão objetiva geral no valor das mercadorias, sem consideração pela forma particular e conteúdo sensível da força de trabalho geral despendida na produção da mesma. É a indiferença pura, sem consideração pela individualidade dos trabalhadores que se representa no valor. É o cair da noite em que todos os gatos são pardos. É a pura negatividade em que todas as qualidades foram eliminadas. É o trabalho que “se representa apenas de um modo negativo, como trabalho em que todas as formas concretas e propriedades úteis dos trabalhos reais são abstraídas” (*MEW* 23, p. 81; *C*, I-1, p. 194).<sup>45</sup>

As determinações desse pólo negativo do conceito de trabalho são a expressão e a representação do valor. A primeira representação da substância-trabalho do ser-valor é sob a forma de mercadoria de um determinado objeto concreto, como 20m de tecido. É este princípio ativo completamente abstrato e mais originário contido no conceito do trabalho que engendrará o processo de transpassamento do valor contido em uma determinada mercadoria para o corpo de outra mercadoria diferente. É também a fonte originária de caracterização de todos os trabalhos úteis particulares como idênticos; o princípio identitário de todas as mercadorias como coisas portadoras de um ser-valor abstrato.

---

<sup>44</sup> Cf. FICHTE, 1984, pp. 43-62.

<sup>45</sup> Cf. nota 43.

Mas se o pólo negativo do trabalho abstrato é a abstração de todas as qualidades concretas que constitui a expressão e a representação pura e simples do valor, qual seria, então, o pólo positivo desta abstração? Passemos, pois, para a determinação do conceito de trabalho no sentido fisiológico.

### **2.3.2 – O lado fisiológico puro do trabalho abstrato residualmente determinado**

O caráter puro do conceito de trabalho que classifica o trabalho indiferenciado puro e simples é a abstração de todas as propriedades concretas dos trabalhos reais. Mas, após esse processo de redução, sobra ainda um único resíduo, a saber, o dispêndio de força humana abstraído de toda consideração da forma particular deste dispêndio. Este resíduo ainda é uma qualidade abstrata e uma propriedade puramente social, que não advém da natureza. Mas, por ser um resíduo que ainda sobra, é o pólo positivo constituidor do caráter abstrato do conceito de trabalho:

Sua própria *natureza positiva* é expressamente ressaltada. Ele é a redução de todos os trabalhos reais à sua *característica comum de trabalho humano*, ao *dispêndio de força de trabalho do homem*. (MEW 23, p. 81; C, I-1, p. 194, grifos nossos)<sup>46</sup>

Agora não se trata de um ato puro, sem nenhuma determinidade, que consiste apenas no representar e expressar valor, mas de uma um pouco mais determinada qualidade abstrata de dispêndio de energia humana no sentido fisiológico do termo<sup>47</sup>. Como a abstração pura não se objetiva diretamente na realidade, precisando, para isso, de se metamorfosear em coisas concretas através de mediações, ela se vale de um primeiro *medium* para se materializar, a saber, o puro e simples dispêndio de energia humana em sentido fisiológico puro. O resíduo do dispêndio de energia humana abstrata é a base a partir da qual se pode determinar a quantidade de tempo de trabalho.

A abstração do trabalho, digamos assim, é tão abstrata que sua posição súbita e direta no real promoveria um choque funesto entre sua natureza absolutamente abstrata e as

---

<sup>46</sup> O termo ‘natureza positiva’ não tem aí um sentido axiológico enquanto algo bom. Mas um sentido quantitativo enquanto uma grandeza superior a zero. O grau zero da constituição fetichista da sociedade produtora de mercadorias é o trabalho abstrato enquanto um puro nada ou pura negatividade.

<sup>47</sup> O mesmo princípio metodológico aplicado ao conceito de valor, enquanto unidade sintética de substância, grandeza e forma, vale agora para o conceito de trabalho. O trabalho é ao mesmo tempo abstrato, fisiológico e concreto. Por causa do aspecto fisiológico do conceito de trabalho de Marx, alguns interpretes promoveram uma naturalização biologizante do trabalho. Porém, tal conceito no seu todo é tão-somente social e historicamente determinado. Quanto ao caráter social também do aspecto fisiológico do conceito de trabalho em Marx, cf. FAUSTO, 1987a, pp. 90-7; KURZ, 2004, pp. 57-64; POSTONE, 1996, pp. 148-57; e RUBIN, 1987, pp.146-74.

múltiplas determinações concretas do todo da realidade. Tal choque promoveria uma mudança de reflexão do seu movimento centrífugo impulsivo progressivo de saída de si mesma na direção do real, para um movimento centrípeto regressivo de retração em direção ao seu próprio caráter puro.

No nível da primeira mediação objetivante, o que o conceito de trabalho abstrato representa, não é apenas uma expressão pura e simples, mas um exercício de gasto puro de dispêndio de músculos, nervos, cérebros, mãos humanos, sem determinar ainda a forma particular em que isto se configura, se pela figura do tecelão, do alfaiate etc. Este dispêndio de energia humana de trabalho é a base caracterizadora de todos os trabalhos produtores de valor de uso como iguais entre si.

Mas a abstração é recalcitrante e continua sua saga maldita de realização de si mesma, porém, agora, através de uma mediação bem mais determinada, a saber, o dispêndio fisiológico sob uma dada forma particular.

### **2.3.3 – O lado fisiológico determinado da abstração trabalho ou trabalho concreto**

A diferença que há entre os dois níveis responsáveis pela objetivação do trabalho abstrato consiste precisamente que naquela primeira mediação o dispêndio ocorre de maneira indeterminada e pura, já neste segundo nível de mediação a particularidade se faz presente. Esta diferença será a condição tanto de materialização intensiva da abstração trabalho no interior da realidade quanto de seu desdobramento extensivo na totalidade da sociedade.

Portanto, o conceito de trabalho é a unidade de aspectos opostos entre si, a saber, trabalho abstrato e trabalho concreto. O aspecto abstrato e o aspecto concreto do trabalho têm um fundo comum, enquanto dispêndio de força humana de trabalho, diferenciando apenas entre, por um lado, o caráter geral, enquanto igual trabalho humano e, por outro, a forma particular deste dispêndio, enquanto tem por objetivo particular a produção de utilidades.<sup>48</sup>

---

<sup>48</sup> O conceito de trabalho é marcado por uma oposição originária – tal como o é o conceito de Eu sujeito-objeto absoluto de Fichte – entre *seu* aspecto abstrato e *seu* aspecto concreto. Esta oposição é mediada por um terceiro termo que consiste na forma genérica do conceito do trabalho comum a todas as suas formas específicas particulares: o dispêndio de músculos, nervos, cérebro, mãos etc. humanos. O dispêndio de energia humana genérica serve de *medium* para que a universalidade abstrata do trabalho se objetive nas mercadorias enquanto coisas sociais resultantes de trabalhos concretos executados sob suas formas específicas particulares, tais como, tecelagem, alfaiataria etc. Portanto, qualquer uma dessas atividades produtivas é ao mesmo tempo trabalho abstrato e concreto, visto que todas elas são dispêndio geral de energia humana sob uma forma específica particular. O conceito de trabalho abstrato-concreto de Marx é bastante diferente do conceito de trabalho alienado, utilizado em seus escritos da juventude, e do conceito de trabalho assalariado que, por sua vez, é uma categoria mais concreta e complexa, e será tratada por ele em um momento ulterior de *O Capital*. Portanto, o conceito de trabalho abstrato-concreto, enquanto categoria *a priori*, concerne ao fundamento negativo de

Das considerações precedentes resulta que não há, propriamente falando, *duas espécies de trabalho* na mercadoria. Porém, *o mesmo trabalho* se apresenta nela sob *dois aspectos opostos*, conforme se reporte ao *valor de uso* da mercadoria como *seu produto*, ou ao *valor* dessa mercadoria como *sua pura expressão objetiva*. *Todo o trabalho* é, por um lado, *dispêndio de força humana, no sentido fisiológico*, e é sob este aspecto de *trabalho igual* que ele *constitui o valor das mercadorias*. *Todo o trabalho* é, por outro lado, *dispêndio da força humana sob esta ou aquela forma produtiva, determinada por um objetivo particular*, e é sob esse aspecto de *trabalho concreto e útil* que ele *produz valores de uso ou utilidades*. (LC, I-I, p. 61, grifos nossos)<sup>49</sup>

A distinção entre os aspectos abstrato e concreto do trabalho serve mais para ilustrar liminarmente a contradição própria ao conceito de trabalho que tende necessariamente a se auto-implodir<sup>50</sup>. O trabalho abstrato não é um elemento estranho ao trabalho concreto que se apodera dele do exterior, mas formam entre si pólos antagônicos de uma mesma lógica contraditória. O aspecto concreto da abstração geral do trabalho é tão-somente o modo pelo qual o aspecto abstrato desta mesma abstração se serve para se objetivar no mundo e se apropriar da matéria natural e social. Como diz Marx, o trabalho concreto é a “forma de manifestação de seu contrário, trabalho humano abstrato. [...] Funciona como mera expressão de trabalho humano indiferenciado” (MEW 23, p. 73; C, I-1, p. 186).

A rigor, deste o princípio, a produção de 20m de tecido pelo tecelão e 1 casaco pelo alfaiate, por exemplo, é o mesmo processo absurdo, e os produtos fabricados, a rigor, são idênticos, pois são ambos produtos de uma abstração. Não se percebe esta identidade imediatamente, porque, inicialmente, nos é dado unicamente o corpo sensível da mercadoria. Porém, faz-se necessário abstrair das determinações empíricas para se elevar e pensar sobre o núcleo abstrato da mesma. Com isso, pode-se daí deduzir que, ao final, não só o tecido e o casaco perderam todas as suas qualidades particulares, mas os próprios produtores perderam suas individualidades específicas. Toda a realidade tende a ser subsumida destrutivamente sob a pura substância abstrata do trabalho que a sintetiza incessantemente segundo sua natureza abstrata basilar.

---

estruturação da moderna sociedade produtora de mercadorias e se torna uma realidade prática que impregna toda a sociedade através de mediações sociais entre os indivíduos.

<sup>49</sup> Faz-se necessário, por vezes, utilizarmos a versão francesa de *O Capital* revisada por Marx, pois ele corrige algumas passagens que haviam ficado obscuras e ambíguas nas outras versões.

<sup>50</sup> O trabalho é um paradoxo completo, pois um dos seus aspectos, o trabalho abstrato (o si mesmo), tem uma tendência incessante a destruir seu outro aspecto que lhe é também constitutivo, a saber, o trabalho concreto (o outro do si mesmo). O processo de efetivação do trabalho é ao mesmo tempo um processo de aniquilação do outro pelo si mesmo e, por conseguinte, de ambos. A indiferença do trabalho abstrato é tanta que ele deixa de levar em consideração o trabalho concreto, seu “irmão gêmeo siamês” que possui sua mesma base fundamental e lhe é essencial para viver.

Portanto, o trabalho é uma totalidade negativa enquanto abstração pura de identidade em si mesma (princípio de identidade), dispêndio de força humana concreta sob uma forma particular (princípio de diferença) e dispêndio de força humana genérica comum a todos os trabalhos particulares (princípio de razão suficiente). É a identidade (trabalho abstrato puro e simplesmente social) de identidade (trabalho no sentido fisiológico geral) e diferença (trabalho concreto particular).

#### 2.4 – O jogo dialético da forma do valor e a gênese lógica do dinheiro

Nosso exame anterior nos revelou que toda mercadoria é uma unidade antagônica entre conteúdo abstrato de valor e matéria sensível de valor de uso, ou seja, que as mercadorias são ao mesmo tempo objetos úteis e portadores de objetividade do valor. Porém, o valor conteúdoístico suprassensível oculto no corpo sensível da mercadoria só se revela mediatamente, a saber, através de uma forma, a forma do valor<sup>51</sup>.

Pelo fato de toda mercadoria ser uma coisa dual, possui, por isso, também uma forma dual, qual seja, de revestir ao mesmo tempo, por um lado, uma forma natural visível – que corresponde ao seu aspecto de valor de uso particular – e, por outro, uma forma social invisível, correspondente ao seu aspecto de objetividade fantasmagórica de valor geral. Portanto, a forma da mercadoria, no seu todo, é a forma natural de valor de uso, concernente ao seu modo de existência empírica imediata e a forma social de valor, concernente a sua determinidade essencial abstrata. Esta última forma só manifesta realmente seu ser-valor em uma relação social de troca, tendo, para tanto, que assumir a forma de valor de troca. Há, portanto, uma forma triádica que envolve todo o processo de realização do ser-valor abstrato da mercadoria, a saber, forma essencial de valor, forma natural de valor de uso e forma fenomenal de valor de troca. Contudo, na relação de valor subjaz uma forma de valor que configura a expressão da alma de valor velada no corpo útil de uma dada mercadoria, por exemplo, 20m de tecido, no corpo útil de outra mercadoria distinta, 1 casaco:

As mercadorias vêm ao mundo sob a forma de valores de uso ou de corpos de mercadorias, como ferro, linho, trigo etc. Essa é a sua forma natural com que estamos habituados. Elas só são mercadorias, entretanto, devido à sua *duplicidade*, objetos de uso e simultaneamente portadores de valor. Elas aparecem, por isso, como mercadoria ou possuem a forma de mercadoria apenas na medida em que possuem *forma dupla*, forma natural e forma de valor. (MEW 23, p. 62; C, I-1, p. 176, grifos do autor)

---

<sup>51</sup> Quanto ao desenvolvimento pormenorizado da dialética da forma do valor de Marx, cf. BÁEZ, 1997, pp. 37-64, ELDRED e HANLON, 1981, pp. 24-44 e FAUSTO, 1997, pp. 49-74.

A relação de valor entre duas mercadorias de espécie diferentes é uma relação de manifestação do ser-valor, contido no corpo de valor de uso de uma mercadoria, no corpo de valor de uso da outra mercadoria. Ou seja, pelo fato de uma mercadoria singular ser dual, ela só expressa seu caráter abstrato no corpo concreto da outra mercadoria, no interior da relação de valor. A relação de expressão do valor possui dois pólos, a saber, forma relativa e forma equivalente. Estes dois pólos derivam da própria forma de valor essencial. A forma relativa do valor diz respeito à forma assumida por aquela mercadoria que expressa o seu próprio conteúdo de valor contido no seu valor de uso natural. A forma relativa, por isso, tem um papel ativo na relação de valor. Já a forma equivalente do valor consiste na forma que a outra mercadoria assume na mesma relação de valor, enquanto mero suporte material em que o valor da primeira mercadoria se manifesta, tendo, portanto, um papel passivo:

Na expressão simples do valor, as duas espécies de mercadorias, o tecido e o casaco, desempenham, evidentemente, *dois papéis diferentes*. O tecido é a mercadoria *cujo valor se expressa no corpo da mercadoria de espécie diferente*, no casaco. Por outro lado, a espécie de mercadoria casaco serve *como material no qual o valor se expressa*. A primeira mercadoria desempenha um papel ativo; a segunda, um papel passivo. Pode-se dizer, pois, da mercadoria *cujo valor se expressa na outra mercadoria: seu valor se apresenta como valor relativo*, ou se encontra na *forma de valor relativo*. Ao contrário, pode-se dizer da outra mercadoria, aqui o casaco, que *serve de material para a expressão do valor: ela funciona como equivalente* da primeira mercadoria, ou se encontra na *forma [de valor – V.B.] equivalente*. (W, p. 764, grifos do autor)

As duas formas da relação de valor têm duas características peculiares, quais sejam, a inseparabilidade e a polaridade. Aquela primeira característica faz com que a forma relativa e a forma equivalente sejam momentos inelimináveis de uma mesma expressão de valor que, por conta disso, pressupõem-se reciprocamente. Já a segunda característica consiste na oposição extrema que existe entre estes dois pólos que, por isso, excluem-se mutuamente. Esta oposição decorre da própria natureza bifacética da mercadoria enquanto unidade de valor de uso e valor. Já aquela relação recíproca se deve à necessidade do ser-valor da mercadoria de perpassar o interior do corpo de valor de uso da mercadoria 20m de tecido, para, em seguida, se desdobrar no suporte material de valor de uso da outra mercadoria que lhe contrapõe nesta relação, 1 casaco.

Se a relação de valor é uma relação em que seus termos são, ao mesmo tempo, interdependentes e contrapostos que se excluem polarmente, então uma mesma mercadoria não pode se situar nesta relação simultaneamente sob a forma relativa e a forma equivalente, visto que, desta maneira, não poderia expressar seu ser-valor. A expressão de valor da

mercadoria não pode ocorrer autoreflexivamente ou entre mercadorias de uma mesma espécie, mas tão-somente entre mercadorias diferentes entre si. Isto se deve ao fato de o ser-valor ser uma objetividade puramente social e abstrata e que, por conseguinte, só pode aparecer através de mediações sociais de troca, de mercadoria para mercadoria. Por exemplo, na equação seguinte: “20m de tecido = 20m de tecido”: não há expressão alguma de valor, pois é uma tautologia que exprime apenas uma dada quantidade de um objeto útil concreto, mas não um ser-valor abstrato. Esta abstração só pode se tornar real em uma relação de mercadorias com corpos de valores de uso distintos:

*A forma relativa de valor e a forma equivalente pertencem uma à outra, determinam-se reciprocamente, são momentos inseparáveis, porém, ao mesmo tempo, são extremos que se excluem mutuamente ou se opõem, isto é, pólos da mesma expressão de valor; elas se repartem sempre entre as diversas mercadorias relacionadas entre si pela expressão de valor. Eu não posso, por exemplo, expressar o valor do linho em linho. 20 varas de linho = 20 varas de linho não é nenhuma expressão de valor. A equação diz, ao contrário: 20 varas de linho são nada mais que 20 varas de linho, um quantum determinado do objeto de uso linho. O valor do linho pode assim ser expresso apenas relativamente, isto é, por meio de outra mercadoria. (MEW 23, p. 63; C, I-1, p. 177, grifos nossos)*

Anteriormente, investigamos as determinidades pressupostas da mercadoria. Porém, faz-se necessário agora apresentar sinteticamente como ocorre a posição processual efetiva delas enquanto determinações.

Há quatro formas de valor sob as quais o ser-valor se metamorfoseia em uma das figuras do objeto existente na realidade social autonomamente: a forma simples, singular ou acidental do valor ou forma I; a forma total ou desdobrada do valor ou forma II; a forma geral do valor ou forma III; e, por fim, a forma dinheiro ou forma IV.

#### **2.4.1 – Forma I: forma simples, singular, ou acidental do valor**

$x$  mercadoria  $A = y$  mercadoria  $B$ , ou:  $x$  mercadoria  $A$  vale  $y$  mercadoria  $B$ . (20 varas de linho = 1 casaco, ou: 20 varas de linho valem 1 casaco.)

Assim como analisamos um dado objeto segundo as determinidades da qualidade e da quantidade, analisamos também o ser-valor subjacente a estes objetos, enquanto mercadorias, qualitativa e quantitativamente. Há que investigarmos agora as determinidades da própria relação de valor.

Na relação de valor, as mercadorias tecido e casaco são equiparadas tanto qualitativa quanto quantitativamente. De início, porém, analisemos primeiro o lado qualitativo que perpassa esta relação. Para tanto, lancemos mão apenas da substância e da forma do valor.

A relação de valor entre mercadorias diferentes em espécie é uma relação de igualdade essencial, pois “[...] *a espécie de mercadoria casaco é da mesma natureza, da mesma substância que a espécie de mercadoria tecido, diferente dela*” (W, p. 766, grifos do autor). Tanto o tecido quanto o casaco são produtos do trabalho humano, ou seja, resultam do dispêndio geral de músculos, nervos, cérebro e mãos do homem etc., sob suas respectivas formas particulares, a saber, a tecelagem e a alfaiataria. Portanto, enquanto mercadorias, são tanto coisas úteis quanto portadoras intrínsecas de valor, pois são resultantes do trabalho abstrato-concreto:

O casaco só é *o mesmo* que o tecido porque ambos são *valores*. Portanto, o fato de que o tecido *se relaciona* com o casaco *como seu igual*, ou de que o casaco *se equipara* ao tecido *como coisa de mesma substância*, exprime que, *nesta relação, o casaco conta como valor*. Ele *se equipara* ao tecido na medida em que *é valor*. Portanto, a *relação de igualdade* é uma *relação de valor*, e a relação de valor é, sobretudo, *expressão do valor* ou *do ser-valor* da mercadoria, *que expressa seu valor*. Enquanto *valor de uso* ou corpo de valor, o tecido *se diferencia* do casaco. *Seu ser-valor*, ao contrário, *vem à luz do dia, expressa-se* em uma *relação* em que *outra* espécie de mercadoria, o casaco, *lhe é equiparada*, ou *conta* como [coisa –VB] de *essência igual a sua*. [...] O casaco só é *valor* na medida em que é a *expressão objetiva da força de trabalho humana despendida na sua produção*; é *gelatina de trabalho humano abstrato – trabalho abstrato* porque se faz *abstração* do caráter determinado, útil, concreto do trabalho contido nele; *trabalho humano* porque o trabalho *conta* aqui apenas *como dispêndio de força de trabalho humana em geral*. Portanto, o tecido não pode *se relacionar* com o casaco *como coisa de valor*, ou *não pode se referir ao casaco como valor*, sem se referir a ele como um corpo *cuja matéria consiste unicamente em trabalho humano*. Porém, enquanto valor, o tecido é *gelatina do mesmo trabalho humano*. Dentro da relação de valor, o corpo do casaco *representa*, portanto, a *substância do valor comum a ele* e ao tecido, a saber, *trabalho humano*. Portanto, *dentro dessa relação*, o casaco conta apenas *como figura do valor*, e também, por conseguinte, como *figura de valor* do tecido, *como forma de manifestação sensível do valor do tecido*. Desta maneira, *mediante a relação de valor*, o valor de uma mercadoria *se expressa no valor de uso de outra mercadoria*, isto é, *no corpo da mercadoria de espécie diferente*. (W, p. 767, grifos do autor)

Ora, é precisamente a substância social constituidora do valor tanto do tecido quanto do casaco que caracteriza estes objetos distintos como mercadorias essencialmente idênticas ou de mesma natureza. No entanto, mesmo sendo esta substância o fundamento de identificação qualitativa das mercadorias, a relação de valor não é simétrica. Isto se deve ao fato de que, sob a determinidade da forma do valor, é apenas a mercadoria tecido que se encontra sob a forma relativa de valor. Portanto, é ela a mercadoria que expressa sua própria objetividade abstrata de valor no material de valor de uso da outra mercadoria (o casaco) que, por sua vez, encontra-se na posição passiva de equivalente. A mercadoria casaco – mesmo

contendo veladamente no seu corpo de valor de uso o ser-valor, constituído pela substância do trabalho abstrato, assim como também os 20m de tecido – assume um papel diferente na relação de valor. Tudo isso por causa da forma do valor, a qual estabelece, segundo a posição em que cada uma delas se encontra nessa relação, quais são o agente e o paciente no processo de expressão do valor. Estas mercadorias, no âmbito da relação de valor, são, ao mesmo tempo, essencialmente idênticas, segundo a substância do valor e formalmente diferentes e opostas, segundo a forma do valor.

Evidencia-se, com isso, que a relação de valor entre mercadorias distintas entre si, segundo sua matéria de valor de uso, é, por um lado, uma relação de reconhecimento recíproco do caráter de valor comum, visto que elas possuem a determinidade da substância do valor. Porém, é também, por outro lado, uma relação assimétrica de expressão do valor, visto que uma mercadoria assume uma função ativa, sob a forma relativa de valor, enquanto a outra mercadoria oposta reveste uma função passiva, sob forma equivalente de valor. Por conseguinte, esta distinção de papéis das mercadorias se deve à determinidade da forma do valor.

A relação de valor nos revela que há uma contradição entre a substância do valor e a forma do valor, pois, conforme esta última determinidade (forma do valor), tal relação se configura como uma relação de expressão da objetividade fantasmagórica de apenas uma das mercadorias. No que diz respeito àquela primeira determinidade (substância do valor), a mesma relação se caracteriza simultaneamente como uma relação de equivalência de mercadorias empiricamente distintas entre si, mas que possuem um ser-valor abstrato comum. Essa contradição decorre do próprio conceito do trabalho, enquanto unidade antagônica dos aspectos abstrato e concreto. Esse conceito, que se objetivou nos corpos de valor de uso das mercadorias sob a forma de objetividade abstrata de valor, para efetivar seu caráter mediante a relação de valor, por um lado, prioriza o aspecto abstrato de si mesmo, estabelecendo, para isso, uma relação de equivalência entre coisas diferentes. Porém, por outro lado, para transpassar a si mesmo do seu estado de velamento no corpo útil da mercadoria 20m de tecido, prioriza ardilosa e astutamente o aspecto concreto de si mesmo, ao estabelecer uma relação de expressão de si sob a representação da objetividade do valor sob a figura concreta do valor de troca no corpo de valor de uso da mercadoria casaco. Por fim, para que a abstração trabalho seja representada, enquanto objetividade abstrata de valor, de maneira

objetivamente concreta, faz-se necessário acionar a forma do valor que subsumirá o valor de uso desta última mercadoria, configurando, assim, uma máscara de valor de troca.<sup>52</sup>

O ser-valor, apesar de sua pretensão de absolutidade, só pode existir socialmente, de fato, relativamente. Na primeira forma de movimento de efetivação de si mesmo deste ser, há apenas uma relação de valor de um único com um outro, ou seja, de uma mercadoria, por exemplo, o tecido, com uma outra mercadoria de espécie diferente, por exemplo, o casaco.

Visto que o valor não é determinado apenas qualitativamente, mas também quantitativamente, sob a determinidade da grandeza, a relação de valor é também caracterizada pela categoria da quantidade. Os 20m de tecido contêm tanto valor em geral quanto encerram um *quantum* determinado de trabalho abstrato genérico. Na relação de valor, o ser-valor, oculto no corpo de valor de uso dos 20m de tecido, expressa-se tanto qualitativamente, segundo a determinidade da substância do valor, que, por sua vez, é responsável pelo caráter comum ao casaco, quanto quantitativamente, no que toca à determinidade da grandeza do valor, a qual condiciona a proporção em que tecido e casaco são permutáveis. Troca-se 20m de tecido por 1 casaco e não por 100 casacos, porque tanto na tecelagem da quantidade  $x$  de metros daquele primeiro quanto na confecção da quantidade  $y$  deste último foi dispendido o mesmo tempo de trabalho socialmente necessário, ou seja, entre as quantidades diferentes de valores de uso destas duas mercadorias, há um *quantum* de valor comum e igual em ambas:

No entanto, os *20m de tecido* não são apenas *valor em geral*, a saber, gelatina de trabalho humano. Mas também *valor de grandeza determinada*, isto é, neles está objetivada *uma quantidade determinada de trabalho humano*. Portanto, na relação de valor do tecido com o casaco, a espécie de

---

<sup>52</sup> Vimos que o trabalho abstrato-concreto é a identidade da identidade e da diferença. A identidade do trabalho em si enquanto atividade pura põe seu ser-valor. O ser-valor consiste na realidade abstrata do trabalho abstrato, mas que não tem ainda realidade concreta. A abstração do trabalho só obterá realidade concreta ao se objetivar ou se materializar em um objeto concreto, a saber, a mercadoria enquanto resultado sintético do trabalho abstrato-concreto. A mercadoria enquanto unidade de valor de uso e valor possui uma contradição interna entre seus termos que precisa ser superada, sob pena do antagonismo que lhe é constitutivo suprimir sua própria unidade. A realidade concreta da mercadoria é sua utilidade que está em oposição à realidade abstrata do ser-valor, enquanto gelatina homogênea de dispêndio de energia humana abstrata. A utilidade da mercadoria é, pois, a negação da realidade abstrata do valor e, ao mesmo tempo, *conditio sine qua non* de sua afirmação como um ser abstrato real. Entretanto, o caráter útil da mercadoria é uma limitação do caráter abstrato do ser-valor originado do trabalho abstrato. Por conta dessa limitação, o ser-valor se impulsionará a configurar uma forma social de valor com um grau de realidade mais elevado para, com isso, poder representar mais apropriadamente o caráter abstrato do trabalho. Essa forma social é o dinheiro. Sob a forma de mercadoria, o grau de realidade do valor é menor do que o grau de negação imposto pela utilidade da mercadoria. Sob a forma de dinheiro, ao contrário, o grau de realidade do valor impõe um grau menor de utilidade, ou seja, negação desta última. Portanto, o processo de posição da abstração trabalho na realidade social enquanto mediatização social de si mesmo é um processo de transformação da realidade concreta e sensível em uma realidade abstrata e não-sensível, porque desde o princípio há um processo de imposição do aspecto abstrato do trabalho sobre o seu aspecto concreto.

mercadoria casaco não é só *equiparada qualitativamente* com o tecido como *corpo de valor* em geral, isto é, como corporificação de trabalho humano; mas também quantitativamente, como *um corpo de valor de quantidade determinada* – 1 casaco e não 1 dúzia *etc.* Todavia, em 1 casaco se encerra exatamente tanta substância de valor ou trabalho humano quanto em 20m de tecido. (W, pp. 767-8, grifos do autor)

Se invertermos a relação de valor simples: 20m de tecido = 1 casaco, então obteremos: 1 casaco = 20m de tecido. Conforme o conteúdo do valor, não houve nenhuma variação com a inversão da relação, pois em ambas as fórmulas as duas mercadorias se apresentam como coisas de valor iguais em essência, segundo a substância do valor e proporcionalmente equivalentes, segundo a grandeza do valor. Porém, concernente à forma do valor, ocorre uma mudança radical, visto que a mercadoria tecido varia sua função de caráter relativo assumido na primeira relação, para ocupar o papel de valor equivalente. Há uma inversão total dos papéis de agente e paciente, isto é, no que diz respeito a qual destas mercadorias expressa seu próprio valor e qual delas apenas serve de corpo material receptor do valor.

Não é apenas o conceito de trabalho que é contraditório, enquanto unidade de trabalho abstrato e trabalho concreto, nem, por conseguinte, somente a mercadoria, enquanto unidade de valor e valor de uso, mas também o é a relação de valor. Esta relação torna possível a expressão da objetividade abstrata apenas da mercadoria que se encontra sob a forma de valor relativo no corpo de valor de uso da outra mercadoria que, por sua vez, encontra-se sob a forma de valor equivalente. Por um lado, ela propicia com que o ser-valor da mercadoria 20m de tecido sob a forma de valor relativa se ponha, de fato, como algo existente na realidade social. Quanto a este aspecto, tal relação se configura como processo de afirmação explícita de algo que se encontrava implícito. Por outro lado, anula o próprio ser-valor também contido na mercadoria 1 casaco que se encontra sob a forma de valor equivalente. Quanto a este outro aspecto, a mesma relação se configura como processo de negação da objetividade abstrata do valor. Portanto, a relação de valor é uma contradição em processo, pois no interior da mesma o ser-valor se afirma e se nega ao mesmo tempo.

Do ponto de vista do conteúdo do valor, enquanto unidade de substância e grandeza de valor, a relação de valor se apresenta como relação de troca de equivalentes, que tanto possuem uma base essencialmente comum de valor quanto um *quantum* igual de tempo de trabalho. Do ponto de vista da forma do valor, a mesma relação se configura como relação de expressão unilateral do valor, visto que é apenas a mercadoria que assume o papel de valor relativo que exprime seu caráter social de valor. Como é apenas o ser-valor fantasmagórico da

mercadoria 20m tecido que se manifesta objetivamente no corpo de valor de uso da mercadoria 1 casaco, esta última mercadoria tem o seu estatuto de mercadoria quebrado, pois já não mais se constitui como unidade contraditória de valor de uso e de valor. Mas a abstração é astuta e lança mão de mais um expediente canhestro para evitar a aniquilação imediata de si mesma e, assim, poder continuar seu processo contraditório de desenvolvimento de si mesma no âmbito da realidade social. Para cobrir o vácuo aberto no âmago da mercadoria 1 casaco – visto que na relação de expressão do valor ela perdeu sua propriedade puramente social de ser portadora da objetividade abstrata do valor –, a abstração lhe atribui uma outra propriedade também puramente social, a saber, a sua permutabilidade direta como outras mercadorias:

A expressão do valor do tecido no casaco imprime ao casaco mesmo uma forma nova. Na verdade, o que significa a *forma de valor* do tecido? Que o casaco é trocável por ele. Haja o que houver, sob *sua forma natural*, o casaco possui agora, dos pés à cabeça, a forma de *trocabilidade direta com outra mercadoria*, a forma de um valor de uso ou *equivalente* trocável por outra mercadoria. A determinação do equivalente não implica apenas que uma mercadoria é *valor* em geral, mas que, em sua figura de *coisa*, em sua forma de valor de uso, *conta como valor para outra mercadoria*, e existe, portanto, diretamente *como valor de troca* para outra mercadoria. (K, p. 17, grifos do autor)

A mercadoria sob a forma de equivalente passa a ser agora uma unidade singular, não de valor de uso e de valor, mas de valor de uso e de valor de troca. Esta última unidade é a nova configuração assumida pela objetividade do valor da mercadoria sob a forma relativa do processo de expressão do valor. A mercadoria 1 casaco passa a figurar como mero suporte material no qual um ser-valor abstrato se põe de manifesto como ente real, isto é, obtém uma forma objetiva concreta. A mercadoria equivalente sofre um processo de mutação de sua própria condição de mercadoria, configurando-se realmente como puro e simples corpo de valor. Esta mercadoria se constitui agora como espelho de valor<sup>53</sup> no qual a alma de valor da mercadoria relativa se reflete.

O que se reflete também nesta relação de valor é o caráter específico do próprio trabalho que produz mercadorias, a saber, o trabalho abstrato enquanto atividade pura e

---

<sup>53</sup> O valor é um ser que só pode revelar seu conteúdo abstrato (substância e grandeza de trabalho) sob a imagem refletida em um corpo de mercadoria que figure como valor de troca na relação de valor. Nesta relação, a forma do valor “se enche” desse conteúdo e o expressa em um corpo de valor de troca. Porém, este corpo não é perfeito o suficiente para refletir adequadamente o caráter abstrato do valor. Todo e qualquer corpo que servir de espelho de valor para a expressão do ser-valor será marcado, necessariamente, pela particularidade do valor de uso que não corresponderá satisfatoriamente à universalidade abstrata do conceito de valor. Todos os espelhos de valor possuirão uma fissura particular que tornará a imagem da alma pura do ser-valor defeituosa. Tudo isso incitará a disposição da abstração real para tornar todo o conteúdo sensível da realidade em coisa estéril.

simplesmente indiferente a qualquer conteúdo sensível. No final das contas, é essa atividade abstrata que está atuando por “debaixo dos panos”, buscando, a todo custo, lançar-se no horizonte da existência social do mundo mercantil. Este processo, por sua vez, implica paulatinamente a esterilização completa de todo o caráter concreto das qualidades sensíveis da realidade.

Na expressão relativa de valor: 20m de tecido = 1 casaco, ou  $x$  tecido *vale*  $y$  casaco: o casaco conta somente *como valor* ou gelatina de trabalho. Porém, precisamente por isso a gelatina de trabalho conta *como casaco*. Este último como sendo a forma em que se condensa o trabalho humano. O valor de uso do casaco só se converte na forma em que se manifesta o valor do tecido, porque o tecido se refere ao *material do casaco* como *trabalho humano abstrato imediatamente materializado*, ou seja, como trabalho da mesma espécie que está objetivado no próprio tecido. O objeto casaco conta como objetividade sensivelmente palpável de trabalho humano homogêneo, e, portanto, como valor em sua forma natural. (K, p. 18, grifos do autor)

A forma natural da mercadoria relativa consiste no seu valor de uso. Já a forma natural da mercadoria equivalente se encerra agora na sua forma de valor ou de permutabilidade direta com qualquer outra mercadoria de tipo diferente. Na mercadoria equivalente, ao figurar como valor de troca, a objetividade do valor da mercadoria relativa assume novas feições materiais. Assim como a mercadoria equivalente acaba tomando os aspectos da mercadoria relativa e parecendo realmente, enquanto forma de manifestação do ser-valor, com esta última.

O processo compulsivo de anulação abstrativa das propriedades naturais e sensíveis dos objetos úteis não se limita apenas à forma simples do valor, mas se desenvolve em outras formas de valor mais complexas.

A forma simples do valor se caracteriza por ser tanto simples – pois ocorre entre apenas duas mercadorias de espécie diferentes, ou seja, de uma contra uma outra – quanto unitária. Por sua vez, a expressão de valor subjacente à relação de valor simples é também tanto simples – pois é apenas uma única mercadoria, os 20m de tecido, que expressa seu caráter de valor – quanto unitária, visto que é também em apenas um único e mesmo corpo de valor que a alma de valor da mercadoria relativa se manifesta e não em muitos corpos.

Neste primeiro momento de efetivação da abstração trabalho, a mercadoria equivalente é marcada ainda pelo aspecto da particularidade, pois não se tornou um equivalente geral. No entanto, esta abstração não se conforma com esta figura limitada pela particularidade e busca, a todo custo, encontrar uma forma de manifestação mais coadunada com o seu conceito. Advém-se, por isso, a forma total ou desdobrada do valor ou forma II.

### 2.4.2 – Forma II: forma total ou desdobrada do valor

$Z$  mercadoria  $A = u$  mercadoria  $B$  ou  $= v$  mercadoria  $C$  ou  $= w$  mercadoria  $D$  ou  $= x$  mercadoria  $E$  ou  $=$  etc. (20 varas de linho = 1 casaco ou = 10 libras de chá ou = 40 libras de café ou = 1 *quarter* de trigo ou = 2 onças de ouro ou =  $\frac{1}{2}$  tonelada de ferro ou = etc.)

Nesta nova relação de valor, a expressão do valor não se dá mais de maneira simples – de uma mercadoria específica contra outra mercadoria de espécie diferente. Mas de maneira desdobrada, de uma mercadoria contra muitas outras mercadorias. Há um processo de multiplicação cada vez mais crescente de expressão simples de valor, com o surgimento de cada nova mercadoria no mercado. Compõe-se agora uma série infinita de expressões simples de valor. O valor da mercadoria equivalente amplia seu raio de expressão simples extensivamente em uma série infinita de mercadorias equivalentes. Os corpos úteis de todas estas outras últimas se transformam no espelho de valor de uma única mercadoria, qual seja, 20m de tecido.

Revela-se, com a forma II, que a proporção quantitativa da relação simples de valor, determinada pela grandeza do valor, não era acidental ou casual, nem estabelecida apenas subjetivamente, mas necessária e objetivamente válida, visto que o conteúdo substancial e quantitativo do valor se mantém constante ao se manifestar em  $y$  casaco,  $v$  trigo,  $w$  ferro,  $z$  ouro etc. Põe-se de manifesto também que não são as relações sociais de troca que regulam a grandeza do valor, mas, ao contrário, é esta última que determina aquelas primeiras, porque a forma do valor é derivada do próprio conteúdo do valor, enquanto unidade de substância trabalho e grandeza determinada de tempo de trabalho socialmente necessário. Além do mais, é sob a forma II que a indiferença, a qual constitui o caráter peculiar do trabalho produtor de mercadorias, evidencia-se de maneira mais nítida do que sob a forma I, pois esta abstração do trabalho quer meramente um corpo material para se objetivar socialmente, sem consideração por qualquer conteúdo sensível e determinado da mercadoria.

O valor de uma mercadoria, do tecido, por exemplo, é agora expresso em inumeráveis outros elementos do mundo das mercadorias. Qualquer outro corpo de mercadorias se torna espelho do valor do tecido. *Assim, aparece esse valor mesmo pela primeira vez verdadeiramente como gelatina de trabalho humano indiferenciado.* Pois, o trabalho que o gera é agora expressamente representado como trabalho equiparado a qualquer outro trabalho humano, seja qual for a forma natural que ele possua e se, portanto, objetiva-se em casaco ou trigo ou ferro ou ouro etc. Por meio de sua forma valor, o tecido se encontra, portanto, agora também em relação social não mais apenas com outra espécie individual de mercadoria, mas sim com o mundo das mercadorias. Como mercadoria, ele é cidadão deste mundo. Ao

mesmo tempo, depreende-se da interminável série de suas expressões que *é indiferente ao valor mercantil a forma particular [besondere Form] do valor de uso na qual ele se manifesta*. Na primeira forma: 20 varas de linho = 1 casaco, pode ser casual que essas duas mercadorias sejam permutáveis em determinada relação quantitativa. Na segunda forma, ao contrário, transparece imediatamente um fundamento essencialmente diferente da manifestação casual e que a determina. O valor do linho permanece de igual tamanho, seja ele representado em casaco, ou café, ou ferro etc., em inumeráveis mercadorias que pertencem aos mais diferentes proprietários. *Desaparece a relação eventual de dois donos individuais de mercadorias. Evidencia-se que não é a troca que regula a grandeza de valor, mas, ao contrário, é a grandeza de valor da mercadoria que regula suas relações de troca.* (MEW 23, pp. 77-8; C, I-1, pp. 190-1)

Embora haja um processo de multiplicação das expressões do valor na forma desdobrada do valor, ainda assim o aspecto da particularidade persiste, pois as muitas mercadorias que servem de corpos de valor, nos quais o ser-valor abstrato se expressa totalmente, são, simultaneamente, equivalentes singulares e particulares.

Por sua vez, ao invertermos a relação desdobrada de valor, então todas as muitas outras mercadorias se posicionarão sob a forma relativa de valor. Elas assumirão um papel ativo na expressão de seu conteúdo próprio de valor abstrato no material de valor de uma única mercadoria que, por conseguinte, encontrar-se-á necessariamente sob a forma equivalente de valor. Com esta inversão, o processo inicial de expressão desdobrada do valor deixa de ser disperso, visto que anteriormente se estendia *ad infinitum*, com o surgimento de qualquer outra mercadoria de espécie diferente no mundo mercantil e passa a ser concentrado em uma única mercadoria excluída deste mundo de sua forma de valor relativa e selecionada como equivalente.

Com a inversão da relação de expressão desdobrada de valor, ocorre também um processo de multiplicação das muitas outras formas de valor simples. Isto se deve à possibilidade crescente do ser-valor se diluir na representação de quantidades de valor cada vez mais ínfimas, nos muitos corpos de valor de uso de todas as outras mercadorias equivalentes. Este ser não quer figuras de si mesmo diversificadas e heterogêneas que, juntas, compõem um mosaico variado de expressões do valor, em um processo fortemente marcado pela má infinitude, mas tão-somente se tornar um indivíduo pessoal próprio e autônomo que represente, realmente, de forma unitária e homogênea, seu caráter puro e simplesmente abstrato.

No entanto, a forma equivalente da mercadoria 20m de tecido, no momento da forma desdobrada de valor, é insuficiente para expressar e representar o caráter abstrato e universal da objetividade do valor em toda a sua verdade. Outra insuficiência da forma

desdobrada ou total invertida do valor consiste no fato de qualquer mercadoria poder figurar sob a forma de valor equivalente. Porém, o ser-valor é exigente e não quer uma mercadoria qualquer, mas uma única e específica mercadoria especial. Por conta dessa incongruência entre o caráter universal e abstrato da alma de valor, contida agora nos muitos unos corpos de valor de uso das mercadorias relativas e a figura particular concreta representada por uma única mercadoria equivalente, a abstração do valor impulsiona a si mesma para ultrapassar o horizonte ainda limitado da forma II e institui um novo horizonte: o da forma III.

### 2.4.3 – Forma III: forma geral do valor

1 casaco =	}	20 metros de tecido
10 libras de chá =		
40 libras de café =		
1 <i>quarter</i> de trigo =		
2 onças de ouro =		
1/2 tonelada de ferro =		
x mercadoria A =		
etc. mercadoria =		

Na forma fenomenal geral de valor, a forma essencial do valor modifica significativamente suas características, visto que a expressão do conteúdo do valor, contido veladamente agora em todas as mercadorias relativas, processa-se neste momento de maneira simples. A expressão do ser-valor ocorre no corpo de valor de uma única mercadoria e de maneira unitária, dado que na mesma mercadoria, a saber, na mercadoria 20 metros de tecido ( $x_A$ ), e não em uma outra mercadoria qualquer, como 1 casaco, ou 1 *quarter* de trigo, ou  $\frac{1}{2}$  tonelada de ferro, ou 2 onças de ouro etc. ( $y_B$ ,  $w_C$ ,  $v_D$ ,  $z_E$  ...). Há uma aproximação maior do vínculo mercantil de todas as mercadorias relativas entre si, enquanto portadoras inerentes de valor que se unificam para manifestarem conjuntamente seu ser-valor no corpo material útil da mercadoria 20m de tecido. Contudo, a forma do valor daquelas primeiras não é mais simples e isolada individualmente, mas simples e comum a todas elas, ou seja, geral.

Por meio de sua expressão *comum* de valor no material do tecido, todas as mercadorias enquanto *valores de troca* se *diferenciam* de seus próprios *valores de uso* e se referem entre si como *grandezas de valor*. Portanto, as mercadorias se *equiparam quantitativamente* e se *equivalerem qualitativamente*. Só nesta expressão relativa *unitária* do valor que as mercadorias *aparecem* umas para as outras como valores e que pela primeira vez o valor das mesmas adquire, por conseguinte, uma *forma de*

*manifestação adequada como valor de troca. Diferentemente da forma desenvolvida do valor relativo (forma II), que representava o valor de uma mercadoria no âmbito de todas as outras mercadorias, denominamos esta expressão unitária do valor de forma relativa geral do valor. (K, p. 26, grifos do autor)*

Com a introdução desta terceira forma de valor, o ser-valor, que na primeira forma se representava apenas em um ser-aí determinado e particular e que, por conseguinte, era atormentado pelas intempéries da contingência, assume agora uma forma de existência socialmente válida e reconhecida reciprocamente por todas as mercadorias. Este reconhecimento recíproco se situa no domínio do mundo mercantil inteiro, pois o ser-valor se expressa sob a figura de um ser-para-si geral. Neste momento da expressão de si mesmo do ser-valor vem à luz a necessidade e objetividade férreas que marcam profundamente todo esse processo. A necessidade objetiva, a qual marca o desenvolvimento cada vez mais complexo das formas do valor, faz-se derivar da busca alucinada do ser-valor por se configurar a si mesmo sob uma forma em que ele representa adequadamente seu caráter pura e simplesmente abstrato e geral. Ou seja, este ser almeja constituir uma correspondência entre sua objetividade abstrata, metamorfoseada em uma forma objetiva concreta, com o seu conceito de valor:

*Só por meio de seu caráter universal que a forma do valor corresponde ao conceito do valor. A forma do valor tem que ser uma forma na qual as mercadorias apareçam umas para as outras como meras gelatinas de trabalho humano indiferenciado, homogêneo, ou seja, como expressões objetivas da mesma substância de trabalho. É esta a questão que se coloca agora. Portanto, todas as mercadorias se expressam como o mesmo trabalho materializado que também está contido no tecido, ou como a mesma materialização do trabalho, nomeadamente como tecido. (W, p. 779, grifos do autor)*

O pólo passivo da relação de expressão do valor sob a forma geral também sofre uma transformação profunda de sua figura, pois tem que escarpelar sua própria “pele” formal de equivalente particular e revestir agora uma “pele” formal mais ulteriormente desenvolvida, a saber, a forma de equivalente geral.<sup>54</sup> Seu corpo material de valor de uso não figura mais como corpo de valor particular e individual, mas como corpo de valor geral e social (não-privado) que se encontra não em relação de troca com uma única mercadoria relativa, mas com todo o mundo das mercadorias relativas.

---

<sup>54</sup> Para se ter uma melhor compreensão do desenvolvimento progressivo da forma do valor, quanto aos seus momentos da universalidade, particularidade e singularidade, faz-se necessário estabelecer um paralelo com a doutrina do conceito da *Lógica* de Hegel. Cf. HEGEL, 1995, §§ 160-93.

Como todas as mercadorias possuem internamente ao seu corpo de valor de uso, de maneira velada, a objetividade do valor, enquanto propriedade puramente social, as mercadorias relativas precisam atuar, de fato, como coisas puramente sociais, relacionando-se entre si como “concidadãos” que precisam expressar sua “*volonté général*” em um ente geral artificialmente constituído. Por um lado, da perspectiva do conteúdo do valor, as mercadorias relativas compõem um bloco unificado de expressões de valor, em que são tanto de caráter substancial idêntico como de proporções de grandeza de valor equivalentes. Por outro lado, da perspectiva da forma do valor, as mercadorias posicionadas sob a forma relativa do valor são figuras iguais de valor relativo. As mercadorias particulares estabelecem um pacto social fetichista entre si e constituem artificialmente um “leviatã” geral. Esse pacto é tanto um pacto de associação das mercadorias particulares entre si em um corpo fetichista genérico unificado quanto um pacto de submissão ao arbítrio desse ente universal concreto: o dinheiro. Esse ente concentra em si todo o poder-valor absoluto dessas mercadorias. No entanto, a única mercadoria excluída da totalidade do mundo das mercadorias que se encontra no pólo passivo da relação de expressão do valor é eleita como corpo de valor no qual o valor de todas as demais se expressa. A mercadoria equivalente se torna, com isso, um indivíduo universal, no qual imediatamente todas as mercadorias do mundo mercantil, não porque seu próprio conteúdo de substância e grandeza de valor se atualiza, mas porque a forma do valor lhe imprime um caráter de valor de troca geral ou de equivalente social universal. Este último, por conta disso, se configura como forma de manifestação do ser-valor total:

Na forma III, que é a segunda forma invertida e que está contida nela, o tecido aparece para todas as outras mercadorias, ao contrário, como a *forma genérica* do equivalente. É como se, além e fora dos leões, tigres, lebres e todos os outros animais reais, que agrupados constituem os diferentes gêneros, espécies, subespécies, famílias etc. do reino animal, existisse também *o Animal*, a encarnação individual de todo o reino animal. Tal indivíduo que compreende em si mesmo todas as espécies realmente existentes da mesma coisa é um *universal*, como *Animal*, *Deus* etc. Portanto, assim como o tecido se converteu em *equivalente singular* ao se referir a outra mercadoria *singular* como forma de manifestação do valor, então o mesmo se converte em *equivalente geral*, corpo de valor geral, materialização geral de trabalho humano abstrato enquanto forma comum de manifestação do valor de todas as mercadorias. Portanto, o trabalho *particular* materializado no tecido conta agora como forma de efetivação geral do trabalho humano, enquanto *trabalho universal*. (K, p. 27, grifos do autor)

A universalidade abstrata<sup>55</sup> que concerne ao caráter do conceito do valor e do trabalho precisa se tornar uma realidade efetiva, não em um ente particular, mas em um indivíduo universal, com existência social geral no interior do mundo das mercadorias inteiro. O ser-valor é a natureza abstrata da mercadoria. Essa abstração não pode ser percebida imediatamente, mas só é inteligível pela reflexão humana quando se estabelece relações de troca entre mercadorias. Cada mercadoria existente é algo determinado muito concretamente, como um ente particular. Contudo, o ser-valor enquanto um ser genérico é um universal abstrato que pertence à mercadoria particular e concerne à sua essência. Sem o ser-valor, 20m de tecido deixa de ser uma coisa mercantil. A mercadoria é um ser-aí exterior que possui uma essência interior, a saber, o ser-valor genérico. Portanto, só sob a forma genérica de equivalente geral que a essência genérica e abstrata do ser-valor adquire uma figura adequada ao seu conceito, enquanto universal concreto posto, de fato, na realidade social. Isto vale também para a abstração do trabalho que, para efetivar sua essência genérica, precisa necessariamente se por como trabalho universal concreto.<sup>56</sup>

O desenvolvimento das formas do valor é simultaneamente o desenvolvimento da oposição entre os pólos relativo e equivalente assumidos respectivamente pelos termos em contraposição na relação de valor. Tal oposição é “herdada geneticamente” do duplo caráter da mercadoria, enquanto unidade antagônica de valor de uso e valor.

A mercadoria que é escolhida para assumir o papel de equivalente geral, que funde sua forma natural com sua forma imediatamente social, transforma-se na mercadoria dinheiro ou funciona como dinheiro, pelo seu monopólio social de equivalente geral com a função específica de ser trocável diretamente por todas as outras mercadorias. Historicamente falando, a mercadoria que se destacou do meio das outras mercadorias e passou a exercer sua

---

<sup>55</sup> Quanto à relação entre universalidade abstrata e universalidade concreta, cf. KURZ, 1987, pp. 67-79 e JAPPE, 2006, pp. 48-9.

<sup>56</sup> Na última citação, sobre a relação entre universal e particular, abstrato e concreto, Marx parece está parafraseando Hegel, na *Enciclopédia das ciências filosóficas*, no texto seguinte: “O lógico, em consequência do [exposto] até agora, deve ser pesquisado como um sistema de determinação-de-pensamento em geral, em que desaparece a oposição entre subjetivo e objetivo (em seu sentido habitual). Essa significação do pensar e de suas determinações está expressa com mais precisão quando os antigos dizem que o *nous* rege o mundo; ou quando nós dizemos que há razão no mundo, e com isso entendemos que a razão é a alma do mundo, nele habita, é seu [ser] imanente, sua mais própria e mais íntima natureza, seu universo. *Um exemplo mais próximo é que, ao falarmos de determinado animal, dizemos que é um animal. O animal como tal não se pode mostrar, mas sempre apenas um animal determinado. O animal não existe, mas é a natureza universal dos animais singulares, e cada animal existente é algo determinado muito concretamente, algo particularizado. Contudo, ser animal – o gênero enquanto o universal – pertence ao animal determinado e constitui sua essencialidade determinada. Se tirássemos ao cão seu ‘ser-animal’ não se poderia dizer o que ele é. As coisas em geral têm uma natureza permanente interior, e um ser-aí exterior. Vivem e morrem, nascem e perecem: sua essencialidade, sua universalidade, é o gênero; e esse não deve ser apreendido simplesmente como algo [que lhes é] comum.*” (HEGEL, 1995, § 24, adendo 1, p. 78, grifos nossos).

função monopolista de equivalente geral foi o ouro. Com isso, obtém-se a quarta forma do valor, qual seja, a forma dinheiro.

#### 2.4.4 – Forma IV: forma dinheiro

20 metros de tecido =	}	2 onças de ouro
1 casaco =		
10 libras de chá =		
40 libras de café =		
1 <i>quarter</i> de trigo =		
1/2 tonelada de ferro =		
x mercadoria A =		
etc. mercadoria =		

Poder-se-ia parecer que o ouro reveste a forma dinheiro por causa de suas qualidades naturais, tais como a divisibilidade, a maior perenidade, fácil condutibilidade etc., sendo condicionado a esta posição privilegiada por uma questão meramente técnica contingente. Porém, ao contrário, são as propriedades pura e simplesmente sociais das mercadorias que imprimem a uma determinada espécie de mercadoria o monopólio da função de representante suprema do valor de todo o mundo das mercadorias, ou seja, como a mercadoria soberana frete à mercadorias súditas. Portanto, é o processo social mesmo de expressão do valor que confere ao ouro o estatuto de mercadoria dinheiro, ao excluí-lo do âmbito do conjunto das mercadorias relativas, para que seu corpo sirva de suporte material unitário de manifestação do ser-valor presente agora na totalidade do mundo mercantil.

Ao contrário, uma mercadoria só se encontra na forma de equivalente geral (forma III) porque e na medida em que *ela mesma foi excluída por todas as outras mercadorias enquanto equivalente*. A exclusão é aqui um *processo objetivo*, independente da mercadoria excluída. Portanto, no desenvolvimento histórico da forma da mercadoria, a forma de equivalente geral pode recair alternadamente ora nesta mercadoria, ora naquela mercadoria. Porém, uma mercadoria nunca funciona *efetivamente* como equivalente geral a menos que sua exclusão e, portanto, sua forma equivalente seja o resultado de um *processo social objetivo*. A *forma geral de valor* é a forma desenvolvida do valor, e, portanto, *a forma desenvolvida da mercadoria*. [...] E é só a partir do momento em que *essa exclusão se limita* definitivamente a um tipo *específico* de mercadoria que a forma *relativa unitária* do valor adquire *consistência objetiva* e *vigência social geral*. O tipo *específico* de mercadoria, com cuja *forma natural a forma equivalente se funde socialmente*, torna-se *mercadoria dinheiro* ou funciona *como dinheiro*. Sua *função social específica*, e, portanto, *seu monopólio*

*social se torna desempenhar o papel de equivalente geral, no interior do mundo das mercadorias. (W, p. 782, grifos do autor)*

Como vimos anteriormente, a expressão relativa simples do valor de uma mercadoria singular em outra mercadoria também singular é a forma simples do valor. Agora é a expressão relativa simples do valor de uma mercadoria singular em outra mercadoria geral que funciona como dinheiro; é, por sua vez, a forma preço do valor. Contudo, a forma preço é a forma de aparência objetiva e necessária do ser-valor.

A forma dinheiro é a figura mediante a qual o ser-valor – que já havia objetivado ocultamente sua objetividade fantasmagórica no corpo material do valor de uso, sob a forma da mercadoria – se desdobra mais determinadamente e adquire uma forma objetiva concreta, sob uma forma de existência social imediata. É na figura do dinheiro que o ser-valor se efetiva mais completamente, visto que, inicialmente, era apenas um ser-em-si de objetividade abstrata encarnada implicitamente no ser-aí do corpo de valor de uso da mercadoria singular. Todavia, ele se metamorfoseou a si mesmo, tornando-se, por conseguinte, ser-valor-para-si sob a figura concreta de valor de troca enquanto mercadoria dinheiro com a propriedade social de permutabilidade direta e universal.

Poder-se-ia representar os modos de ser do ser-valor com o seguinte esquema: inicialmente, é um universal abstrato de objetividade de valor; em seguida, torna-se um ser-aí concreto particular, porém, elementar ou simples, sob a forma da mercadoria, enquanto unidade imediata de valor de uso e valor; e, por fim, efetiva-se enquanto um universal concreto e complexo sob a forma do dinheiro. Portanto, a forma da mercadoria é a forma de objetivação concreta da objetividade abstrata do ser-valor, e, por conseguinte, a forma dinheiro é a forma de exteriorização efetiva deste mesmo ser. Por sua vez, o ser-valor só constituirá sua realização efetiva sob a forma do capital. A forma do dinheiro é o primeiro momento do processo de autonomização do ser-valor. Este último só obterá autonomização mais completa sob a forma mais complexa do capital. Neste último momento, deixará de ser um ser-valor para se transformar em um sujeito automático.<sup>57</sup>

---

<sup>57</sup> Percebemos que há aí uma estreita conexão entre o domínio lógico e ontológico. Sob esse aspecto, o procedimento expositivo de Marx se aproxima bastante ao de Hegel. A substância-trabalho enquanto unidade originária e imediata é, de início, uma negatividade pura e simples, a categoria lógica mais simples que ainda não pôs seu ser-valor concretamente no plano da realidade social (nível ontológico). Ela só pode efetivar seu ser em devir, ao se objetivar em um ser-aí particular, a saber, o ente-mercadoria. Portanto, a mercadoria é o ser outro do trabalho. No entanto, a forma da mercadoria é uma forma particular que não consegue exprimir adequadamente o caráter abstrato do trabalho. Com o advento da relação de valor, o trabalho configura e duplica a forma da mercadoria enquanto ao mesmo tempo mercadoria e dinheiro. A forma do dinheiro é a forma de manifestação do trabalho como um indivíduo universal concreto. Tudo isso é um círculo vicioso inevitável por meio do qual aquilo que no princípio era uma universalidade abstrata, mas que, agora, com a sua atualização e seu fim se tornou um universal concreto. Vejamos como Hegel estabelece essa ligação entre o lógico e o ontológico: “[...]”

## 2.5 – Marx contra Hegel: o caráter místico tanto do pensamento dialético como da realidade social de produção de mercadorias

### 2.5.1 – A dialética de Marx

Marx não inicia *O Capital* com um conceito abstrato, tal como o ser-valor, nem por algo concreto e complexo, tais com as categorias do dinheiro, do capital etc.; mas por algo concreto e simples, a saber, a mercadoria. Esta última é a forma social concreta mais elementar do moderno sistema produtor de mercadorias; é a forma germinal<sup>58</sup> a partir da qual todo o organismo do sistema capitalista se construirá. Não foi, portanto, do conceito de valor que ele deduziu as determinidades do valor de uso e do valor de troca. Porém, foi partindo da análise da mercadoria que Marx derivou o valor de uso e o valor.

O primeiro passo metodológico de Marx foi examinar um dado fato corriqueiro da sociedade produtora de mercadorias, qual seja, a troca de objetos diferentes entre si, tanto do ponto de vista da qualidade, quanto do ponto de vista da quantidade, por exemplo, 20m de tecido por 1 casaco. Em um primeiro momento da análise, a mercadoria aparece como a unidade de valor de uso e valor de troca. Marx, porém, não se deteve em investigar a mercadoria apenas sob o âmbito superficial de sua aparência imediata, mas penetrou o interior da coisa mesma e descobriu a base essencial que a determina. Por meio desse processo analítico de passagem da aparência da coisa para a sua essência, a mercadoria não se revela mais como valor de uso e valor de troca, mas como valor de uso e valor. Portanto, a mercadoria é um objeto útil e concreto que porta internamente um ser-valor abstrato. Este último é, todavia, o conteúdo essencial e abstrato da mercadoria. Já o valor de troca consiste na forma de aparência empírica deste conteúdo da mercadoria. Pode-se dizer que o valor concerne ao conteúdo da mercadoria, o valor de uso diz respeito à sua matéria e o valor de troca tem a ver com a sua forma.

---

[A] substância viva é o ser, que na verdade é *sujeito*, ou – o que significa o mesmo – que é na verdade efetivo, mas só à medida que é o movimento do pôr-se-a-si-mesmo, ou a mediação consigo mesmo do tornar-se-outro. Como sujeito, é a *negatividade* pura e *simples*, e justamente por isso é o fracionamento do simples ou a duplicação oponente, que é de novo a negação dessa diversidade indiferente e de seu oposto. Só essa igualdade *reinstaurando-se*, ou só a reflexão em si mesmo no seu ser-Outro, é que são o verdadeiro; e não uma unidade *originária* enquanto tal, ou uma unidade *imediate* enquanto tal. O verdadeiro é o vir-a-ser de si mesmo, o círculo que pressupõe seu fim como sua meta, que o tem como princípio, e que só é efetivo mediante sua atualização e seu fim.” (HEGEL, 2001a, § 18, p. 30, grifos do autor)

<sup>58</sup> Marx utiliza termos de outras ciências como metáforas e analogias para tentar facilitar a compreensão do interlocutor. Todavia, não há que se naturalizar, nem ontologizar algo que é puramente social e historicamente determinado. Contudo, analogicamente falando, pode-se dizer que a mercadoria é um embrião social que no interior de sua estrutura genética há uma contradição entre valor de uso e valor que promove o seu desenvolvimento em formas mais completas para que se constitua todo o organismo complexo do sistema produtor de mercadorias.

Após explicitar o conteúdo, a matéria e a forma da mercadoria, Marx estabelece outro nível de abstração analítica para desvendar qual a origem do ser-valor da mercadoria. Nesse segundo nível de abstração, o procedimento é passar da base essencial da coisa mesma para o seu fundamento originário. Marx descobre, pois, qual a origem do ser-valor. Este ser não é algo divino, nem uma espécie de *causa sui* cosmológica, nem um elemento primeiro-último da natureza, mas uma abstração que se origina da sociedade moderna produtora de mercadorias. O ser-valor se deriva, portanto, de algo puramente social, a saber, o trabalho.<sup>59</sup> O trabalho é que constitui o valor das mercadorias, é o fundamento genérico de todo o sistema capitalista. Ao descobrir o fundamento do moderno sistema produtor de mercadorias, Marx evidenciou as determinidades do ser-valor, quais sejam, a substância abstrata de trabalho, a grandeza de tempo de trabalho e a forma essencial do valor:

O decisivamente importante, portanto, era descobrir a conexão interna necessária entre a *forma* do valor, a *substância* do valor e a *grandeza* do valor; ou seja, expressando isto em termos *ideais*, demonstrar que a *forma* do valor é oriunda do *conceito* do valor. (*K*, p. 34, grifos do autor)

O primeiro aspecto analítico da dialética de Marx consiste em apanhar um dado material concreto e simples da realidade da sociedade produtora de mercadorias, a saber, a mercadoria e o elevar ao pensamento para apreender todas as suas determinidades. Com esse procedimento de ascensão do concreto real ao abstrato ideal, o pensamento penetra profundamente na coisa mesma e capta logicamente a sua conexão intrínseca da única maneira que lhe é possível, a saber, por meio de categorias. Estas últimas são formas do pensamento historicamente determinadas, concernentes ao conteúdo material fornecido por uma determinada realidade social, que é a riqueza da sociedade em que predomina o moderno sistema produtor de mercadorias. O pensamento categorial, ao penetrar a essência do conteúdo material dado pela experiência empírica, compreende conceitualmente o âmago originário da coisa mesma. Pois as formas do pensamento estão em unidade dialética como as formas do ser da abstração real constitutiva da sociedade produtora de mercadorias.<sup>60</sup>

---

<sup>59</sup> É de fundamental importância salientar que o ser-valor é oriundo da substância-trabalho e não do tempo de trabalho não pago ao trabalhador pelo capitalista. Nesse nível da exposição, Marx não trata da categoria da mais-valia, mas da categoria mais originária do valor.

<sup>60</sup> Cf. MARX, *Introdução à Crítica da Economia Política*, 2003, p. 248 ss. A dialética de Marx é uma forma de pensamento que estabelece uma conexão intrínseca entre a lógica (as categorias), a ontologia (a realidade) e a história (o contexto temporal no interior do qual são ínsitas as relações sociais específicas). Portanto, só pode haver para ele sentido e validade na relação entre as categorias e a realidade quando tal relação é instanciada temporalmente em um determinado momento histórico das relações sociais dos seres humanos. Não há, pois, categorias e realidade fora do tempo histórico de determinação das relações sociais. Todavia, as categorias do trabalho abstrato-concreto, valor, mercadoria, dinheiro etc. só possuem existência social ideal e real, sentido e

À semelhança de Kant e ao contrário de Hegel, Marx compreende, imediatamente, a matéria concreta fornecida pela realidade natural como um puro dado completamente exterior à forma social abstrata. Porém, à semelhança de Hegel e ao contrário de Kant, Marx assume que esse material ao ser subsumido pela atividade do trabalho se torna um mero suporte material no qual uma abstração, necessariamente, objetiva-se. Essa abstração é a coisa em si da mercadoria, o ser-valor. Este ser é o conteúdo imanente ao material concreto da mercadoria sintetizado pelo trabalho. A forma do valor configura a matéria de valor de uso da mercadoria como uma coisa de valor para que o seu ser-valor contedístico se objetive na realidade social. A configuração sofrida pela matéria útil da mercadoria é uma síntese produzida pela forma do valor para que o conteúdo abstrato do valor se expresse sob uma figura que corresponda o mais possível ao conceito do valor. Contudo, há uma conexão necessária entre conteúdo, forma e matéria, pois o conceito do valor precisa dessas determinações para se efetivar na realidade de produção de mercadorias.<sup>61</sup>

O segundo aspecto analítico da dialética marxiana diz respeito ao fato de ele compreender conceitualmente a contradição imanente à coisa mesma. A mercadoria individual possui uma contradição basilar, a saber, ela é uma coisa dual, visto que é, ao mesmo tempo, valor de uso e valor. Estas duas determinações da mercadoria tendem a si aniquilar reciprocamente. Mas como a mercadoria é o resultado concreto de um processo real de produção sintética do trabalho, então esta contradição basilar decorre de uma contradição mais originária, a saber, a contradição que constitui o próprio trabalho, enquanto atividade, ao mesmo tempo, concreta e abstrata. Portanto, o fundamento do moderno sistema produtor de mercadorias é caracterizado por uma contradição originária<sup>62</sup>:

Como vimos, da análise da mercadoria resultam todas as determinações *essenciais* da *forma do valor*. Da própria forma do valor resulta, em seus momentos opostos, a *forma relativa geral do valor*, a *forma equivalente geral*, e, por fim, a *série* nunca definitiva de *expressões relativas simples* do

---

validade objetiva e subjetiva em uma determinada forma de relação social construída historicamente e engendrada por um mecanismo fetichista.

<sup>61</sup> Sobre a relação entre Kant, Hegel e Marx, cf. COLLETTI, 1976, pp. 115-140, SOHN-RETHEL, 1977, pp. 13-34 e RUBIN, 1987, p. 132 ss.

<sup>62</sup> Tal como Fichte e Hegel, Marx é um pensador dialético que estabelece o fundamento de seu sistema em uma contradição originária. Para Fichte, essa contradição consiste na unidade do Eu e do não-Eu. Para Hegel, na unidade do ser e do nada. E para Marx, na unidade do trabalho abstrato e do trabalho concreto. Fichte defende que a síntese suprema desses opostos radicais, para garantir a unidade da consciência, estende-se ao infinito e que não *pode* ser produzida pelo Eu, mas que *deve* ser. Hegel, ao contrário de Fichte, sustenta que a síntese suprema não pode ser considerada como apenas um *dever ser ideal*, mas que tem que ser constituída necessariamente de maneira *real* por exigência da própria estrutura dialética da realidade. Como desenvolveremos mais adiante, para Marx a síntese suprema ocorre *realmente*, mas consiste na destruição da própria dinâmica do processo dialético, visto que um dos opostos tende a se impor sobre o seu oposto e, com isso, destruir a ambos.

*valor*. De início, estas expressões constituem uma fase transitória no desenvolvimento da forma do valor, para se converter, por fim, na *forma relativa específica do valor do equivalente geral*. (K, p. 34, grifos do autor)

A dialética de Marx não é somente analítica, mas também sintética.<sup>63</sup> O caráter sintético da dialética marxiana consiste no processo de exposição do desenvolvimento necessário das categorias simples em categorias complexas até construir conceitualmente uma totalidade sistemática do moderno sistema produtor de mercadorias. Esta construção diz respeito à exposição correlata ao movimento real. A dialética se caracteriza agora como momento de descendência do abstrato para o concreto, para apresentar como ocorre o processo de apresentação do ideal no interior do próprio movimento da realidade<sup>64</sup>:

É, sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção *a priori*. (MEW 23, p. 27; C, Posfácio da Segunda Edição, p. 140)

A construção *a priori* de todo o organismo do sistema capitalista a partir da forma germinal da mercadoria não consiste apenas em um encadeamento conceitual necessário de categorias cada vez mais complexas, tais como a forma do dinheiro, a forma do capital etc., no desenvolvimento progressivo de sua exposição em correlação com a apresentação do movimento real.<sup>65</sup> Mas se caracteriza também em pôr em evidência a reprodução da

<sup>63</sup> Quanto à concepção de dialética como método analítico e sintético, cf. FICHTE, 1984, pp. 56-64.

<sup>64</sup> L. Colletti, quanto à relação entre processo lógico e processo real no método de Marx, diz o seguinte: “Como todo pensador autêntico, Marx reconhece o papel imprescindível do processo lógico-dedutivo. Ele diz que o próprio concreto é *produto* do pensar, do conhecer, visto que é ‘pensado’ e não pode ser apreendido de outra forma senão *por via* do pensamento, mas que também é um resultado e não um ponto de partida. Ao contrário de Hegel, ele mantém, porém, o processo real inverso junto ao processo lógico. A passagem do abstrato ao concreto é somente a forma pela qual o pensamento se apropria do real: não precisa se confrontar com o processo da origem do próprio concreto. No processo lógico, o concreto, portanto, é o *prius* e o real é somente um particular deduzido e derivado do primeiro. No entanto – previne Marx –, o conceito não se engendra a si mesmo nem é pensado como exterior e superior à intuição e à representação, mas é o próprio resultado (observemos o profundo acento kantiano nesta citação) da ‘elaboração em conceito da intuição e da representação’ [...]. É preciso ter presente em mente que o processo lógico está baseado em um processo real que funciona com um outro sentido. O conceito – primeiro no processo lógico-dedutivo – é realmente segundo e a realidade, que era um resultado, é, de fato, o ponto de partida e não o ponto de chegada.” (COLLETTI, 1976, p. 123, grifos do autor)

Uma boa análise sobre a relação entre o âmbito lógico e o âmbito real, entre categorias lógicas e categorias históricas, foi feita por A. Jappe, em *As aventuras da mercadoria*, cf. JAPPE, 2006, pp. 83-9.

<sup>65</sup> “O procedimento de Marx, que temos vindo a seguir, obedece, por um lado, a uma preocupação metodológica de caráter geral: o método dialético e não o empírico começa com os elementos mais simples, que, contudo, não são imediatamente evidentes, mas que foram ‘destilados’ por um processo de reflexão. Assim, o método dialético demonstra a gênese dos seus objetos de investigação na medida em que determina o seu ‘conceito’. Por outro lado, com o seu método, Marx, fiel a exigência de unidade entre o método e o conteúdo, descreve ao mesmo tempo o traço específico da sociedade mercantil, na qual *são categorias abstratas que constituem o*

contradição originária do moderno sistema produtor de mercadorias que se configura progressivamente, em cada novo nível da exposição. Esta contradição constitui o caráter dinâmico da própria estrutura do sistema capitalista e que avança continuamente em busca de uma configuração que possibilite a coexistência dos opostos, sem que estes últimos se destruam imediatamente. Portanto, a contradição é o princípio motriz tanto do desenvolvimento progressivo das categorias, quanto do avanço cada vez mais elevado do movimento real do moderno sistema produtor de mercadorias.

Todavia, tratamos apenas do aspecto formal da dialética de Marx, enquanto processo de investigação analítica dos constituintes últimos do sistema capitalista e que também é o processo de exposição sintética do desdobramento progressivo desses constituintes no movimento real. Sob esse aspecto, as características da dialética marxiana são as seguintes: 1) o rigor da apreensão categorial da conexão íntima da estrutura da realidade social de produção de mercadorias; 2) a processualidade antagônica do próprio movimento real; 3) a sistematização conceitual da totalidade da moderna sociedade produtora de mercadorias. Há que se abordar também o conteúdo crítico do método de Marx.

### 2.5.2 – O núcleo racional da dialética de Hegel

Do ponto de vista formal, a dialética de Hegel<sup>66</sup>, à semelhança da de Marx, é relacional, processual e sistemática. A dialética hegeliana busca apreender o conteúdo imanente da realidade sob a forma racional do pensamento e determinar o caráter dual desse conteúdo enquanto constituído por opostos relacionados antagonicamente entre si. Para Hegel, o conteúdo da realidade está essencialmente ligado à forma racional de apreendê-lo, porque ele defende a tese de que “o que é racional é real e o que é real é racional” (HEGEL, 1997, p. 35). Há uma unidade entre pensar e ser, conceito e realidade, sujeito e objeto, como Hegel salienta neste texto da *Fenomenologia do Espírito*:

Se chamarmos o *saber, conceito*; e se a essência ou o *verdadeiro* chamarmos essente ou *objeto*, então o exame consiste em ver se o conceito corresponde ao objeto. Mas chamando a *essência* ou o Em-si do *objeto, conceito*, e ao contrário, entendendo por *objeto* o conceito enquanto *objeto* - a saber, como é *para um Outro* - então o exame consiste em ver se o objeto corresponde ao seu conceito. Bem se vê que as duas coisas são o mesmo: o essencial, no entanto, é manter firmemente durante o curso todo da investigação que os

---

*prius, o momento primeiro, da vida social, enquanto os homens e os respectivos atos conscientes não são senão os executores dessas categorias.*” (JAPPE, 2006, p. 89, grifos nossos).

<sup>66</sup> Para se ter uma boa compreensão da relação crítica do Marx da maturidade, da teoria do valor, com Hegel, em detrimento do que preconiza o materialismo histórico do pensamento marxista tradicional, cf. POSTONE, 1993, pp. 71-83, JAPPE, 2006, pp. 173-80 e KURZ, 2004, pp. 49-57.

dois momentos, *conceito* e *objeto*, *ser-para-um-Outro* e *ser-em-si-mesmo*, incidem no interior do saber que investigamos. Portanto não precisamos trazer conosco padrões de medida, e nem aplicar na investigação *nossos* achados e pensamentos, pois os deixando de lado é que conseguiremos considerar a Coisa como é *em si* e *para si*. (HEGEL, 2001, § 84, p. 70, grifos do autor)

O saber efetivo da filosofia, para Hegel, não é algo que ocorre imediatamente, mas é constituído por um longo processo de determinação da própria coisa. Inicialmente, esta última, enquanto imediatidade pura e simples, é carente completamente de qualquer conteúdo determinado; é uma abstração que precisa efetivar a si mesma, por meio do movimento do negativo que ela contém intrinsecamente. O movimento do negativo é essencial para a efetivação da verdade da filosofia enquanto saber conceitual da totalidade; é o próprio método dialético, “pois o método não é outra coisa que a estrutura do todo, apresentada em sua pura essencialidade” (HEGEL, 2007, § 48, p.47). Hegel apresenta de maneira muito precisa sua concepção de dialética neste texto dos *Princípios da Filosofia do Direito*:

O princípio motor do conceito – enquanto não é simplesmente análise, mas também produção das particularidades do universal – eu o chamo de dialética. [...] A dialética superior do conceito consiste em produzir a determinação, não como oposição e limite simplesmente, mas compreendendo e produzindo por si mesma o conteúdo e o resultado positivo, pois só assim a dialética é desenvolvimento e progresso imanente. Tal dialética não é, portanto, a ação extrínseca de um intelecto subjetivo, mas, sim, a alma própria do conteúdo, de onde, organicamente, crescem os ramos e os frutos. (HEGEL, 1997, § 31, p. 62)

Contudo, Marx não considera Hegel um “cão morto”, mas reconhece o mérito de seu método dialético, visto que este último possui um núcleo racional. Este núcleo se deve ao fato de Hegel ter sido o primeiro a expor o seu movimento conjunto. Compreender a realidade como processo é fundamental para que Marx capte o caráter contraditório e, por conseguinte, transitório e não eterno do moderno sistema produtor de mercadorias, visto que ele possui uma tendência à crise geral.<sup>67</sup> Porém, essa tendência não é um mero efeito colateral

---

<sup>67</sup> “A circulação rompe as limitações temporais, locais e individuais do intercâmbio de produtos precisamente porque parte a identidade imediata que existe aqui entre a alienação do próprio produto de trabalho e a aquisição do alheio, na oposição entre venda e compra. Que os processos, que se confrontam autonomamente, formem uma unidade interna, significa por outro lado que a sua unidade interna se move em oposições externas. Se a autonomização externa dos internamente não-autônomos por serem mutuamente complementares se prolonga até certo ponto, a unidade se faz valer de forma violenta, por meio de uma crise. A oposição, imanente à mercadoria, entre valor de uso e valor, de trabalho privado, que ao mesmo tempo tem de se representar como trabalho diretamente social, de trabalho concreto particular, que ao mesmo tempo funciona apenas como trabalho geral abstrato, de personificação da coisa e reificação das pessoas. *Essa contradição imanente assume nas oposições da metamorfose das mercadorias suas formas desenvolvidas de movimentos. Essas formas encerram, por isso, a possibilidade, e somente a possibilidade, das crises. O desenvolvimento dessa possibilidade até que se realize*

passageiro e estranho ao sistema capitalista, mas Marx a deriva da própria estrutura contraditória da sociedade.<sup>68</sup> Ou seja, a sociedade produtora de mercadorias possui uma contradição originária decorrente de seu próprio fundamento. Esta contradição é tanto o princípio motor dessa sociedade que impulsiona o seu desenvolvimento progressivo, quanto aquilo que promoverá a própria destruição de todo o sistema:

Sob seu aspecto racional ela [a dialética – V.B.] é um escândalo e uma abominação para as classes dominantes e para os seus ideólogos doutrinários, porque na concepção positiva das coisas existentes ela inclui, ao mesmo tempo, a compreensão da sua negação fatal, da sua destruição necessária; porque, apoderando-se do próprio movimento, de que qualquer forma acabada não passa de uma configuração transitória, nada se lhe pode impor; porque é essencialmente crítica e revolucionária. O movimento contraditório da sociedade capitalista faz-se sentir ao burguês prático de maneira mais evidente pelas vicissitudes da indústria moderna através do seu ciclo periódico, cujo ponto culminante é a crise geral. (LC, Postface, p. 29)

No entanto, o núcleo racional da dialética de Hegel não se restringe apenas em compreender a realidade como fluxo progressivo, mas também em demonstrar que ela possui um caráter invertido. Este caráter consiste no fato de a realidade concreta e sensível ser uma mera forma de manifestação e efetivação objetiva de um conteúdo abstrato e suprassensível. Tal conteúdo ideal, que Hegel denomina Idéia, torna-se um verdadeiro sujeito automático, que se determina em si e por si mesmo e se converte, por conseguinte, em um demiurgo do real. A Idéia precisa necessariamente, para se efetivar, de um suporte material. No processo de efetivação da Idéia abstrata e suprassensível, o suporte material sofre uma configuração

---

*exige todo um conjunto de condições que do ponto de vista da circulação simples de mercadorias, ainda não existem, de modo algum.*” (MEW 23, p. 127; C, I-3, p. 236, grifos nossos)

<sup>68</sup> “Porém, se o capital põe cada um desses limites como barreira e, portanto, ultrapassa-os de forma *ideal*, de nenhuma maneira se segue daí que as tenha superado de forma *real*. Como cada uma dessas barreiras contradiz sua determinação, a produção do capital se move em meio a contradições constantemente superadas, mas também constantemente postas. E mais. *A universalidade a qual ele tende irrestritamente encontra barreiras em sua própria natureza que o fazem reconhecer a si mesmo, em uma certa fase de seu desenvolvimento, como a barreira maior a essa tendência que o conduz, portanto, a sua própria abolição* [Aufhebung]. Os economistas que, como Ricardo, concebem a produção como diretamente idêntica com a auto-valorização do capital e não se preocupam, pois, nem com as barreiras ao consumo nem com as barreiras existentes à própria circulação [...], interessam-se apenas pelo desenvolvimento das forças produtivas e pelo crescimento da população industrial [...]. Esses economistas compreenderam a natureza positiva do capital de forma mais correta e profunda que aqueles que, como Sismondi, enfatizam as barreiras para o consumo e para a esfera existente de contra-valores, embora este último tenha aprendido mais profundamente [o caráter – VB] limitado da produção fundada sobre o capital, sua unilateralidade negativa. O primeiro apreendeu mais sua tendência universal, o segundo sua limitação particular. [...] Por outro lado, Ricardo e toda a sua escola jamais compreenderam *as reais crises modernas nas quais a contradição do capital se descarrega em grandes tempestades que o ameaçam mais e mais enquanto fundamento da sociedade e da própria produção.*” (MEW 42, pp. 323-4; G, I, pp. 349-50, os dois últimos grifos são nossos)

imposta por suas determinações. Marx diz, de forma irrefletida<sup>69</sup>, o seguinte sobre a dialética hegeliana:

O meu método dialético não só difere, pela sua base, do método hegeliano, mas é exatamente o seu oposto. Para Hegel, o movimento do pensamento, que ele personifica sob o nome de Idéia, é o demiurgo da realidade, que é apenas a forma fenomenal da Idéia. Para mim, ao contrário, o movimento do pensamento é apenas o reflexo do movimento real, transposto e traduzido no cérebro do homem. (*LC*, Postface, p. 29)

Ora, a teoria do valor de Marx demonstra exatamente que é a própria realidade social do moderno sistema produtor de mercadorias que é invertida. O ser-valor é uma objetividade abstrata, originada de uma atividade abstrata, qual seja, o trabalho abstrato, mas que se concretiza na objetividade sensível dos valores de uso das mercadorias durante o processo de dispêndio de trabalho determinado e útil dos produtores de mercadorias. Tal ser é uma coisa abstrata do pensamento, mas que, para obter realidade efetiva, precisa se determinar objetivamente e, com isso, adquirir formas sensíveis. A abstração do trabalho enquanto substância social constituidora originariamente da objetividade do valor é o verdadeiro demiurgo da realidade social de produção de mercadorias. É nesta verdade que consiste o absurdo que é o fato de a substância-trabalho objetivar seu ser-valor sob a forma de mercadoria e, em seguida, duplicar sua existência na forma do dinheiro, enquanto um indivíduo, ao mesmo tempo, particular e universal; e, por fim, constituir-se como sujeito automático<sup>70</sup>, sob a forma do capital. Como sujeito-capital, o ser-valor se transforma em um ser que se autodetermina, enquanto processo de valorização do valor<sup>71</sup>:

As formas autônomas, as formas dinheiro, que o valor das mercadorias assume na circulação simples mediam apenas o intercâmbio de mercadorias e desaparecem no resultado final do movimento. Na circulação  $D - M - D$ , pelo contrário, ambos, mercadoria e dinheiro, funcionam apenas como modos diferentes de existência do próprio valor, o dinheiro o seu modo

<sup>69</sup> O ponto crucial da questão dialética não é se o ponto de partida da investigação é algo concreto ou abstrato, mas se o ponto de chegada é uma abstração, a saber, o valor, produzida pela imaginação – como explicitaremos no item 3.3.2 dessa dissertação – no domínio do pensamento e que se apresenta como constituidora do sentido absurdo da realidade social de produção de mercadorias. Portanto, infelizmente Hegel tem razão ao conceber a Idéia como demiurgo da realidade. Porém, é justamente nisso que consiste o caráter fetichista da sociedade produtora de mercadorias que, por conta disso, precisa ser duramente criticada e não enaltecida como momento mais elevado da história mundial da civilização da razão.

<sup>70</sup> Sobre o importante conceito de sujeito automático em Marx, cf. KURZ, 2002, pp. 83-9 e JAPPE, 2006, pp. 89-97.

<sup>71</sup> “O valor enquanto a projeção do fetiche que se apresenta como realmente objetivo no dinheiro se constitui como absoluto terreno, social, através do movimento de reacoplamento do dinheiro a si mesmo como capital, como processo de valorização ou ‘sujeito automático’ (Marx), ao qual é submetida toda a reprodução social e todo o entendimento do mundo. Qualquer coexistência colorida de situações de relações naturais, culturais e sociais (relações) acaba e é substituída pela pretensão de ser absoluto do princípio essencial abstrato único do ‘valor’ e pela sua substancialidade negativa.” (KURZ, 2004, p. 53)

geral, a mercadoria o seu modo particular, por assim dizer apenas camuflado, de existência. *Ele passa continuamente de uma forma para outra, sem perder-se nesse movimento, e assim se transforma em um sujeito automático.* Fixadas as formas particulares de aparição, que o valor que se valoriza assume alternativamente no ciclo de sua vida, então se obtêm as explicações: capital é dinheiro, capital é mercadoria. De fato, porém, *o valor se torna aqui o sujeito de um processo em que ele, por meio de uma mudança constante das formas de dinheiro e mercadoria, modifica a sua própria grandeza, enquanto mais-valia se repele de si mesmo, enquanto valor original, se autovaloriza.* Pois o movimento, pelo qual ele adiciona mais-valia, é seu próprio movimento, sua valorização, portanto autovalorização. *Ele recebeu a qualidade oculta de gerar valor porque ele é valor. Ele pare filhotes vivos ou ao menos põe ovos de ouro.* (MEW 23, p. 168; C, I-3, pp. 273-4, grifos nossos)

Portanto, é o caráter místico da dialética de Hegel<sup>72</sup> que credencia o seu pensamento como forma racional apropriada para apreender o núcleo duro<sup>73</sup> absurdo da realidade invertida do sistema produtor de mercadorias. Hegel inverte a realidade, ao conceber a Idéia lógica contida no seu pensamento como o demiurgo da realidade, para poder,

---

<sup>72</sup> É impressionante a similitude que o conceito marxiano de capital, como substância constituidora do ser-valor essencial sob a forma concreta da mercadoria que se tornou sujeito automático e que se engendra a si mesmo em um processo de valorização do valor, possui com o conceito de espírito de Hegel, como se evidencia neste texto da *Fenomenologia do espírito*: “O espírito é a substância e a essência universal, igual a si mesma e permanente: o inabalável e irreduzível fundamento e ponto de partida do agir de todos, seu fim e sua meta, como [também] o *Em-si* pensado de toda a consciência-de-si. Essa substância é igualmente a obra universal que, mediante o agir de todos e de cada um, engendra-se como sua unidade e igualdade, pois ela é o *ser-para-si*, o Si, o agir. Como substância, o espírito é *igualdade-consigo-mesmo*, justa e imutável; mas como *ser-para-si*, é a essência que se dissolveu, a essência bondosa que se sacrifica. Nela cada um executa sua própria obra, despedaça o ser universal e dele toma para si sua parte. Tal dissolução e singularização da essência é precisamente o momento do agir e do Si de todos. E o movimento e a alma da substância, e a essência universal efetuada. Ora, justamente por isso – porque é o ser dissolvido no Si – não é a essência morta, mas a essência *efetiva e viva*.” (HEGEL, 2001b, § 439, p. 8, grifos do autor).

M. Postone também se apercebe dessa similaridade entre o capital enquanto sujeito automático de Marx e o conceito de espírito de Hegel e diz o seguinte: “Ele [Marx – V.B.] se refere ao valor como possuindo uma substância, que ele identifica com o trabalho humano abstrato. Marx não considera, porém, mais a ‘substância’ como uma simples hipótese teórica, mas agora a concebe como um atributo das relações sociais mediatizadas pelo trabalho, como exprimindo um determinado tipo de realidade social. Ele investiga a natureza dessa realidade social em *O Capital* ao expor logicamente as formas da mercadoria e do dinheiro a partir de suas categorias do valor de uso, do valor e da ‘substância’ do valor. Sobre essa base, Marx começa a analisar a complexa estrutura das relações sociais expressa por sua categoria do capital. Inicialmente, descreve o capital em termos de valor: descreve-o em termos categoriais como valor que se autovaloriza. Nesse ponto de sua exposição, Marx descreve seu conceito de capital em termos que se referem claramente ao conceito de *Geist* de Hegel”. (POSTONE, 1993, p. 75)

No entanto, como veremos no item 4.3, o sujeito automático do capital que se engendra a si mesmo como valorização do seu ser-valor possui uma tendência necessária à auto-aniquilação de si mesmo e de toda a realidade e não à auto-realização de si mesmo como absoluto. Ou seja, para Marx, a efetivação absoluta do sujeito-capital consiste na sua própria destruição.

<sup>73</sup> “A crítica do Marx da maturidade não se vincula mais, pois, a uma inversão antropológica, ‘materialista’, da dialética idealista de Hegel, mas, em certo sentido, ela é a sua ‘justificação’ materialista. Marx pretende implicitamente mostrar que o ‘núcleo racional’ da dialética de Hegel é precisamente o seu caráter idealista: esse núcleo é a expressão de um modo de dominação social constituído por estruturas de relações sociais, as quais, por serem alienadas, adquirem uma existência quase-independente vis-à-vis aos indivíduos e que, por causa de sua natureza dual peculiar, são de caráter dialético. De acordo com Marx, o sujeito histórico é a estrutura alienada de mediação social que constitui a formação social capitalista.” (POSTONE, 1993, p. 81)

dessa forma, apreender o conteúdo místico do próprio real. Porém, é precisamente o método dialético que desvenda adequadamente o caráter místico da realidade social de produção de mercadorias. É esta realidade mesma – que tem por base o ser-valor e por fundamento a substância-trabalho – que é originariamente invertida. Esta inversão é construída socialmente pelos indivíduos através de suas relações entre si e com a natureza em um determinado momento histórico. Portanto, a distinção basilar da dialética de Marx em relação à de Hegel consiste em torna possível submeter o moderno sistema produtor de mercadorias a uma crítica radical, denunciando-o como um completo absurdo. E não se deixando encantar cegamente com a Ideia do divino que veio habitar na terra como sendo o coroamento da Razão na história.

### 2.5.3 – O verdadeiro caráter místico da dialética de Hegel

Segundo o método dialético de Marx, a mercadoria singular é um resultado concreto, enquanto unidade da diversidade, ou seja, é, ao mesmo tempo, valor e valor de uso. O ser-valor constitui o caráter geral da mercadoria, já o valor de uso concerne aos seus atributos particulares. A mercadoria é um ente concreto resultante da unidade entre o princípio social sintetizador do trabalho e o material natural dado pela natureza. O trabalho produtor de mercadorias, pelo fato de ser uma atividade bifacética, ao modificar as formas da matéria natural conforme uma finalidade que seja útil à vida humana, também lhe imprime sorrateiramente, ao mesmo tempo, uma forma de coisa de valor.<sup>74</sup> Por um lado, o caráter de ser-valor da mercadoria é uma objetividade fantasmagórica criada originariamente na cabeça do trabalhador, enquanto resultado suprassensível da atividade de trabalho abstrato. Por outro lado, o valor de uso é uma objetividade sensível da mercadoria produzida pela atividade concreta do trabalhador orientada a um fim útil.<sup>75</sup> Porém, em última análise, a finalidade

---

<sup>74</sup> “[...] [O]s produtos já são fabricados na forma fetichista de coisa de valor; eles têm que cumprir apenas um único fim: representar o tempo de trabalho abstrato despendido e [socialmente necessário – VB] à sua produção na forma de valor. A esfera da circulação, o mercado, não serve, portanto, simplesmente à troca de mercadorias, mas é, sobretudo, o lugar onde o valor representado nos produtos se realiza ou, em todo caso, deveria fazê-lo. Para que isto possa em geral ter êxito (como condição necessária, embora não suficiente), as mercadorias precisam ser consideradas também como coisas úteis. Porém, coisas úteis apenas para o comprador potencial. O lado material e concreto da mercadoria, portanto, o valor de uso, não é nem o sentido, nem a finalidade da produção, mas, de uma certa maneira, apenas um efeito colateral inevitável. Do ponto de vista da valorização, até se poderia renunciar ao valor de uso (e isso, em certo sentido, acontece na medida em que se produz massivamente coisas completamente absurdas ou para serem desgastadas em um tempo muito curto), porém, o valor não subsiste sem um suporte material. Ninguém compra, pois, ‘tempo de trabalho morto’ enquanto tal, mas apenas se este se representa em um objeto ao qual o comprador, de alguma maneira, atribui algum tipo de utilidade.” (TRENKLE, 1998, pp. 8-9, grifos nossos)

<sup>75</sup> “A esta ‘objetividade de valor’ chama Marx um ‘objetividade fantasmática’, uma ‘simples geléia de trabalho humano indiferenciado’. Esta ‘objetividade’ estabelece um nível ontológico que é diferente da existência concreta da mercadoria, mas que não é somente mental.” (JAPPE, 2006, p. 55, grifos nossos)

precípua do aspecto útil e concreto da produção de mercadorias é tão-somente servir de suporte material para que as abstrações da substância-trabalho e do ser-valor obtenham existência objetiva no interior da realidade social do sistema capitalista.

Um primeiro aspecto de diferenciação entre a dialética marxiana e a hegeliana é o seguinte: o ser-valor é uma objetividade abstrata situada, de início, subjetivamente no interior do pensamento do trabalhador, mas que, para se objetivar na realidade social, precisa necessariamente de um material exterior dado pela natureza. O material exterior serve, portanto, de intermediário natural necessário para a objetivação de uma abstração. Por ser uma coisa fantasmagórica criada pelo trabalho abstrato e geral, o ser-valor precisa de um intermediário social para existir realmente sintetizado junto com o valor de uso na mercadoria, qual seja, o trabalho concreto e particular do trabalhador. É somente um trabalho útil determinado que pode se contrapor diretamente ao material exterior fornecido pela natureza. Todavia, para Marx, a natureza é um dado originário, inicialmente, completamente independente do trabalho. Em última análise, a natureza não é criada pelo trabalho do homem, mas é um puro dado imediato. O trabalho apenas transforma as formas da matéria fornecida pela natureza, configurando-lhe, simultaneamente, uma forma social de mercadoria.

O trabalho humano puro e simples, o dispêndio de força de trabalho humano, embora suscetível de toda determinação, é, em si e para si, indeterminado. Ele só pode se efetivar, se objetivar, na medida em que se torne dispêndio de força de trabalho humano *em uma forma determinada*, como trabalho *determinado*. Isso porque só o trabalho *determinado* se contrapõe a uma matéria natural, a um material exterior em que o trabalho puro e simples se objetiva. Apenas o “*conceito*” hegeliano consegue se objetivar sem precisar da matéria exterior. (K, p. 18, grifos do autor)

Parafraseando Kant – fazendo-se os devidos desvios –, podemos dizer que o material fornecido pela natureza serve de base natural e sensível para que a coisa em si do valor, social e suprassensível, criada pela imaginação do trabalhador se objetive, de fato, na realidade de produção de mercadorias. Portanto, a gênese da coisa em si do valor remonta, originariamente, ao pensamento do trabalhador, mas que não pode permanecer uma abstração do pensamento devido à contradição que se instaura, internamente, entre a atividade abstrata do trabalho e a objetividade abstrata do valor. Na mercadoria, a contradição interna e abstrata entre trabalho abstrato e valor se torna uma contradição interna e concreta entre valor de uso e valor, visto que o ente mercantil resulta do trabalho abstrato-concreto. Todavia, o ente mercantil é produto da apercepção sintética do trabalho abstrato-concreto, que se apropria dos materiais dados pela natureza e lhes imprime, sorrateiramente, uma forma de coisa sensível suprassensível. Os objetos não são em si mesmos mercadorias, mas só se tornam coisas

sensíveis e, ao mesmo tempo, suprassensíveis por causa da atividade sintética do trabalho que liga, através do aspecto concreto e útil do trabalho, o múltiplo dado pela natureza à unidade abstrata do valor criado *a priori* pelo aspecto abstrato do mesmo trabalho.

Para Hegel, ao contrário, a natureza não é um dado originário independente do conceito, mas uma criação originária deste último.<sup>76</sup> Segundo Marx, Hegel compreende o conceito como atividade subjetiva que, para se objetivar, prescinde do material exterior fornecido pela natureza; e concebe esta última como sistema do pensamento inconsciente, isto é, como inteligência petrificada e uma determinação do pensamento. Segundo a concepção hegeliana, a natureza é o momento intermediário entre a Idéia lógica e o Espírito; é um momento necessário do processo de efetivação do conceito, enquanto Espírito absoluto.

Esta concepção distinta da natureza em Hegel e Marx tem a ver com a pretensão teórica de ambos. Este último pensador tem por objetivo determinar criticamente o caráter específico de uma determinada forma de sociabilidade, historicamente situada, ou seja, a sociedade produtora de mercadorias, fundada no princípio de síntese social do trabalho. Hegel, ao contrário, pretende estabelecer uma onto-teo-logia especulativa da história enquanto tal<sup>77</sup>, em outras palavras, uma metafísica da história do Espírito absoluto. Marx quer denunciar criticamente o caráter metafísico do moderno sistema produtor de mercadorias, o qual possui uma lógica contraditória que tende a sua própria destruição. A dialética de Marx não renuncia a penetrar o interior da coisa mesma e se deixa conduzir pelo seu automovimento, para captar o seu cerne fundamental.<sup>78</sup> Porém, ao fazer tudo isso, este

---

<sup>76</sup> Sob esse aspecto, Hegel se assemelha a Fichte, para quem o não-Eu é um produto do Eu. Ora, para Marx, a natureza em si mesma não é um produto do trabalho, mas um puro dado sobre o qual a abstração do trabalho se objetivará. É tão-somente através da atividade de trabalho que a natureza assumirá a forma de mercadoria. Agora sim, sob a forma de mercadoria, enquanto forma social mediatizada pelo trabalho a natureza se torna seu produto. Portanto, é na mediatização operada pelo trabalho que se processa o início do mecanismo de fetichização que um determinado bem se transformar em uma mercadoria.

<sup>77</sup> “As categorias de Hegel não elucidam o capital como o sujeito de um modo de produção alienada, nem analisam a dinâmica historicamente específica das formas, as quais são movidas por suas contradições imanentes particulares. Em vez disso, Hegel põe o *Geist* como o sujeito e a dialética como a lei universal do movimento. Em outras palavras, Marx afirma implicitamente que Hegel apreendeu as formas contraditórias e abstratas do capitalismo, mas não em sua especificidade histórica. Em vez disso, ele as hipostasiou e as expressiu de um modo idealista. Não obstante, o idealismo de Hegel expressiu bem essas formas, mesmo que inadequadamente: ele as apresenta por meio de categorias que são a identidade de sujeito e objeto e que parecem ter sua vida própria. Essa análise crítica é muito diferente de um tipo de materialismo que simplesmente costuma converter essas categorias idealistas em uma forma antropológica; esta última abordagem não nos permite fazer uma análise adequada dessas estruturas sociais alienadas características do capitalismo que dominam as pessoas e são efetivamente independentes de suas vontades.” (POSTONE, 1993, p. 81)

<sup>78</sup> Hegel, na *Fenomenologia do Espírito*, critica Kant pelo fato do pensamento deste último ser formalista e não penetrar no conteúdo essencial da coisa mesma, ficando preso apenas à sua forma de aparência superficial. Hegel defende a tese de que a tarefa da filosofia é penetrar o âmago constitutivo da coisa mesma e nela se demorar e se esquecer a si mesmo. Marx também defende essa tese, mas salienta a necessidade de se ser muito prudente e não se deixar dominar completamente pelos encantos enfeitiçadores da coisa mesma. Tais encantos são artifícios dos

pensador se apercebe de que a coisa mesma tanto possui, por natureza, uma contradição insolúvel, quanto um caráter misterioso que precisa ser melhor investigado e criticado, sob pena de se submeter completamente ao seu domínio mistificador. Marx em um texto da primeira edição de *O Capital* que não foi incorporado por ele mesmo nas outras edições, mas que caracteriza o cerne do moderno sistema produtor de mercadorias, diz o seguinte:

Dentro da relação de valor e da expressão de valor nela inserida, o universal abstrato não conta como propriedade do concreto, sensível e real, mas, ao contrário, o concreto sensível conta como mera forma de manifestação ou forma de efetivação determinada do universal abstrato. No interior da expressão de valor do tecido, por exemplo, não é o *trabalho do alfaiate* encerrado no *equivalente* casaco que possui a *propriedade geral* de ser também trabalho humano. Ao contrário, *ser trabalho humano* conta como *sua essência*, ser trabalho de alfaiate conta apenas como *forma de manifestação* ou *forma de efetivação determinada dessa sua essência*. Esse *quid pro quo* é inevitável porque o trabalho representado no produto do trabalho só é *criador de valor* enquanto trabalho humano indiferenciado. Esta indiferença do trabalho humano é tal que o trabalho objetivado no valor de um produto *não se distingue* em absoluto do trabalho objetivado no valor de uma espécie de produto distinta.

Esta *inversão*, mediante a qual o concreto sensível conta apenas como forma de manifestação do universal abstrato e não, ao contrário, o universal abstrato como propriedade do concreto, caracteriza a expressão do valor. Ela torna, ao mesmo tempo, difícil a compreensão desta expressão. Se digo que tanto o direito romano quanto o direito germânico são ambos direitos, afirmo algo óbvio. No entanto, se digo que *o Direito*, essa abstração, *efetiva-se* no direito românico e no direito germânico, nesses direitos concretos, então o contexto se torna místico. (W, p. 771, grifos do autor)

Embora aí não mencione o nome de Hegel, Marx está se referindo ao cerne da dialética hegeliana – inclusive faz menção, de forma proeminente, ao espírito que caracteriza a Filosofia do Direito hegeliana, utilizando os termos “direito romano”, “direito germânico” e “o Direito” para salientar a inversão existente entre universal e particular, abstrato e concreto, gênero e espécie, uno e múltiplo etc. –, à estrutura invertida da realidade e à apologia que Hegel faz dela, sem questionar o porquê dessa inversão.<sup>79</sup> Porém, a dialética hegeliana não

---

quais a própria coisa, astutamente, serve-se para velar a tendência à autodestruição que está inscrita no seu próprio caráter. Quanto à tese de Hegel contra Kant, cf. HEGEL, 2001a, § 3 ss., p. 23 ss.; e § 53 ss., p. 50 ss.

<sup>79</sup> “Nesta medida, *Hegel não foi recolocado com os pés no chão e de cabeça para cima, mas os pés continuam sempre sob o comando da cabeça, do princípio essencial capitalista da forma ideal*. Decifradas socialmente, as relações de fetiche como ‘metafísicas reais’ são sempre ao mesmo tempo ‘idealismos reais’, levados ao auge pelo idealismo real capitalista pela primeira vez imanente do ‘sujeito automático’ na forma da valorização do valor, do reacoplamento cibernético da abstração real do valor a si mesma. Ironicamente, assim sendo, o materialismo real do trabalho e da ciência da natureza capitalista não é outra coisa senão a forma de aparência prática do idealismo real da forma do valor, e não o contrário. A abstração real do valor representa uma agregação ou uma forma de existência prática da abstração real do trabalho e vice-versa; precisamente por isso o trabalho abstrato constitui o modo como o princípio essencial social e não material se lança no mundo material como um fantasma. Deste modo, o ‘idealismo objetivo’ de Hegel sob determinado aspecto até anda mais próximo da coisa do que o ‘materialismo objetivo’ do pensamento marxista; mas Hegel pensa o idealismo real

denuncia quão absurda é essa realidade invertida, visto que adquire um caráter místico. O processo de entrega de Marx ao automovimento contraditório da coisa mesma não implica um deslumbramento acrítico, mas uma tomada de consciência cada vez mais consolidada de que tal coisa marcha, inexoravelmente, para sua própria ruína e para a destruição paulatina de todo o conteúdo sensível da realidade. Portanto, para Marx, o desenvolvimento progressivo do ser-valor enquanto natureza abstrata da mercadoria que busca uma objetividade real cada vez mais adequada ao caráter universal do conceito de trabalho sob formas de existência mais concretas e complexas é uma contradição em processo.<sup>80</sup> Portanto, além do aspecto formal da dialética de Marx, tais como relacional, processual e sistemática, o cerne desta dialética é o seu conteúdo crítico, que capta a natureza contraditória da sociedade como sendo absurda. A sociedade produtora de mercadorias é historicamente determinada, possui, portanto, início, desenvolvimento ulterior e fim no interior da história.

Para decifrar o caráter misterioso da moderna sociedade produtora de mercadorias e denunciar o misticismo que constitui o núcleo ao mesmo tempo racional e apologético do pensamento de Hegel, Marx lançou mão da teoria do fetichismo da mercadoria. É a partir dessa teoria que Marx desvenda o segredo da célula germinal do sistema produtor de mercadorias e caracteriza a gênese social do ser-valor. Investiguemos mais de perto, pois, o caráter fetichista da mercadoria.

---

*capitalista apologeticamente, como movimento de automediação positiva da essência da abstração real, assim lhe escapando por princípio a sua qualidade negativa, destrutiva e aniquiladora da vida. [...] A fim de se chegar a uma crítica plena da substancialidade negativa da relação de fetiche capitalista, não é o idealismo objetivo de Hegel que tem de ser posto de cabeça para cima e pés no chão, mas sim a cabeça da abstração real que tem que ser guilhotinada. Apenas essa seria a prática libertadora e transcendente, que deixaria de moldar compulsivamente o mundo social e natural, mas destruiria sim o próprio princípio essencial dessa prática destrutiva.”* (KURZ, 2004, pp. 56-7, grifos nossos).

<sup>80</sup> Cf. nota 52.

### 3. CAPÍTULO II – O FETICHISMO COMO UMA TOTALIDADE NEGATIVA

#### 3.1 – A mercadoria como uma coisa social sobrenatural

A teoria do fetichismo<sup>81</sup> de Marx é um dos pilares fundamentais para se construir uma crítica categórica do moderno sistema produtor mercadorias, pois, a partir da compreensão da estrutura da mercadoria, pode-se determinar precisamente qual seu caráter absurdo.

A mercadoria não era o que parecia ser tal como inicialmente nos apareceu de imediato, “uma coisa evidente e trivial”, mas, após a mediação da análise reflexiva, ela se apresentou ao nosso pensamento como “uma coisa muito complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas”. A mercadoria é ao mesmo tempo “uma coisa sensível suprassensível” [*sinnlich übersinnliches Ding*], e, por conseguinte, sua complexidade se deve ao seu duplo caráter de valor de uso e valor. Descobriu-se que uma dada mercadoria, por exemplo, 20m de tecido, tem tanto um corpo material de valor de uso, segundo o qual ela é tão-somente “uma coisa física ordinária”, quanto uma alma abstrata de valor, mediante a qual ela se transforma em uma coisa sobrenatural. A sutileza metafísica da mercadoria consiste em ela portar internamente ao seu corpo útil um ser-valor fantasmagórico. Por fim, as manhas teológicas da mesma concernem à sua capacidade de se autodeterminar, assumindo formas de valor<sup>82</sup> as mais variadas. A mercadoria se metamorfoseando a si mesma até revestir a forma

---

<sup>81</sup> I. Rubin dimensiona, corretamente, a importância da teoria do fetichismo da mercadoria no sistema de Marx e diz o seguinte: “A teoria do fetichismo é, *per se*, a base de todo o sistema econômico de Marx, particularmente de sua teoria do valor” (RUBIN, 1987, p.19).

A. Jappe também se apercebe do nexos estreito que há entre a teoria do valor e a do fetichismo da mercadoria de Marx e diz o seguinte: “Longe de ser uma ‘superestrutura’ pertencente à esfera mental ou simbólica da vida social, o fetichismo reside nas próprias bases da sociedade capitalista e impregna todos os seus aspectos. Pode-se de pleno direito falar de uma *identidade entre a teoria do valor e a teoria do fetichismo em Marx*. O valor e a mercadoria, longe de serem esses ‘pressupostos neutros’ de que falávamos inicialmente, são categorias fetichistas que dão fundamento a uma sociedade fetichista.” (JAPPE, 2006, p. 35, grifos do autor)

Sobre a teoria do fetichismo de Marx, cf. BACKHAUS, 1974, pp. 12-26; FAUSTO, 1997, pp. 75-85; GIANNOTTI, 2000, pp. 102-24; JAPPE, 2006, pp. 31-44; KURZ, 1987, pp. 87-106; POSTONE, 1993, pp. 166-79; ROSDOLSKY, 2001, pp. 115-19; e RUBIN, 1987, pp. 18-73.

<sup>82</sup> “[...] [A] vida de Deus é, em si, a tranqüila igualdade e unidade consigo mesma; não lida seriamente com o ser-Outro e a alienação, nem tampouco com o superar dessa alienação. Mas esse *em-si* [divino] é a universalidade abstrata, que não leva em conta sua natureza de *ser-para-si* e, portanto, o movimento da forma em geral. Uma vez que foi enunciada a igualdade da forma com a essência, por isso mesmo é um engano acreditar que o conhecimento pode se contentar com o Em-si ou a essência, e dispensar a forma – como se o princípio absoluto da intuição absoluta pudesse tomar supérfluos a atualização progressiva da essência e o desenvolvimento da forma. *Justamente por ser a forma tão essencial à essência quanto esta é essencial a si mesma, não se pode apreender e exprimir a essência como essência apenas, isto é, como substância imediata ou pura auto-intuição do divino. Deve exprimir-se igualmente como forma e em toda a riqueza da forma desenvolvida, pois só assim a essência é captada e expressa como algo efetivo.*” (HEGEL, 2001a, § 19, p. 30, último grifo nosso)

dinheiro em um movimento como “se ela começasse a dançar por sua própria iniciativa” e, com isso, figurasse como uma espécie de Deus social concreto de todas as mercadorias que habita entre nós no domínio do mundo mercantil. (Cf. *MEW* 23, p. 85; *C*, I-1, p. 197)

Ora, se é a mercadoria, enquanto forma concreta mais elementar da sociedade produtora de mercadorias, uma coisa misteriosa, em que consiste ou o que é seu caráter misterioso? Qual a origem<sup>83</sup> desse mistério que a envolve como uma aura? Será natural, ou puramente social? O caráter enigmático da mercadoria se constitui na produção, ou na circulação de mercadorias?

Primeiramente, tentemos descobrir se o caráter enigmático da mercadoria se origina de seu valor de uso. Marx exclui esta possibilidade, pois que, do ponto de vista da satisfação de necessidades humanas, “não há nada de misterioso nela [a mercadoria – V.B.]”. É óbvio para nós que a utilidade de um determinado bem ao ser humano provém de suas propriedades naturais sensivelmente perceptíveis. Caso este bem não seja fornecido imediatamente pela natureza, mas transformado por uma determinada atividade produtiva orientada a um fim útil à vida humana – por exemplo, 20m de tecido elaborados a partir de fios de algodão pelo trabalho do tecelão com o objetivo de manter seu próprio corpo aquecido contra o frio –, ainda assim continuará sendo uma coisa física ordinária de fácil compreensão pelo pensamento humano, visto que “é evidente que o homem por meio de sua atividade modifica as formas das matérias naturais de um modo que lhe é útil”. (Cf. *MEW* 23, p. 85; *C*, I-1, pp. 197-8)

Em segundo lugar, cogitemos a possibilidade de o mistério que envolve a mercadoria ser proveniente não de suas múltiplas propriedades naturais e úteis, mas de sua propriedade social de ser portadora de um ser-valor que, por sua vez, como nossa análise já explicitou, possui as determinidades abstratas de substância, grandeza e forma do valor. Marx também descarta a possibilidade disso decorrer do “conteúdo das determinações do valor” em si mesmo<sup>84</sup>, por causa dos seguintes fatores: 1) da perspectiva da substância do valor, “é uma

---

<sup>83</sup> No intuito de analisar a gênese do fenômeno da autonomização das relações sociais frente aos homens, H. G. Backhaus, em *Dialética da forma do valor*, lança a seguinte condição: “Uma interpretação correta do caráter fetichista deve, por conseguinte, articular e estudar este texto da seguinte maneira: 1) Como está estruturada, para Marx, a ‘relação entre as coisas’? 2) Por que e em que medida ‘a relação entre as coisas’ não pode ser captada senão como ‘um simples invólucro sob o qual se oculta uma relação entre os homens’?” (BACKHAUS, 1974, p. 13)

<sup>84</sup> Em si mesmas, as determinidades do ser-valor só constituem potencialmente o mistério que envolve a mercadoria. Para que elas se atualizem, precisam se tornar determinações postas, de fato, pelo processo de produção e de troca de mercadorias. Não é simplesmente do conceito do valor que se deduz o caráter misterioso das mercadorias, mas no processo de devir do ser-valor, através da atividade de produção dos trabalhadores e dos atos de troca por meio dos quais esse ser adquire existência social e validade objetiva no interior do mundo mercantil.

verdade fisiológica que eles [os trabalhos úteis ou atividades produtivas diferentes entre si – V.B.] são funções do organismo humano e que cada uma dessas funções [...] é essencialmente dispêndio de cérebro, nervos, músculos, sentidos etc. humanos”; 2) do prisma da grandeza do valor que determina mais precisamente o ser-valor geral em um limite de tempo de trabalho socialmente necessário, “a qualidade do trabalho é distinguível até pelos sentidos da sua quantidade”; 3) no que tange à forma do valor, a qual torna possível o contato social entre os homens que se relacionam entre si produzindo e trocando bens, pois que “tão logo os homens trabalham uns para os outros de alguma maneira, seu trabalho adquire também uma forma social” – estas três características precisam ser consideradas *cum granu salis*, já que a investigação do caráter fetichista da mercadoria não desvendou completamente seu segredo nuclear. (Cf. *MEW* 23, p. 85; *C*, I-1, pp. 197-8)

Se, analiticamente falando, o aspecto enigmático da mercadoria não deriva do seu valor de uso em si, nem do seu valor pura e simplesmente – já que, procedendo assim, não captamos a conexão necessária que há entre este duplo caráter da mercadoria e, por isso, tendemos a compreender estes dois fatores como separados e estanques entre si –, então, sinteticamente falando, conjecturemos a hipótese de a natureza misteriosa da mercadoria advir da estrutura mesma da forma da mercadoria enquanto tal. Marx dá um primeiro passo decisivo para a resolução desse problema ao sustentar que este aspecto provém da própria forma da mercadoria, visto que o mistério da mesma não é um puro dado natural, mas um processo relacional constituído socialmente pelos seres humanos.

É mediante a forma da mercadoria que os dois fatores opostos da mesma se vinculam estruturalmente em uma relação de conflito interno dinâmico e que, por conseguinte, transforma seu aspecto de bem natural em uma feição de coisa social sobrenatural. A forma da mercadoria não é natural, mas tão-somente social. É ela que aciona internamente o potencial antagônico, já contido em estado de latência em si mesma, entre seus fatores de alma suprassensível de valor e corpo sensível de valor de uso. Com o ativamento de todo esse processo, as determinações objetivas do valor da coisa se transformam e mudam de figura, deixando de ser “inocentes” e neutras e fazendo com que as mesmas, por assim dizer, passem a sofrer um processo de mutação:

A igualdade dos trabalhos humanos assume a forma coisificada [*sacheliche Form*] de igual objetividade de valor dos produtos do trabalho, a medida do dispêndio de força de trabalho do homem, por meio da sua duração, assume a forma de grandeza do valor dos produtos de trabalho, finalmente, as relações entre os produtores, em que aquelas determinações sociais de seus

trabalhos são ativadas, assumem a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho. (MEW 23, p. 86; *O Capital*, I-1, p. 198)

Se nos itens anteriores deste capítulo, ao tratarmos das três propriedades abstratas da objetividade fantasmagórica do valor, consideramos respectivamente “o quê” (a substância do valor), “o quanto” (a grandeza do valor) e “o como” (a forma do valor) da questão, faz-se necessário investigarmos mais de perto a forma da mercadoria, para podermos determinar mais precisamente “o porquê” da questão, isto é, o próprio caráter fetichista da mercadoria que lhe adere tão logo ela atue como mercadoria. “O porquê” da questão diz respeito ao ativamento das determinidades abstratas do valor que se encontravam, inicialmente, em estado de inércia.

De início, pode-se dizer que o caráter fetichista da mercadoria consiste no fato de sua forma encerrar intrinsecamente três determinidades, quais sejam: 1) a determinidade da projeção, 2) a determinidade da redução e 3) a determinidade da inversão. Investiguemos mais de perto, pois, cada uma destas determinidades.

### **3.2 – As determinidades do conceito de fetichismo**

Já havíamos evidenciado a conexão intrínseca entre as determinidades da objetividade abstrata do valor, primeiramente, por meio de uma análise distintiva peculiar respectivamente à substância, grandeza e forma do valor. Depois acompanhamos o movimento da coisa fantasmagórica mesma para captar sinteticamente seu vínculo estrutural, obtendo, com isso, o conceito preciso e completo do valor. Faz-se necessário agora buscarmos desvendar o caráter fetichista da mercadoria no seu todo, inicialmente com uma decomposição e exame das determinidades próprias ao conceito de fetichismo. Visto que a exposição dialética de Marx é acumulativa e sintética, buscar-se-á estabelecer as definições do fetichismo e as mudanças que as características sociais do trabalho privado sofrem ao final da investigação.

#### **3.2.1 – A projeção da abstração do ser-valor sob uma forma objetiva material separada**

O caráter fetichista da moderna sociedade produtora de mercadorias diz respeito ao fato de os seus integrantes atribuírem a propriedade sobrenatural de objetividade de valor às coisas úteis. Esta propriedade não existe naturalmente no corpo útil da mercadoria, com, por exemplo, nos 20m de tecido, tais como sua textura, peso, elasticidade, cor, extensão, cheiro etc., que são facilmente perceptíveis pelos nossos sentidos. A objetividade do valor é

uma propriedade social que os produtores de mercadorias projetam fetichistamente nos objetos por eles fabricados. Não se encontrará nenhum átomo do ser-valor nos 20m de tecido, quer se decomponha todos os seus fios de algodão em ínfimas partículas, para as observar com um microscópico de alta definição, quer se lhes aplique algum reagente químico, para se verificar a precipitação de algum suposto sólido no interior de uma solução líquida.

Considerado imediatamente em si mesmo como um objeto natural, os 20m de tecido é um todo de muitas propriedades concretas que na relação de utilidade estabelecida com os seres humanos atende às necessidades destes últimos. Porém, considerado como produto resultante do trabalho abstrato-concreto, os mesmos 20m de tecido obtêm a forma da mercadoria, enquanto unidade antagônica de valor de uso e valor. Essa forma sintetiza o objeto natural de tal maneira que todas aquelas suas propriedades sensíveis são subsumidas pura e simplesmente sob uma única propriedade abstrata, qual seja, a objetividade do valor. Então os 20m de tecido deixam de ser um objeto natural e se tornam uma coisa natural sobrenatural. A objetividade do valor é a coisa em si da mercadoria oculta no corpo sensível de valor de uso da mesma que só pode se atualizar fenomenicamente na relação de valor ou de troca com outro tipo de mercadoria diferente: 1 casaco.

No entanto, os produtores de mercadorias projetam durante o processo de produção nos seus produtos concretos um ser-valor abstrato e estes últimos, por conseguinte, passam a ser tanto coisas úteis quanto ao mesmo tempo portadores de valor. Com já investigamos antes, o ser-valor é uma objetividade abstrata puramente social, pois é constituída tão-somente pela atividade de trabalho abstrata geral exercida pelos trabalhadores particulares. Porém, o curioso é que a propriedade abstrata da mercadoria de ser portadora interna de valor parece para os produtores advir da própria natureza útil do objeto como um bem em si mesmo e não da forma da mercadoria, enquanto forma mediante a qual o trabalho abstrato-concreto representa a si mesmo sob uma forma material objetiva e sensível. Correspondente ao processo de cristalização<sup>85</sup> das relações das pessoas em forma de coisa social, ocorre, portanto, um processo de naturalização<sup>86</sup> de algo puramente social. Como se não bastasse, a absurdidade de tudo isso se acentua ainda mais, porque a relação de valor põe,

---

<sup>85</sup> “Esta ‘cristalização’ das relações sociais de produção entre pessoas leva à ‘cristalização’ das correspondentes formas sociais entre as coisas. Essa forma social é ‘agregada’, fixada a uma coisa, e nela é preservada mesmo quando as relações de produção entre pessoas se interrompem. Somente a partir desse momento é possível datar o surgimento dessa determinada categoria material como separada das relações de produção entre as pessoas, entre as quais surgiu e às quais, por sua vez, afeta. O ‘valor’ parece tornar-se uma propriedade da coisa, que com ele adentra o processo de troca e que é preservado quando a coisa deixa o processo. O mesmo é válido para o dinheiro, o capital e as outras formas sociais das coisas.” (RUBIN, 1987, pp. 36-7)

<sup>86</sup> Quanto à questão da naturalização e da convencionalização como características do processo de fetichização, cf. FAUSTO, 1997, pp. 75-8.

de fato, o ser-valor sob uma forma de existência social exterior e independente dos próprios produtores: o dinheiro<sup>87</sup>. Na forma de valor de troca separada do seu próprio corpo material de valor de uso expresso no corpo útil de outra mercadoria, o ser-valor enquanto mercadoria-dinheiro aparece como sendo um ente autônomo com vontade própria.<sup>88</sup> Não há aí, pois, “uma relação física entre coisas físicas” (MEW 23, p. 86; C, I-1, p. 198):

Ao contrário, a forma da mercadoria e a relação de valor dos produtos do trabalho, na qual aquela primeira se representa, não têm absolutamente nada a ver com sua natureza física e com as relações materiais que daí se originam. *Não é mais nada que determinada relação social dos próprios homens que assume para eles aqui a forma fantasmagórica de uma relação das coisas.* (MEW 23, p. 86; C, I-1, p. 198, grifos nossos)

Portanto, nesse primeiro momento da investigação sobre a determinidade projetiva do conceito do fetichismo, pode-se dizer que a forma da mercadoria dos 20m de tecido é misteriosa por conta de duas peculiaridades: 1) fazer os homens pensarem que as determinações objetivas essenciais da objetividade do valor, tais como substância, grandeza e forma do valor, constituídas pela unidade puramente social do trabalho abstrato durante o processo de dispêndio de cérebro, nervos, músculos, sentidos etc., do trabalho concreto do tecelão, como se fossem propriedades sociais naturais dos 20m de tecido em si mesmo ou inerentes a eles; e 2) refletir a relação social de valor que o tecelão e o alfaiate estabelecem entre os seus respectivos produtos sob uma forma material objetiva fora dos próprios produtores com se fossem coisas sociais independentes que se relacionam entre si e com os homens como se fossem entes autônomos frente a estes últimos.<sup>89</sup>

Este *quid pro quo* que caracteriza as peculiaridades da forma da mercadoria Marx chama de “o fetichismo que se adere aos produtos do trabalho, tão logo sejam produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias” (MEW 23, p.

<sup>87</sup> Cf. ROSDOLSKY, 2001, p. 115.

<sup>88</sup> “Na sociedade produtora de mercadorias, todos os produtos e trabalhos, para adquirir validade social, devem ser trocados primeiro ‘por um terceiro elemento objetivo’, e por que *esse ‘objeto mediador’, o dinheiro, deve tornar-se autônomo diante do mundo das mercadorias.* Cria-se o fundamento para a supremacia do dinheiro e das relações monetárias, e para o reflexo invertido das relações sociais de produção na consciência dos participantes – ou seja, para o fetichismo da mercadoria.” (ROSDOLSKY, 2001, p. 118, grifos nossos).

No entanto, o fundamento originário do fetichismo da mercadoria, como o exporemos logo mais adiante, não reside no ente abstrato-concreto do dinheiro enquanto elemento mediador das relações sociais, mas no princípio universal abstrato do trabalho enquanto dispêndio puro e simples de energia humana que precisa, necessariamente, expressar-se no universal concreto do dinheiro para obter existência social autônoma e independente de todas as demais mercadorias particulares.

<sup>89</sup> “[...] [U]m primeiro significado do termo ‘fetichismo’ é o seguinte: os homens põem em relação os seus trabalhos privados, não diretamente, mas somente numa forma objetiva, sob uma aparência de coisa, a saber, como trabalho igual, exprimido num valor de uso. Contudo, não o sabem e atribuem os movimentos dos seus produtos a qualidades naturais dos mesmos. Marx compara explicitamente o fetichismo da mercadoria ao fetichismo religioso, no qual *os homens adoram os fetiches que eles próprios criaram e atribuem poderes sobrenaturais a objetos materiais.*” (JAPPE, 2006, p. 33, grifos nossos)

86; *O Capital*, I-1, p. 199). Os produtos do trabalho abstrato-concreto possuem já, *in nuce*, o caráter de coisas fetichistas de valor idêntico no âmbito da própria produção, pois é aí que sua forma de mercadoria é criada, com sua dupla natureza de valor de uso e valor. Por sua vez, o caráter misterioso das mercadorias só se atualiza na relação de troca das mesmas como coisas de valor, quando o ser-valor se reveste na figura de valor de troca. Portanto, o caráter fetichista das mercadorias não é determinado na circulação ou troca, mas no interior da própria produção<sup>90</sup>. É na produção que a mercadoria 20m de tecido adquire a propriedade sobrenatural de objetividade do valor, ou seu caráter de coisa que encarna internamente no seu corpo útil um ser-valor abstrato, enquanto pura expressão objetiva do trabalho abstrato. Todavia, por causa do antagonismo que se estabelece entre o corpo sensível de valor de uso da mercadoria 20m de tecido e sua alma suprassensível de valor, o ser-valor se desencarna desta mercadoria e se personifica no corpo útil de outra mercadoria, 1 casaco. Com isso, no domínio da circulação ou relação de valor, a mercadoria se cinde em coisa útil e coisa de valor, e o seu ser duplica sua própria forma, a saber, de sua forma de mercadoria passa a assumir uma forma de valor de troca, pela qual adquire a propriedade fetichista puramente social de permutabilidade direta<sup>91</sup> com outras mercadorias. Na circulação, o ser-valor, ao se personificar em 1 casaco, transfigura-se a si mesmo e passa a dançar para lá e para cá no interior do mundo das mercadorias, isto é, transforma-se em um ser animado artificialmente por uma determinada forma de relação social e começa a existir socialmente sob uma forma material objetiva como um ser autonomizado e independente dos seres humanos:

*É apenas no interior da troca que os produtos do trabalho adquirem uma objetividade de valor socialmente igual, separada da sua objetividade de uso sensivelmente diferenciada. Essa cisão do produto de trabalho, em coisa útil e coisa de valor, atualiza-se [betätigt sich] apenas na prática, tão logo a troca tenha adquirido extensão e importância suficientes para que se produzam coisas úteis para serem trocadas, de modo que o caráter de valor das coisas já seja considerado ao serem produzidas. A partir desse momento, os produtos do trabalho adquirem realmente duplo caráter social. (MEW 23, p. 87; C, I-1, p. 199, grifos nossos)<sup>92</sup>*

<sup>90</sup> Um problema bastante candente vem sendo motivo de muita discussão e divergência, qual seja, se abstração do valor tem sua origem na produção ou se na circulação. Um dos precursores da tese da abstração na troca foi A. S.-Rethel, para quem a abstração não tem origem no e pelo trabalho, mas nas relações de troca enquanto o lugar onde supostamente o trabalho se torna uma abstração cujo resultado é o valor. Ao contrário dessa tese, R. Kurz e N. Trenkle sustentam que o trabalho é em si e por si uma abstração social e que o valor é constituído no interior do processo de produção. Cf. KURZ, 2004, pp. 90-100 e TRENKLE, 1998, pp. 7-9.

<sup>91</sup> A propriedade social de objetividade do valor da mercadoria concerne ao seu caráter de coisa mercantil constituído pela substância-trabalho no interior da produção. A propriedade também social de permutabilidade direta concerne ao valor de troca decorre da forma do valor no interior da relação de troca.

<sup>92</sup> Na terceira edição de *O Capital*, Marx escreve este trecho da seguinte maneira: “É somente na troca que os produtos do trabalho adquirem uma existência social idêntica e uniforme como valores, distinta da sua existência material e multiforme como objetos úteis. Esta cisão do produto do trabalho em objeto útil e objeto de

Portanto, confirma-se que “esse caráter fetichista do mundo das mercadorias se origina, com a análise precedente já demonstrou, do caráter social peculiar [*eigentümlichen*] do trabalho que produz mercadorias” (*MEW* 23, p. 87; *C*, I-1, p. 199). O trabalho produtor de mercadorias é ao mesmo tempo abstrato e concreto, seu caráter social peculiar consiste no aspecto de ser: 1) uma atividade abstrata pura e imediata de identidade consigo que constitui o ser-valor; 2) um resíduo fantasmagórico simples e sem qualidades de dispêndio de energia humana que se representa quantitativamente na objetividade abstrata do valor; e 3) uma forma geral de relação social de produção, pela qual os múltiplos e heterogêneos trabalhos particulares concretos e úteis se vinculam entre si como expressões iguais de um mesmo tempo de trabalho genérico homogêneo. Estas três características peculiares ao caráter social do trabalho compõem as condições formais de possibilidade necessárias *a priori* para a produção de mercadorias. Já as condições materiais de possibilidade necessárias *a posteriori*<sup>93</sup> para essa mesma produção são: 1) a execução dos trabalhos privados independentemente uns dos outros e 2) a divisão social do trabalho em ramos de produção separados entre si, que após essa fragmentação compõem um complexo inteiro do trabalho social total.

Assim como as propriedades abstratas do ser-valor só se atualizam por meio da relação de valor ou troca, e, por conseguinte, tal ser duplica sua forma, então o mesmo acontece com as características peculiares ao caráter social do trabalho contidas nos trabalhos privados. Por um lado, essas características sociais só se põem de manifesto apenas no interior da troca mercantil, visto que os produtores somente entram em contato social mediante a troca de seus produtos do trabalho. No interior da sociedade produtora de mercadorias, os produtores perderam o vínculo social direto entre si e se isolaram completamente em ramos produtivos separados. “Os trabalhos privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre os produtores.” (*MEW* 23, p. 87; *C*, I-1, p. 199) Após esta fragmentação, tentam restabelecer sua conexão social mediante a interposição dos seus produtos, mas já não conseguem se relacionar enquanto pessoas, mas tão-somente como pessoas coisificadas, pois são as próprias coisas que se relacionam socialmente como entes independentes:

---

*valor só se amplia na prática a partir do momento em que a troca adquire extensão e importância suficientes para que passem a ser produzidos objetos úteis em vista da troca, de modo que o caráter de valor destes objetos é já tomado em consideração na sua própria produção.”* (*LC*, I-I, p. 85, grifos nossos)

<sup>93</sup> Para uma melhor compreensão a respeito dos níveis formal e material que envolve a produção de mercadorias por trabalhos privados entre si, cf. JAPPE, 2006, pp. 49-50.

Por isso, aos últimos [aos produtores – V.B.] as relações sociais entre seus trabalhos privados *aparecem* como o que são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, mas como *relações reificadas* [*sachliche Verhältnisse*] das pessoas e *relações sociais das coisas* [*gesellschaftliche Verhältnisse der Sachen*]. (MEW 23, p. 87; C, I-1, p. 199, grifos do autor)

Por outro lado, o próprio caráter social do trabalho duplica sua função social<sup>94</sup>. Do ponto de vista das condições materiais de produção, os trabalhos privados produzem, enquanto trabalhos concretos particulares e úteis, coisas para satisfazer uma necessidade social determinada do conjunto da sociedade e, em virtude de seu aspecto concreto particular, para fazer parte do trabalho social total, do sistema naturalmente desenvolvido da divisão social do trabalho. Porém, do ponto de vista das condições formais de produção, os trabalhos privados, para satisfazerem as necessidades dos seus próprios produtores, têm de abstrair do seu aspecto concreto, particular e útil da sua atividade produtiva. Esta abstração consiste em uma redução desses trabalhos àquilo que todos eles têm em comum, a saber, o seu caráter abstrato de puro e simples dispêndio de energia humana. Somente mediante esta redução os trabalhos privados particulares são equivalentes permutáveis entre si. Contudo, os trabalhos privados acabam representando realmente a contradição imanente ao conceito do trabalho enquanto abstrato e concreto ao mesmo tempo. Estes trabalhos são, já de saída, cindidos e contraditórios, pois têm que desempenhar uma dupla função social. Enquanto produtores de valores de uso portadores de valor, os trabalhos privados integram a massa global de múltiplos corpos de mercadorias de espécies diferentes entre si, mas, ao mesmo tempo, têm que propiciar o intercâmbio das mercadorias como coisas de valor, reduzindo a si mesmos a uma homogeneidade abstrata. Os trabalhos privados, portanto, não são diretamente sociais mediante as suas múltiplas determinidades concretas, particulares, sensíveis e úteis; eles só podem entrar em conexão social global como uma única determinidade abstrata, geral, insensível, a saber, como dispêndio de cérebro, nervos, músculos, mãos etc. humanos.

### **3.2.2 – A *reductio ad unum* e a *abstractio ad nihil* como o segredo do caráter fetichista da mercadoria**

Tratamos da determinidade da projeção como o primeiro aspecto que caracteriza o modo de produção de mercadorias como fetichista. Porém, aprofundemo-nos mais ainda na compreensão do conceito de mercadoria como coisa social, ou seja, tomada ao mesmo tempo

---

<sup>94</sup> Quanto à relação entre função social e coisa material, cf. RUBIN, 1987, pp. 44-57.

como coisa física e metafísica, a fim de desvendarmos o segredo do caráter fetichista que ela oculta.

A dupla função social dos trabalhos privados já nos deu uma pista para dissiparmos a névoa fantasmagórica que envolve a mercadoria. Pois isto nos revelou que estes trabalhos, para satisfazerem as necessidades dos seus próprios produtores, por meio da troca de seus respectivos produtos como equivalentes, precisam necessariamente reduzir seus respectivos trabalhos de espécie completamente diferentes entre si a uma espécie de trabalho comum a todos. Os produtores de mercadorias, ao relacionarem entre si seus produtos como coisas de valor, reduzem seus diferentes e heterogêneos trabalhos particulares úteis a um único e homogêneo trabalho abstrato e geral. Portanto, uma outra pista nos é dada pela equalização de trabalhos completamente diferentes uns dos outros ao seu caráter comum de trabalho humano:

A igualdade de trabalhos *toto coelo* diferentes só pode consistir em uma abstração de sua desigualdade real [*wirklichen Ungleichheit*], na redução ao caráter comum que eles possuem como dispêndio de força de trabalho do homem, como trabalho humano abstrato. (MEW 23, p. 87; C, I-1, p. 199)

Por um lado, o segredo do fetichismo está vinculado ao trabalho abstrato compreendido no sentido fisiológico do termo, enquanto resíduo do dispêndio de força de trabalho humano pura, à qual todas as determinações particulares e concretas do trabalho útil são reduzidas. A equalização dos trabalhos privados, os quais estabelecem uma relação de equiparação entre si, tem por base o caráter fisiológico puro do trabalho abstrato.<sup>95</sup> Então, “é somente a troca que opera esta redução, pondo os produtos dos mais diversos trabalhos em presença uns dos outros, em um pé de igualdade” (LC, I-I, p. 86). No entanto, esse processo *a posteriori* de *reductio ad unum* só pode ocorrer de fato na troca se um processo *a priori* de *abstractio ad nihil* for constituído na própria produção pela atividade fantasmagórica do trabalho abstrato pura e simplesmente social, enquanto pura expressão objetiva da identidade desta atividade consigo mesma. Portanto, o cerne do segredo do caráter fetichista da mercadoria reside na unidade entre a identificação abstrativa pura e simples da negatividade

---

<sup>95</sup> O conceito de trabalho envolve três determinidades que se interseccionam mutuamente: o trabalho abstrato pura e simplesmente social (princípio de identidade), o trabalho enquanto dispêndio geral de energia humana (princípio de razão suficiente) e trabalho concreto determinado (princípio de diferença). A primeira determinidade é responsável por constituir as coisas como idênticas em essência, a segunda as constitui como iguais entre si ou equivalentes, e, por fim, a terceira as constitui como diferentes entre si. O trabalho abstrato é uma atividade abstrata puramente social. O trabalho fisiológico é uma atividade geral tanto social quanto “natural”. O trabalho concreto é uma atividade particular ao mesmo tempo social, “natural” e útil. O trabalho fisiológico é que opera o processo de redução de todos os atributos específicos dos trabalhos concretos ao puro e simples dispêndio de energia humana. Por sua vez, o trabalho abstrato é que opera o processo de anulação desse resíduo fisiológico a uma pura indiferença.

absoluta do trabalho abstrato, no sentido puramente social do termo (que é constituída já no interior da própria produção) e a equalização reducional da positividade residual simples do trabalho humano, no sentido fisiológico do termo (que se atualiza no interior da troca mercantil).

O valor oculto nas mercadorias não é fácil de ser desvendado porque “não traz escrito na frente o que ele é”, mas, ao contrário, esconde sob um invólucro de coisa material objetiva o seu verdadeiro caráter social abstrato. O ser-valor não é uma propriedade natural imanente aos objetos enquanto coisas úteis em si mesmas, mas uma qualidade sobrenatural que se aferra aos produtos do trabalho tão logo sejam produzidos como mercadorias. Portanto, enquanto valor, todo produto – embora os produtores de mercadorias não se apercebam disso – é “um simples invólucro sob o qual se esconde um trabalho humano idêntico”; ele é produto fantasmagórico tão-somente social de um determinado modo de produção, cujo princípio identitário social constituidor é a abstração do trabalho pura e simplesmente. A relação social de troca, cuja base determinadora é a equalização dos diferentes trabalhos ao caráter de resíduo do dispêndio de energia humana, é operada cotidianamente pelos produtores sem que eles saibam seu verdadeiro significado, pois “ao considerarem iguais os seus diversos produtos na troca, estabelecem de fato que os seus diferentes trabalhos são iguais”. Pode-se dizer, então, que “a transformação dos objetos úteis em valores é um produto da sociedade, tal como o é a linguagem”. A objetividade do valor não é uma mera relação entre coisas, mas é o resultado de uma relação social das pessoas que assume uma forma objetiva material exterior aos próprios produtores. (Cf. *LC*, I-I, p. 86)

Se os homens referem entre si seus produtos *como valores*, na medida em que essas coisas contam como *meros invólucros coisificados* de trabalho humano da mesma espécie, então, inversamente, seus diferentes trabalhos só contam como trabalho humano da mesma espécie em um *invólucro coisificado*. Referem entre si seus diferentes trabalhos como trabalho humano, ao referirem seus *produtos entre si como valores*. A relação pessoal está oculta pela forma *coisificada*. O valor não traz escrito na frente *o que é*. Para relacionarem seus produtos entre si como mercadorias, os homens são forçados a equiparar seus diferentes trabalhos ao trabalho humano abstrato. Não o sabem, mas o *fazem*, ao reduzirem a coisa material à abstração *valor*. (*K*, p. 38, grifos do autor)

Há uma estrutura lógica e ontológica que determina, essencialmente, tanto do ponto de vista da qualidade quanto da quantidade, a constituição fetichista do mundo

mercantil. A lógica do fetichismo da mercadoria é uma lógica negativa<sup>96</sup>, pois se funda em um princípio negativo que tanto abstrai as qualidades concretas e sensíveis da realidade quanto as reduz ao resíduo fantasmagórico do valor. Esse princípio constitui também uma ontologia negativa enquanto realidade negativa fundada no ser-valor. O princípio negativo dessa lógica é a abstração do trabalho enquanto identidade da identidade e da diferença. Esse princípio é a causa originária da constituição do caráter fetichista da mercadoria enquanto ao mesmo tempo uma coisa sensível e suprassensível no interior da produção. Ele é também a força propulsora que promove a duplicação da mercadoria em mercadoria e dinheiro no interior das relações de troca. Essa duplicação promovida pelo princípio negativo do trabalho contraria o princípio da lógica formal de não-contradição, pois põe, de fato, uma realidade social em que uma contradição em processo é uma realidade prática prosaica. No interior do mundo mercantil, uma coisa social, a saber, a mercadoria, é igual, em essência, tanto a si mesma quanto a um outro: o dinheiro.<sup>97</sup>

Portanto, segundo a substância do valor, agora aquelas características essenciais do trabalho social não são tão óbvias e neutras como pareceu ser no início da explicação do caráter fetichista da mercadoria. Mas, no movimento de constituição fetichista dos produtos do trabalho, não é uma verdade natural que estes produtos, “enquanto valores, são a expressão pura e simples do trabalho humano despendido na sua produção”. Não é um processo eterno e a-histórico “a fantasmagoria que faz aparecer o caráter social do trabalho como um caráter das coisas, dos próprios produtos”, mas um absurdo construído socialmente pelas relações reificadas da moderna sociedade capitalista. A aberração gerada pelo fato de o “caráter social dos mais diversos trabalhos” consistir tão-somente “em sua igualdade como trabalho humano” e, como se não bastasse, do “caráter social específico” revestir materialmente a “forma

---

<sup>96</sup> Ao investigar a estrutura da forma da mercadoria sem captar criticamente essa lógica negativa e ao se apropriar da teoria de Hegel de maneira ‘materialista’, Lukács acaba caindo em contradições fundamentais quanto à teoria do valor de Marx: 1) não limita a validade das categorias basilares dessa teoria ao âmbito da realidade social de produção de mercadorias, tornando-as, ao contrário, transhistóricas; 2) compreende o princípio negativo da abstração do trabalho como sendo algo positivo, ao identificar o proletariado ao sujeito-objeto idêntico. Quanto a essas contradições de Lukács, cf. POSTONE, 1993, pp. 114-17 e KURZ, 2004, pp. 73-7.

<sup>97</sup> “‘Toda a fantasmagoria que envolve os produtos do trabalho no interior da produção de mercadorias’ se exprime no fato paradoxal de que a mercadoria é ao mesmo tempo ela mesma e outra coisa: o dinheiro. Ela é, portanto, a identidade da identidade e da não-identidade. A mercadoria é em sua essência igual e, no entanto, distinta do dinheiro. Essa ‘unidade da diversidade’ é caracterizada pelo termo hegeliano do desdobramento. Essa noção dialética é empregada por Marx para caracterizar a estrutura da equiparação mercadoria-dinheiro: a troca de mercadorias ‘efetua o desdobramento da mercadoria em mercadoria e dinheiro [...], a contradição patente [aparente] em que se manifesta a oposição contida na natureza da mercadoria enquanto valor de uso e valor. A equiparação mercadoria-dinheiro é a superação econômica do teorema da identidade.’ (BACKHAUS, 1974, pp. 21-2, grifos do autor)

objetiva, a forma de valor dos produtos do trabalho”, “é verdadeira apenas para esta forma de produção particular, a produção mercantil”. (Cf. *LC*, I-I, p. 86)

Da perspectiva da grandeza do valor, a proporção com que mercadorias distintas entre si são trocadas parece àqueles que as trocam “provir da própria natureza dos produtos do trabalho”, independentemente do modo de produção capitalista e suas relações sociais. “Parece que encerra nestas coisas uma propriedade de ser trocada em proporções determinadas como as substâncias químicas se combinam em proporções fixas.” Mas a troca de equivalentes sob determinada proporção não tem nada a ver com relações naturais, mas é algo puramente social. Inicialmente, o que interessa aos produtores de mercadorias que permutam os produtos do seu trabalho é apenas a quantidade de produtos que receberão em troca dos seus. Porém, não interessa ao ser-valor a quantidade das mercadorias enquanto valores de uso, mas tão-somente o seu *quantum* de valor, pois é apenas mediante este último que “o caráter de valor dos produtos do trabalho se afirma de fato”. No entanto, a grandeza do valor varia constantemente independentemente da vontade dos trocadores de mercadorias, em um movimento autônomo das próprias coisas, “movimento que os dirige, em vez de eles dirigi-lo”. É uma “verdade científica”, da qual os trocadores dos produtos de seu próprio trabalho não se apercebem de que “os trabalhos privados [...] são constantemente reduzidos à sua medida social proporcional”. Essa redução ocorre inconscientemente aos produtores porque o tempo de trabalho socialmente necessário à produção das suas respectivas mercadorias “se impõe como lei natural reguladora, tal como a lei da gravidade se faz sentir a qualquer pessoa quando sua casa desaba sobre sua cabeça”. (Cf. *LC*, I-I, p. 87)

A lei reguladora que determina a proporção exata com que os produtos do trabalho têm de ser necessária e objetivamente trocados não é algo perceptível naturalmente pelos sentidos, como supostamente o é a distinção entre a qualidade e a quantidade do trabalho, tal como pareceu ser no início de nossa investigação sobre o caráter fetichista da mercadoria. Tampouco é casual. Ela possui um poder impessoal de estruturar a organização da produção de mercadorias e as relações entre seus produtores de maneira férrea. Sua consolidação pelo hábito<sup>98</sup> já se arraigou de tal modo no interior do mundo das mercadorias

---

<sup>98</sup> O mecanismo de fetichização se cristaliza de tal forma pelo hábito que passa a constituir uma segunda natureza, determinando o comportamento reificado de todos os seres humanos. Estes últimos não são mais determinados pelos instintos naturais da primeira natureza, mas pelo “instinto social” do fetiche do trabalho enquanto animais fetichistas que não têm consciência de sua própria forma social. Todos nós agimos objetivamente conforme e em obediência cega à lei do valor, como se ela fosse uma lei universal da natureza. Portanto, a liberdade humana no interior dessa forma social se restringe, fundamentalmente, a obedecer por necessidade férrea ao princípio constitutivo do fetiche do ser-valor. Com tudo, a liberdade nessa segunda natureza é determinada por uma necessidade cega, da qual não temos mais qualquer controle.

Quanto ao termo “segunda natureza”, cf. KURZ, 2010, p. 250 ss.

que mesmo o descobrimento científico do seu *modus operandi* não supera a vigência social de sua lógica objetivada. A forma pela qual esta lei social determina a grandeza do valor dos produtos do trabalho é o tempo de trabalho socialmente necessário à produção de cada classe de mercadoria. Tal lei se torna um imperativo categórico social objetivo<sup>99</sup>:

Portanto, a determinação da grandeza do valor pela duração do trabalho é um segredo oculto sob o movimento aparente dos valores das mercadorias. Porém, a sua descoberta, embora mostre que a grandeza de valor não se determina ao acaso, como o poderia parecer, não faz com isso desaparecer a forma que representa essa quantidade como uma relação de grandeza entre as coisas, entre os próprios produtos do trabalho. (*LC*, I-I, p. 87)

O segredo oculto na forma da mercadoria se revela não apenas segundo a substância e a grandeza do valor, mas também sob a forma do valor. As formas de expressão do valor objetivam materialmente o ser-valor fantasmagórico e, por conseguinte, “imprimem aos produtos do trabalho a marca de mercadorias”, embora estas últimas já contenham internamente o conteúdo de substância e grandeza de valor por meio da produção. Estas formas que “presidem à circulação de mercadorias já possuem a fixidez de formas naturais da vida social”, e, por conseguinte, se a determinação crítica do seu “caráter histórico” e “do seu sentido íntimo” não estar posta, é porque “a reflexão sobre as forma de vida social” começa *post festum*, ou seja, quando “os fatos já estão consumados” no interior das relações sociais de produção da sociedade capitalista. Tais formas parecem, com isso, possuir uma natureza eterna e imutável. A análise científica da forma de vida mercantil “segue um caminho completamente oposto ao movimento real” e, por conseguinte, é apenas o pensamento reflexivo que nos propicia compreender a gênese lógica das formas do valor, tais como a forma simples, a forma total, a forma equivalente geral, a forma dinheiro e a forma preço. “Assim, foi somente a análise do preço das mercadorias que conduziu à determinação da grandeza do valor e somente a comum expressão das mercadorias em dinheiro que levou à fixação do seu caráter de valor.” No entanto, a forma dinheiro é uma forma astuta, pois “em vez de revelar, encobre as características sociais dos trabalhos privados e as relações sociais

---

<sup>99</sup> Este imperativo categórico, semelhantemente ao de Kant, estabelece que há uma lei prática canônica que preside as relações sociais, ordenando de forma absoluta e independente de todo móbil e conteúdo sensíveis as ações dos seres humanos produtores de mercadorias. O fim desse imperativo não é a felicidade, nem o bem-estar, nem a glória etc., mas um processo autotélico de efetivação da lei do valor de forma universal em todos os domínios da realidade social. O imperativo categórico da moderna sociedade produtora de mercadorias é o seguinte: age somente segundo o que determina a abstração do ser-valor, fazendo com que ele se torne uma lei social universal como se essa abstração fosse algo natural e necessário. Porém, esse cânone que determina praticamente qualquer de nossas ações é constituído de forma inconsciente por um mecanismo fetichista, segundo o qual nós agimos, mas não o sabemos. A lei do valor não é uma lei exterior e independente (heteronomia) dos seres humanos modernos, mas uma lei construída e dada por eles mesmos (autonomia) enquanto animais fetichistas no interior de suas relações sociais.

dos produtores”, tornando, com isso, mais difícil a apreensão do caráter fetichista da mercadoria originado do trabalho abstrato-concreto. (Cf. *LC*, I-I, pp. 87-8)

O aspecto astucioso da forma do dinheiro reside no fato de que ela revela para os produtores de mercadorias a qualidade puramente social de uma dada mercadoria especial, como por exemplo, o ouro, enquanto equivalente geral em que o valor de todas as outras mercadorias se expressa, poder ser trocado diretamente no mundo mercantil, como se isso fosse algo natural<sup>100</sup>. Toda mercadoria enquanto mercadoria possui internamente o caráter social de valor velado ao seu corpo de valor de uso, mas não a propriedade da permutabilidade imediata com todas as outras mercadorias. Esta propriedade se origina tão-somente no processo de troca, embora o ser-valor seja constituído já no processo de produção, manifestando-se, de fato, apenas por meio daquele primeiro processo. Toda a forma de vida da sociedade produtora de mercadorias, quer seja seu processo de produção, quer seja seu processo de troca etc., é uma forma social fetichista louca [*verriikt*]:

Quando eu digo que o trigo, um casaco, botas se relacionam ao tecido como incarnação geral do trabalho humano abstrato, a *falsidade* e o *absurdo* desta expressão salta imediatamente à vista. Mas quando os produtores destas mercadorias as relacionam ao tecido, ou ao ouro, ou à prata, o que vem a dar no mesmo, como equivalente geral, as relações entre os seus trabalhos privados e o conjunto do trabalho social lhes aparecem precisamente sob esta *forma bizarra*. (*LC*, I-I, p. 87, grifos nossos)

Portanto, segundo a determinidade abstrativa e redutora do fetichismo, o caráter louco dessa forma social fetichista de vida consiste em reduzir, de fato, todas as espécies particulares dos diversos trabalhos úteis ao puro e simples dispêndio da força humana de trabalho no sentido fisiológico do termo e de abstrair todas as qualidades sensíveis dos trabalhos concretos, reduzindo-as à expressão pura e simplesmente objetiva da abstração do trabalho sob a representação da objetividade fantasmagórica do valor, que se incarna no corpo de valor de uso das mercadorias. Como se não bastasse, a quantidade de trabalho dispendido na produção de mercadorias é determinada pela forma da grandeza do tempo de trabalho socialmente necessário, como um padrão social objetivo independente da vontade dos produtores de mercadorias. Por fim, as relações que os produtores estabelecem entre si são relações que assumem uma forma objetiva material porque eles equiparam os produtos do seu

---

<sup>100</sup> “O fetichismo é a naturalização do objeto, a negação de que sua gênese está em última instância [...] na prática dos agentes, o que representa uma recusa não só de toda antropologização (de toda antropologia positiva, até aí não há ilusão), mas também de toda ‘antropologização’ (isto é, de toda antropologia ‘negada’), e é nessa última recusa que reside a ilusão.” (FAUSTO, 1997, pp. 78-9, grifos nossos)

trabalho particular útil entre si como meros invólucros coisificados de valor, nos quais o trabalho humano abstrato se efetiva socialmente:

Porém, *no interior de nosso tráfico*, essas coisas [os produtos do trabalho – V.B.] se relacionam entre si *como mercadorias*. Elas *são valores*, assim como são *mensuráveis como grandezas de valor*, e a *propriedade de valor* que lhes é comum as põem em *relação de valor* entre si. [...] É uma *determinada relação social dos produtores*, em que eles *equiparam* os diversos tipos de trabalhos úteis *enquanto trabalho humano*. Não é nada mais que uma *relação social dos produtores*, em que eles *medem* a grandeza dos seus trabalhos pela *duração do dispêndio da força de trabalho*. Porém, *no interior do nosso tráfico*, *estas características sociais* próprias aos seus trabalhos *lhes aparecem* como *propriedades sociais naturais*, como determinações *objetivas* dos *próprios produtos do trabalho*; a igualdade dos trabalhos humanos, como *propriedade do valor* dos produtos do trabalho; a medida do trabalho pelo tempo de trabalho socialmente necessário, *como grandeza do valor* dos produtos do trabalho; e, por fim, o vínculo social dos produtores pelos seus trabalhos, como *relação de valor* ou *relação social dessas coisas*, os produtos do trabalho. É precisamente por isso que os produtos dos seus trabalhos *lhes aparecem como mercadorias*, coisas sensíveis suprassensíveis ou sociais. (W, pp. 773-4, grifos do autor)<sup>101</sup>

Ora, se as características sociais dos trabalhos privados, enquanto trabalho abstrato-concreto abstrativo e redutor, são projetadas socialmente nos seus respectivos produtos coisais sobrenaturais sob a forma de mercadoria, fazendo, por conseguinte, com que tais produtos possuam as propriedades de ser-valor e de permutabilidade direta com algo originado da natureza e não constituído socialmente no próprio processo de produção mercantil e no interior das relações sociais dos possuidores de mercadorias, então ocorre, com isso, realmente, um processo de inversão, por meio do qual os produtores de mercadorias se reificam e as coisas sociais se personificam. Passemos, pois, para a terceira determinidade do fetichismo, a saber, a inversão.

### **3.2.3 – A inversão subsumidora como efetivação da abstração absolutizada do trabalho**

a) *Primeira peculiaridade da inversão fetichizante: o valor de uso se torna a forma de manifestação de seu contrário, do valor.*

Ao investigar a forma do valor, Marx identifica a posição efetiva da contradição imanente à mercadoria e ao trabalho no interior da relação de valor, em que o ser-valor de

---

<sup>101</sup> Vale salientar que, após ter analisado separadamente as determinidades da substância, da grandeza e da forma do valor, Marx as combina sinteticamente na sua exposição para caracterizar o caráter fetichista da mercadoria. Portanto, há que se considerar o método dialético desse pensador como tanto analítico quanto sintético, para se apreender corretamente a estrutura lógica e ontológica da mercadoria que a determina como um ente sensível e suprassensível.

uma dada mercadoria *A*, por exemplo, 20m de tecido, que funciona sob a forma de valor relativo, expressa-se no corpo de valor de uso de uma outra mercadoria *B*, por exemplo, 1 casaco, que, por sua vez, funciona sob a forma de valor equivalente. “As contradições contidas na forma de equivalente exigem agora um exame mais aprofundado das suas particularidades.” (*LC*, I-I, p. 70)

Isoladamente, a mercadoria *A* é tanto uma coisa útil sob a forma natural de valor de uso material quanto portadora interna da objetividade do valor (cujo caráter é o ser-valor). Todavia, ao entrar em relação de valor com a mercadoria *B* que, por sua vez, também possui a forma natural de valor de uso material, a mercadoria *A* expressa sua essência de valor abstrato no corpo natural útil da mercadoria *B*. Com isso, esta última mercadoria deixará de ser a unidade imediata de valor de uso e portadora de valor em si mesma e se transformará na unidade mediata de valor de uso e suporte de valor para outra mercadoria, ou seja, em coisa social de valor. Esta coisa social passa a figurar no domínio do mundo das mercadorias sob a máscara do valor de troca ou forma de valor fenomenal. Visto que o ser-valor é um ser social relativo, isto é, não pode realizar seu caráter imediatamente, mas tão-somente através de mediações socialmente constituídas, então:

Como nenhuma mercadoria pode se referir [*beziehen*] a si mesma como equivalente, portanto tão pouco pode fazer de sua própria pele natural expressão de seu próprio valor, ela precisa se referir como equivalente a outra mercadoria, ou fazer da pele natural de outra mercadoria sua própria forma de valor. (*MEW* 23, p. 71; *C*, I-1, p. 184)

Portanto, a primeira peculiaridade da inversão fetichista que se evidencia na análise da forma equivalente é que “o valor de uso se torna a forma de manifestação do seu contrário, o valor”. No interior da relação de valor entre mercadorias diferentes, “a forma natural das mercadorias se torna sua forma de valor”. Essa inversão fetichista da forma natural do valor de uso das mercadorias em sua forma social de valor é um “*quid pro quo*” que “ocorre com uma mercadoria *B* (casaco, trigo, ou ferro etc.) no interior da relação de valor, que se contrapõe a outra mercadoria *A* qualquer (tecido etc.) e somente no interior desta relação”. (Cf. *MEW* 23, p. 71; *C*, I-1, p. 184)

Todavia, a mercadoria só pode ser o que é em devir. Ela possui suas determinidades de mercadoria, *in nuce*, constituídas durante sua produção, mas precisa atualizar sua natureza fetichista realmente no interior da relação de troca, por meio da qual põe de fato seu caráter de valor absurdo como determinação social objetiva. Na posição do si-mesmo de seu outro da mercadoria 20m de tecido, isto é, o seu ser-valor abstrato do seu corpo

de valor de uso material, no outro de outra mercadoria, 1 casaco, isto é, no corpo de valor de uso desta última mercadoria, a objetividade fantasmagórica daquela primeira mercadoria adquire uma figura de valor de troca objetiva independente do próprio outro de seu si-mesmo. O casaco se torna, por meio desse processo de expressão do valor, uma coisa sobrenatural de valor, visto que representa, não “uma propriedade natural comum a ambos os corpos”, mas “uma propriedade sobrenatural comum a ambas as coisas: seu valor, algo puramente social”. (MEW 23, p. 71; C, I-1, p. 185) Porém, a mercadoria 1 casaco, que figura como forma equivalente, não possui essencialmente a forma do valor, e, por conseguinte, a propriedade social de permutabilidade direta com todas as outras mercadorias, que lhe adere apenas dentro da relação de valor com a mercadoria 20m de tecido. Mas ela possui caráter de valor, enquanto produto resultante do trabalho abstrato-concreto, a saber, o ser-valor determinado quantitativamente da mercadoria, enquanto sua objetividade abstrata que só se evidencia por meio da relação de troca:

Quando a forma relativa do valor, por exemplo, o tecido, expressa seu ser-valor [*Wertsein*] como algo absolutamente distinto de seu corpo e de suas propriedades, por exemplo, como igual ao casaco, essa expressão mesmo indica que nela se oculta uma relação social. Ocorre o inverso com a forma equivalente. Esta última consiste precisamente em que um corpo de mercadoria, como o do casaco, enquanto tal, expressa valor, possuindo, portanto, a forma de valor por natureza. Sem dúvida que isto só é válido no interior da relação de valor, na qual a mercadoria tecido se refere à mercadoria casaco como equivalente. Porém, como *as propriedades de uma coisa não se originam de sua relação com outras coisas, antes somente atuam nessa relação, o casaco parece também possuir sua forma de equivalente por natureza, sua propriedade de ser diretamente permutável, assim como sua propriedade de ser pesado e de manter nosso calor.* (MEW 23, pp. 71-2; C, I-1, p. 185, grifos nossos)

Por isso, a mercadoria que figura sob a forma de equivalente é enigmática. Mas, para decifrarmos o segredo da mesma, precisamos examinar agora o nexos que se estabelece entre o trabalho bifacético que a produziu, visto que é neste último que reside a resolução do caráter místico que envolve mais proeminentemente a mercadoria equivalente.

b) *Segunda peculiaridade da inversão fetichizante: o trabalho concreto se torna a forma de manifestação de seu contrário, do trabalho humano abstrato.*

A validade social de permutabilidade direta que a mercadoria equivalente adquire no interior da relação de valor com a mercadoria relativa deriva do fato de aquela primeira mercadoria servir de mero corpo de valor no qual acontece a efetivação do trabalho humano abstrato e geral, ainda que ao mesmo tempo seja produto material do trabalho concreto, útil e

determinado. Portanto, o processo de inversão fetichista não ocorre, de fato, somente no domínio da mercadoria (objetividade), mas também no do trabalho (subjetividade). Todavia, a segunda peculiaridade da forma equivalente é o fato de o trabalho concreto se tornar a forma de manifestação de seu contrário, qual seja, o trabalho humano abstrato:

Na expressão de valor do linho, o casaco, seu corpo ou sua *forma natural*, conta como corpo de valor, como forma de valor, isto é, como *corporificação de trabalho humano indiferenciado*, trabalho humano puro e simplesmente. Porém, o trabalho por meio do qual a coisa útil casaco é feita e obtém sua forma determinada não é *trabalho humano abstrato*, trabalho humano puro e simplesmente, mas uma *espécie de trabalho concreto, útil e determinado: trabalho de alfaiataria*. (W, p. 770, grifos do autor)

O trabalho concreto produtor do corpo material de valor de uso da mercadoria equivalente serve de mero suporte para a expressão do trabalho abstrato. A alfaiataria e a tecelagem são atividades úteis não porque produzem bens com propriedades úteis e sensíveis para satisfazerem necessidades humanas, mas sua utilidade consiste fundamentalmente em produzir mercadorias enquanto gelatinas de trabalho humano abstrato, para que a abstração pura e simples do trabalho se efetive. Estas duas atividades possuem uma base fisiológica comum, enquanto dispêndio geral de energia humana sob suas respectivas formas particulares. É completamente indiferente para a atividade fantasmagórica do trabalho se objetivar empiricamente em tecido, casaco, bombas atômicas, pois seu único propósito é configurar um corpo qualquer de valor, no qual efetive seu caráter abstrato sob uma forma material objetiva. Para que a alfaiataria faça de 1 casaco um espelho de valor do ser-valor, o nada-trabalho-abstrato subsume as múltiplas propriedades concretas das mercadorias sob uma única propriedade abstrata de objetividade de valor, para que ela reflita tão-somente sua essência bizarra de ser dispêndio de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos. Todo esse processo inversificador irracional é necessário para que o trabalho abstrato se efetive na realidade do mundo das mercadorias por meio do trabalho concreto produtor da mercadoria equivalente:

Portanto, o *trabalho útil, concreto e determinado* que produz o *corpo* de mercadoria do *equivalente* precisa sempre *contar* necessariamente *na expressão do valor como determinada forma de efetivação* ou *forma de manifestação do trabalho puro e simples*, isto é, *trabalho humano abstrato*. O casaco, por exemplo, só pode contar como *corpo de valor*, portanto como *corporificação do trabalho humano puro e simples*, na medida em que o trabalho do alfaiate *conta como forma determinada* na qual foi despendida força de trabalho humana ou na qual trabalho humano abstrato se efetiva. (W, pp. 770-1, grifos do autor)

Portanto, segundo a terceira determinidade do conceito de fetichismo, qual seja, a da inversão na relação entre abstrato e concreto, bem como entre geral e particular, o concreto não é tomado já de saída como a síntese das múltiplas determinações particulares, mas como mero suporte material estéril no qual um princípio abstrato geral se objetiva, já que todas as suas propriedades concretas são apagadas. O abstrato deixa de ser uma dentre as várias determinidades particulares do concreto, para se destacar do meio desse rico feixe de qualidades e, por sobreposição soberba, passar a figurar como princípio de síntese único, mais elevado e subsumidor do múltiplo. Com esse processo de inversão real e não puramente mental, todas as determinações particulares do mundo concreto passam a ser subordinadas a um único princípio geral<sup>102</sup>:

Dentro da relação de valor e da expressão de valor nela inserida, o universal abstrato não conta como propriedade do concreto, sensível e real, mas, ao contrário, o concreto sensível conta como mera forma de manifestação ou forma de efetivação determinada do universal abstrato. No interior da expressão de valor do tecido, por exemplo, não é o *trabalho do alfaiate* encerrado no *equivalente* casaco que possui a *propriedade geral* de ser também trabalho humano. Ao contrário, *ser trabalho humano* conta como *sua essência*, ser trabalho de alfaiate conta apenas como *forma de manifestação* ou *forma de efetivação determinada dessa sua essência*. Esse *quid pro quo* é inevitável porque o trabalho representado no produto do trabalho só é *criador de valor* enquanto trabalho humano indiferenciado. Esta indiferença do trabalho humano é tal que o trabalho objetivado no valor de um produto *não se distingue* em absoluto do trabalho objetivado no valor de uma espécie de produto distinta.

Esta *inversão*, mediante a qual o concreto sensível conta apenas como forma de manifestação do universal abstrato e não, ao contrário, o universal abstrato como propriedade do concreto, caracteriza a expressão do valor. Ela torna, ao mesmo tempo, difícil a compreensão desta expressão. Se digo que tanto o direito romano quanto o direito germânico são ambos direitos, afirmo algo óbvio. No entanto, se digo que *o Direito*, essa abstração, *efetiva-se* no direito românico e no direito germânico, nesses direitos concretos, então o contexto se torna místico. (W, p. 771, grifos do autor)

Este processo inversificador é uma irracionalidade praticada cotidianamente pelos indivíduos no interior da moderna sociedade produtora de mercadorias. Eles o fazem sem o saber, mas ao praticarem isso levam a um processo absurdo de efetivação de uma abstração

---

<sup>102</sup> Quanto à inversão fetichizante entre abstrato e concreto, universal e particular, R. Kurz diz o seguinte: “Poder-se-ia dizer que estas definições de Marx refletem o paradoxo real da relação do capital e da sua socialização pelo valor, já que nas mesmas *o que é em si concreto, a diversidade do mundo, é, de fato, (‘realmente’) reduzido a uma abstração, e assim a relação entre o geral e o particular é posta de pernas para o ar. O geral já não é uma manifestação do particular, mas, ao contrário, o particular já é apenas uma manifestação da generalidade totalitária; o concreto, dessa forma, também já não representa a diversidade estruturada do particular, mas não ‘é’ senão a ‘expressão’ da generalidade realmente abstrata da ‘substância’ universal.*” (KURZ, 2004, p. 61, grifos nossos)

pura e simplesmente ideal no domínio da realidade concreta. Mas mesmo ao compreender esse contexto místico que estrutura seu mundo vivido como um todo, ainda assim não se dissipa o caráter fetichista consolidado até a medula nos mais variados campos da sociedade. O contexto místico no interior do qual a forma de vida das sociedades modernas está inserida se sedimentou objetivamente de tal maneira que seus integrantes perderam completamente o controle do seu próprio movimento social. Não são mais as coisas que se encontram sob o controle das pessoas, mas o inverso: foram as pessoas que perderam completamente o controle da forma de sua própria organização social e, por conseguinte, estão submetidas ao automovimento das coisas, as quais agora se lhes apresenta como coisas sobrenaturais, com poderes anônimos sobre tudo o mais.

Consideramos até agora como se processa a inversão fetichista nos âmbitos da objetividade das coisas produzidas pelo trabalho, que consiste na inversão entre valor de uso e valor, e da subjetividade das atividades produtoras submetidas ao conceito de trabalho, concernente à inversão do trabalho concreto em trabalho abstrato. No âmbito da subjetividade, residem, pois, as condições de possibilidade necessárias *a priori* da abstração do trabalho se tornar algo objetivamente real. Todavia, há que se investigar o âmbito que versa sobre as condições de possibilidade necessárias *a posteriori* dessa mesma abstração se tornar realidade efetiva, a saber, o âmbito da intersubjetividade social de vinculação dos indivíduos entre si com a sociedade produtora de mercadorias inteira. Este terceiro âmbito é caracterizado pela inversão entre o trabalho privado e o trabalho social.

*c) Terceira peculiaridade da inversão fetichizante: o trabalho privado se converte na forma de seu contrário, do trabalho social.*

Da perspectiva das condições de possibilidade necessárias *a posteriori*, os produtos do trabalho só podem se converter em mercadorias se eles forem fabricados por “trabalhos privados autônomos”, executados de maneira independente uns dos outros, visto que só por meio desses trabalhos o trabalho abstrato uno se objetiva realmente nas coisas sensíveis suprassensíveis múltiplas. O conjunto dos trabalhos privados compõe o trabalho social total. No interior do espaço social do trabalho total, os trabalhos exercidos independentemente uns dos outros “são membros de uma divisão social do trabalho natural e espontânea”<sup>103</sup>, para que, com isso, os produtos do trabalho, segundo seu corpo material

---

<sup>103</sup> A divisão social do trabalho não se identifica com o trabalho abstrato, ela é a condição material para que este último efetive o seu ser. O trabalho abstrato possui uma natureza abstrata tanto por ser uma substância social indiferente a qualquer conteúdo sensível quanto por ser caracterizado, quantitativamente, pela grandeza de tempo

natural de valor de uso, possam “satisfazer necessidades de espécie diferentes”. Mediante a divisão social do trabalho que visa à satisfação de necessidades heterogêneas, os trabalhos privados autônomos estabelecem uma conexão social material, ou seja, existem materialmente enquanto integrantes da divisão social natural e espontânea do trabalho. “Porém, esta conexão social material dos trabalhos privados exercidos independentemente uns dos outros só se efetiva mediadamente, portanto, por meio da troca de seus produtos.” (Cf. *W*, p. 771)

No interior da troca, o produto do trabalho privado adquire forma social porque precisa revestir a forma de valor sobre seu corpo de valor de uso, isto é, “forma de permutabilidade”. A forma do valor imprime ao produto do trabalho a função social de permutabilidade imediata com todos os outros produtos dos trabalhos privados executados autonomamente (do ponto de vista material), e é por isso que é a “forma social imediata”. A forma de valor cunhada sobre o corpo útil do produto do trabalho, cujo propósito era satisfazer necessidades diferentes dos produtores, confere-lhe agora a condição de mero suporte de valor de outra mercadoria. A única finalidade do produto do trabalho que “se encontra sob a forma de equivalente ou que desempenha o papel de equivalente com relação à outra mercadoria” é servir de espelho para a expressão da abstração do trabalho sob uma forma objetiva material social. O produto do trabalho metamorfoseia seu corpo material natural de valor de uso em corpo social sobrenatural de valor enquanto mercadoria equivalente, para que a abstração do trabalho obtenha uma existência social realmente efetiva no mundo inteiro das mercadorias. (Cf. *W*, pp. 771-2)

A conexão social formal que torna possível o vínculo dos trabalhos privados independentes uns dos outros não é mais o exercício autônomo da atividade produtiva dos membros heterogêneos que compõem a totalidade do sistema da divisão social natural e espontânea do trabalho, mas tão-somente a igualdade pura e simples de todos eles, a homogeneidade do dispêndio de energia humana. Portanto, sob o ponto de vista dessa conexão, não é a diferença, a particularidade e a multiplicidade dos trabalhos privados que constituem o seu nexos social, mas a igualdade, a generalidade e a unidade de caráter comum que eles possuem, enquanto trabalho humano no sentido fisiológico do termo. Através desse processo, o trabalho abstrato, no sentido social puro e simples de expressão objetiva, pode se efetivar completamente no mundo mercantil. Segundo a forma da conexão social, os trabalhos

---

de trabalho. O tempo de trabalho é como se fosse “o sentido interno” responsável pela efetivação do trabalho abstrato na realidade social ou a condição subjetiva interna dessa efetivação. Por sua vez, a divisão social do trabalho é como se fosse sua condição objetiva externa que também possui um fator abstrato: a separação e subordinação de todos os espaços da vida social ao lugar onde se processa a produção de mercadorias, qual seja, as empresas.

privados não são mais autônomos nem independentes entre si, mas heteronomamente determinados pelo imperativo categórico da lei social do valor que lhes impõe o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de suas respectivas espécies de mercadorias como condição de sua existência social e material. O tempo de trabalho socialmente necessário que se impõe sobre os ombros dos trabalhos privados como lei férrea só tem validade no mundo mercantil, se vigorar no espaço social do trabalho total, pois é só no domínio da totalidade da divisão social do trabalho que a abstração do trabalho, que se representa na objetividade geral de valor das mercadorias, efetiva-se.

Se um dado objeto mercantil, como 1 casaco, só pode revestir a forma de igualdade social de permutabilidade direta sob a figura de equivalente, é porque, de fato, há algo comum a ele e a outro objeto mercantil, os 20m de tecido, sob a figura relativa de valor, qual seja, o ser-valor. Então o trabalho do alfaiate só pode se configurar sob a forma de igualdade social geral com uma outra espécie de trabalho diferente, o do tecelão, sob a forma determinada particular de atividade, porque também há realmente algo comum a ambas estas atividades, a saber, o dispêndio de força humana de trabalho. O corpo útil da mercadoria casaco se torna espelho de valor para a expressão objetiva da objetividade abstrata do valor da mercadoria tecido, para que o trabalho abstrato puro e simples objetivado, que se serviu inicialmente dos trabalhos concretos de tais mercadorias, enquanto iguais entre si por serem dispêndio de energia muscular, cerebral, sensitiva etc., objetive-se na realidade concreta. No entanto, essa abstração do trabalho só se efetiva na totalidade do real por meio da conversão do trabalho privado do alfaiate – que produziu independentemente a mercadoria casaco – em trabalho imediatamente social. Por isso, a própria mercadoria casaco se torna um equivalente geral diretamente permutável por outra mercadoria:

Um trabalho concreto e determinado como o *trabalho do alfaiate* só pode obter a *forma de igualdade* com outro trabalho de *espécie diferente* contido em uma mercadoria de espécie diferente, por exemplo, no tecido, à medida que sua *forma determinada conta* como *expressão de algo* que constitui realmente a *igualdade* dos trabalhos de espécies diferentes, ou como o *mesmo* que há neles. Porém, eles apenas são *iguais* à medida que são *trabalho humano em geral*, trabalho humano abstrato, isto é, *dispêndio de força humana de trabalho*. Posto que, como já o mostramos, o *trabalho concreto determinado* contido no *equivalente conta* como *forma de efetivação determinada* ou *forma de manifestação do trabalho humano abstrato*, então aquele primeiro trabalho possui a *forma de igualdade* com outro trabalho. Por isso, o trabalho concreto determinado é, *apesar de trabalho privado* como todo e qualquer trabalho produtor de mercadoria, *trabalho em forma imediatamente social*. É precisamente por isso que ele se representa em um produto que é *imediatamente permutável* por outra mercadoria. (W, p. 772, grifos do autor)

Há, portanto, um imbricamento estrutural entre as peculiaridades que constituem a determinidade da inversão fetichizante, pois ela consiste no modo dinâmico pelo qual a abstração absoluta do trabalho conduz ao seu processo de efetivação na totalidade do real da sociedade produtora de mercadorias inteira. Por conta destas três peculiaridades da inversão (valor de uso e valor, trabalho concreto e trabalho abstrato e trabalho privado e trabalho social), evidencia-se também a interconexão existente entre as três determinidades do caráter fetichista da mercadoria, as quais se apresentam agora como determinações postas de fato, enquanto processo de efetivação daquela abstração absoluta (a abstração do trabalho) que já vai preparando o terreno e acumulando forças para supracumir sua condição de substância e se tornar sujeito com pretensão à absolutidade, isto é, de obter a forma do capital.

### **3.3 – A estrutura triádica da relação social total fetichista moderna**

Visto que o fetichismo da mercadoria não é nem uma mera relação entre coisas, nem uma mera relação entre pessoas, mas uma relação entre pessoas sob o invólucro de coisas materiais objetivas postas na realidade exterior que se autonomizam frente aos próprios indivíduos como entes animados, então há um aspecto objetivo de projeção de uma propriedade sobrenatural do sujeito no objeto (no interior do processo de produção), como também um aspecto subjetivo de reflexão inversificadora dessa propriedade como sendo algo natural pertencente ao caráter do objeto por natureza, assim como, por fim, um aspecto intersubjetivo de reconhecimento automático e inconsciente entre os sujeitos dessa mesma propriedade nos objetos (no interior do processo de troca).

O invólucro dos produtos do trabalho é místico, pois houve a projeção social durante o processo de produção da propriedade puramente social do ser-valor na mercadoria. Este ser é social porque não se origina da natureza, nem puramente da atividade produtiva de modificação dos materiais fornecidos pela natureza com uma finalidade orientada à utilidade para satisfazer alguma necessidade humana, mas é tão-somente uma criação originária do trabalho abstrato, cujo único propósito é se efetivar a todo custo no interior da totalidade da sociedade produtora de mercadorias. Todavia, o ser-valor, enquanto inicialmente uma objetividade abstrata, só pode se efetivar através de mediações. A primeira mediação consiste no processo de materialização velada da objetividade do valor no corpo material útil da mercadoria. Este primeiro momento constitui o processo de exteriorização da abstração do trabalho no mundo. Porém, a abstração absoluta do trabalho não basta a si mesma apenas como atividade fantasmagórica objetivada em uma coisa material, pois precisa

necessariamente se espalhar por todo o mundo das mercadorias para buscar alcançar uma adequação entre a objetividade real do mundo e o caráter universal abstrato do seu conceito.<sup>104</sup> O segundo momento da aventura bizarra de efetivação da abstração do trabalho é o desdobramento de sua representação de valor abstrato contido no corpo de uma dada mercadoria no corpo de valor de uma outra mercadoria sob a representação do valor de troca. Sob a representação da representação de si mesmo, o trabalho abstrato se autonomiza, porque a relação de valor das mercadorias lhe confere o *status* necessário, o suficiente, à sua efetivação no todo da realidade mercantil.

A relação social configurada pelo fetichismo da mercadoria possui uma tripla dimensão que se interconecta ao mesmo tempo e reciprocamente. Esta relação é simultaneamente objetiva, subjetiva e intersubjetiva. Investiguemos mais de perto cada uma destas dimensões analiticamente<sup>105</sup>.

### 3.3.1 – Fetichismo e realidade

O valor vem ao mundo incorporado no valor de uso da mercadoria. Esta última, como já vimos, possui duplo aspecto por causa destas duas determinações: valor de uso e valor. O caráter dual da mercadoria decorre do fato de ela ser produto do trabalho. Por sua vez, o trabalho produtor de mercadoria também possui uma natureza bifacética, sendo, pois, abstrato e concreto ao mesmo tempo. Portanto, a objetividade abstrata do valor se torna um cristal<sup>106</sup> de mercadoria objetivado pelo trabalho abstrato-concreto, isto é, torna-se, por conseguinte, uma realidade concreta já no interior do processo de produção. Porém, a realidade do ser-valor cristalizado na mercadoria é muito opaca e não se deixa perceber pelos sentidos humanos<sup>107</sup>, sendo apreensível pelo pensamento quando considerada em uma relação

<sup>104</sup> A questão da correspondência entre o conceito e a realidade é um problema central para o pensamento de Hegel. Ela diz respeito, pois, ao cerne do conceito de dialética em Hegel. Mas – embora para Hegel, o processo de correspondência entre o conceito e a realidade seja compreendido como efetivação do caráter daquele primeiro nesta última –, para Marx, segundo a estrutura profundamente contraditória da sociedade produtora de mercadorias, o processo dialético de determinação ulterior do conceito de trabalho abstrato-concreto no interior da realidade social e historicamente determinada do sistema capitalista é ao mesmo tempo um processo de aniquilação tanto desse conceito quanto de sua correspondente realidade.

<sup>105</sup> Há sempre que se ter em vista a concepção dialética da unidade trinitária. Embora lancemos mão de um procedimento metodológico de investigação analítica das três dimensões que compõem o fetichismo da mercadoria, para apreendermos a peculiaridade própria a cada uma delas separadamente, há que se pressupor uma unidade sintética das mesmas.

<sup>106</sup> O processo de trabalho é um processo de cristalização de uma fantasmagoria ideal no domínio do real sob a forma social e concreta de mercadoria.

<sup>107</sup> “Mas, se o valor é regularmente produzido, então a mercadoria já antes do seu ingresso no mercado, isto é, na circulação, é uma ‘objetividade do valor’, ou seja, uma ‘objetividade fantasmagórica’, enquanto não ‘palpável’ como tal na sua forma sensível. No entanto, para podermos compreender o valor em geral, temos de determiná-lo precisamente sob esta forma fantasmática que não é imediatamente palpável e não apenas na forma de aparência do valor de troca.” (KURZ, 2004, p. 99, grifos nossos)

de troca com outra mercadoria, pois é aí que esse ser deixa seu rastro e nos possibilita perseguir a sua origem pelas “pegadas” que deixou.

A determinação do equivalente não implica apenas que uma mercadoria é valor em geral, mas que na sua figura *coisal*, na sua forma de valor de uso, ela *conta como valor para outra mercadoria*, e, portanto, existe, imediatamente, *como valor de troca* para outra mercadoria. *Enquanto valor, o tecido se compõe apenas de trabalho, constitui uma gelatina de trabalho cristalizado translucidamente. Na realidade, este cristal é muito opaco.* Há que se descobrir nele trabalho. Porém, nem todos os corpos de mercadoria mostram vestígios do trabalho, não se trata de trabalho humano indiferenciado, mas de trabalho do tecelão, do fiador etc., que tampouco constituem, por certo, a substância única desse cristal, visto que estão mesclados com materiais [fornecidos pela – V.B.] da natureza. (K, p. 17, últimos grifos nossos)

A gênese do valor remonta ao trabalho. Mas como a própria objetividade do valor cristalizada na mercadoria não traz escrita na frente o que é, então a própria atividade produtora da gelatina mercadoria é translúcida, pois não nos mostra com clareza o que é o seu caráter constitutivo. Os vestígios desse caráter vão sendo aos poucos deixados na relação de troca das mercadorias. Por sua vez, o âmago mesmo do trabalho propriamente produtor de mercadorias somente se evidencia plenamente com o advento do universal concreto do dinheiro enquanto mercadoria diretamente permutável por qualquer outra mercadoria do mundo mercantil. É aí que o trabalho mostra sua verdadeira face enquanto trabalho pura e simplesmente abstrato, indiferente a qualquer conteúdo sensível e a qualquer determinação concreta da totalidade da realidade. O caráter do trabalho abstrato é um abismo de indiferença que quer enlouquecidamente preencher o nada do seu conceito, efetivando-se violentamente sobre o todo do real concreto, segundo os ditames de sua pura indiferença representada pelo seu ser-valor.

Portanto, o momento de posição real da abstração do trabalho corresponde ao domínio da relação objetiva entre o sujeito produtor e o objeto produzido no interior do processo de produção. É exatamente nesse processo que a objetividade do valor adquire realidade, ainda que opaca, pois consiste no momento da mercadoria isolada como ser-aí determinado imediato. Então, pode-se dizer que o fetichismo da mercadoria é real porque foi individualmente projetado como valor oriundo da atividade abstrata de trabalho abstrata na mercadoria durante o processo de dispêndio de cérebro, músculos, nervos, mãos etc. humanos do trabalho particular do produtor de mercadorias privado.

No entanto, o valor é um cristal opaco objetivado de difícil compreensão porque, na realidade, ele está posto de maneira mesclada com o corpo útil da mercadoria. Visto que

esta última é o produto acabado do trabalho abstrato-concreto, a atividade de trabalho sob o aspecto concreto é que modifica os elementos materiais fornecidos pela natureza, enquanto ao mesmo tempo o aspecto abstrato da mesma atividade vai elaborando na “calada da noite” a objetividade do valor. Os materiais que servem de base à atividade de trabalho, da perspectiva concreta, encontram-se na natureza. Mas, afinal de contas, onde reside a base de apoio a partir da qual a atividade de trabalho cria o ser-valor? Passemos, então, para o domínio da subjetividade.

### 3.3.2 – Fetichismo e pensamento

Como a própria natureza abstrata do ser-valor da mercadoria é comum à natureza abstrativa do pensamento especulativo, então pode a objetividade do valor ser apreendida pela atividade reflexiva como categoria. Porém, como já expomos anteriormente, este ser não é apenas uma categoria teórica formada pelo pensamento, uma abstração do pensamento, mas antes uma realidade prática constituída dentro do próprio processo de produção<sup>108</sup>. Porém, a relação da objetividade do valor com o pensamento não se estabelece apenas *a posteriori* quando do processo reflexivo de compreensão do seu segredo fetichista, mas também *a priori*, no momento de sua constituição pelo trabalho abstrato.

O fetichismo da mercadoria não consiste apenas no fato de uma dada mercadoria, por exemplo, 20m de tecido, ser a unidade de objetividade abstrata de valor e objetividade sensível de utilidade, isto é, enquanto coisa real dual. A mercadoria é uma coisa social e, ao mesmo tempo, sobrenatural porque é também uma coisa própria do pensamento, uma representação mental<sup>109</sup>. A objetividade de valor da mercadoria 20m de tecido tem por base formadora a objetividade abstrata do trabalho abstrato. É da relação abstrata da atividade fantasmagórica do trabalho pura e simplesmente social com sua própria base de objetividade abstrata de trabalho que o ser-valor dos 20m de tecidos se constitui como uma quimera, uma

---

<sup>108</sup> Vale salientar que o interlocutor não pode se prender exclusivamente a apenas uma das determinidades do fetichismo separadamente das outras, vistos que o fetichismo resulta tanto da subjetividade do indivíduo, quanto da objetividade da realidade do sistema de produção de mercadorias, quanto da intersubjetividade dos indivíduos entre si. O fetichismo é uma totalidade negativa composta por essas três determinidades.

<sup>109</sup> “A ‘representação’ é um processo essencial àquilo que Marx designou por fetichismo da forma da mercadoria. Não é só o *quantum* de energia humana despendida que não pode ser separado da forma concreta desse próprio dispêndio. Mas, logo que os produtos se encontram produzidos, esse *quantum* também pertence ao passado e já não é tangível, e por isso, evidentemente, não está ‘contido’ nos produtos em sentido natural ou físico. Nessa medida, a ‘representação’ desse processo como sendo físico ocorre apenas *nas cabeças dos sujeitos sociais* assim constituídos, nomeadamente como *percepção* e *tratamento* práticos fetichizados de sua própria sociabilidade. Ainda assim, tal ‘representação’ se refere a algo que, de fato, não ocorre apenas nas cabeças dos sujeitos, como forma de percepção e de ação, mas que é uma *realidade física*, a saber, *processos de combustão passados ocorridos em corpos humanos, dispêndio de unidades de energia.*” (KURZ, 2004, pp. 63-4, grifos do autor)

fantasmagoria da imaginação. No domínio da subjetividade, a objetividade do valor é uma geléia homogênea, sem qualquer conteúdo e qualidade, surgida do choque da atividade de trabalho abstrato pura e simples com sua própria objetividade também abstrata:

A objetividade do trabalho humano, o qual é ele mesmo abstrato, sem qualidade e conteúdo ulteriores, é necessariamente objetividade abstrata, uma *coisa do pensamento*. Por isso, o tecido de linho se torna uma quimera. (K, p. 17, grifos do autor)

A objetividade abstrata do valor unificada na objetividade sensível do valor de uso da mercadoria singular, por exemplo, 20m de tecido, não se identifica imediatamente com o trabalho abstrato. Mas esta atividade só se torna objetividade de valor da mercadoria mediamente, isto é, por meio do processo produtivo de dispêndio de energia fisiológica do tecelão ao se cristalizar na coisa material objetivamente, no domínio da realidade. A objetividade abstrata que se identifica imediatamente com a atividade pura e simplesmente abstrata do trabalho é a própria objetividade *do* trabalho abstrato, no domínio do pensamento. Portanto, neste último domínio, o trabalho abstrato é a identidade pura e simples de atividade e objetividade abstratas do trabalho que resulta, por conseguinte, na criação de uma quimera fantasmagórica pela imaginação produtora fetichista dos indivíduos. A quimera criada por esta imaginação, no domínio do pensamento subjetivo, torna-se um cristal objetivo de valor da mercadoria 20m de tecido na realidade objetiva por meio da atividade produtiva particular e concreta do tecelão. A coisa do pensamento não está mesclada com qualquer elemento material fornecido pela natureza, mas é um mero esquema fantasmagórico produzido pela imaginação, posta em movimento pelo envolvimento identitário da atividade e da objetividade pura e simples do trabalho abstrato.<sup>110</sup> Mediante o processo produtivo de dispêndio de energia humana geral sob a forma particular de atividade do tecelão, a fantasia, decorrente da criação da quimera da coisa do pensamento pela imaginação, torna-se uma loucura real objetiva e necessária.

A teoria da imaginação produtiva foi elaborada tanto por Kant quanto por Fichte. Para Kant – na *Crítica da razão pura*<sup>111</sup> –, a imaginação é uma faculdade de produzir esquemas que servem de elementos mediadores entre os conceitos puros do entendimento e as intuições puras da sensibilidade, propiciando, como isso, o conhecimento de objetos da experiência possível. O caráter produtivo da imaginação reside na sua capacidade de representação original do objeto como algo intuído mesmo sem a sua presença na realidade.

<sup>110</sup> Este é o momento mais abstrato da reflexão, é “fundo do poço” no qual o pensamento especulativo chega.

<sup>111</sup> Sobre a teoria da imaginação de Kant, cf. KANT, 2001, A 95-130, B 150-2 e A 137-47/B 176-87.

Essa faculdade tem para Kant uma função eminentemente epistemológica, enquanto fundamento da possibilidade de todo o conhecimento, ou seja, enquanto fonte de toda atividade sintetizadora do múltiplo pelo sujeito cognoscente. A síntese do múltiplo é uma função cega da alma humana, da qual, embora essencial ao conhecimento e à construção do esboço monográfico da totalidade dos objetos da experiência possível, quase não temos consciência. Segundo Kant, o esquematismo enquanto processo de construção *a priori* de esquemas abstratos dos objetos concretos e particulares da experiência possível segundo a regra universal do conceito “é uma arte oculta nas profundezas da alma humana, cujo segredo de funcionamento dificilmente poderemos alguma vez arrancar à natureza e pôr a descoberto perante os nossos olhos” (KANT, 2001, A 141/B 181).

Para Fichte – na *Doutrina da ciência*<sup>112</sup> de 1794 – a imaginação não é uma faculdade de produzir esquemas, mas de produzir a própria realidade enquanto uma representação. Portanto, essa faculdade não tem um papel epistemológico de mediação para que o conhecimento dos objetos da experiência possível ocorra, mas um caráter ontológico de constituição da realidade do mundo (não-eu). Nesse ato constituidor da imaginação produtiva, o Eu absoluto deixa de ser atividade pura e simples de posição de si mesmo (subjetividade absoluta) e se exterioriza na realidade objetiva (objetividade) sob a representação de coisa. Ao criar a realidade objetiva, a imaginação transpassa atividade do Eu absoluto para a coisa. Ao ser projetada atividade na coisa pela imaginação produtiva, essa coisa adquire a capacidade de começar a “dançar” por sua própria conta como se fosse uma coisa em si mesma completamente independente do Eu. Esse processo também opera uma inversão, pois, ao criar a realidade objetiva através da atividade objetiva da imaginação, a criatura se volta contra o seu próprio criador e, com isso, cria-se, artificialmente, a representação do Eu se pondo como determinado pela coisa. Contudo, todo esse processo é um processo inconsciente<sup>113</sup>, do qual a imaginação não o sabe, mas o faz necessariamente como se isso fosse algo natural, tal como o é o processo de atração do ferro pelo ímã:

[...] [S]e diversas coisas fora de nós são referidas à outra pelo conceito de causalidade, distingui-se – em que medida com ou sem direito, mostrar-se-á a seu tempo entre o fundamento real e o fundamento ideal de sua

<sup>112</sup> Sobre a imaginação em Fichte, cf. FICHTE, 1984, pp. 75-120 e HARTMANN, 1960, pp. 71-7.

<sup>113</sup> “Nisto reside, claramente, o reconhecimento de que para a *consciência* juntamente como o seu conteúdo e o seu elemento material misterioso *se constrói sobre uma trama de funções do sujeito*, de que *ela própria nem sequer descobre as intenções, nem domina, e pelas quais, ao contrário, está completamente dominada e determinada até ao mínimo pormenor*. Nesta determinação, radica-se a relação teórica do sujeito com o seu objeto, tal como a consciência natural a apreende: o objeto é determinante, ativo, afetante, o sujeito é receptivo, passivo, escravo. *Essa relação produz a ilusão do ser-em-si do objeto.*” (HARTMANN, 1960, p. 73, grifos nossos)

referibilidade. *Deve haver algo independente de nossa representação nas coisas em si, mediante o qual essas, sem nossa intervenção, engendram uma na outra; mas o fundamento de que nós as referimos uma à outra deve está em nós, em nossa sensação, por exemplo. Assim, pois, pomos também nosso eu fora de nós, do ponente, como um eu em si, como uma coisa existente sem nossa intervenção, e quem sabe como; e, então, sem qualquer intervenção nossa, outra coisa qualquer deve atuar sobre ele, assim como o ímã sobre um pedaço de ferro.* (FICHTE, 1984, p. 92, grifos nossos)

Agora, o grande problema da filosofia transcendental de Kant, qual seja, o da coisa em si que poria abaixo a metafísica tradicional, o qual todo o Idealismo Alemão tentou resolver, ganha uma nova configuração resolutive sob o prisma da teoria do fetichismo de Marx. O objeto transcendental formulado por Kant para servir de correlato conjectural do material dado à sensibilidade como fenômeno da experiência possível é a quimera do ser-valor constituída originariamente e *a priori* pela imaginação fetichista enquanto sujeito transcendental do trabalho abstrato puro e simples, sem qualquer conteúdo sensível, no âmbito do pensamento. Essa quimera da imaginação<sup>114</sup> é, portanto, uma coisa pensada, uma abstração do pensamento que, inicialmente, não está mesclada com nenhum elemento material, mas que servirá de regra universal de determinação subsumidora da totalidade da riqueza material da sociedade produtora de mercadorias. Essa abstração exercerá essa função como se fosse uma lei universal da natureza – embora, na verdade, seja, em essência, uma lei socialmente constituída<sup>115</sup> e válida objetivamente apenas nos limites do moderno sistema produtor de mercadorias – porque o caráter ativo puro e simplesmente abstrato do trabalho se pôs, de fato, através do dispêndio de energia humana geral conforme uma atividade produtiva particular – do tecelão, do alfaiate etc. – na realidade objetiva sob a forma material objetiva da mercadoria. Com essa posição real da abstração, o mecanismo fetichista da mercadoria aciona

<sup>114</sup> R. Fausto também trata sobre o papel da imaginação no mecanismo de fetichização da realidade social. Porém, fá-lo de forma equivocada como faculdade apenas reprodutiva e não, fundamentalmente, como produtiva. A razão desse erro consiste no fato de ele abordar o problema apenas no nível da circulação e não, já de saída, no nível da produção de mercadorias. Ora, o processo irracional de não o saber, mas o fazer, constituiu-se, originariamente, no interior do processo *a priori* de produção inconsciente da quimera do valor pela imaginação produtiva no domínio do pensamento. No processo *a posteriori* de circulação, a faculdade da imaginação *reprodutiva* é determinante para que se estabeleça a troca de mercadorias através de uma espécie paradoxal de rememoração inconsciente do caráter de valor abstrato comum a ambas as mercadorias a serem trocadas pelos seus produtores no domínio da realidade social. Também confunde a imaginação com o entendimento. Este último é a faculdade dos limites no interior dos quais a quimera do valor criada por aquela primeira faculdade tem que objetivar concretamente o valor sob uma forma finita, a saber, a forma da mercadoria. A faculdade da imaginação é a faculdade caracterizadora do moderno sistema produtor de mercadorias como um processo de fim em si mesmo irracional de produção do valor. É ela que constitui o caráter absurdo de extensão infinita ao qual esse processo tende, com o intuito de configurar uma forma de representação objetiva adequada ao caráter abstrato do trabalho. Cf. FAUSTO, 1993, pp. 46-8.

<sup>115</sup> Quanto ao quiproquó entre a relação de aparência natural e de essência sócio-natural caracterizador do fetichismo, R. Fausto diz o seguinte: “O fetichismo é a configuração natural que tomam as relações sociais diante dos agentes. *Estas são sociais-naturais na sua essência, naturais só na sua aparência.*” (FAUSTO, 1993, p. 62. grifos nossos)

as determinações do seu ser-valor, a saber, substância, grandeza e forma do valor, e ela começa a atuar autonomamente e engendrar relações com outras mercadorias. Essas relações têm por fundamento ideal o desdobramento do ser-valor para obter uma figura de universal concreto, por fundamento real o quantum de trabalho humano objetivado comum a todas as mercadorias enquanto coisas resultantes do trabalho abstrato-concreto, por condição de existência formal a posição antagonista que cada uma ocupa na relação de valor e, por fim, a condição de existência material de possuírem corpos de valor de uso distintos entre si. Desse mecanismo fetichista de engendramento das mercadorias entre si resulta o universal concreto do dinheiro como representação geral do objeto transcendental do valor produzido pelo sujeito transcendental do trabalho abstrato. Esse ente universal existe no interior da realidade social de produção mercantil como se fosse uma coisa em si mesma independente dos indivíduos produtores de mercadorias, como um Deus<sup>116</sup> social todo poderoso que domina a tudo e a todos. A tarefa já está resolvida. *O sertão bem vale uma chuva.*

Portanto, a imaginação produtiva é a faculdade fetichista responsável pela criação da objetividade abstrata do valor que servirá de parâmetro abstrato para representar a totalidade da realidade social capitalista sob a forma da mercadoria. A mercadoria enquanto uma coisa sensível e suprassensível só é compreensível *post festum* pela razão especulativa quando as relações sociais se tornaram objetivas nas práticas cotidianas. Através dessa razão se é capaz tanto de apreender o caráter dual da mercadoria e do trabalho, do qual ela é um resultado, quanto de acompanhar dialeticamente o seu desdobramento lógico até se constituir como o universal concreto do dinheiro. Por fim, o entendimento é a faculdade que tanto

---

<sup>116</sup> “Estes são precisamente os problemas que permitiram a Simmel definir o valor como uma categoria metafísica: ‘Enquanto tal, ela está [...] para além do dualismo sujeito e objeto [...]’ O valor é, certamente, um objeto do pensamento, mas não um ‘conceito’ no sentido da lógica tradicional: é bastante difícil descobrir aqui tanto uma diferença específica quanto um gênero próximo. O valor não é um conceito genérico, mas ‘uma forma conceitual de extensão lógica, totalmente diferente da unidade distintiva de qualquer conjunto de elementos isolados.’

A referência ao conceito tradicional de Deus mostra que Marx compreende ‘*generalidade*’ como *unidade* que contém a totalidade de todas as determinações em sua *diversidade em si*. Mas esta determinação que caracteriza, imediatamente, tão-somente a essência do dinheiro, é igualmente válida para o ‘objeto geral’ do valor? O valor só aparece em unidade com o valor de uso. Essa unidade é denominada de mercadoria: ‘uma coisa sensível e suprassensível’. No sentido da filosofia tradicional, uma ‘coisa’ pode ser algo material, mas também um ‘objeto transcendental’. À medida que se atribui à mercadoria as propriedades do valor de uso e do valor como [pertencendo – V.B] ao seu caráter [de coisa – V.B.] sensível e suprassensível, ela não é pensável. Essas propriedades não são englobadas por uma terceira coisa que reuniria esses elementos considerados em si mesmos como um grampo.

[...] Se a mercadoria enquanto valor de uso não é valor, então isso só pode significar ‘que o é enquanto algo materialmente outro, ou quando é posta em igualdade com uma outra coisa’. Como ‘algo não igual a si mesmo’, a coisa permanece idêntica a si mesma na diferença que ela possui em si e que lhe é própria. Ela ‘se diferencia [...] *de si mesma* enquanto valor de uso [...]’ e ganha uma identidade concreta. A ‘unidade’ de valor de uso e de valor, a unidade na autodiferenciação, toma a forma de desdobramento da mercadoria em mercadoria e dinheiro.” (BACKHAUS, 1974, pp. 26-7, grifos do autor)

estabelece os limites no interior dos quais o modo de produção de mercadorias se encerra quanto constitui as formas *a priori* do tempo e do espaço<sup>117</sup> às quais a objetividade do valor – constituída subjetivamente – tem que ser determinada objetivamente como uma coisa real.

Do ponto de vista da subjetividade, nós conseguimos, pois, desvendar o segredo da natureza fetichista da alma do indivíduo produtor de mercadorias historicamente determinado, porque é posto diante de nossos olhos, na realidade social de produção de mercadorias, o universal concreto do dinheiro como uma representação da objetividade transcendental do ser-valor que, mediante relações sociais, acaba figurando como uma coisa em si mesma independente e que se autodetermina.

O ser humano é o único ser que, no nível da subjetividade da imaginação produtiva, constrói mentalmente uma quimera e, em seguida, no processo de produção, a projeta (no nível da objetividade) na realidade sob a forma de mercadoria nos 20m de tecido, como uma coisa metafísica dual. Todo esse processo é constituído de maneira inconsciente<sup>118</sup>, do qual os produtores participam sem o saber, como se fossem abelhas sociais. Portanto, é no interior da relação subjetiva inconsciente do sujeito consigo mesmo que a imaginação cria a quimera da coisa fetichista própria ao pensamento. Estas duas dimensões da constituição do caráter fetichista da mercadoria são decisivas para a constituição do caráter fetichista dos produtores de mercadorias enquanto animais fetichistas. Porém, falta ainda a terceira dimensão da estrutura fetichista da sociedade produtora de mercadoria para selar de vez o caráter fetichista das relações sociais das pessoas que assumem o invólucro objetivo de coisas sobrenaturais.

---

<sup>117</sup> Quanto às formas do espaço e do tempo como formas *a priori* homogêneas e abstratas necessárias ao processo de socialização mediatizada do valor, cf. KURZ, 2004, pp.105-24.

<sup>118</sup> No texto *Dominação sem sujeito*, Robert Kurz desenvolve o conceito de inconsciente de forma que vai além da concepção de Freud, visto que este último não se atenta precisamente à constituição social e histórica do inconsciente, mas, sobretudo, à sua constituição natural e a-histórica: “Pois, em primeiro lugar, Freud elaborou o conceito de inconsciente, sobretudo, de uma maneira unilateral, conforme o seu lado psicológico-individual, mesmo que as referências sociais sejam inabarcáveis e igualmente tratadas em seus escritos teórico-culturais. O verdadeiro problema acerca da constituição social do inconsciente não é, porém, sistematicamente tratado por Freud. [...] A incorporação das instâncias sócio-históricas é, aqui, algo nitidamente insuficiente. O inconsciente vem à luz apenas na figura daquelas instâncias e/ou ‘províncias’ do aparato psíquico, às quais o eu não tem nenhum acesso consciente. [...] Inconsciente não é, pois, apenas o conteúdo anímico para além da emergência consciente do eu; a própria forma da consciência é também inconsciente. Pois, a forma da consciência não deve, em absoluto, ser igualada à consciência mesma, ou, então, a seus conteúdos e ‘províncias’. *E, na forma de si próprio inconsciente da consciência, cumpre procurar igualmente o segredo do ‘terceiro termo’, que não é nem sujeito nem objeto, senão que aquilo que, a título de cega constituição formal da consciência, constitui a subjetividade, a objetividade e a dominação. A forma histórico-social da consciência é aquilo que há de mais profundamente próprio, de mais profundamente alheio e de desconhecido, sendo que, por essa razão, tão pronto ela for tematizada, precisará ser entendida e vivenciada como um ‘poder’ externo e estranho.*” (KURZ, 2010, pp. 259-61, grifos nossos)

### 3.3.3 – Fetichismo e linguagem

A objetividade do valor da mercadoria não se revela imediatamente, mas apenas mediante a relação de valor entre mercadorias diferentes. Na expressão do valor da mercadoria relativa, 20m de tecido no corpo sensível de valor de uso da mercadoria equivale a 1 casaco, como coisa com caráter de valor, porque ao se equiparar com uma outra mercadoria diferente com valor comum, refere-se a si mesma com o seu ser-valor idêntico, constituído pelo aspecto abstrato do trabalho. Por sua vez, ao se referir a si mesma como coisa portadora de valor, ao mesmo tempo se diferencia do seu próprio outro, seu corpo de valor de uso, enquanto produto do aspecto concreto do trabalho. Por fim, no interior desse movimento oscilatório de identificação e diferenciação de si mesmo da mercadoria de valor relativo, o ser-valor desta última mercadoria se expressa, por meio da equiparação, no outro da outra mercadoria que funciona como equivalente, isto é, no corpo útil da outra mercadoria que se configurará como valor de troca ou corpo de valor imediatamente permutável por outras mercadorias. Sob a forma de valor de troca, a mercadoria 20m de tecido adquire seu verdadeiro significado de mercadoria:

Por meio de sua relação com o casaco, o tecido mata vários pássaros com um só tiro. À medida que *se equipara a outra mercadoria como valor, refere-se a si mesmo como valor*. À medida que se refere a si mesmo *como valor, diferencia-se* ao mesmo tempo *de si mesmo como valor de uso*. À medida que *expressa sua grandeza de valor no casaco* – visto que a grandeza do valor é tanto valor em geral quanto valor medido quantitativamente –, o tecido dá ao seu *ser-valor* uma *forma de valor* que se diferencia do seu ser-aí imediato. Portanto, à medida que se apresenta como diferenciado em si mesmo, apresenta-se pela primeira vez, efetivamente, *como mercadoria*: coisa útil que ao mesmo tempo é valor. (K, p. 16, grifos do autor)

Todavia, a expressão do valor é o momento de constituição do sentido da mercadoria enquanto mercadoria, porque é só por meio da manifestação de seu ser-valor sob uma forma de valor separada de seu valor de uso que a mercadoria 20m de tecido adquire significado mercantil no mundo das mercadorias. Para fazerem sentido em tal mundo, as mercadorias precisam exprimir seu próprio caráter na linguagem que lhes é peculiar, a saber, a linguagem das mercadorias. Esta linguagem é formada pela seguinte estrutura proposicional: “20m de tecido valem 1 casaco”. Esta estrutura é polar, visto que é só a mercadoria que está posicionada no lado do sujeito lógico da proposição que expressa seu ser-valor no valor de uso da outra mercadoria que se encontra, por sua vez, no lado do predicado lógico da proposição e, com isso, obtém significado efetivo de mercadoria. A expressão e a aquisição de sentido da mercadoria enquanto mercadoria ocorrem necessariamente por meio

da cópula “valer”. Se digo: “20m de tecido e um casaco são equivalentes”: não há nenhuma expressão de valor porque, dessa maneira, o tecido não consegue matar vários pássaros com um só tiro, ou seja, identificar-se e se diferenciar a si mesmo e, por conseguinte, igualar-se a um outro, o casaco, na relação de valor. Só há constituição do sentido efetivo de mercadoria dos 20m de tecido através da fórmula proposicional seguinte: “20m de tecido *valem* 1 caso”. É só desta forma que o ser-valor contido nos 20m de tecido (“*20m de tecido valem 1 casaco*”) se manifesta no corpo de valor de uso da mercadoria 1 casaco (“20m de tecido *valem 1 casaco*”). Por meio da linguagem das mercadorias, os 20m de tecido e 1 casaco se reconhecem mutuamente como coisas úteis e portadoras de valor, cujo ser provém do trabalho abstrato:

Vê-se, pois, tudo o que nos disse antes a análise do valor das mercadorias, diz-nos o tecido logo que entra em relação com outra mercadoria, o casaco. Só que ele revela seu pensamento em sua linguagem exclusiva, *a linguagem das mercadorias*. Para dizer que o seu próprio valor foi criado pelo trabalho em sua abstrata propriedade de trabalho humano, ele diz que o casaco, na medida em que ele lhe equivale, portanto é valor, compõe-se do mesmo trabalho que o tecido. Para dizer que a sua sublime objetividade de valor é distinta de seu corpo entretelado, ele diz que o valor se parece com um casaco e que, portanto, ele mesmo, como coisa de valor, iguala-se ao casaco, como um ovo ao outro. Diga-se de passagem que *a linguagem das mercadorias, além do hebraico, possui também muitos outros idiomas mais ou menos corretos*. A palavra alemã “*Wertsein*” (valer) expressa, por exemplo, com menos acerto que o verbo romano *valere*, valer, *valoir*, que a equiparação da mercadoria *B* com *A* é a própria expressão de valor da mercadoria *A*. (*MEW* 23, pp. 66-7; *C*, I-1, p. 180, grifos nossos)

Porém, sob o aspecto da linguagem, o fetichismo da mercadoria não se dá apenas no âmbito dos produtos do trabalho, por meio de seu reconhecimento recíproco enquanto coisas sociais portadoras de valor que provêm da fantasmagórica atividade de trabalho.<sup>119</sup> Mas os próprios produtores de mercadorias entram em um acordo intersubjetivo mútuo quanto à proporção<sup>120</sup> de suas respectivas mercadorias que irão trocar e que corresponde ao *quantum* de valor que elas contêm objetivado pelo trabalho abstrato durante um determinado tempo de dispêndio de sua força humana de trabalho sob uma determinada forma particular. Se no ato

<sup>119</sup> A linguagem das mercadorias não possui apenas uma dimensão semântica, concernente ao significado da estrutura proposicional, mas também uma dimensão pragmática, concernente aos atos de fala dos trocadores de mercadorias.

<sup>120</sup> No ato de troca de mercadorias, os trocadores de mercadorias tendem a privilegiar a obtenção de uma maior quantidade material de mercadorias ao seu favor. Há, com isso, uma pretensão à troca de não equivalentes e a vigência de um princípio subjetivo constantemente variável. No entanto, o imperativo categórico da lei do valor impõe de forma impessoal que esses trocadores façam essa operação levando em consideração tão-somente o *quantum* de valor imaterial oculto nas mercadorias. Por conseguinte, eles não sabem, mas fazem inconscientemente a troca de mercadorias diferentes, tanto segundo a qualidade quanto segundo a quantidade, enquanto equivalentes de forma objetiva e necessária.

de fala que ocorre no interior da troca, o tecelão que produziu os 20m de tecido diz para o alfaiate que produziu 1 casaco: “20m de tecido valem 2 casacos”, então aquele primeiro produtor tem, segundo a substância, a objetividade do valor concernida na relação de valor refletida no seu cérebro como algo idêntico à quimera criada por sua atividade de imaginação fetichista que, por sua vez, foi projetada nos 20m de tecido durante o seu dispêndio de energia humana. Ao se refletir no seu cérebro essa identidade abstrativa, o tecelão diferencia seu próprio trabalho útil do trabalho abstrato. Ao diferenciar sua própria atividade de trabalho nos aspectos abstrato e concreto, manifesta sua atividade pura e simplesmente fantasmagórica no trabalho concreto do alfaiate por meio da equiparação do dispêndio de energia humana pura como exercício comum a ambas as atividades produtivas particulares.

Por outro lado, o alfaiate diz: “1 casaco vale 22m de tecido”. Com isso, ocorre um dissenso entre os dois produtores envolvidos nesta relação de valor porque o tecelão continua afirmando que apenas “20m de tecido valem 2 casacos”. A base objetiva de apoio para os dois produtores alcançarem um acordo recíproco é o *quantum* de tempo de trabalho que realmente cada um despendeu durante o processo de produção de suas respectivas mercadorias. O reconhecimento intersubjetivo desses produtores quanto aos seus respectivos produtos é um mecanismo que ocorre de maneira inconsciente e emana espontaneamente da natureza fetichista própria também ao processo de troca, caracterizado pela redução efetiva de todas as diferentes e múltiplas atividades concretas dos trabalhos particulares do tecelão e do alfaiate ao resíduo comum a ambos de trabalho humano fisiológico abstrato e geral. Depois de muita discussão eles chegam a um acordo, qual seja, “20m de tecido valem 1 casaco” ou “1 casaco vale 20m de tecido”:

Esta [a redução da coisa material à abstração do valor – V.B.] é uma operação espontânea e natural do cérebro deles, e, portanto, inconsciente e instintiva, que emana necessariamente do modo particular de produção material deles, e das relações em que esta produção os coloca. Em primeiro lugar, suas relações existem na prática. Em segundo lugar, porque são homens, *suas relações existem como relações para eles*. A maneira que existem para eles, ou que se reflete em seu cérebro se origina da natureza das próprias relações. (K, p. 38, grifos do autor)

Portanto, quanto à dimensão da linguagem, pode-se dizer que o fetichismo da mercadoria é uma relação social intersubjetiva de entendimento mútuo instintivo dos produtores de mercadorias relativos à relação de troca quanto à proporção correta de

intercambio de seus produtos entre si.<sup>121</sup> Esta dimensão constitui o sentido fetichista do mundo das mercadorias como algo natural e eterno, ao qual os produtores de mercadorias estão submetidos como a uma *matrix a priori*<sup>122</sup>.

No entanto, após se ter dissecado analiticamente cada uma das três dimensões constituidoras do caráter fetichista aderido ao mundo das mercadorias, há que se estabelecer uma unificação de tais dimensões e compreender o fetichismo do moderno sistema produtor de mercadorias como uma relação social total ou uma totalidade negativa<sup>123</sup>, visto que perpassa a realidade, o pensamento e a linguagem. A unidade estrutural desta tripla dimensão constitui a fonte originadora da visão de mundo moderna, enquanto *matrix a priori* com o qual o sentido fetichista do pensar, do agir e do falar específico desta sociedade se articula.

---

<sup>121</sup> Com a dimensão intersubjetiva da linguagem, o círculo vicioso do mecanismo de fetichização se completa e se constitui como uma totalidade negativa que submete ao seu domínio impessoal todos os indivíduos, quer sejam os trabalhadores, quer sejam os capitalistas.

<sup>122</sup> A *matrix a priori* consiste na instância mais originária de constituição do sentido fetichista do mundo moderno. Não é nem meramente uma base econômica de produção, nem meramente uma supra-estrutura política e ideológica, mas o fundamento originário de estruturação de toda a sociedade produtora de mercadorias conforme o mecanismo da fetichização. Em última análise, é essa *matrix* que determina tanto a base econômica de produção quanto a supra-estrutura política e ideológica. Ela é uma totalidade negativa porque é profundamente fetichista e altamente destrutiva da realidade, comportando sinteticamente as dimensões da objetividade, subjetividade e intersubjetividade. Portanto, a teoria do fetichismo que perscruta a estrutura originária da sociedade como uma *matrix a priori* supera a concepção do materialismo histórico desenvolvida pelo próprio Marx.

<sup>123</sup> Um excelente texto que estabelece o moderno sistema produtor de mercadorias como uma totalidade negativa a partir de um diálogo sobre o sentido da categoria da totalidade em Lukács, Adorno e Postone é *Forma social e totalidade concreta*, de R. Scholz. Cf. SCHOLZ, 2009.

## 4. CAPÍTULO III – SUBSTÂNCIA-TRABALHO, SER-VALOR E SUJEITO-CAPITAL MORTOS: A NECESSIDADE DE SE ABOLIR O TRABALHO ABSTRATO-CONCRETO

### 4.1 – O horizonte lógico e histórico do conceito de trabalho

Há em Marx uma aporia quanto ao conceito de trabalho.<sup>124</sup> Por um lado, este conceito é concebido positivamente, como algo ontológico, como necessidade natural e eterna, independentemente da forma especificamente histórica em que ele se apresenta. Por outro, como negativamente, isto é, não enquanto simplesmente trabalho estranhado e assalariado<sup>125</sup>, mas enquanto puro e simples dispêndio de energia humano indiferente a qualquer conteúdo sensível e separado das demais esferas da vida social, como se pode perceber na Introdução dos *Grundrisse*:

O trabalho parece ser uma categoria muito simples. A idéia de trabalho nesta universalidade – com trabalho em geral – é, também, das mais antigas. No entanto, concebido do ponto de vista econômico nesta forma simples, o ‘trabalho’ é uma categoria tão moderna como as relações que esta abstração simples engendra. [...] Um enorme progresso é devido a Adam Smith, que rejeitou toda determinação particular da atividade criadora de riqueza,

---

<sup>124</sup> R. Kurz elabora a concepção de que há um duplo Marx: um exotérico, o qual serviu de teórico básico do movimento operário e sua respectiva abordagem marxista tradicional, e um esotérico, o qual consiste no teórico crítico radical do moderno sistema produtor de mercadorias e que, ao longo de 150 anos, não foi compreendido com a devida envergadura marxiana crítica, a partir da teoria do fetichismo. Cf. KURZ, 2002, pp. 21-5.

<sup>125</sup> É uma concepção muito comum ao marxismo tradicional compreender o problema do moderno sistema produtor de mercadorias como uma forma de sociedade em que há uma perversão do trabalho pelo capital; que há um suposto trabalho não-estranhado e não-alienado nas sociedades pré-capitalistas e que apenas no horizonte do sistema capitalista o trabalho foi submetido aos ditames do capital, tornando-se, por conta disso, trabalho alienado e estranhado. Por conseguinte, para ele, a crítica ao capitalismo tem que ser do ponto de vista do trabalho. Um marxista tradicional como István Meszáros tem exatamente esta concepção. Esse autor produziu uma obra com mais de mil páginas, com a pretensão tanto de ir para além do sistema capitalista quanto de *O Capital*, mas não aborda em nenhum momento a teoria do valor e a crítica do fetichismo de Marx. No entanto, um divisor de águas fundamental foi estabelecido por Moishe Postone que, a partir da teoria do valor de Marx, compreende corretamente que a crítica categórica do capitalismo não pode ser a partir do ponto de vista do trabalho, como propugna o marxismo tradicional, mas há que se fazer uma crítica incisiva ao próprio trabalho. Cf. POSTONE, 1993, pp. 3-42.

R. Kurz, em *Ler Marx, os textos mais importantes de Marx para o século XXI*, diz o seguinte: “Da mesma maneira que a concorrência, o trabalho abstrato constitui um sistema de referência comum, estendendo-se a toda a humanidade pelo capitalismo, independentemente das diferenças de função, de salário e de riqueza em dinheiro. Marx, frequentemente, nomeou essa identidade, ainda que sob sua forma de oposição social. E mesmo que esta oposição se lhe apareça em termos de trabalho e ‘não-trabalho’ – relevante do ponto de vista do movimento operário –, exprimi-se nesta oposição o que as duas noções têm interiormente em comum. Isto porque Marx não quer introduzir o ‘não-trabalhador’ no eterno universo do trabalho, mas superar o sistema de referências do ‘sujeito automático’ comum tanto aos capitalistas quanto aos trabalhadores assalariados. Se o trabalho abstrato, da mesma forma que a concorrência, representa a forma de atividade mesma do capitalismo, estendendo-se a toda a sociedade, então não é mais possível constituir uma pretensa oposição ao capital do ‘ponto de vista do trabalho’. Esse ponto de vista se revela ser uma ilusão, porque o trabalho e o capital são tão-somente dois estados diferentes da mesma relação fetichista irracional: um sob a forma fluida (o trabalho) e outro sob a forma congelada (o dinheiro).” (KURZ, 2002, p. 124)

considerando apenas o trabalho puro e simples, isto é, nem o trabalho industrial, nem o trabalho comercial, nem o trabalho agrícola, mas todas essas formas de trabalho no seu caráter comum. [...] Poderia assim parecer agora que deste modo se encontrara simplesmente a expressão abstrata da relação mais simples e mais antiga em que se estabeleceu – seja qual for a forma de sociedade – entre os homens considerados como produtores, o que é verdadeiro num sentido mas falso em outro. A indiferença face a um gênero determinado de trabalho pressupõe a existência de uma totalidade muito desenvolvida de gêneros de trabalho reais, dos quais nenhum é absolutamente predominante. Assim, as abstrações mais gerais só nascem, em resumo, com o desenvolvimento concreto mais rico, em que um caráter aparece como comum a muitos, como comum a todos. Deixa de ser possível deste modo pensá-lo apenas sob uma forma particular. Por outro lado, esta abstração do trabalho em geral não é somente o resultado mental de uma totalidade concreta de trabalhos. A indiferença em relação a esse trabalho determinado corresponde a uma forma de sociedade na qual os indivíduos mudam com facilidade de um trabalho para outro, e na qual o gênero preciso de trabalho é para eles fortuito, logo indiferente. Aí o trabalho tornou-se não só no plano das categorias, mas na própria realidade, um meio de criar a riqueza geral e deixou, enquanto determinação, de constituir um todo com os indivíduos, em qualquer aspecto particular. Este estado de coisas atingiu o seu mais alto grau de desenvolvimento na forma de existência mais moderna das sociedades burguesas, nos Estados Unidos. Só aí, portanto, a abstração da categoria ‘trabalho’, ‘trabalho em geral’, trabalho ‘*sans phrase*’, ponto de partida da economia moderna, se torna verdade prática. Assim, a abstração mais simples, que a economia política moderna coloca em primeiro lugar e que exprime uma relação muito antiga e válida para todas as formas de sociedade, só aparece no entanto sob esta forma abstrata como verdade prática enquanto categoria da sociedade mais moderna. [...] Este exemplo do trabalho mostra com toda a evidência que até as categorias mais abstratas, ainda que válidas – precisamente por causa de sua natureza abstrata – para todas as épocas, não são menos, sob a forma determinada desta mesma abstração, o produto de condições históricas e só se conservam plenamente válidas nestas condições e no quadro destas. (*I*, pp. 251-3, grifos do autor)<sup>126</sup>

Aí Marx concebe o trabalho tanto positivamente, enquanto “categoria muito antiga”, que representa “um enorme progresso” ao ser “considerado apenas como trabalho puro e simples”, “uma generalidade abstrata da atividade criadora da riqueza” em uma “relação válida para uma forma de sociedade antiquíssima e para todas as formas de sociedade”, quanto de forma negativa, enquanto “uma categoria tão moderna como o são as relações que engendram essa abstração”, uma abstração “indiferente” a qualquer determinação concreta particular dos indivíduos, “produto de condições históricas, e que não possuem plena validade senão para essas condições e dentro dos limites destas” e, por conseguinte, correspondente unicamente a “uma determinada forma de sociedade”.

---

<sup>126</sup> Robert Kurz também formula esta aporia de Marx quanto ao conceito do trabalho, assim como cita este mesmo texto dos *Grundrisse*. Cf. KURZ, 2004, pp. 58-9.

Uma maneira fundamental para darmos um passo decisivo na resolução do problema da aporia concernente ao trabalho que marca profundamente o discurso do próprio Marx consiste no estabelecimento preciso do âmbito lógico e histórico<sup>127</sup> em que o conceito do trabalho se situa e tem validade. A resolução desta questão é propiciada mediante a referência que Marx faz a Aristóteles<sup>128</sup>, no que tange à descoberta feita por este “grande pesquisador que foi o primeiro a analisar a forma de valor, assim como muitas formas de pensamento, de sociedade e da natureza” (*MEW* 23, p. 73; *C*, I-1, p. 186).

Segundo Marx, Aristóteles, na sua *Ética a Nicômaco*, descobriu a forma do valor, visto que se apercebe de que não há diferença alguma, segundo a forma da relação de troca, entre as seguintes fórmulas: “5 camas = 1 casa” e “5 camas = certa quantidade de dinheiro”. Por conseguinte, que este último pensador reconhecia “a forma dinheiro da mercadoria” como sendo “apenas a figura mais desenvolvida da forma simples de valor, isto é, da expressão do valor de uma mercadoria em uma outra mercadoria qualquer”. Marx também assume que Aristóteles conseguiu deduzir que precisa haver a substância e a grandeza do valor – embora este último não consiga determinar o que seja em verdade estas determinidades do valor –, visto que “a relação de valor, em que essa expressão de valor está contida” da perspectiva da qualidade substancial idêntica, “que a casa é equiparada qualitativamente à cama e que essas coisas perceptivelmente diferentes, sem tal igualdade de essência, não poderiam ser relacionadas entre si” da perspectiva da quantidade determinada “como grandezas comensuráveis”: “‘a troca’, diz ele, ‘não pode existir sem igualdade, nem a igualdade, sem a comensurabilidade’”. Para Marx, o pensador grego hesita e desiste de prosseguir sua investigação sobre a forma do valor porque se esbarra em um obstáculo intransponível – devido ao horizonte histórico a que estava inserido e a visão de mundo [*Weltanschauung*] sobre a realidade própria das pessoas daquela época –, a saber: “a falta do conceito de valor” (Cf. *MEW* 23, pp. 73-4; *C*, I-1, pp. 186-7):

‘É, porém, em verdade impossível [...] que coisas de espécies tão diferentes sejam comensuráveis’, isto é, qualitativamente iguais. Essa equiparação pode apenas ser algo estranho à verdadeira natureza das coisas, por conseguinte, ‘somente um artifício para a necessidade prática’. (*MEW* 23, p. 73; *C*, I-1, p. 187)

<sup>127</sup> Ruy Fausto aborda também este problema, como tentativa de se contrapor à resposta dada por Castoriadis sobre esta questão delicada: “Mas há um ponto que permanece obscuro, e o seu esclarecimento é essencial para que o conjunto das implicações do nosso objeto se torne inteligível, o do *espaço histórico do valor e do trabalho abstrato*. Em qual ou quais épocas, se pode dizer que há trabalho abstrato e valor? O trabalho abstrato e o valor são categorias que só valem para o capitalismo? Problema que, na realidade, é um pouco menos simples do que se poderia pensar à primeira vista.” (FAUSTO, 1987a, p. 107, grifos nossos)

<sup>128</sup> Quanto à relação entre Marx e Aristóteles sobre o problema da troca de objetos diferentes entre si, cf. CASTORIADIS, 1997, pp. 355-63, 373-418 e FAUSTO, 1987a, pp. 107-14.

Segundo Marx, Aristóteles não poderia deduzir a substância do valor comum tanto à cama quanto à casa da forma do valor, como sendo o que há de realmente igual entre estes produtos na relação de troca, porque 1), do ponto de vista objetivo, a sociedade grega repousava sobre o trabalho dos escravos e, por conseguinte, tinha por base a desigualdade entre os homens e suas forças de trabalho como sendo algo natural; 2) do ponto de vista subjetivo, a idéia de igualdade humana não havia se sedimentado de forma firme na cabeça do povo grego como um preconceito corriqueiro; e 3), do ponto de vista intersubjetivo, as relações das pessoas entre si e com os produtos do trabalho ainda não haviam assumido generalizadamente a forma da mercadoria e, por conseguinte, o fetichismo da mercadoria, enquanto personificação dos produtos do trabalho e coisificação das pessoas que trabalham, não era ainda a relação social que predominava no mundo grego.<sup>129</sup> (Cf. *MEW* 23, p. 74; *C*, I-1, p. 187)

Porém, será que, mesmo possuindo uma genialidade resplandecente, Aristóteles não foi capaz de desvendar o segredo oculto no interior da relação de valor, a saber, a igualdade e a equivalência de todos os trabalhos particulares concretos ao caráter de trabalho abstrato geral comum a todos eles, por causa das limitações históricas, nas quais este pensador viveu? Será que existia realmente trabalho humano no horizonte da sociedade grega? Será que o que há de realmente igual entre a cama e a casa estava apenas pressuposto, mas não posto de fato nas relações sociais gregas? Será que podia existir pelo menos *in nuce* tal abstração no interior da visão de mundo grega? Será que o trabalho não é uma categoria pura e simplesmente moderna, enquanto pressuposto tácito de toda a edificação social da moderna sociedade produtora de mercadoria que se põe, de fato, nos limites apenas do horizonte desta sociedade?

Investiguemos mais de perto, pois, o texto de Aristóteles ao qual Marx faz referência. De início, Aristóteles defende a tese de que os homens estabelecem ação recíproca ou “reciprocidade” entre si sob as mais variadas maneiras. Esta reciprocidade não se coaduna nem com a “justiça distributiva” nem com a “justiça corretiva”, pois as “transações de troca” se baseiam em uma proporção apenas aproximada, mas não “na base de uma retribuição exatamente igual”. A retribuição intersubjetiva proporcional – entre, por exemplo, um arquiteto *A* e um sapateiro *C*, quanto aos respectivos produtos fabricados por eles, a saber, uma casa *D* e um par de sapatos *E* – ocorre mediante uma “conjugação cruzada” entre os

---

<sup>129</sup> Esses são os pressupostos de Marx para determinar os limites que impediram Aristóteles de decifrar o enigma da troca de coisas diferentes entre si. Porém, não concordamos com esses pressupostos de Marx e evidenciaremos em que consistem seus problemas.

termos em questão, ou seja, o arquiteto dá seu produto ao sapateiro em vista de obter o produto fabricado por este último. O sucesso da conjugação cruzada, por sua vez, está condicionado tanto pela igualdade proporcional de bens (objetividade) quanto pela ação recíproca dos concernidos na permuta (intersubjetividade). Se estas condições forem atendidas, então o resultado efetivo é a troca. (Cf. ARISTÓTELES, 1971, V, 5, 1132b 20-1133a 10)

De fato, Aristóteles se apercebe que na relação de troca precisa haver algo comum tanto ao trabalho do arquiteto quanto ao trabalho do sapateiro (subjetividade), isto é, que eles têm que ser igualados essencialmente. Portanto, dimensiona “o quê” da questão, visto que há um “o mesmo” da perspectiva da identidade qualitativa, bem como “o quanto” da questão, concernente a algo “da mesma quantidade e espécie”, da perspectiva da grandeza. Aristóteles é tão argucioso que consegue dimensionar não apenas a necessidade de haver a identidade e a igualdade entre “pessoas diferentes e desiguais”, mas também “o como” da questão, pois, segundo ele, tem que existir “um meio-termo, visto que mede todas as coisas, e, por conseguinte, [...] quantos pares de sapato são iguais a uma casa ou a uma determinada quantidade de alimento”. Todavia, o mediador que torna possível a relação de troca entre pessoas diferentes e desiguais, com o intuito de receberem, por sua vez, coisas diferentes e desiguais, é o dinheiro. Este último é responsável por determinar a razão proporcional entre o arquiteto e o sapateiro correspondente ao “número de sapatos trocados por uma casa (ou por uma determinada quantidade de alimentos)”, ou seja, sem esta razão proporcional “não haverá troca nem intercâmbio”. (Cf. ARISTÓTELES, 1971, V, 5, 1133a 10-25)

Ora, assim como Marx, Aristóteles sabia que, para haver uma proporção de equivalência entre coisas distintas, ou seja, estabelecer um mais e um menos de algo, há que se pressupor uma unidade. Mas, afinal de contas, para Aristóteles, o que é essa unidade ou a substância comum? Será algo de origem natural, divina, ou social? Será alguma propriedade concreta ou uma fantasmagoria abstrata? Aristóteles, como grande pesquisador que era, continua perseverante em sua investigação, aproxima-se mais da coisa mesma e afirma, categoricamente, o que é realmente esta unidade que torna possível a troca dos produtos do arquiteto e do sapateiro, a saber, a utilidade:

E essa proporção não se verificará, a menos que *os bens sejam iguais de algum modo*. Todos os bens devem, portanto, *ser medidos por uma só e a mesma coisa*, como dissemos acima. Ora, *essa unidade é na realidade a utilidade [chreia], que mantém unidas todas as coisas* (porque, se os homens não necessitassem em absoluto dos bens uns dos outros, ou não necessitassem deles igualmente, ou não haveria troca, ou não a mesma

troca); mas *o dinheiro tornou-se por convenção, uma espécie de representante da utilidade*; e por isso se chama dinheiro [*nômisma*], já que *existe não por natureza, mas por lei [nomos]*, e *está em nosso poder mudá-lo e o tornar sem valor*. (ARISTÓTELES, 1971, V, 5, 1133a 25-30, grifos nossos)

Efetivamente, Aristóteles não falhou na sua investigação sobre a relação de troca de bens completamente diferentes entre si, como Marx quer nos fazer crer, porque supostamente lhe faltava apreender o conceito do valor em todas as suas determinações. No horizonte histórico da sociedade grega, não havia nem de fato nem de direito a forma do valor, nem a grandeza do valor, nem a substância do valor, pois os bens produzidos não assumiam a forma de mercadoria<sup>130</sup>, como se, por um lado, individualmente fossem ao mesmo tempo objetos úteis e coisas portadoras internamente de um ser-valor e, por conseguinte, por outro, estabelecessem uma relação de valor, por meio da qual este ser se desdobra do corpo útil da cama para o corpo de valor da casa.<sup>131</sup> Portanto, “o quê” da questão para Aristóteles, não consiste em uma objetividade abstrata constituída por uma suposta substância abstrata de trabalho humano, como ocorre realmente na moderna sociedade produtora de mercadorias, mas tão-somente concerne à utilidade concreta dos bens à vida humana. O pensador ainda arremata sua acurada investigação fazendo menção a “o porquê” da questão, a saber, a necessidade e o desejo:

*Que a utilidade mantém a união da comunidade só é evidente pelo fato de que quando os homens não necessitam um do outro – isto é, quando não há necessidade recíproca ou quando um deles não necessita do segundo –, não realizam a troca, como acontece quando alguém deseja o que temos: por exemplo, quando se permite a exportação de trigo em troca de vinho. É preciso, pois, estabelecer essa equação.* (ARISTÓTELES, 1971, V, 5, 1133b 5-10, grifos nossos)

O dinheiro para Aristóteles não é a figura de representação separada e independente de um ser-valor suprassensível, nem a medida exteriorizada da grandeza de tempo de trabalho despendido na produção das mercadorias, conforme um padrão geral imposto socialmente contra a vontade das pessoas. Mas tão-somente representante da

<sup>130</sup> A forma da mercadoria não existia nem em fenômenos de nicho. A forma da mercadoria enquanto forma constituidora do caráter fetichista das mercadorias não pode ser dimensionada apenas da perspectiva da quantidade, visto que para se estender e contrair o raio de atuação e influência de algo, este último precisa existir tanto de direito quanto de fato pelo menos no que tange ao seu âmago constitutivo. O cerne da forma da mercadoria é o ser-valor, que, por sua vez, é criado pelo trabalho abstrato enquanto substância socialmente constituída.

<sup>131</sup> Tudo isso é próprio ao moderno sistema produtor de mercadorias. Há uma postura fetichista de Marx, tal como o havia nos economistas clássicos – os quais o próprio Marx critica –, de projetar categorias exclusivas do mundo moderno no mundo grego. Desse ponto de vista, talvez Marx também achasse que existia a Nasdaq na *pólis* grega.

utilidade que os bens sensíveis possuem precisamente por serem coisas físicas concretas e, por conseguinte, uma medida que torna possível a comensurabilidade dos bens úteis à vida humana das pessoas que necessitam e desejam satisfazer suas carências naturais. Portanto, a troca só pode ocorrer se existir uma unidade que identifique e iguale qualitativamente os bens e as pessoas, a saber, a utilidade. Por sua vez, só há comensurabilidade de bens úteis se houver uma medida, que lhes sirva de mediador, a saber, o dinheiro. Por fim, todo esse processo de associação é transparente tanto para o sapateiro quanto para o arquiteto, dado que aí eles conscientemente sabem o que fazem, de maneira que, caso quisessem, considerassem, por exemplo, que o dinheiro não lhes tem mais qualquer serventia, poderiam abolir este mediador, porque ele não é algo natural [*physis*], mas pura e simplesmente instituído socialmente [*nomos*]. Há um controle dos homens envolvido nessa relação de troca recíproca e não um poder fetichista dos pares sapatos e da casa sobre seus produtores, porque para se efetivar a finalidade da utilidade, enquanto caráter natural dos bens, faz-se necessário a criação de um artifício social estabelecido por comum acordo, qual seja, o dinheiro.

Desse modo, agindo o dinheiro como uma medida, torna ele os bens comensuráveis e os equipara entre si; pois nem haveria associação se não houvesse troca, nem troca se não houvesse comensurabilidade. *Ora, na realidade é impossível que coisas tão diferentes entre si se tornem comensuráveis, mas com referência à utilidade podem tornar-se comensuráveis em grau suficiente.* Deve haver, pois, uma unidade, e unidade estabelecida por comum acordo (por isso se chama ela dinheiro); pois é ela que torna todas as coisas comensuráveis, já que todas são medidas pelo dinheiro. (ARISTÓTELES, 1971, V, 5, 1133b 15-20, grifos nossos)

Na investigação de Aristóteles, não há cabimento algum a introdução de qualquer dimensão abstrata no interior da relação social concreta de troca recíproca entre o sapateiro e o arquiteto, pois todo esse processo de transação mútua é perpassado do começo ao fim tanto por bens sensíveis – com a manutenção e realce exclusivo a todas às suas várias particularidades concretas – quanto por indivíduos compostos de múltiplas qualidades específicas que lhes confere singularidade própria. Não há qualquer mecanismo fetichista abstrato de *reductio ad unum* nem *abstractio ad nihil*. É uma totalidade concreta enquanto síntese das múltiplas particularidades sensíveis que se envolvem e se imbricam mutuamente em um processo agônico vivo e real e não uma totalidade morta, na qual todo o conteúdo sensível da realidade é destruído, para servir apenas de forma de manifestação e efetivação de uma abstração puramente social.

No horizonte histórico da sociedade grega, a substância comum não era uma atividade fantasmagórica da abstração do trabalho, enquanto constituidora de uma

objetividade abstrata de valor, mas tão-somente uma substância material, enquanto utilidade concreta concernente à satisfação das necessidades e desejos do sapateiro e do arquiteto. Não há de maneira pressuposta nem posta a unidade de trabalho humano que serve de base à equiparação de coisas e pessoas tanto diferentes quanto desiguais. O trabalho abstrato-concreto é tão-somente uma categoria do pensamento e uma realidade posta no interior dos limites históricos da moderna sociedade produtora de mercadorias. Portanto, o horizonte lógico das abstrações da substância-trabalho e do ser-valor é o pensamento do indivíduo moderno<sup>132</sup>, enquanto pura e simplesmente um produtor fetichista de mercadorias. O sapateiro, o arquiteto e Aristóteles fariam troça de Marx, caso este último lhes dissesse que, no ato de produção dos pares de sapato e da casa, despendiam-se músculos, nevos, cérebro, mãos etc., humanos e, de pronto, responder-lhe-iam que isto seria um absurdo e uma bizarrice, em resumo, algo completamente estranho à verdadeira natureza das coisas, pois não estavam fazendo nada mais que atualizando suas excelências múltiplas e diferenciadas, enquanto disposição de caráter que lhes foram dadas potencialmente por natureza, mas que precisam ser efetivadas de fato por suas ações. Para um grego, o conjunto plurifacetado de suas virtudes não pode ser reduzido nem categorizado em trabalho, como sua essência, nem seus produtos fabricados podem ser compreendidos como expressões objetivas de uma suposta *Gattungswesen*<sup>133</sup>.

Para Aristóteles, o homem não poderia jamais ser concebido como um ser social fundado no e pelo trabalho, como o é compreendido no moderno sistema produtor de mercadorias, porque este preconceito popular é próprio à ideologia moderna de ontologização do trabalho, cujas raízes remontam ao protestantismo calvista, do qual a ideologia do iluminismo e do marxismo de culto do homem abstrato fincou raízes profundas e a qual, por

---

<sup>132</sup> A noção de indivíduo que temos não é do indivíduo exterior e independente da sociedade moderna, mas no interior dessa última e determinado pela *matrix a priori* que a constitui.

<sup>133</sup> O marxismo tradicional se vale exatamente do conceito de *Gattungswesen* da obra de juventude de Marx para promover o processo de ontologização positiva do trabalho. No entanto, segundo a teoria do valor e do fetichismo desenvolvida na fase madura deste pensador, a *Gattungswesen* se revela como uma universalidade abstrata própria ao moderno sistema produtor de mercadorias, cuja disposição de caráter absurda é a pura e simples indiferença, em um processo doentio de busca de encarnação de si mesma na realidade concreta, com a finalidade de se representar sob a figura da universalidade concreta negativa da totalidade do ser-valor, contido na riqueza social inteira de mercadorias, enquanto coisas sensíveis e suprassensíveis.

M. Postone, quanto ao problema de se compreender o trabalho como princípio transhistórico, diz o seguinte: “No cerne de todas as formas de marxismo tradicional está a concepção transhistórica do trabalho. A categoria do trabalho em Marx é entendida em termos de uma atividade social direcionada a um fim que medeia os homens e a natureza, criando produtos específicos a fim de satisfazer necessidades humanas determinadas. O trabalho, assim entendido, é considerado como se situando no coração de toda e qualquer vida social. Esta abordagem atribui *transhistoricamente* ao trabalho social aquilo que Marx analisou como as características historicamente específicas do trabalho no capitalismo.” (POSTONE, 1993, p. 8)

consequente, estão fetichistamente aferrados.<sup>134</sup> E como Marx é fruto desta tradição moderna, ela acaba, por vezes, deixando-se seduzir pelo canto enfeitiçador das sereias que exprimem, em forma de ode, o *ethos* protestante de louvor e idolatria ao trabalho como algo natural e condição de eterna necessidade de metabolismo com a natureza. Porém, temos que sacudir Marx e o fazer acordar desse sono dogmático da ontologização do trabalho abstrato-concreto; temos que o reconduzir ao mastro seguro da teoria crítica do valor e do fetichismo, para que ele não cometa um erro crasso de projetar fetichistamente chifre em cabeça de cavalo, ou seja, atribuir canhestamente a quimera real do conceito de trabalho ao mundo grego. O conceito de trabalho é uma visão de mundo exclusiva do pensamento instintivo e inconsciente moderno (subjetividade) que se objetivou na realidade pelo processo de produção de mercadorias da sociedade capitalista (objetividade) e, por conseguinte, com isso, adquiriu a consistência de um preconceito popular tão férreo entre seus integrantes (intersubjetividade) que contestar tal conceito parece está contrariando uma lei natural ou um mandamento divino.

Levantou-se uma questão muito delicada de qual é o horizonte lógico e histórico de determinadas categorias utilizadas por Marx na sua teoria do valor enquanto representações conceituais de uma determinada forma de sociedade real, a sociedade produtora de mercadorias da modernidade. A partir da apreensão do nexo intrínseco que há entre trabalho, mercadoria e dinheiro, enquanto categorias basilares de *O Capital* e que são perpassadas internamente por determinidades abstratas, tais como substância, grandeza e forma do valor – concernentes, respectivamente, a “o quê”, a “o quanto”, a “o como” da questão da relação de troca entre mercadorias diferentes entre si – que adquirem efetivamente um sentido fetichista – concernente a “o porquê” da questão. Por sua vez, o caráter fetichista

---

<sup>134</sup> Para Aristóteles, o caráter próprio à vida humana não é o trabalho, mas a ação [*práxis*]. Em termos particulares, o agir intersubjetivo envolve *antagonismo* e – assim como internamente as paixões do homem precisam ser, não anuladas, mas moderadas persuasivamente pela razão, para que, dessa forma, a função do homem se atualize e atinja seu fim visado da maneira mais apropriada possível – *disputa discursiva*, mediante a qual os cidadãos entre si precisam escolher e decidir como melhor construir uma vida boa para todos os membros da *pólis*, para que a felicidade se realize. Portanto, para respondermos à pergunta sobre o que é o homem na *Ética a Nicômaco*, precisamos considerá-lo não um ser racional, ou um ser virtuoso, ou um ser social ou animal político pura e simplesmente, mas analisá-lo até chegar ao seu núcleo mais profundo, a saber, a ação. Este núcleo não é o *cair da noite em que todos os gatos são pardos*, isto é, em que *todas as qualidades concretas são apagadas*, como ocorre, realmente, no interior da sociedade produtora de mercadorias moderna, por meio do trabalho. Pode-se dizer, por conseguinte, segundo o pensador grego, que o ser humano é processo ou atividade de realização de suas várias potencialidades. Para atualizar seu ser de forma mais plena possível, precisa, por sua vez, tanto agir segundo um princípio racional – pois este último é o principal componente de sua alma – quanto realizar bem a sua disposição de caráter mediante ações virtuosas propiciadoras da consecução de sua excelência, como se situar no horizonte da comunidade política, enquanto ser de relação com os outros homens. Em suma, pode-se dizer que, para Aristóteles, o ser humano é um feixe ou composto de múltiplas determinações em processo de busca do sumo bem humano ou do viver bem ou da felicidade para o homem perfeitamente alcançável pelo bem agir; em suma, é o ser cuja função ou obra mais peculiar é a obtenção da vida completa neste mundo, agindo no âmbito da comunidade política.

da mercadoria é uma relação social entre pessoas coisificada em forma de objetos autonomizados que acaba por constituir uma visão de mundo própria e exclusiva a esta determinada forma de sociedade, como se fosse uma forma de vida social eterna, imutável e transhistórica.

Pode-se concluir, pois, que não é a relação de troca que determina o caráter de mercadoria de algum objeto; este caráter tem sua razão de ser originária no ser-valor da mercadoria, enquanto unidade de valor de uso e valor. Portanto, por exemplo, a casa produzida pelo arquiteto e os pares de sapato produzidos pelo sapateiro não são a rigor mercadorias, visto que, embora pudessem ser trocados sob uma determinada proporção quantitativa, não eram resultados do trabalho abstrato-concreto. O ser-valor é uma fantasmagoria criada pelo trabalho abstrato no interior do pensamento do indivíduo moderno produtor de mercadorias que, durante sua atividade geral de dispêndio de energia humana sob uma determinada forma particular, como a tecelagem, por exemplo, projeta este ser no objeto que está produzindo que, por conseguinte, adquire a forma de mercadoria. Esta mercadoria se metamorfoseará em forma dinheiro, enquanto forma de desdobramento do ser-valor no interior do mundo mercantil inteiro.

Portanto, Aristóteles não poderia desvendar uma suposta unidade de trabalho humano embutida na relação de troca de bens diferentes entre si, porque esta unidade não existia nem no pensamento, enquanto categoria, nem na realidade, enquanto processo estruturador de uma determinada forma de sociedade, porque a visão de mundo grega não estava fundada no fetichismo da mercadoria, mas no fetichismo da consanguinidade. Segundo este fetichismo grego<sup>135</sup>, os homens são diferentes por natureza [*physis*] e possuem variadas qualidades dispostas em potência pela boa ordem do cosmos, as quais só podem ser atualizadas mediante ação. Não há aí o princípio fetichista homogeneizador do trabalho, como unidade a partir do qual tudo o mais é determinado. O trabalho é o princípio de síntese social tanto de fato quanto de direito somente do moderno sistema produtor de mercadorias. Este

---

<sup>135</sup> R. Kurz salienta que, embora as sociedades pré-capitalistas fossem constituídas por um *medium* fetichista, o princípio de síntese não era o fetiche do trabalho, mas um princípio metafísico situado no “além” que estruturava a partir da transcendência supra-sensível a vida social real das pessoas: “De certo modo, talvez seja lícito dizer-se que *todas as constituições sociais de fetiche, portanto também já as pré-modernas, representam uma espécie de metafísica real, na medida em que a respectiva metafísica não se esgota nunca em meras idéias ou representações mentais, mas através dela ao mesmo tempo também são regulados a reprodução social real, as relações sociais e o ‘processo de metabolismo com a natureza’ (Marx). No entanto, a metafísica real social pré-moderna das relações sociais, das condições de reprodução e das estruturas de poder é de certo modo ‘determinada pelo além’, mediada através da projeção de uma substância absoluta simplesmente transcendente, de uma essência divina absoluta e exterior ao mundo, que é representada pessoalmente de forma mitológica ou religiosa. Como representantes desta essência transcendente projetada também as estruturas sociais reais de reprodução e de dominação se apresentam de forma personalizada; nomeadamente como um sistema de relações pessoais de dependência e obrigação.*” (KURZ, 2004, p. 51, grifos nossos)

princípio absurdo foi instituído socialmente por uma determinada forma de sociedade, pertencendo, portanto, ao âmbito do *nomos* e, por fim, terá de ser abolido tanto porque é uma bizarrice fetichista, quanto porque se tornou obsoleto, com o advento da terceira revolução industrial da microeletrônica.

## 4.2 – Crítica do trabalho enquanto tal

Após se ter esbabelecido o domínio histórico e lógico em que o conceito de trabalho está situado e tem validade, enquanto uma categoria pertencente tão-somente ao moderno sistema produtor de mercadorias, intentar-se-á uma crítica radical do conceito de trabalho abstrato-concreto<sup>136</sup>, determinado-se as características negativas peculiares a este conceito. Porém, vinculada a esta crítica, far-se-á necessário também se contrapor à concepção de trabalho defendida pelo marxismo tradicional como determinação ontológica do ser do homem.

Colocam-se diante de nós os seguintes problemas concernentes não mais ao *status* lógico e histórico do conceito do trabalho enquanto tal, mas ao próprio caráter deste conceito. A pergunta fundamental é: o trabalho é um princípio ontológico transhistórico que concerne à natureza humana enquanto tal e que, por conta disso, constitui o ser humano como um ser social fundado no e pelo trabalho? Ou, ao contrário, é um princípio organizador da vida social determinado e próprio ao moderno sistema produtor de mercadorias?<sup>137</sup> Até que ponto as teorias do valor e do fetichismo de Marx podem lançar as bases para uma teoria crítica radical tanto do trabalho quanto da concepção ontológica que o marxismo tradicional possui deste conceito?

### 4.2.1 – O trabalho enquanto princípio social fetichista do moderno sistema produtor de mercadorias

Via de regra, o marxismo tradicional sempre teve uma visão dualista e maniqueísta do conceito de trabalho, estabelecendo, por um lado, o trabalho concreto como o aspecto “bom”, enquanto atividade eterna de metabolismo do homem com a natureza universalmente válida para todas as formas de sociedade existentes até aqui e para as sociedades futuras também e, por outro, o trabalho abstrato como o aspecto “mal” que consiste na forma específica de atividade correspondente a um determinado tipo de

<sup>136</sup> Quanto a uma crítica do trabalho enquanto tal, cf. JAPPE, 2006, pp. 110-20; KRISIS, 2001; KURZ, 1991, 1995, 2002, pp. 123-27, e 2003; e POSTONE, 1993, pp. 123-85.

<sup>137</sup> Cf. JAPPE, 2006, p. 112.

organização social, a saber, o sistema capitalista; em resumo, que nas sociedades pré-capitalistas sempre houve trabalho concreto, enquanto atividade produtora de valores de uso, mas que apenas com o advento da sociedade produtora de mercadorias tal atividade ontológica de realização da essência humana passou a ser dominada perversamente pelo trabalho abstrato, enquanto atividade historicamente determinada, cuja finalidade é a produção de valores de troca. Tal concepção se deve muito à própria aporia de Marx quanto ao conceito de trabalho que perpassa toda a sua obra, deste os escritos de juventude aos de maturidade.<sup>138</sup> Um texto muito famoso de *O Capital*, que é muito citado pelo marxismo tradicional para corroborar sua idéia do trabalho como atividade ontológica e transhistórica é este:

*Mas a existência do casaco, do linho, de cada elemento da riqueza material não existente na natureza, sempre teve de ser mediada por uma atividade especial produtiva, adequada a seu fim, que assimila elementos específicos da natureza a necessidades humanas específicas. Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana. (MEW 23, p. 57; C, I-1, p. 172)*

Ora, mesmo que se possa extrair deste texto uma visão transhistórica do trabalho, enquanto criador de valores de uso, ainda assim uma dedução ontológica de tal atividade é muito problemática, visto que Marx faz aí referência ao trabalho enquanto condição de existência do homem e não à determinação de sua essência. Nesse texto, Marx também não identifica imediatamente o ser do homem com o seu trabalho útil, mas determina este último como mero mediador da relação metabólica do homem com a natureza para a elaboração de bens úteis à satisfação de suas necessidades. Está evidente aí que o fim último do ser humano não é a própria atividade mediadora, mas que esta última é apenas um meio propiciador da satisfação das necessidades. É claro que o homem precisa suprir necessidades naturais para viver, mas não é um fato óbvio que tal fim esteja condicionado necessariamente à atividade mediadora do trabalho útil, pois a mediação entre o homem e natureza, com o objetivo de satisfação das necessidades humanas naturais, pode ser estabelecida por um constructo artificial, que não o trabalho, a saber, as máquinas. Ora, 20m de tecido continua sendo um

---

<sup>138</sup> “O outro Marx, o Marx esotérico, o da crítica radical categórica se distingue bem mais nitidamente no que concerne a crítica do trabalho. Sobre este ponto, Marx parece geralmente de acordo com o marxismo positivista do movimento operário. Em longas passagens de sua argumentação, ele apresenta o trabalho como uma evidência, como uma necessidade natural eterna, ou interpreta o trabalho como uma entidade supra-histórica do homem. Marx segue aqui o movimento operário histórico que vê no trabalho o fator próprio da condição humana, ‘deformada’ pelo capital para fins exteriores e usurpadores.” (KURZ, 2002, p. 123)

objeto útil à satisfação de uma determinada necessidade humana, mesmo sendo resultado de um processo produtivo automatizado.

Porém, a ontologização do trabalho pelo marxismo entra em choque frontal com a teoria do valor e a crítica do fetichismo de Marx, porque acaba incorporando acriticamente a estrutura mesma daquilo que se deve denunciar como absurdo e, por conseguinte, abolir, por ter implicações funestas no âmbito da própria realidade prática e da natureza, qual seja, o mecanismo fetichizante de projeção, de redução e de inversão que caracteriza o conceito do trabalho:

Dentro da relação de valor e da expressão de valor nela inserida, o universal abstrato não conta como propriedade do concreto, sensível e real, mas, ao contrário, o concreto sensível conta como mera forma de manifestação ou forma de efetivação determinada do universal abstrato. No interior da expressão de valor do tecido, por exemplo, não é o *trabalho do alfaiate* encerrado no *equivalente* casaco que possui a *propriedade geral* de ser também trabalho humano. Ao contrário, *ser trabalho humano* conta como *sua essência*, ser trabalho de alfaiate conta apenas como *forma de manifestação* ou *forma de efetivação determinada dessa sua essência*. Esse *quid pro quo* é inevitável porque o trabalho representado no produto do trabalho só é *criador de valor* enquanto trabalho humano indiferenciado. Esta indiferença do trabalho humano é tal que o trabalho objetivado no valor de um produto *não se distingue* em absoluto do trabalho objetivado no valor de uma espécie de produto distinta.

Esta *inversão*, mediante a qual o concreto sensível conta apenas como forma de manifestação do universal abstrato e não, ao contrário, o universal abstrato como propriedade do concreto, caracteriza a expressão do valor. Ela torna, ao mesmo tempo, difícil a compreensão desta expressão. Se digo que tanto o direito romano quanto o direito germânico são ambos direitos, afirmo algo óbvio. No entanto, se digo que *o Direito*, essa abstração, *efetiva-se* no direito românico e no direito germânico, nesses direitos concretos, então o contexto se torna místico. (*W*, p. 771, grifos do autor)<sup>139</sup>

O marxismo tradicional procede no seu argumento tal qual o princípio fetichista do trabalho faz na realidade, circunscrito ao moderno sistema produtor de mercadorias. Ao defender a tese de que o trabalho é um princípio ontológico do ser do homem enquanto tal, acaba por assumir o fantasma do trabalho como uma universalidade abstrata que vagueia espectralmente por todas as formas de existência social particulares sem consideração alguma pelo conteúdo específico que as múltiplas atividades dos seres humanos possuem, situadas nos seus respectivos contextos históricas. Opera um *quid pro quo* ao reduzir todas propriedade concretas, sensíveis e reais, de todas as atividades dos indivíduos, ao puro e simples trabalho,

---

<sup>139</sup> De fato, esse texto, que foi citado nos três capítulos que compõem esta dissertação, é considerado por nós o ponto alto do pensamento de Marx. É uma das manifestações mais proeminentes da força do pensamento desse autor. Por isso, pode-se dizer que não fazemos aqui nesta dissertação mais do que explicitar a conexão, que aí se encontra, entre a teoria do valor, a teoria do fetichismo e a teoria crítica do trabalho enquanto tal.

como constitutivo de sua essência imutável e transhistórica. Por sua vez, torna místico o contexto de sua argumentação, ao sustentar que o trabalho, enquanto condição essencial de realização do ser do homem, objetiva-se na realidade histórica de todas as formações sociais, mas que não consegue se efetivar a contento apenas no domínio do sistema produtor de mercadorias, porque se encontra subordinado ao capital.

Ao se assumir o trabalho concreto de maneira transhistórica, supostamente desacoplado estruturalmente das peças do trabalho abstrato, como base originária da existência humana, acaba-se por cair involuntariamente no círculo inversificador vicioso do fetichismo; ou seja, o cerne daquilo que deveria ser criticado a ferro e fogo é, sem se dar conta, hipostasiado como algo natural e eterno. Com a elevação do trabalho ao estatuto ontológico do ser humano, faz-se perigosamente abstração de todo o conteúdo particular próprio a cada período do homem na história. Tal conteúdo não pode ser tratado com indiferença. Segundo esse modo de compreender as coisas, não é uma dentre as múltiplas atividades particulares do conjunto plurifacetado da vida social e dos indivíduos nos seus diferentes modos de relação que possui a propriedade geral de ser dinamicamente. Mas, ao inverso, é o metabolismo com a natureza ou o trabalho útil univocamente que conta como sua essência invariável, subsumindo todas as demais atividades no seu próprio seio de forma unilateral. As múltiplas atividades concretas do ser humano no seu lidar com a realidade são reduzidas a uma pura geléia geral do trabalho indiferente a qualquer conteúdo sensível e a qualquer forma particular do seu devir e, após esse processo absurdo de abstração desse conteúdo, esta mesma geléia se cristaliza em coisas mortas por meio exatamente dessas atividades particulares anteriormente anuladas em suas qualidades específicas em um processo compulsivo de concreção de uma abstração, constituindo, por conseguinte, uma totalidade morta. É como se subjacente às variadas atividades que levam cabo à diferença, existisse o metabolismo com a natureza enquanto tal ou trabalho enquanto tal que grassasse como princípio identitário válido para uma forma de sociedade antiqüíssima e para todas as formas de sociedade. Não se deve, porém, identificar uma determinada atividade humana, em um específico momento histórico, com todos os diferentes modos do homem se situar no mundo sob a categoria do trabalho, enquanto fazendo supostamente parte da essência do homem. Estas particularidades não podem ser deriváveis *a posteriori* de um pretense *a priori*

social, como os ontólogos assumem com o trabalho útil e como ocorre realmente na moderna sociedade fetichista produtora de mercadorias<sup>140</sup>.

#### **4.2.2 – O trabalho enquanto fator constitutivo de uma *matrix a priori* inconsciente**

Além da ontologização pura e simples do trabalho, é outro equívoco do marxismo tradicional achar que o trabalho é uma atividade livre e consciente, pois contém uma teleologia ou uma idealidade, já que supostamente o homem, antes de fazer, constrói mentalmente sua obra, imprimindo nela o projeto que tinha conscientemente em vista, como se costuma fazer a partir deste texto também de *O Capital*:

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita,

---

<sup>140</sup> “Trabalho não é, de modo algum, idêntico ao fato de que os homens transformam a natureza e se relacionam através de suas atividades. Enquanto houver homens, eles construirão casas, produzirão vestimentas, alimentos, tanto quanto outras coisas, criarão filhos, escreverão livros, discutirão, cultivarão hortas, farão música etc. Isto é banal e se entende por si mesmo. O que não é óbvio é que a atividade humana em si, o puro ‘dispêndio de força de trabalho’, sem levar em consideração qualquer conteúdo e independente das necessidades e da vontade dos envolvidos, torne-se um princípio abstrato, que domina as relações sociais. Nas antigas sociedades agrárias existiam as mais diversas formas de domínio e de relações de dependência pessoal, mas nenhuma ditadura do *abstractum* trabalho. As atividades na transformação da natureza e na relação social não eram, de forma alguma, autodeterminadas, mas também não eram subordinadas a um ‘dispêndio de força de trabalho’ abstrato: ao contrário, integradas no conjunto de um complexo mecanismo de normas prescritivas religiosas, tradições sociais e culturais com compromissos mútuos. Cada atividade tinha o seu tempo particular e seu lugar particular; não existia uma forma de atividade abstrata e geral. Somente o moderno sistema produtor de mercadorias criou, com seu fim em si mesmo da transformação permanente de energia humana em dinheiro, uma esfera particular, ‘dissociada’ de todas as outras relações e abstraída de qualquer conteúdo, a esfera do assim chamado trabalho – uma esfera da atividade dependente incondicional, desconectada e robótica, separada do restante do contexto social e obedecendo a uma abstrata racionalidade funcional de ‘economia empresarial’, para além das necessidades. Nesta esfera separada da vida, o tempo deixa de ser tempo vivido e vivenciado; torna-se simples matéria-prima que precisa ser otimizada: ‘tempo é dinheiro’. [...] Na esfera do trabalho não conta o que se faz, mas que se faça algo enquanto tal, pois o trabalho é justamente um fim em si mesmo, na medida em que é o suporte da valorização do capital-dinheiro – o aumento infinito de dinheiro por si só. Trabalho é a forma de atividade deste fim em si mesmo absurdo. Só por isso, e não por razões objetivas, todos os produtos são produzidos como mercadorias. Pois somente nesta forma eles representam o *abstractum* dinheiro, cujo conteúdo é o *abstractum* trabalho. Nisto consiste o mecanismo da Roda-Viva social autonomizada, ao qual a humanidade moderna está presa.” (KRISIS, 2001, pp. 22-3)

como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais. (MEW 23, p. 192; C, I-5, p. 298)

No entanto, no âmbito da sociedade produtora de mercadorias, esta construção mental supostamente inocente já se encontra *per se* determinada pela *matrix a priori* da abstração geral do trabalho, criadora do ser-valor, enquanto uma quimera do seu pensamento. A quimera do ser-valor se torna real precisamente por meio do esforço dos órgãos e da vontade orientada a um fim daqueles que trabalham. A consciência dos trabalhadores é uma pseudoconsciência, pois eles são inconscientes quanto ao caráter absurdo mesmo desta *matrix a priori* que os condiciona tal como se fossem abelhas e aranhas sociais. Ao construírem, respectivamente, a colméia e a teia, as abelhas e a aranha naturais executam operações determinadas por seus próprios instintos naturais. Já o arquiteto executa seu trabalho ao construir a casa condicionado fundamentalmente por um instinto social caracterizador de sua constituição fetichista, enquanto um animal social que produz uma quimera real, ao se apropriar da matéria natural e lhe atribuir um sentido sobrenatural. Portanto, o caráter do trabalho<sup>141</sup> consiste em constituir tanto o ser humano como um animal fetichista quanto o sentido do mundo como algo sobrenatural que lhe escapa do controle.

O marxismo tradicional passa ao largo da apreensão dessa estrutura matricial fetichista que constitui o ser humano como um animal social não-livre e inconsciente de sua própria forma social abstrata de relação com a natureza e como os outros seres humanos, tal como se fossem abelhas e aranhas. Para o homem poder se tornar um “arquiteto” verdadeiro, enquanto sujeito consciente e livre para constituir sua vida e suas relações sociais, terá tanto que refletir criticamente quanto suplantará prática e precisamente o trabalho enquanto tal, por ser não uma eterna condição de relação do homem com a natureza, mas uma maldição social, enquanto atividade fetichista exclusiva do bizarro homem moderno produtor de mercadorias. Pode-se dizer, portanto, que o trabalho não é um princípio ontológico de mediação metabólica do homem e a natureza, mas um princípio de organização social que determina a constituição fetichista do metabolismo social de produção e de circulação de mercadorias.

O caráter absurdo do trabalho, enquanto atividade abstrata que apaga todas as determinações particulares dos indivíduos e todo o conteúdo concreto e sensível da realidade,

---

<sup>141</sup> Para se compreender o conceito de trabalho como um conceito radicalmente negativo, há que se conceber a negatividade tanto do seu caráter quanto de sua função social, pois ambos estão intrinsecamente ligados. Há em M. Postone uma tendência a concentrar seus esforços críticos unilateralmente na função social do trabalho, o que acaba por impedi-lo de levar às últimas consequências a crítica do trabalho enquanto tal, quer seja o fator de seu caráter, quer seja a sua função social. Ora, se a função própria do trabalho é negativa, então isto só pode derivar do caráter do mesmo, pois é o caráter que determina sua função.

R. Kurz, em *A substância do trabalho*, apresentou as limitações de M. Postone a respeito da crítica radical do trabalho. Cf. KURZ, 2004, pp. 84-91.

tornando esta última uma mera totalidade morta que serve de suporte para que o ser-valor se efetive, só pode ocorrer mediante a condição material de fragmentação de toda a vida social em esferas separadas entre si, materialmente independentes entre si, mas formalmente subsumidas ao processo compulsivo de valorização amplificada do valor pelo processo de trabalho, enquanto atividade de fim em si mesmo a que tudo o mais tem que estar subordinado.<sup>142</sup>

É digno de nota salientar novamente que o trabalho, enquanto princípio sintetizador da vida social não é natural ou ontológico ou transhistórico, mas tão-somente social e historicamente determinado e, por isso, passível de ser superado; que ele não pode ser concebido como algo positivo, mas altamente negativo e destrutivo. O trabalho é realmente uma categoria historicamente determinada, ou seja, própria às relações sociais modernas, mas nem por isso deixa de ter uma natureza metafísica. E é por conta precisamente dessa natureza que a constituição social fetichista moderna é tão perigosa e destrutiva, visto que comporta uma tendência compulsiva à infinitude por conta de seus aspectos universal, geral e abstrato que se impõem avassaladoramente sobre o seio da realidade, a qual é, por sua vez, finita, como um rolo compressor que tudo arrasa. Portanto, não resta outra escolha a não ser atribuir um poder totalmente destruidor tanto ao capital quanto ao todo poderoso trabalho.

Não é o fato de o homem ter precisado até aqui de produzir diretamente seus próprios bens materiais para sobreviver que se identificam, com isso, o fundamento originário do ser-homem e o trabalho. É quando se apagam completamente, por se igualar, as propriedades específicas a cada dada atividade ao trabalho, em determinado momento histórico e campo social, que se confere à capacidade do homem de trabalhar de ser um princípio identitário absoluto que encerra em si todas as possíveis qualidades do ser humano de forma simultaneamente projetada, redutora e invertida, isto é, de modo fetichista. Portanto, para se resolver a aporia em que Marx se envolve quanto ao conceito de trabalho, há que se fazer uma crítica categórica e em bloco a este conceito enquanto tal, concebido tanto sob seu

---

<sup>142</sup> “O problema reside no caráter abstrato da noção de trabalho. O trabalho em si, o trabalho em geral, o trabalho enquanto dispêndio abstrato de energia humana: essa concepção só tem sentido quando concebida como uma forma de atividade do sistema capitalista moderno de produção mercantil para mercados anônimos. E, como o próprio Marx havia demonstrado na análise da mercadoria, não se trata absolutamente apenas de uma abstração em um sentido ideal e verbal, mas de uma ‘abstração real’ social. O cálculo das empresas e os homens que produzem sob a pressão dessa lógica da valorização do dinheiro fazem, efetivamente, abstração, até mesmo praticamente, do conteúdo sensível e material, do sentido ou não-sentido humano e das consequências de sua atividade incessante para a sociedade e para os fundamentos naturais da vida. Trata-se sempre tão-somente de um mesmo fim em si: a energia humana se transforma em dinheiro e o dinheiro se converte sempre em mais dinheiro. Tem-se a equiparação abstrata e vazia dos conteúdos reais os mais variados (dos quais alguns são destrutivos): dinheiro enquanto fim em si = trabalho abstrato do processo de trabalho capitalista.” (KURZ, 2002, pp. 123-4)

aspecto abstrato quanto sob seu aspecto concreto. Não há que salvar o trabalho concreto do jugo do trabalho abstrato, pois abstrato e concreto são apenas determinações diferentes de um e mesmo todo negativo concebido monisticamente, a saber, a abstração geral trabalho, que é a unidade originária autodestrutiva do aspecto abstrato e do concreto enquanto pólos em oposição.

O trabalho abstrato é apenas o pólo abstrato da abstração geral do trabalho enquanto tal que se contrapõe dialeticamente ao trabalho concreto, enquanto pólo concreto desta mesma abstração originária absolutamente negativa e destrutiva. Não pode haver trabalho abstrato sem trabalho concreto, nem tampouco o inverso, pois ambos se determinam contraditória e reciprocamente, já que estão aferrados igualmente a uma mesma base apriórica autonomizada, qual seja, a lógica negativa da valorização do valor. Por isso, deverá haver necessariamente vida humana sem trabalho abstrato-concreto, se o ser humano ainda vislumbrar existir sobre a face da terra.

Com isso, precisamos ir para além da própria letra de Marx e captar o espírito crítico radical do seu pensamento para tratar dessa problemática, porque é aí onde este pensador cai de joelhos ao espírito de seu próprio tempo, deixando-se seduzir pelo *ethos* subreptício – pelo menos é o que parece de forma bem nítida nos “nossos” tempos atuais – da ontologização positiva do trabalho. Marx acaba por desembocar em uma contradição teórica central, visto que, por um lado, vê o trabalho como o cerne negativo estruturador da socialização moderna – uma categoria precisamente do capitalismo, estribada na forma da mercadoria – e, por outro, como atribuível regressivamente ao passado e projetivamente ao futuro. Aquilo que é a essência do absurdo – o trabalho, o processo absurdo formal-real de fim em si mesmo sem considerar o conteúdo sensível de sua efetivação – inverte-se em algo natural e necessário a todos os modos de vida humana.

#### **4.3 – A crise do limite tanto lógico como histórico do moderno sistema produtor de mercadorias**

A investigação de Marx acerca da estrutura contraditória da sociedade produtora de mercadorias a partir de sua célula germinal não se restringe apenas em ajuizar quão irracional é esta forma de sociabilidade, mas, em estreita conexão com isso, também em desenvolver um teoria da crise final do sistema capitalista que apresenta seus limites absolutos. A teoria da crise de Marx está intrinsecamente relacionada tanto com a contradição originária desse sistema, sobre a qual todo a edificação dele está assentada, quanto com a abolição do trabalho. Há duas formulações desta teoria em Marx: uma que foi desenvolvida

em *O Capital*, que versa sobre a queda tendencial da taxa de lucro, impulsionada pela concorrência que, por sua vez, implica no aumento constante da composição orgânica do capital, em detrimento do capital variável, que é a fonte de mais-valia; e outra que foi desenvolvida nos *Grundrisse*, que trata do processo de transformação profunda que ocorre com o desenvolvimento do próprio sistema produtor de mercadoria, com o advento de forças produtivas altamente automatizadas, que acaba por pôr em xeque as próprias relações sociais organizadas pelo princípio fetichista do trabalho. Abordar-se-á, porém, a teoria da crise dos *Grundrisse*, porque trata não das contradições concernentes às suas formas de aparência empíricas, como é o caso de *O Capital*, mas do processo de transformação radical a partir dos próprios fundamentos do sistema.<sup>143</sup>

O movimento de metamorfose da substância-trabalho em ser-valor e, em seguida, em sujeito-capital corresponde a um processo de autonomização das estruturas mesmas de organização da sociedade frente aos indivíduos como um poder estranho que os domina implacavelmente. Por sua vez, o próprio sujeito automático do capital se manifesta a si mesmo em figuras objetivas, tais como o capital variável que corresponde à força de trabalho humana imediatamente despendida no processo de produção e o capital fixo que consiste na maquinária, enquanto meio de produção que auxilia os trabalhadores a ampliarem o nível de produtividade de mercadorias, para que o sujeito-capital configure uma forma de existência particular cada vez mais adequada ao seu conceito. A força de trabalho humana é o trabalho vivo, por meio do qual ocorre o processo de valorização do valor que, por sua vez, promove a reprodução cada vez mais crescente do capital. Já a força produtiva material da maquinária é o trabalho morto ou trabalho objetivado, por meio do qual se dá o aumento de produtividade da produção do capital. O desenvolvimento progressivo da produção do sujeito automático do capital promove consigo a construção de um sistema automático da maquinária, com salienta Marx neste texto dos *Grundrisse*:

Uma vez integrado no processo de produção do capital, o meio de trabalho passa, todavia, por diferentes metamorfoses, em que a última é a máquina, ou melhor dizendo, o *sistema automático da maquinária* [...], acionado por um autômato, por uma força motriz que se move por si mesma; este autômato consiste em múltiplos órgãos, uns mecânicos e outros dotados de inteligência, de maneira que os próprios trabalhadores são determinados tão-somente como seus membros conscientes. (*MEW* 42, p. 592; *G*, II, p. 184, grifos do autor)

<sup>143</sup> Para uma compreensão da teoria da crise em Marx a partir dos *Grundrisse*, Cf. FAUSTO, 2000, pp. 61-84, KURZ, 2002, pp. 119-48, JAPPE, 2006, pp. 131-42, POSTONE, 1993, pp. 21-42 e ROSDOLSKY, 2002, pp. 353-57.

Com o desenvolvimento progressivo do sistema capitalista, o fetichismo se agudiza ao extremo, visto que não são apenas as mercadorias que se põem a dançar, mas agora o próprio sistema automático da maquinária obtém vida própria e se constitui como uma força dotada de ânimo para engendrar todo o processo de produção. Com isso, há uma inversão de papéis no interior da produção de mercadorias entre trabalho vivo e trabalho morto<sup>144</sup>: o trabalhador deixa de ser o agente principal que anima o processo de produção e que se servia, para isso, do trabalho objetivado como simples meio de trabalho, passando a ser mero apêndice, “uma peça do sistema, sistema este cuja unidade não existe nos trabalhadores vivos, mas na maquinária viva (ativa)”. Portanto, é o próprio mecanismo acionado pela maquinária que agora se autodetermina, como um ser vivo artificial ou autômato, “que aparece frente ao ato insignificante desse indivíduo como um organismo poderoso”. Neste momento, há uma mutação do próprio fetichismo que transforma sua configuração de reificação, enquanto processo de personificação das coisas e coisificação das pessoas, para a de automatização, enquanto processo de vivificação do trabalho morto e mortificação do trabalho vivo (Cf. *MEW* 42, p. 593; *G*, II, p. 185):

De maneira nenhuma a maquinária aparece como meio de trabalho do trabalhador individual. Sua *differentia specifica* não é de modo nenhum transmitir a atividade do trabalhador ao objeto, como o é a do meio de trabalho. Ao contrário, essa atividade tem uma posição tal que serve apenas de intermediária para o trabalho da máquina, para sua ação sobre o material bruto – essa atividade apenas supervisiona e vigia contra incidentes. Não é o trabalhador que anima, enquanto órgão, sua destreza e sua atividade por meio do instrumento, cujo manuseio, portanto, depende de sua virtuosidade. Ao contrário, a própria máquina possui destreza e força no lugar do trabalhador, e ela é a virtuosa, visto que possui alma própria, que atua segundo suas leis mecânicas, e consome carbono e óleo etc. (*matières instrumentales*), para o seu automovimento permanente, assim como o trabalhador consome alimentos. Enquanto atividade reduzida a uma mera abstração, a atividade dos trabalhadores é determinada e regulada por todos os lados pelo movimento da maquinária, e não o inverso. A ciência, que obriga os membros inanimados da maquinária, por sua construção, a agir intencionalmente como autômato, não existe na cabeça dos trabalhadores, mas, ao contrário, atua sobre eles por meio da máquina como poder estranho, como poder das próprias máquinas. (*MEW* 42, pp. 592-3; *G*, II, pp. 184-5, grifos do próprio Marx)

Do ponto de vista da forma, o sujeito-capital se apresenta, com o advento do sistema automático da maquinária, como dominação abstrata e impessoal<sup>145</sup> extrema sobre o

<sup>144</sup> Vale salientar que agora, em um nível de exposição mais determinado e concreto, o par dicotômico trabalho abstrato/trabalho concreto se desdobra no par dicotômico trabalho vivo/trabalho morto.

<sup>145</sup> M. Postone utiliza o termo “dominação abstrata e impessoal” para caracterizar, de forma diferente da concepção do marxismo tradicional, o fato de a dominação social originária no capitalismo não consistir na

trabalho vivo, “como um poder que o domina, e que é a forma do capital, enquanto apropriação do trabalho vivo”, pois é apenas este último que produz o ser-valor, e, por conseguinte, precisa se apropriar de seu trabalho vivo para poder reproduzir a si mesmo. Do ponto de vista material, a tendência desse sujeito para realizar a si mesmo como capital e, com isso, alcançar uma figura de existência mais apropriada ao seu conceito, isto é, “o *Capital circulant* aparece frente ao capital fixo como a forma adequada do capital”, implica na transformação do próprio meio de trabalho em maquinária, a substituição crescente do trabalho vivo pelo trabalho morto, no interior do próprio processo de produção, fazendo do agente fundamental do processo de valorização do valor um mero acessório. “O processo de produção deixa de ser processo de trabalho, no sentido do trabalho como a unidade dominante que penetra em tal processo.” Portanto, há uma contradição do próprio sujeito-capital, cuja fonte originária de valorização de si mesmo é o trabalho vivo enquanto “apropriação [...] da força ou atividade de valorização do valor enquanto sendo para si”. Porém, o ser-valor é determinado somente pela substância-trabalho. Todavia, o processo de efetivação total do sujeito-capital, sob uma determinada forma de existência social objetivada, é, ao mesmo tempo, um processo de negação de sua própria essência, responsável pela determinação de seu ser-valor, visto que “a apropriação subjacente ao próprio conceito de capital” põe a produção automatizada da maquinária “como caráter do próprio processo de produção, que inclui seus elementos materiais e seu movimento material” (Cf. *MEW* 42, pp. 593-4; *G*, II, pp. 185-6):

Na maquinária, o trabalho objetivado se contrapõe ao trabalho vivo no próprio processo de trabalho como poder que o domina e o capital é a sua forma, enquanto apropriação do trabalho vivo. Do ponto de vista material, a integralização do processo de trabalho como mero momento do processo de valorização do capital é posta igualmente pela transformação do meio de trabalho em maquinária e do trabalho vivo em mero acessório vivo dessa maquinária, como seu meio de ação. Como vimos, o aumento da força produtiva do trabalho e a negação máxima do trabalho necessário são uma tendência necessária do capital. A efetivação dessa tendência é a transformação do meio de trabalho em maquinária. (*MEW* 42, p.594; *G*, II, p. 185)

Atingindo-se esse estágio de desenvolvimento das forças produtivas da sociedade em geral, “com a acumulação da ciência da sociedade”, o moderno sistema produtor de

---

dominação de pessoas (os operários) por outras pessoas (os burgueses). Mas na dominação de pessoas por estruturas sociais abstratas construídas pelas próprias pessoas, estruturas estas que se autonomizaram frente estas pessoas. Cf. POSTONE, 1993, p. 30 ss.

R. Kurz, no texto *Dominação sem sujeito*, dialogando criticamente com várias correntes de pensamento que trataram do problema da dominação, tais como o marxismo tradicional, a teoria crítica frankfurtiana, o estruturalismo, a teoria dos sistemas etc., afirma que há uma dominação sem sujeito que preside as relações dos homens entre si e com a natureza, tudo isso por causa da constituição fetichista dos seres humanos no âmbito da segunda natureza. Cf., KURZ, 2010, p. 250 ss.

mercadorias confere ao saber científico uma função determinante enquanto força propulsora do próprio processo de produção que se apresenta sob a forma objetivada do capital fixo. No interior do processo de produção, a objetivação do saber científico como capital fixo significa que “o saber aparece na maquinária como algo estranho e externo ao trabalhador e o trabalho vivo aparece subsumido sob o trabalho objetivado atuando de maneira autônoma”. A autonomização do trabalho morto sobre o trabalho vivo implica que “o trabalhador aparece como supérfluo, visto que sua ação não é mais determinada pelas necessidades [do capital]”. O próprio movimento de efetivação do sujeito-capital é uma contradição em processo, pois transforma o trabalho vivo que lhe é *conditio sine qua non* em algo desnecessário ao seu próprio desenvolvimento, visto que o trabalho humano imediado passar a ser um momento subalterno frente ao “trabalho científico geral, de aplicação tecnológica das ciências da natureza”. “Por conseguinte, o capital trabalha para sua própria dissolução, enquanto forma dominante de produção.” (Cf. *MEW* 42, pp. 595-6; *G*, II, pp. 187-8)

Portanto, o desenvolvimento pleno do capital – ou quando o capital põe pela primeira vez o modo de produção que lhe é adequado – toma lugar pela primeira vez quando o meio de trabalho não é determinado apenas formalmente como *capital fixo*, mas é abolido em sua forma imediata, e quando, no interior do processo de produção, o *capital fixo* entra em cena como máquina contraposta ao trabalho. Todo o processo de produção, pois, não está mais subsumido sob as habilidades imediadas do trabalhador, mas sob a aplicação tecnológica da ciência. Portanto, dar um caráter científico à produção e rebaixar o trabalho imediato a um mero momento desse processo são uma tendência do capital. (*MEW* 42, p. 595; *G*, II, p. 187, grifos do autor)

O advento histórico da grande indústria automatizada, impulsionada pela própria lógica desenvolvimentista imanente ao moderno sistema produtor de mercadorias, implica a destruição das próprias determinações do valor, ou seja, a substância do valor é profundamente comprometida com a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto ou objetivado. A grandeza do valor, por conseguinte, perde seu propósito, visto que, com o alto nível de produtividade ocasionada pelo desenvolvimento da ciência e tecnologia, torna-se cada vez mais anacrônico medir a riqueza social produzida em termos de tempo de trabalho despendido nos processo de produção. Por fim, a forma do valor não tem mais como representar o ser-valor sob a forma do dinheiro, fazendo com que a própria relação social mediada pelo dinheiro esvaia completamente seu sentido fetichista irracional. Portanto, o modo de produção capitalista é um sistema social historicamente determinado que possui contradições essenciais no interior de sua própria estrutura que tendem a se desenvolver até

chegar ao ponto de implodi-lo totalmente e, com isso, possibilitar a sua retirada de cena da história:

A substituição do trabalho vivo pelo trabalho objetivado, isto é, a posição do trabalho social sob a forma de oposição entre capital e trabalho assalariado, é o último desenvolvimento da *relação de valor* e da produção assentada sobre o valor. A pressuposição é e permanece [sendo – V.B.]: a massa de tempo de trabalho imediato, o *quantum* de trabalho empregado como o fator de produção da riqueza. Portanto, à medida que a grande indústria se desenvolve, a criação de riqueza real se torna cada vez menos dependente do tempo de trabalho e do *quantum* de trabalho empregado que do poder dos agentes posto em movimento durante o tempo de trabalho, cuja *power effectiveness* [poderosa eficácia – V.B.] não tem nenhuma relação com o tempo de trabalho imediato despendido na sua produção, mas, ao contrário, depende do nível geral da ciência e do progresso da tecnologia, ou da aplicação dessa ciência à produção. (MEW 42, p. 600; G, II, pp. 192-3, grifos do autor)

O ser-valor, pois, por ser uma construção social fetichista, não é algo absoluto, mas relativo a uma determinada forma de relação social de produção historicamente situada. Ele é o fator determinante da riqueza produzida socialmente porque é uma objetividade criada tão-somente pelo trabalho que, por sua vez, é o princípio de síntese social da moderna sociedade produtora de mercadorias. Por sua vez, este princípio, por ser o centro a partir do qual todas as demais esferas da vida social gravitam, impõe ao indivíduo a necessidade de se situar fundamentalmente no interior da própria produção, porque o trabalho tem que ser essencialmente processo de valorização do valor enquanto mecanismo com fim em si mesmo no interior desse sistema. No entanto, a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto provoca uma mudança profunda na própria função do indivíduo enquanto trabalhador que, por sua vez, deixa de ser o agente principal do processo de produção para se tornar mero supervisor desse processo, o qual fica cada vez mais entregue à atuação das máquinas:

A riqueza real se manifesta, sobretudo, – é isso o que revela a grande indústria – na disproporção monstruosa entre o tempo de trabalho empregado e o seu produto, assim como na disproporção qualitativa entre o trabalho reduzido a uma abstração pura e o poder do processo de produção que ele vigia. *O trabalho não aparece mais como incluído no interior do processo de produção, mas o homem se comporta sobretudo como vigilante e regulador do próprio processo de produção.* (MEW 42, p. 601; G, II, p. 193, grifos nossos)

O próprio desenvolvimento ulterior do moderno sistema produtor de mercadorias acaba demonstrando a falácia de se compreender o trabalho como eterna condição de mediação do metabolismo entre o homem e a natureza, visto que tal é intermediado agora pelo sistema automático da maquinária que pode suprir as necessidades humanas produzindo

objetos úteis à vida humana e, independentemente do ser humano, situar-se no interior do processo de produção. “Não é mais o trabalho que intercala o objeto natural modificado como meio termo entre o objeto e si mesmo”. O metabolismo entre o homem e a natureza passa a residir não mais na produção dos bens, mas no consumo direto desses últimos pelo homem, ao serem fabricados agora pelas máquinas, enquanto “o processo natural, transformado em processo industrial que o intercala como meio entre si mesmo [o homem – V.B.] e a natureza inorgânica, da qual ele [o homem – V.B.] se torna senhor”. Portanto, o desenvolvimento das forças produtivas automatizadas é a condição material possível, mas não suficiente, para que o ser humano se liberte do trabalho e se constitua não mais como trabalhador, enquanto indivíduo fragmentado e isolado de todos os demais indivíduos, mas como indivíduo social, capaz de desenvolver suas capacidades das maneiras as mais variadas possíveis para além do trabalho enquanto tal. Todavia, a própria concepção de riqueza muda totalmente quando o ser humano passar a ser concebido como indivíduo social livre do trabalho, podendo, com isso, a sociedade emancipada – a ser construída socialmente – fornecer as condições para “o livre desenvolvimento das individualidades, [...] a formação artística, científica etc, dos indivíduos graças ao tempo livre e aos meios criados por todos eles” (Cf. *MEW* 42, p. 601; *G*, II, pp. 193-4):

Ele [o homem – V.B.] se encontra ao lado do processo de produção, em vez de ser seu agente principal. Nessa transformação, não é o trabalho imediato efetuado pelo próprio homem, nem o tempo de seu trabalho, mas a apropriação de sua própria força produtiva geral, sua compreensão e dominação da natureza, por meio de seu ser-aí como corpo social, em uma palavra, o desenvolvimento do indivíduo social, que aparece como o grande pilar fundamental da riqueza e da produção. *O roubo do tempo de trabalho alheio, sobre o qual repousa a riqueza atual*, aparece como uma base *miserable* [miserável – V.B.], frente a essa recém desenvolvida, originada pela própria grande indústria. A partir do momento que o trabalho sob sua forma imediata deixa de ser a grande fonte da riqueza, o tempo de trabalho deixa necessariamente de ser sua medida, e, por sua vez, o valor de troca deixa de ser a medida do valor de uso. *O sobretrabalho da massa* deixa de ser a condição do desenvolvimento da riqueza geral, da mesma maneira que *o não-trabalho de poucos* deixa de ser a condição de desenvolvimento dos poderes universais do cérebro humano. Com isso, colapsa a produção assentada sobre o valor de troca e o processo de produção material imediato perde ele mesmo a forma de penúria e de contradição. (*MEW* 42, p. 601; *G*, II, p. 193, grifos do autor)

Portanto, o desenvolvimento das forças produtivas provoca uma mudança radical nas próprias bases de sustentação do moderno sistema produtor de mercadorias, visto que a efetivação completa do sujeito-capital é simultaneamente um processo de aniquilação do seu próprio fundamento, a saber, a substância-trabalho. Por conseguinte, o surgimento do sistema

automático da maquinária bloqueia o mecanismo social fetichista de valorização do ser-valor, enquanto finalidade prescípua de tal sistema. Por fim, o sistema como um todo entra em colapso.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tentamos explicitar neste trabalho, de maneira rigorosa, a teoria do valor de Marx. Consideramos essa teoria o que há de mais atual para compreendermos os graves problemas de nossa época, principalmente o perigo de destruição tanto da natureza quanto da humanidade. Estamos situados historicamente no momento exato de crise de todo um organismo social. Isso nos assusta duplamente: estamos horrorizados com os efeitos dramáticos que esta crise de civilização nos inflige diariamente, e isto de maneira cada vez mais crescente e intensa; sentimo-nos, assim, inseguros quanto à possibilidade de futuro histórico para a humanidade.

Após esta longa investigação da teoria do valor, conseguimos obter uma compreensão do moderno sistema produtor de mercadorias bastante diferente da que o marxismo tradicional possui. Este sistema não tem por fundamento um processo de exploração de uma classe por outra, mas um processo de imposição destrutiva de uma abstração sobre toda a realidade concreta. O processo de exploração é um momento secundário, mas necessário para que um processo de imposição, mais originário, desenvolva-se completamente. Portanto, a contradição originária do sistema capitalista não é a contradição entre capital e trabalho<sup>146</sup>, mas entre uma abstração constituída socialmente – que pelo fato de possuir um caráter abstrato, tem uma tendência a si impor sobre o real *ad infinitum* – e a realidade natural e social – que possui necessariamente limites determinados. O verdadeiro absurdo dessa sociedade não é de ordem jurídica, a saber, a apropriação privada e desigual da riqueza que foi produzida coletivamente por um determinado grupo social, mas de ordem social estrutural: a constituição de toda a riqueza produzida sob uma forma fetichizada. A resolução dos problemas que marcam a sociedade produtora de mercadorias não reside na distribuição de maneira mais equitativa das mercadorias produzidas. O ponto nodal da questão é o fato de os bens produzidos assumirem a forma de mercadoria como coisas sociais, mas com um caráter sobrenatural, e isto quer sejam distribuídas equitativamente, quer não o sejam. Há que se criticar a própria produção de mercadorias enquanto tal e não apenas a distribuição desigual das mesmas. A crise final em que o sistema se encontra atualmente não se deve às investidas revolucionárias da classe trabalhadora que, com o desenvolvimento contraditório do sistema, foi adquirindo consciência da sua condição de classe como sujeito-objeto idêntico da história, mas decorre da própria lógica contraditória e autodestrutiva desse sistema que vai minando as suas próprias bases de sustentação.

---

<sup>146</sup> Quanto a concepção que compreende o capital e o trabalho como duas faces de uma mesma medalha, cf. KRISIS, 2001, pp. 24-6.

Pode-se determinar melhor o que é o moderno sistema produtor de mercadorias, caracterizando-o sob os aspectos do conteúdo, forma e matéria. O conteúdo desse sistema consiste no seu caráter fetichista originário. Esse caráter é constituído fundamentalmente pelo trabalho abstrato-concreto enquanto princípio de síntese social desse sistema. Portanto, o trabalho abstrato-concreto é o *prius* absurdo constituidor do caráter fetichista da moderna sociedade produtora de mercadorias. A forma concerne ao valor enquanto forma essencial da relação social total da modernidade. A forma do valor é condição necessária *a priori* de objetivação do conteúdo fetichista em todos os âmbitos dessa sociedade. Essa condição *a priori* serve de mediador para que o caráter abstrato do trabalho abstrato-concreto se ponha de fato na realidade. A objetivação férrea do princípio do trabalho abstrato-concreto no interior do mundo mercantil inteiro ocorre sob formas que desenvolvem progressivamente a realidade do ser-valor no âmbito da existência social, a saber, a forma da mercadoria, a forma do dinheiro, a forma do capital etc. A forma da mercadoria corresponde à objetivação real do ser-valor abstrato que ocorre no interior do processo de produção de mercadorias. A forma do dinheiro corresponde à autonomização do ser-valor que obtém existência social no interior do mundo da mercadoria através do processo de troca de mercadorias. A forma do capital corresponde à efetivação do ser-valor que passa a ser sujeito-automático que se valoriza a si mesmo de forma cada vez mais ampliada. Esta última forma consiste no processo de reprodução do ser-valor. Por fim, o aspecto da matéria social consiste nas forças produtivas materiais enquanto aparato técnico. O aspecto da matéria natural consiste no conjunto de objetos fornecido pela natureza. A matéria social e natural é responsável pelas condições necessárias *a posteriori* de objetivação do conteúdo fetichista; é o substrato material de posição da abstração do trabalho sob a forma de ser-valor real.

Os aspectos do conteúdo, da forma e da matéria compõem todo o organismo social do sistema produtor de mercadorias. Tal organismo é historicamente determinado. Por este fato, tem de ser considerado como um organismo; que, em primeiro lugar, surgiu historicamente pela ação social dos seres humanos, em segundo, desenvolveu-se à exaustão até se converter em um sistema mundial de produção transnacional de mercadorias; que, em terceiro, está atualmente em crise terminal e que, por fim, tem que desaparecer da história tal como os outros organismos sociais pré-capitalistas.

A interpretação do caráter social originário do organismo social de produção de mercadorias enquanto fetichista lança uma nova luz de compreensão dos outros organismos sociais: agora sob a ótica, não das relações de classes antagônicas entre si, mas das relações fetichistas. Portanto, assim como é mais apropriado compreender o caráter do macaco a partir

do caráter do homem – visto que este último é mais complexo do que aquele primeiro –, há melhores condições de se compreender a estrutura dos organismos sociais pré-capitalistas a partir da estrutura do organismo social de produção de mercadorias. Pode-se dizer, então, que a história social da humanidade se constitui como história das relações fetichistas.<sup>147</sup> Por conseguinte, que o ser humano não é meramente um animal social, mas tem sido até hoje fundamentalmente um animal fetichista. A constituição fetichista do homem no interior da história das relações fetichistas caracteriza sua existência social como determinada por uma segunda natureza. Esta última não é constituída por instintos biológicos, mas por “instintos” sociais construídos historicamente por determinados princípios fetichistas. O último princípio fetichista constituído historicamente enquanto segunda natureza é o princípio do trabalho abstrato-concreto, por meio do qual os indivíduos agem socialmente determinados inconscientemente segundo a forma social do valor. O sistema produtor de mercadorias consiste no último organismo social de existência dos seres humanos como animais sociais fetichistas. A história das relações fetichistas compõe a pré-história da humanidade. Esta pré-história terá que ser superada porque há a possibilidade iminente de destruição da natureza e da humanidade, levada às últimas conseqüências pelo princípio fetichista do trabalho abstrato-concreto. Este último princípio é tão absurdo e destrutivo que pode tornar inviável o futuro da humanidade. É só com a destruição do moderno sistema produtor de mercadorias e a superação da pré-história das relações fetichistas que poderá haver futuro para a humanidade e a natureza. Estas são as condições precípua que o nosso tempo histórico em crise epocal nos impõe, para que possamos abrir uma perspectiva de futuro, onde possamos construir a verdadeira história: não mais constituída por relações sociais fetichistas.

---

<sup>147</sup> Esta é uma tese crucial que se contrapõe radicalmente ao paradigma do marxismo tradicional da luta de classes. Tal tese foi afirmada por R. Kurz, no texto *Dominação sem sujeito*. Cf. KURZ, 2010, p. 252 ss.

## REFERÊNCIAS

### PRINCIPAIS

MARX, Karl. *Das Kapital: Kritik der politische Ökonomie. Erster Buch: Der Produktionsprozess des Kapitals, erste Auflage*. Hamburg: Verlag von Otto Meissner 1867.

\_\_\_\_\_. *Das Kapital: Kritik der politische Ökonomie. Erster Buch: Der Produktionsprozess des Kapitals, zweite Auflage (1873), MEW 23*. Berlin: Dietz Verlag, 1975.

\_\_\_\_\_. *Le Capital: Critique de l'économie politique. Livre premier: Développement de la production capitaliste, troisième édition (1873-1875)*. Trad. Joseph Roy. Paris: Éditions Sociales, 1969.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse der Kritik der politischen Ökonomie (1857-1858), MEW 42*. Berlin: Dietz Verlag, 1983.

\_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. Livros I, II e III. 3ª edição. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas).

\_\_\_\_\_. *Contribuição à crítica da economia política*. 3ª edição. Trad. Maria Helena Barreiro Alves. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. *Introdução à crítica da economia política*. 3ª edição. Trad. Maria Helena Barreiro Alves. In: K. Marx, *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, pp. 223-63, 2003.

\_\_\_\_\_. *Fragmento da versão primitiva da 'Contribuição à crítica da economia política' (1858)*. 3ª edição. Trad. Maria Helena Barreiro Alves. In: K. Marx, *Contribuição à crítica da economia política*. São Paulo: Martins Fontes, pp. 265-82, 2003.

\_\_\_\_\_. *Manuscrit de 1857-1858 (Grundrisse)*. Tomes I et II. Paris: Editions Sociales, 1980.

\_\_\_\_\_. *La forma del valor*. Trad. Wenceslao Roces. In: K. Marx y F. Engels, *Escritos económicos menores*. México: Fondo de Cultura Económica, pp. 383-402, 1987. (Obras Fundamentales de Marx y Engels, 11)

### SECUNDÁRIAS

ADORNO, Theodor W. *Dialética negativa*. Trad. Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.

\_\_\_\_\_. *Hegel: three studies*. Trad. Shierry Weber Nicholzen. Cambridge, Massachusetts, and London: MIT Press, 1993.

ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Hegel: a ordem do tempo*. 2ª edição. Trad. Rubens Rodrigues Torres Filho. São Paulo: Editora Hucitec e Editora Polis, 2000.

ARISTÓTELES. *Metafísica*. Trad. Edson Bini. Bauru, SP: EDIPRO, 2006. (Clássicos Edipro)

\_\_\_\_\_. *Ética a Nicômaco*. Trad. Leonel Vallandro e Gerd Bornheim. São Paulo: Abril Cultural, pp. 265-436, 1971. (Coleção Os pensadores, 4)

ARTHUR, Christopher John. *The new dialectic and Marx's Capital*. Boston: Brill, 2004. (Historical materialism book series)

BACKHAUS, Hans-Georg. “La dialectique de la forme valeur”, in: *Critiques de l'économie politique*, n° 18, pp. 5-33, 1974.

BÁEZ, Mario L. Robles. “On Marx's dialectic of the genesis of the money-form”, in: *International Journal of Political Economy*, n° 3, pp. 37-64, 1997.

CASTORIADIS, Cornelius. “Valor, igualdade, justiça, política: de Marx a Aristóteles e de Aristóteles até nós”, in: *As encruzilhadas do labirinto*. Vol. I. Trad. Carmen Sylvia Guedes e Rosa Maria Boaventura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 331-418, 1987.

CIRNE-LIMA, Carlos Roberto. *Dialética para principiantes*. 3ª edição. São Leopoldo, RS: Editora UNISINOS, 2002.

\_\_\_\_\_. *Sobre a contradição*. 2ª edição. Porto Alegre: EDPURS, 1996.

COLLETTI, Lucio. *Le marxisme et Hegel*. Trad. Jean-Claude Biette e Christian Gauchet. Paris: Editions Champ Libre, 1976.

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUSSEL, Enrique. *La producción teórica de Marx: un comentario a los Grundrisse*. México: Siglo XXI Editores, 1983.

\_\_\_\_\_. *Hacia un Marx desconocido: un comentario de los manuscrito del 61-63*. México: Siglo XXI Editores/UAM-I, 1988.

\_\_\_\_\_. *El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana: un comentario a la tercera y cuarta redacción de “El capital”*. México: Siglo XXI Editores/UAM-I, 1990.

ELDRED, Michael e HANLON, Marnie. “Reconstructing Value-Form Analysis”, in: *Capital and Class*, n° 13, pp. 24-60, 1981.

ELDRED, Michel e MIKE, Roth. *Guide to Marx' Capital*. London: CSE Books, 1978.

FAUSTO, Ruy. *Marx: Lógica e Política: investigações para uma reconstrução do sentido da dialética*. Tomo III. São Paulo: Editora 34, 2002.

\_\_\_\_\_. “A ‘pós-grande indústria’ nos Grundrisse”, in: J. Paiva (Org.), *Teoria crítica radical, a superação do capitalismo e a emancipação humana*. Fortaleza: Instituto Filosofia da Praxis, pp. 61-84, 2000.

\_\_\_\_\_. *Dialética marxista, dialética hegeliana: a produção capitalista como circulação simples*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

\_\_\_\_\_. “Dialética marxista, dialética hegeliana: *O Capital* e a *Lógica* de Hegel”, in: *Revista Discurso*, nº 20, pp. 41-77, 1993.

\_\_\_\_\_. *Marx: Lógica e Política: investigações para uma reconstrução do sentido da dialética*. Tomos I e II. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987a e 1987b.

FEUERBACH, Ludwig. *A essência do cristianismo*. 2ª edição. Trad. Adriana Verrísimo Serrão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

FLIKINGER, Hans-Georg. *Marx e Hegel: o porão de uma filosofia social*. Porto Alegre: L&PM/CNPQ, 1986.

FINE, Ben. “The Marx-Hegel relationship: revisionist interpretation”, in: *Capital and Class*, nº 75, pp. 71-81, 2001.

GIANNOTTI, José Arthur. *Certa herança marxista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

\_\_\_\_\_. *Origens da dialética do trabalho: estudo sobre a lógica do jovem Marx*. Porto Alegre: LPM Editores, 1985<sup>2</sup>.

HARTMANN, Nicolai. *A filosofia do Idealismo Alemão*. Trad. José Gonçalves Belo. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1960.

HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*. Vols. I e II. 6ª Edição. Trad. Paulo Menezes. Petrópolis: Editora Vozes, 2001a e 2001b.

\_\_\_\_\_. *Princípios da filosofia do direito*. Trad. Orlando Vitorino. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

\_\_\_\_\_. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio (1830): a ciência da lógica*. Vol. I. Trad. Paulo Menezes. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

\_\_\_\_\_. *Ciencia de la lógica*. Vols. I e II. 6ª Edição. Trad. Augusta e Rodolfo Mondolfo. Buenos Aires: Ediciones Solar, 1993.

INWOOD, Michel. *Dicionário Hegel*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

JAPPE, Anselm. *As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor*. Trad. José Miranda Justo. Lisboa: Antígona, 2006.

\_\_\_\_\_. “El gato, el ratón, la cultura y la economía”, in: *El viejo topo*, nº 263, pp. 89-97, 2009.

KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. 5ª Edição. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KRISIS (Grupo Krisis). *Manifesto contra o trabalho*. Trad. Heinz Dieter Heidemam e Claudio Duarte. São Paulo: Editora Conrad, 2001.

KURZ, Robert. “Abstrakte Arbeit und Sozialismus: Zur marxschen Werttheorie und ihrer Geschichte”, in: *Marxistische Kritik*, n° 4, pp. 57-108, 1987.

\_\_\_\_\_. “Die verlorene Ehre der Arbeit: Produzentensozialismus als logische Unmöglichkeit”, in: *Krisis. Beiträge zur Kritik der Warengesellschaft*, n° 10, 1991.

\_\_\_\_\_. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. 3ª edição. Trad. Karen Elsabe Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

\_\_\_\_\_. “Postmarxismus und Arbeitsfetisch”, in: *Krisis. Beiträge zur Kritik der Warengesellschaft*, n° 15, pp. 95-127, 1995.

\_\_\_\_\_. *Os últimos combates*. 5ª Edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

\_\_\_\_\_. “Die Diktatur der abstrakten Zeit. Arbeit als eine Verhaltensstörung der Moderne”, in: R. Kurz, E. Lohoff, & N. Trenkle (Hrsg.), *Feierabend! Elf Attacken gegen die Arbeit*. Hamburg: Konkret, 1999.

\_\_\_\_\_. *Lire Marx: les textes plus importants de Karl Marx pour le XXe. siècle*. Paris: Éditions de la Balustrade, 2002.

\_\_\_\_\_. “Die Substanz des Kapital: Abstrakte Arbeit als gesellschaftliche Realmetaphysik und die absolute Schranke der Verwertung”, in: *Exit! Krise und Kritik der Warengesellschaft*, n° 1, 2004.

\_\_\_\_\_. “Grau ist des Lebens goldner Baum und grün die Theorie. Das Praxis-Problem als Evergreen verkürzter Kapitalismuskritik und die Geschichte der Linken”, in: *EXIT! Krise und Kritik der Warengesellschaft*, n° 4, pp.15-104, 2007.

\_\_\_\_\_. *Razão sangrenta: ensaios sobre a crítica emancipatória da modernidade capitalista e de seus valores ocidentais*. Trad. Fernando R. de Moraes Barros. São Paulo: Hedra, 2010.

LEBRUN, Gérard. *A paciência do conceito: ensaio sobre o discurso hegeliano*. Trad. Sílvio Rosa Filho. São Paulo: UNESP, 2006.

LUFT, Eduardo. *Para uma crítica interna ao sistema de Hegel*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995. (Coleção Filosofia, 25)

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. Trad. Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MANDEL, Ernest. *A formação do pensamento de Karl Marx: de 1843 até a redação de O Capital*. Trad. Carlos Henrique de Escobar. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MARX, Karl. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico*. Vols. I, II e III. Trad. Reginaldo Sant’anna. São Paulo: DIFEL, 1980-1985.

\_\_\_\_\_. *Glosas marginales al 'Tratado de economia política' de Adolph Wagner*. Trad. Wenceslao Roces. In: K. Marx y F. Engels, *Escritos económicos menores*. México: Fondo de Cultura Económica, pp. 403-30, 1987. (Obras Fundamentales de Marx y Engels, 11)

\_\_\_\_\_. *O Capital: livro I, capítulo VI (inédito)*. Trad. Eduardo Sucupira Filho. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Artur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1975.

\_\_\_\_\_. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Trad. Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005.

MEIKLE, Scott. "History of Philosophy: the metaphysics of substance", in: R. Carver (Org.), *The Cambridge Companion to Marx*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 296-319, 1991.

PAIVA, Jorge (Org.). *Teoria crítica radical, a superação do capitalismo e a emancipação humana*. Fortaleza: Instituto Filosofia da Práxis, 2000.

PLATÃO. *Parmênides*. Trad. Maura Iglesias e Fernando Rodrigues. Rio de Janeiro: Editora PUCRJ; São Paulo: Edições Loyola, 2003.

POSTONE, Moishe. *Time, labor and social domination: a reinterpretation of Marx's critical theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

ROSDOLSKY, Roman. *Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx*. Trad. César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

RUBIN, Isaak. I. *A teoria marxista do valor*. Tradução de José Bonifácio de S. Amaral Filho. São Paulo: Editora Polis, 1987. (Coleção Teoria e História, 13).

\_\_\_\_\_. "Abstract Labour and Value in Marx's System", in: *Capital and Class*, n° 5, pp. 107-139, 1978.

SAAD FILHO, Alfredo. "Re-reading both Hegel and Marx: The 'new dialectics' and method of Capital", in: *Revista de economia política*, n° 1 (65), pp. 107-120, 1997.

SANTOS, José Henrique. *Trabalho e riqueza na Fenomenologia do Espírito de Hegel*. São Paulo: Edições Loyola, 1993. (Coleção Filosofia, 30)

SCHOLZ, Roswitha. "Gesellschaftliche Form und Konkrete Totalität: Zur Dringlichkeit eines dialektischen Realismus heute", in: *Exit! Krise und Kritik der Warengesellschaft*, n° 6, 2009

SOHN-RETHEL, Alfred. *Intellectual and Manual Labor: A Critique of Epistemology*. Atlantic Highlands, NJ: Humanities Press, 1977.

TRENKLE, Norbert. "Was ist der Wert? Was soll die Krise?", in: *Straifzüge*, n° 3, pp. 7-10.